



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RENATA PEREIRA VIDAL

INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL):
PERSPECTIVAS PROPOSITIVAS PARA A GRAMÁTICA DISCURSIVO-
FUNCIONAL

FORTALEZA

2026

RENATA PEREIRA VIDAL

INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL):
PERSPECTIVAS PROPOSITIVAS PARA A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Linguística. Área de concentração: Descrição e análise linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadja Paulino Pessoa Prata.

FORTALEZA

2026

RENATA PEREIRA VIDAL

INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL):
PERSPECTIVAS PROPOSITIVAS PARA A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Linguística. Área de concentração: Descrição e análise linguística.

Aprovada em: 23/03/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Nadja Paulino Pessoa Prata (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Daniel Ángel García Velasco
Universidad de Oviedo (UniOvi)

Prof.^a Dr.^a Talita Storti Garcia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Prof. Dr. Valdecy de Oliveira Pontes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Hebe Macedo de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

A minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

À Instituição Universidade Federal do Ceará e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, à qual eu agradeço imensamente.

À minha querida orientadora de pesquisa Nadja Paulino Pessoa Prata, por todo o carinho e paciência e, mais importante, por acreditar no meu potencial como pesquisadora e profissional.

À professora Marize Mattos Dall’Aglia-Hattner, que compôs a banca de qualificação do projeto da tese, pelas importantes considerações e pelos norteamentos.

Ao professor Daniel Ángel García Velasco, pelas valiosas orientações ao longo do Doutorado Sanduíche financiado pela CAPES.

À banca examinadora – professores Dr.^a Talita Storti Garcia, Dr. Daniel Ángel García Velasco, Dr. Valdecy de Oliveira Pontes e Dr.^a Hebe Macedo de Carvalho – pela leitura atenta da tese e pelas inestimáveis contribuições.

A Deus, a minha mãe Luiza Marilac, ao meu pai Glauber, a minha irmã Rayzza, ao meu cunhado Pedro Henrique e as minhas amadas sobrinhas, Maria Ravena e Isabel; ao Hector César e a sua família; a minha irmã acadêmica Jane Eyre, ao meu irmão de coração Samuel e a uns poucos, mas fiéis amigos.

A intersubjetividade tem, assim, sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Aí se reflete na linguagem a experiência de uma relação primordial, constante e indefinidamente reversível entre o falante e seu parceiro. [...]. (Benveniste, 1974, p. 78).¹

¹ Tradução nossa de: “L’intersubjectivité a ainsi sa temporalité, ses termes, ses dimensions. Là se reflète dans la langue l’expérience d’une relation primordiale, constante, indéfiniment réversible, entre le parlant et son partenaire [...]” (Benveniste, 1974, p. 78).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo precisar a Gramática Discursivo-Funcional – GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) no tocante à sua adequação psicológica, tipológica e pragmática para o tratamento da intersubjetividade e sua sobreposição com a evidencialidade. A hipótese básica sustenta que o modelo não consegue explicar a manifestação desse domínio, de forma independente ou em interação com a evidencialidade, em línguas que possuem um sistema ou marcadores com essa função. Tendo em vista que a intersubjetividade recebe diversas interpretações nos estudos linguísticos (Traugott; Dasher, 2002; Traugott, 2003, 2010; Verhagen, 2005; Nuyts, 2012, 2017; Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b; Tantucci, 2021), realizamos um recorte, no que se refere à visão adotada, para que pudéssemos tratar da noção no quadro teórico e metodológico da GDF, tendo em vista o seu princípio basilar da codificação formal. Dessa maneira, restringimo-nos à intersubjetividade relativa à indicação de (as)simetrias de acesso e atenção ao conhecimento, que está restrita à expressão gramatical (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b, entre outros), denominada “engajamento” por seus proponentes. Partindo, então, desse recorte, operacionalizamos o conceito *intersubjetividade gramaticalizada*. Para o alcance dos propósitos da presente investigação, realizamos a compilação de pesquisas de diferentes línguas que gramaticalizam a intersubjetividade (evidencial) com base nos trabalhos de apresentação e desenvolvimentos da categoria “engajamento” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b; Bergqvist; Knuchel, 2019; Bergqvist; Kittilä, 2020), a qual foi enriquecida com um estudo do espanhol (Nebot; Cornillie, 2018), língua que reflete distinções de intersubjetividade não na codificação morfossintática, como nas línguas de “engajamento”, mas na fonológica. A partir de dados oriundos de dezenove línguas, defendemos uma caracterização da intersubjetividade (evidencial) na GDF mediante um ajuste no Nível Interpessoal (NI) do Componente Gramatical do modelo, consistindo na adição de um conjunto de operadores de intersubjetividade nas unidades Conteúdo Comunicado (C) e Participante ($P_1 - P_2$). A proposta contribui com a adequação tipológica da teoria, ao fornecer subsídios para uma descrição adequada de línguas que gramaticalizam distinções de intersubjetividade. A partir de evidências de que os marcadores de intersubjetividade codificam também distinções de intersubjetividade relativa não à informação veiculada sob o escopo da forma, mas a informações contidas no Componente Contextual compartilhado por Falante (P_1) e Ouvinte (P_2), a tese, unindo-se a pesquisas em GDF como Silva (2013), Mackenzie (2014, 2015) e Giomi (2014), advoga por um tratamento dialógico do Modelo de Interação Verbal (MIV).

Palavras-chave: intersubjetividade; evidencialidade; Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

This work aims to enhance the psychological, typological, and pragmatic suitability of Functional Discourse Grammar (FDG) (Hengeveld; Mackenzie, 2008) for addressing intersubjectivity and its overlap with evidentiality. The basic hypothesis is that the model cannot explain the manifestation of this domain, independently or in interaction with evidentiality, in languages with a system or markers that serve this function. Given that intersubjectivity has received various interpretations in linguistic studies (Traugott; Dasher, 2002; Traugott, 2003, 2010; Verhagen, 2005; Nuyts, 2012, 2017; Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b; Tantucci, 2021), we made a cut concerning the vision adopted to treat it in the theoretical and methodological framework of the FDG, bearing in mind its basic principle of formal encoding. Thus, we restrict ourselves to intersubjectivity related to the indication of (a)symmetries in access to and attention to knowledge, which is restricted to grammatical expression (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b, among others), referred to as “engagement” by its proponents. Based on this approach, we operationalize the concept of *grammaticalized intersubjectivity*. To achieve the purposes of this investigation, we have compiled research from different languages that grammaticalize (evidential) intersubjectivity based on works that present and develop the category “engagement” (Evans, Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b; Bergqvist; Knuchel, 2019; Bergqvist; Kittilä, 2020), which was enriched by a study of Spanish (Nebot; Cornillie, 2018), a language that reflects distinctions of intersubjectivity not in morphosyntactic coding, as in “engagement” languages, but in phonological coding. Based on data from nineteen languages, we defend a characterization of (evidential) intersubjectivity in GDF by means of an adjustment in the Interpersonal Level (IL) of the Grammatical Component of the model, consisting of the addition of a set of intersubjectivity operators in the Communicated Content (C) and Participants (P1 – P2) units. The proposal contributes to the typological adequacy of the theory by providing support for an adequate description of languages that grammaticalize distinctions of intersubjectivity. Based on evidence that intersubjectivity markers also encode distinctions of intersubjectivity relative not to the information conveyed under the scope of form, but to information contained in the Contextual Component shared by Speaker (P₁) and Addressee (P₂), the thesis, joining research in GDF such as Silva (2013), Mackenzie (2014, 2015), and Giomi (2014), advocates for a dialogical treatment of the Model of Verbal Interaction (MVI).

Keywords: intersubjectivity; evidentiality; Functional Discourse Grammar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Arquitetura geral da GDF	45
Figura 2 - Representação do Nível Interpessoal	47
Figura 3 - Representação do Nível Representacional	51
Figura 4 - Representação do Nível Morfossintático	53
Figura 5 - Representação do Nível Fonológico	54
Figura 6 - Possíveis distribuições de acesso ao conhecimento entre Falante e Ouvinte.....	65
Figura 7 - Componente Contextual da GDF	72
Figura 8 - Contornos melódicos padronizados de “evidentemente”	202
Figura 9 - Contornos melódicos padronizados de “obviamente”	204
Quadro 1 - Relação entre a tipologia da GDF e noções do domínio evidencial	38
Quadro 2 - Evidencialidade segundo a GDF.....	57
Quadro 3 - Combinações de propriedades do Nível Interpessoal	64
Quadro 4 - Dimensões do “engajamento” e intersubjetividade na GDF	66
Quadro 5 - Compilação de pesquisas sobre intersubjetividade (evidencial) gramaticalizada em diferentes línguas	79
Quadro 6 - Parâmetros gerais para a análise da intersubjetividade (evidencial)	86
Quadro 7 - Distribuição do conjunto de dimensões de intersubjetividade entre as línguas ..	171
Quadro 8 - Proposta para o tratamento da intersubjetividade gramaticalizada na GDF	224
Quadro 9 - Codificação da intersubjetividade nas línguas	225
Quadro 10 - Interação entre intersubjetividade e evidencialidade	226
Quadro 11 - Entrecruzamento das propriedades da manifestação da intersubjetividade evidencial	232

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1	primeira pessoa
1=>2	sujeito na primeira pessoa com objeto na segunda pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
±A	± envolvendo o ouvinte
±S	± envolvendo o falante
+S+A	acessado por Falante e Ouvinte
+S-A	acessado pelo Falante mas não pelo Ouvinte
-S+A	acessado pelo Ouvinte mas não pelo Falante
-S-A	não acessado por Falante e Ouvinte
+id	identificável
-id	não identificável
+s	específico
-s	não específico
A	Ato Discursivo
A	Sujeito transitivo
A	ator
ABK	ausente, mas conhecido
ABS	absolutivo
ABSC	absconditivo
ABU	ausente, mas desconhecido
ADP	adaptativo
ADR	destinatário
ADVERS	adversativo
AFFIR	afirmativo
AG	agentivo
ALT	alternativo
ANIM	animado
ART	artigo
ASSU	suposto
ASYM	assimétrico

AUTH	autoridade epistêmica
AUX	auxiliar
C	Conteúdo Comunicado
CAUS	causativo
CD	verificação coletiva, orientação dedução
CIS	cislocativo, ação à distância
CI	Oração
CLS	cláusula
CN	verificação coletiva, orientação narração
CNJ	evidencial de conjectura, obter confirmação
CNJ.A	evidencial de conjectura mútua, apelo para consenso (conchucos do Sul)
CNJ.D	evidencial de conjectura mútua, convidar à discussão (Sihuas)
CO	verificação coletiva, orientação observação
COM	comitativo
COMM	comprometimento
COND	condicional
CONT	aspecto contínuo
CONTESS	contessivo
CONTR	contrastivo
COP	existencial
CS	sujeito contrastado
CST	constituente
DA/S/P	diferentes sujeitos e objetos
DAT	dativo
DCSD	falecido
DEDUC	dedução
DEF	definido
DEM	demonstrativo
DIM	diminutivo
DIR	evidencial direto
DIR	direção (em Gipper (2014) e Willet (1991))
DIST	distal
DIR.C	evidencial direto, confirmar conhecimento mútuo (Sihuas)

DLM	delimitativo, apenas, somente
DUB	dubitativo
DUR	durativo
e	Estado de Coisas
ENGAG	engajamento
ENDO	demonstrativo endofórico
ep	episódio
ERG	esconhe
EVEN	aditivo, até, também
EXCL	exclusivo
EXS	existencial
EXT	estendido
F	Ilocução
F	Propriedade
F	feminino (em Gipper (2014) é usado para “falante feminino”)
FOC	foco
FP	passado distante
FUT	futuro
GDF	Gramática Discursivo-Funcional
GEN	genitivo
HAB	habitual
HUM	humano
ID	verificação individual, orientação dedução
ILL	Ilocução abstrata
I	conjunto UM
I-E	Intersubjetividade Estendida
I-I	Intersubjetividade Imediata
IC	verificação individual, orientação habitual
IMP	imperativo
IMPF	imperfeito/imperfectivo
IN	verificação individual, orientação narração
INCL	inclusivo
IND	independente

IND	individual (conhecimento) (em San Roque, 2008)
INDEF	indefinido
INESS	inessivo
INF	evidência inferencial
INGR	ingressivo
INTJ	interjeição
INTER	interjeição
IO	verificação individual, orientação observação
IP	Sintagma Entonacional
IP	Imediatamente presente
IRR	Irrealis
ITER	Iterativo
IPFV	Imperfectivo
JN	Jean Nuyts
KTS	conhecido para o falante
l	Localização
LAT	lativo
Le	Expressão Lingpustica
LIM	caso limitativo
LOC	locative
M	Movimento
m	Modo
M	masculino (em Gipper (2014) é usado para “falante masculino”)
MAN	modo
MD.AD	Medial baseado no destinatário
MIV	Modelo de Interação Verbal
MID	Voz média
MULTI	Múltiplas vezes
MUT	assertar/confirmar conhecimento mútuo (conchucos do Sul)
NEG	negativo
NF	Nível Fonológico
NF	Verbo não final
NI	Nível Interpessoal

NM	Nível Morfossintático
NOMLZ	Nominalizador
NOW	agora
NR	Nível Representacional
NSIT	situação nova
NWIT	não testemunhado
O	objeto
OB	objeto
OBL	oblíquo
p	Conteúdo Proposicional
P	objeto transitivo
P	passado
P ₁	Falante
P ₂	Ouvinte
PAS	passado
PC	paucal
PE	Evento dependente anterior
PERF	perfeito
PFV	perfectivo
PF	perfectivo
PL	plural
PLRCT	pluracional
POSS	possessivo
POT	potencial
PP	Sintagma Fonológica
PROG	progressivo
PRE	precisão
PRES	presente
PROX	proximal
PRS	presente
PRTC	participial
PRX	proximal
PRX.AD	proximal baseado no destinatário

PSN	nome pessoal
PST	passado
PST.R	passado recente, participante do ato de fala se singular
PST.R3	passado recente, terceira pessoa
PSUP	pressuposição
PTCY	evidencial participatório
PW	Palavra Fonológica
q	quantidade
Q.P	pergunta polar
R	Subato de Referência
r	razão
REA	realis
RECOG	demonstrativo de reconhecimento
REM	remoto
REP	passado recente
REP	evidência reportada (em Gipper (2014))
RES	resignação
REU	evidência reportada desconhecida
REK	evidência reportada conhecida
RLZ	realização
RP	passado remoto
RPT	evidencial reportativo
RQST	solicitação
S	Sílaba
S	sujeito
sAd	Sintagma Adposicional
sAdj	Sintagma Adjetival
sAdv	Sintagma Adverbial
SBJ	sujeito
SEQ	sequential
SEP	separativo
SG	Singular
SHRD	compartilhado (conhecimento)

ST	forma tema
sN	Sintagma Nominal
SOC	social
SPEC	especificidade
SPKR	perspectiva do falante
SSA	Visto por falante e ouvinte
SUB	subordinador
SYM	simétrico
sV	Sintagma Verbal
T	Subato de Atribuição
t	Tempo
TAM	Tempo, Aspecto e Modo/Modalidade
T/E	tempo/evidencial
ToM	Teoria da Mente
TOP	Tópico
TWD	Em direção
U	Enunciado
U	paciente
UNM	não marcado
UNXP	inesperado
VEG	planta de consumo
VEN	venitivo
VOC	vocativo
x	Indivíduo
Xp	Sintagma
Xw	Palavra

LISTA DE SÍMBOLOS

Φ	função
Σ	modificador
π	operador
♦	lexema

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	INTERSUBJETIVIDADE E EVIDENCIALIDADE	27
2.1	Intersubjetividade nos estudos linguísticos	27
2.2	Intersubjetividade em contexto evidencial	34
3	GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL	45
3.1	Componente Gramatical	47
3.1.1	<i>Evidencialidade na GDF</i>	<i>55</i>
3.1.2	<i>Intersubjetividade na GDF</i>	<i>57</i>
3.2	Perspectivas dialógicas para o Modelo de Interação Verbal (MIV)	70
4	METODOLOGIA	76
4.1	Conceito operacionalizado e problema-hipótese-objetivo	76
4.2	Procedimentos metodológicos gerais e parâmetros analíticos	79
5	INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL) NAS LÍNGUAS	88
5.1	<i>Intersubjetividade gramaticalizada</i>	<i>88</i>
5.1.1	<i>Dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’ e ‘-F, -O’</i>	<i>88</i>
5.1.2	<i>Dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’</i>	<i>93</i>
5.1.3	<i>Dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘-F, -O’</i>	<i>102</i>
5.1.4	<i>Dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’</i>	<i>108</i>
5.1.5	<i>Dimensão ‘+F, -O’</i>	<i>130</i>
5.2	<i>Intersubjetividade gramaticalizada e evidencialidade</i>	<i>136</i>
5.2.1	<i>Dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ na evidencialidade</i>	<i>137</i>
5.2.2	<i>Dimensões ‘+F, +O’, ‘-F, -O’ na evidencialidade</i>	<i>150</i>
5.2.3	<i>Dimensões ‘+F, -O’, ‘-F, -O’ na evidencialidade</i>	<i>153</i>
5.2.4	<i>Dimensões ‘+F, +O’ na evidencialidade</i>	<i>157</i>
6	PERSPECTIVAS PROPOSITIVAS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL) NA GDF	161
6.1	Adequação descritiva na GDF: intersubjetividade gramaticalizada e escopo em referentes	162
6.2	Limitação descritiva na GDF: intersubjetividade gramaticalizada e outros escopos	168
6.2.1	<i>Atuação de operadores de intersubjetividade no Conteúdo Comunicado (C):</i>	<i>169</i>

	<i>codificação das dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’ e ‘-F, -O’</i>	
6.2.1.1	<i>Línguas de intersubjetividade ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’ e ‘-F, -O’</i>	172
6.2.1.2	<i>Línguas de intersubjetividade ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘-F, +O’</i>	174
6.2.1.3	<i>Línguas de intersubjetividade ‘+F, +O’, ‘+F, -O’</i>	177
6.2.1.4	<i>Línguas de intersubjetividade ‘+F, +O’</i>	181
6.2.1.5	<i>Línguas de intersubjetividade ‘+F, -O’</i>	182
6.2.2	<i>Atuação de operadores de intersubjetividade no Participante (P₁ e P₂):</i>	
	<i>codificação da “autoridade epistêmica”</i>	183
6.3	Adequação da proposta na descrição da intersubjetividade em contexto evidencial	186
6.3.1	<i>Intersubjetividade na expressão da “Reportatividade”</i>	189
6.3.2	<i>Intersubjetividade na expressão da “Inferência”</i>	191
6.3.3	<i>Intersubjetividade na expressão da “Dedução”</i>	195
6.3.4	<i>Intersubjetividade na expressão da evidencialidade “Sensorial”</i>	196
6.3.5	<i>Reflexos no Nível Fonológico de distinções intersubjetivas na manifestação lexical da evidencialidade</i>	202
6.4	Adequação de um MIV dialógico para o tratamento da intersubjetividade	206
6.5	Síntese da proposta	223
7	ELUCIDAÇÕES SOBRE A INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL) GRAMATICALIZADA E SEU TRATAMENTO NA GDF	225
8	CONCLUSÕES	234
	REFERÊNCIAS	239

1 INTRODUÇÃO

A intersubjetividade tem sido estudada sob perspectivas variadas na Linguística, o que resultou em diferentes visões da noção, tais como (i) atenção do falante relativamente ao(s) interlocutor(es) (Traugott; Dasher, 2002; Traugott, 2003, 2010), (ii) acesso compartilhado das informações (Nuyts, 2012, 2017); (iii) configuração básica de um evento de uso linguístico (Verhagen, 2005) e (iv) (as)simetrias de acesso/atenção ao conhecimento (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b).

No âmbito da evidencialidade, categoria referente à expressão da fonte da informação e de seus modos de obtenção, o tema encontra procedência nos trabalhos de Nuyts (1992, 1993, 2001a, 2001b) e tem constituído matéria de interesse de linguistas nas três últimas décadas (Cornillie, 2007; Arrese, 2007, 2010, 2011, 2015; Unternbäumen, 2013; González, 2014; Carretero; Marín-Arrese; Lavid-López, 2017; Nebot; Cornillie, 2018; Hennemann, 2018; Ibáñez; Kotwica, 2020; Kotwica, 2018a, 2018b; 2020a, 2020b; Estellés; Albeda, 2018; Sainz, 2018, 2019; Xu, 2022; Prata; Vidal, 2022, Vidal; Prata, 2023; entre outros), o que demonstra uma relação bastante estreita e produtiva entre os dois domínios nocionais. Tal proficuidade é, de certa maneira, esperada, uma vez que, como pontua Sun (2018, p. 19), “[...] a evidencialidade está profundamente enraizada na pragmática interpessoal do discurso, talvez mais do que qualquer outra categoria gramatical.”²

Os estudos supramencionados tratam direta e indiretamente da dimensão da intersubjetividade em contextos evidenciais, dado que, quando esta não constitui o foco da investigação, está estreitamente ligada às “extensões pragmáticas e discursivas do significado evidencial” (Nebo; Bates, 2018, p. 1), discutidas no decorrer dos trabalhos (proteção de faces, efeito de confiabilidade, reforço, intensificação, efeito persuasivo, cortesia positiva, mitigação, atenuação, cinismo, entre outros). Muitas das pesquisas citadas partem da noção de que a evidencialidade funciona como uma estratégia retórica e argumentativa, razão pela qual sua função no enunciado vai além da mera marcação da fonte e do modo de obtenção das informações veiculadas.

Reconhecemos que o tratamento da evidencialidade numa perspectiva mais discursiva, considerando os efeitos de sentido que imprime no enunciado, é um caminho profícuo a se tomar quando buscamos estudar a intersubjetividade a partir dessa categoria linguística, tendo em vista que as extensões pragmáticas e discursivas dos significados

² Tradução nossa de “[...] evidentiality is deeply grounded in discourse-interpersonal pragmatics, perhaps more so than any other grammatical category.” (Sun, 2018, p. 19).

evidenciais relacionam-se intimamente a essa dimensão, isto é, estão ancorados na efetivação de diferentes tipos de intersubjetividade. Trata-se também de uma abordagem oportuna para aprofundar o conhecimento acerca da evidencialidade, haja vista que a categoria tem sido estudada desde uma perspectiva morfológica, sintática e semântica, sendo sua pragmática ainda relativamente inexplorada (Carretero; Arrese; Lavid-López, 2017). Não obstante, o suporte teórico e metodológico que adotamos, a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (Hengeveld; Mackenzie, 2008), bem como as necessidades de nossa pesquisa, que se relacionam diretamente a limitações do modelo em questão no que diz respeito ao tratamento do fenômeno o qual investigamos, impele-nos a restringir o olhar acerca da manifestação da categoria evidencialidade em interação com a intersubjetividade.

Uma vez que a explicação dos efeitos de sentido é altamente dependente de aspectos contextuais diversos, numa conjuntura em que o contexto não estabelece um relacionamento ‘sistemático’ com a gramática, e entendendo que a GDF reclama uma influência do contexto sobre a gramática governada por regras, somos conscientes de que há pouco espaço para o tratamento de efeitos de sentido.

Com isso, queremos afirmar que há muitos aspectos que dizem respeito à comunicação linguística que não são incorporados nas gramáticas das línguas, como é o caso dos diversos valores pragmáticos que os evidenciais assumem em seus contextos de uso que, embora motivados por diferentes fatores contextuais físicos, socioculturais e discursivos, não têm uma contraparte na codificação, isto é, uma manifestação gramatical, seja ela morfossintática e/ou fonológica, que reflita as funções relativas a essas extensões pragmáticas, nos termos de "há um comportamento gramatical regular quando aspectos contextuais determinados entram em cena desencadeando um valor discursivo de um evidencial". Isto posto, competir-nos-ia olhar para as extensões pragmáticas a partir do aparato teórico e metodológico da GDF somente na medida em que tivessem algum reflexo sistemático na gramática de uma determinada língua.

Cabe frisar que a GDF é um modelo de gramática que herda os três pilares do modelo antecessor, a Gramática Funcional (Dik, 1997a, 1997b): adequação psicológica, adequação tipológica e adequação pragmática. Sua adequação psicológica é refletida em sua orientação *top-down*, em que há a elaboração de uma intenção comunicativa em um Componente Conceitual previsto pela teoria que, após ser formulada pragmática e semanticamente e codificada morfossintática e fonologicamente segundo as regras de uma determinada língua, é articulada via fala, escrita ou língua de sinais, no que Hengeveld e Mackenzie (2008) denominam “Componente de saída”.

Enquanto uma teoria gramatical de base fortemente tipológica, a GDF ocupa-se em descrever as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas que fazem parte das gramáticas das línguas naturais buscando abarcar o maior número possível delas.

No que diz respeito à adequação pragmática, a GDF, mesmo se tratando de um modelo que, como indica seu subtítulo, ocupa-se da estrutura das línguas, reconhece-se como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal. Dessa forma, o denominado “Componente Gramatical”, que seria a GDF propriamente dita (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 31), insere-se em um Modelo de Interação Verbal (MIV)³ em que a gramática é representada como um bloco que interage não apenas com um Componente de natureza cognitiva, responsável pela intenção comunicativa, e um Componente de natureza articulatória, conforme já pontuamos, mas também com um Componente Contextual que exercerá influência sobre as escolhas gramaticais.

A consideração do contexto como fator condicionante no processo de Formulação linguística valida a adequação pragmática que o modelo reivindica. No entanto, devido à abordagem restrita acerca dele, interessar-lhe-á à GDF somente aqueles aspectos que exercem uma influência sistemática e regular, ou seja, quando o contexto obriga uma escolha na gramática de uma dada língua.⁴ O recorte assumido pela teoria em relação ao contexto enfraquece o pilar da adequação pragmática. Não é à toa que o tema é matéria de debate entre os ativos pesquisadores em GDF, com alguns entusiastas de um tratamento mais abrangente do contexto, como, por exemplo, Connolly (2014).

Tendo em vista essas características que definem o modelo e orientam toda a agenda de pesquisas em GDF, nossa investigação tem como propósito central potenciar a teoria no tocante à sua adequação psicológica, tipológica e pragmática para a descrição da intersubjetividade como uma categoria codificada gramaticalmente em algumas línguas com possibilidade de sobreposição com a evidencialidade, em que um contexto de natureza dialógica motiva sua expressão. Buscamos responder ao questionamento central acerca de como a intersubjetividade e a sua sobreposição com categorias atitudinais, especificamente a evidencialidade, são descritíveis na GDF, segundo as propriedades gramaticais da Formulação

³ Sigla usada em Connolly (2013, 2017, 2018).

⁴ Um exemplo simples é ilustrado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 10) mediante a sentença em língua espanhola “estás pálido”, na qual aspectos do contexto como o sexo do destinatário e a formalidade da relação entre este e o falante são refletidas na gramática, com a seleção de “pálido” (masculino) em vez de “pálida” (feminino) e “estás” (informal) no lugar de “está” (formal), especificações que não são requeridas no inglês, por exemplo. Conjunturas nas quais o impacto sobre a gramática poderia ser considerado incidental, tal como uma em que, em um dado contexto informal, a escolha lexical para evocar uma criança seja “kid”, porém não há nada que impeça que seja “child”, estão fora do escopo da GDF, segundo os autores.

e da Codificação linguísticas e segundo o MIV. Nossa hipótese é de que a teoria, em seu atual estágio, não tem o poder descritivo que atenda as especificidades de determinadas línguas no tocante à expressão gramatical da intersubjetividade (evidencial).⁵

O objetivo geral da presente investigação se desdobra em objetivos específicos centrados no Componente Gramatical e no MIV, com foco na interação entre os Componentes Contextual e Gramatical. Desse modo, temos como propósito (i) caracterizar a *intersubjetividade gramaticalizada*, um conceito que operacionalizamos para tratar do fenômeno no Componente Gramatical da GDF e propor um refinamento da teoria, dada a existência de um princípio básico norteador do modelo, o *Princípio da Codificação Formal*, que restringe o tratamento de distinções pragmáticas e semânticas aos casos em que estejam refletidas de maneira sistemática na codificação (Keizer, 2015); e (ii) discutir a intersubjetividade (evidencial) no quadro do MIV com foco na interação entre os Componentes Contextual e Gramatical. Para esse último objetivo, adotamos uma perspectiva dialógica do MIV (Mackenzie, 2014, 2016; Giomi, 2014), buscando defender que este tipo de abordagem potencializa o poder explicativo da teoria relativamente à formulação de enunciados intersubjetivamente marcados.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, lançamos mão de dados de dezenove línguas, para as quais se defende a marcação da intersubjetividade (evidencial), a saber: **andoke** (Landaburu, 2005, 2007), **kogi** (Bergqvist, 2011, 2012, 2016, 2017, 2018; Bergqvist; Knuchel, 2019; Knuchel, 2022), **ku waru** (Rumsey, 2019), **kakataibo** (Zariquiey, 2015), **murrinhpatha** (Mansfield, 2019), **duna** (San Roque, 2008), **kurtöp** (Hyslop, 2014), **marind costeiro** (Olsson, 2019), **ungarinyin** (Spronck (2020), **quíchua conchucos do Sul** (Hintz; Hintz, 2017), **quíchua do Sihuas** (Hintz; Hintz, 2017), **foe** (Rule, 1977), **tepehuano do Sudeste** (Willett, 1991), **nambiquara** (Lowe, 1999; Kroeker, 2001), **yurakaré** (Gipper, 2011, 2014), **wola** (Sillitoe, 2016), **lakondê** (Telles; Wetzels, 2006), **jaminjung/ngaliwurru** (Schultze-Berndt, 2017) e **espanhol** (Nebot; Cornillie, 2018). A seleção dos referidos trabalhos, com exceção da pesquisa em língua espanhola, baseou-se em um conjunto de artigos de apresentação e desdobramentos da categoria denominada “engajamento” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b; Bergqvist; Knuchel, 2019; Bergqvist; Kittilä, 2020), concebida pelos seus proponentes como uma *intersubjetividade gramaticalizada*.

No que tange à descrição da intersubjetividade (evidencial) no Componente Gramatical, argumentamos que seu lugar é no Nível Interpessoal (NI), devido à própria

⁵ Referimo-nos ao fenômeno estudado como “intersubjetividade (evidencial)”, já desde o título desta tese, de maneira a abarcar tanto a intersubjetividade ocorrendo de forma independente quanto a sua manifestação amalgamada à evidencialidade.

natureza intersubjetiva desse nível da Formulação. As propriedades do NI permitem descrever a intersubjetividade, da maneira como ela pode se manifestar em diferentes línguas, até certa medida. Marcadores de intersubjetividade que atuam sobre referentes são adequada e plenamente descritíveis a partir da atuação de operadores na camada do Subato de Referência (R), mas, quando alcançam eventos, o NI não dá conta de explicá-los.

Em consonância com Nuyts (2012, 2017) e Bergqvist e Knuchel (2019), a intersubjetividade é uma categoria gramatical, com relevância em uma variedade de línguas. Uma descrição sua segundo a GDF requer ajustes no NI da operação de Formulação, mediante a incorporação de operadores que comuniquem à operação de Codificação distinções de intersubjetividade. A sobreposição entre as categorias de intersubjetividade e evidencialidade também é refletida na gramática, seja na forma de afixos ou clíticos (quando determinada língua tem um sistema especializado com distinções intersubjetivas), seja pela existência de um comportamento prosódico específico, em caso de manifestação léxica, como demonstram Nebot e Cornillie (2018) na análise de advérbios evidenciais de língua espanhola terminados em *-mente*. Ao adequarmos o modelo para o tratamento da manifestação da intersubjetividade (evidencial) no NI em línguas que possuem sistemas ou marcadores específicos para essa função, tornamos o modelo apto para dar conta de outros reflexos na codificação quando, conforme verificado por Nebot e Cornillie (2018), o domínio interage com a evidencialidade em sua manifestação lexical. Nesse sentido, a tese apresenta um teor mais teórico e uma natureza de pesquisa tipológica.

No que concerne à estrutura retórico-discursiva desta tese, construímo-la em cinco partes que integram os capítulos 2 a 7. No Capítulo 2, apresentamos uma discussão sobre a intersubjetividade nos estudos linguísticos de uma maneira geral e, em seguida, discutimo-la em contexto evidencial. Após a abordagem da temática de nossa investigação, descrevemos, no Capítulo 3, o modelo da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (Hengeveld; Mackenzie, 2008), centrando-nos nas características de seu Componente Gramatical, Conceitual e Contextual que julgamos pertinente, acompanhando os desdobramentos da teoria no tocante à categoria evidencialidade, ao tratamento da intersubjetividade e aos desenvolvimentos acerca de uma perspectiva dialógica para o MIV.

Após a exposição do arcabouço teórico que embasa toda a pesquisa, percorremos acerca da metodologia empreendida no Capítulo 4. No Capítulo 5, referente à primeira parte analítica, descrevemos a *intersubjetividade gramaticalizada*, de forma independente e amalgamada à evidencialidade, com base em um conjunto de trabalhos. No capítulo 6, descrevemos a manifestação da intersubjetividade (evidencial) na GDF a partir de nossa

proposta de caracterização do fenômeno na Formulação gramatical do modelo e no contexto do MIV e fornecemos, no Capítulo 7, uma síntese das propriedades da manifestação da intersubjetividade (evidencial) com base no discutido e apresentado nas duas partes analíticas. Por fim, apresentamos, as conclusões desta investigação e sugestões para a continuidade de pesquisas sobre o tema da intersubjetividade.

2 INTERSUBJETIVIDADE E EVIDENCIALIDADE

2.1 Intersubjetividade nos estudos linguísticos

A intersubjetividade é a única condição responsável por tornar a comunicação linguística possível (Benveniste, 1966, p. 266, 1974, p. 77). Disso, podemos depreender que a comunicação linguística é, por natureza, intersubjetiva. Conforme o autor, a linguagem é reprodutora da realidade, no sentido literal mesmo, de que a realidade, por intermédio da linguagem, é novamente produzida, numa conjuntura em que o falante, por meio de seu discurso, revive o acontecimento e a sua experiência dele; o ouvinte capta o discurso e, através dele, capta esse acontecimento reproduzido. Com base em Benveniste (1966), essa situação de intercâmbio e diálogo, inerente ao exercício da linguagem, confere, então, uma função dupla ao ato de discurso: função representativa da realidade, para o falante, e recriadora da realidade, para o ouvinte, o que faz da linguagem “[...] o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva.” (Benveniste, 1966, p. 25).⁶

O papel da linguagem enquanto instrumento da comunicação intersubjetiva motivou discussões sobre a intersubjetividade na linguagem. Para Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2003, 2010), a intersubjetividade na linguagem está relacionada à codificação da atenção do Falante/Escritor em relação ao Destinatário/Leitor como um participante no evento de fala. Essa atenção se dá tanto no sentido epistêmico, com atenção às atitudes presumidas acerca do conteúdo do que é dito, quanto no sentido mais social, com atenção à “face” e às “necessidades de imagem” relativas à posição social e à identidade (Traugott, 2003, p. 128).⁷

Uma visão diferente de intersubjetividade é verificada em Verhagen (2005, 2008). Sua abordagem se preocupa em descrever construções cujo significado está relacionado à coordenação entre os sujeitos da conceitualização, isto é, à coordenação intersubjetiva. Para o autor, a comunicação linguística é “[...] inerentemente 'argumentativa',⁸ uma questão de influenciar as atitudes e crenças de outras pessoas [...].” (Verhagen, 2008, p. 307).⁹ Assim,

⁶ Tradução nossa de “[...] l’instrument même de la communication intersubjective.” (Benveniste, 1966, p. 25).

⁷ Ao lado da “intersubjetividade”, Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2003, 2010) definem a “intersubjetificação”. Com base em Traugott (2003), em contraste com o que sucede na “subjetificação” - mecanismo em que os significados vão se tornando mais centrados no falante -, na “intersubjetificação”, os significados se tornam mais centrados no destinatário. A noção de intersubjetificação visualiza o fenômeno da intersubjetividade do ponto de vista diacrônico, na medida em que se define como um processo semasiológico mediante o qual os significados passam a codificar ou externalizar, ao longo do tempo, implicações sobre a atenção do Falante/Escritor acerca do “eu” do Destinatário/Leitor, nos sentidos epistêmico e social supramencionados (Traugott, 2003).

⁸ O autor se baseia em Anscombe e Ducrot (1989 *apud* Verhagen, 2005).

⁹ Tradução nossa de: “[...] inherently ‘argumentative’, a matter of influencing other people’s attitudes and beliefs

partindo do entendimento de que o uso normal da língua é sempre argumentativo, nunca é apenas informativo, “[...] o envolvimento na coordenação cognitiva se resume para o falante/escritor a uma tentativa de influenciar os pensamentos, as atitudes ou até mesmo o comportamento imediato de outra pessoa [...]”;¹⁰ no que se refere ao destinatário, “[...] envolve descobrir que tipo de influência é que o falante/escritor está tentando exercer e decidir se concorda ou não com ela.” (Verhagen, 2005, p. 10).¹¹

Uma proposta mais recente para o tratamento da intersubjetividade, em comparação às que discutimos anteriormente, é a de Ghesquière, Brems e Van de Velde (2012). Partindo, assumidamente, do conceito de intersubjetividade de Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2003, 2010), os autores propõem que a noção pode subdividir-se em três tipos, embora não distinguidos por limites discretos e estritos:¹² (i) atitudinal, relativa aos significados que codificam a imagem do falante acerca do ouvinte/de sua relação com o ouvinte, estando ligada a estratégias de proteção de “face”; (ii) responsiva, relativa a elementos linguísticos que suscitam tanto uma operação cognitiva por parte do ouvinte como um determinado ato (de fala) ou comportamento que promova a continuidade ou cooperação no que se refere ao discurso, estando ligada a funções metadiscursivas como, por exemplo, aquelas relacionadas à tomada de turno e solicitação de resposta; e (iii) textual, relativa à orientação da interpretação do ouvinte.

Quanto à intersubjetividade textual, que constitui o acréscimo do estudo às discussões sobre a temática, Ghesquière, Brems e Van de Velde (2012) defendem que certos significados textuais, aqueles cuja interpretação demanda o estabelecimento de uma relação referencial com algum fragmento discursivo, podem ser concebidos como de natureza intersubjetiva. Os autores se referem a elementos que criam um foco de atenção comum (Diessel 1999, 2006 *apud* Ghesquière; Brems; Van de Velde, 2012) entre o falante e o ouvinte, em relação ao contexto discursivo circundante, isto é, “[...] elementos que orientam a interpretação do ouvinte, apontando sua atenção para um determinado referente discursivo pretendido pelo falante [...]” (Ghesquière; Brems; Van de Velde, 2012, p. 137).¹³

Até aqui, descrevemos visões de intersubjetividade que concebem-na levando em

[...]” (Verhagen, 2008, p. 307).

¹⁰ Tradução nossa de: “[...] engaging in cognitive coordination comes down to, for the speaker/writer, an attempt to influence someone else’s thoughts, attitudes, or even immediate behavior [...]” (Verhagen, 2005, p. 10).

¹¹ Tradução nossa de: “[...] involves finding out what kind of influence it is that the speaker/writer is trying to exert, and deciding to go along with it or not [...]” (Verhagen, 2005, p. 10).

¹² Os autores reconhecem que uma mesma construção pode transmitir tipos distintos de significado intersubjetivo.

¹³ Tradução nossa de: “[...] Elements steering the interpretation of the hearer by pointing his attention to a particular discourse referent intended by the speaker [...]” (Ghesquière; Brems; Van de Velde, 2012, p. 134).

consideração os participantes da interação comunicativa. Em Nuyts (2012, 2017), a noção é compreendida de uma maneira distinta.¹⁴ A (inter)subjetividade,¹⁵ antes concebida pelo autor como uma dimensão pertencente ao domínio evidencial,

[...] tal como a miratividade, não é realmente sobre tipos de fontes de evidência, ou sobre a 'fiabilidade' da informação da fonte, para postular um estado de coisas (como é o caso nos inferenciais). De uma forma ainda mais geral, estas categorias não dizem respeito a avaliar o estatuto existencial do estado de coisas (ao contrário da modalidade epistêmica e da inferencialidade), e não têm a ver com a medida em que o avaliador pode comprometer-se com o estado de coisas (em termos da sua existência, ou do seu estatuto moral, etc., como é o caso em categorias 'atitudinais' como a inferencialidade ou a modalidade epistêmica e deontica). Como já foi referido, **dizem antes respeito à posição/estatuto do avaliador** (vis-à-vis outros, pelo menos no caso da (inter)subjectividade^{JN}),¹⁶ com relevância para o estado de coisas. Ou, em outras palavras, **são mais sobre os indivíduos por detrás das expressões sobre estados-de-coisas do que sobre esses estados-de-coisas em si** [...] (Nuyts, 2012, p. 62, grifo nosso).¹⁷

Nuyts (2017) opõe a (inter)subjetividade a outras categorias atitudinais, assentando que a noção não envolve reflexões sobre os estados-de-coisas, já que estes, bem como qualquer avaliação sobre eles, permanecerão intactos, quando ela é codificada no que se está dizendo sobre eles. Considerando que os estados-de-coisas não são afetados, o que é centralmente abordado é a posição do falante no mundo; os estados-de-coisas e suas avaliações são uma “referência” para a reflexão sobre a posição do falante.

Para sermos mais precisos, Nuyts (2012, 2017) defende o *status* independente da (inter)subjetividade em relação às categorias atitudinais (modalidade epistêmica, deontica e evidencialidade), no entanto, reforça que elas parecem mesmo ser o ‘habitat’ predominante da (inter)subjetividade, no sentido de que ela se comporta prototipicamente como uma avaliação “extra” para além da atitudinal (uma camada extra na hierarquia das categorias TAM), mas não devemos conceber a (inter)subjetividade como referente a alguma característica inerente a

¹⁴ À vista de sua relação com a evidencialidade nos primórdios de sua proposta (Nuyts, 1992, 1993, 2001a, 2001b), retornaremos ao autor na seção 2.2, dedicada à intersubjetividade no contexto evidencial.

¹⁵ Quando fizermos referência à visão do autor, usaremos sempre o prefixo “inter” entre parênteses, conforme ele mesmo o faz, já que sua noção inclui a contraparte “subjetividade”.

¹⁶ Uma vez que o autor discute várias visões sobre a noção, utiliza a sigla “JN” para indicar que se refere à sua concepção.

¹⁷ Tradução nossa de: “[...] like mirativity, is really not about kinds of sources of evidence, or about the ‘reliability’ of the source information, for postulating a state of affairs (as is the case in inferentials). Even more generally, these categories do not concern assessing the existential status of the state of affairs (unlike epistemic modality and inferentiality), and they are not about the extent to which the assessor can commit him/herself to the state of affairs (in terms of its existence, or its moral status, etc., as is the case in ‘attitudinal’ categories such as inferentiality or epistemic and deontic modality). As mentioned, they rather concern the position/status of the assessor (vis-a-vis others, at least in the case of (inter)subjectivity^{JN}), with relevance to the state of affairs. Or in other words, they are more about the individuals behind expressions about states of affairs than about those states of affairs themselves [...]” (Nuyts, 2012, p. 62).

essas categorias, como ele propusera anteriormente, ao defini-la como parte do domínio evidencial.¹⁸ Nuyts (2014) frisa que a (inter)subjetividade só é codificada quando é conversacionalmente necessário. O que o autor quer dizer com “conversacionalmente necessário” remete às funções discursivas dos marcadores da categoria. Acerca delas, Nuyts (2015, p. 109, grifo nosso) sinaliza o seguinte:

[...] marcadores de subjetividade provavelmente serão normalmente usados quando o falante não quiser implicar o interlocutor ou qualquer outra pessoa em sua ‘avaliação atitudinal’, por exemplo, porque ele não sabe sobre sua visão, ou quando a posição do falante está claramente em oposição à visão do interlocutor e/ou outros. **E normalmente esperar-se-ia a marcação da intersubjetividade se o falante assumisse e quisesse sinalizar que ele e o interlocutor estão de comum acordo, ou se o falante discordasse do interlocutor, mas quisesse sinalizar-lhe que os outros compartilham de sua visão (do falante).** Essa dimensão é, sem dúvida, uma **importante ferramenta discursiva** na negociação das posições mútuas dos interlocutores em relação aos estados-de-coisas do mundo na interação conversacional (especialmente argumentativa).¹⁹

Com base nas palavras do autor, não haverá necessidade de marcar (inter)subjetividade se a posição mútua dos interlocutores e de outros não estiver em jogo na interação conversacional. Uma consequência disso é que nem todo enunciado que carregue a expressão de uma categoria atitudinal manifestará também a dimensão (cf. Nuyts, 2014, p. 22).

Nuyts (2017) explica que, embora a (inter)subjetividade seja uma ferramenta bastante usada na negociação das posições mútuas dos interlocutores, não pode ser alocada à gama de dimensões relativas ao planejamento da comunicação (cf. Nuyts; Byloo, 2015, p. 42), visto que a principal atividade delas ainda é centralmente a codificação de aspectos da conceitualização do mundo, o papel na regulação da interação sendo apenas um ‘subproduto’ de seu *status* de categoria conceitual (Nuyts, 2017).

Nuyts (2012, 2015) deixa bastante claro que seu conceito de (inter)subjetividade difere daqueles encontrados no campo da linguística funcional e cognitiva, como a visão de Traugott (2003, 2010) e Traugott e Dasher (2002) referida aqui. Muito embora as várias

¹⁸ Cf. Nuyts (2017) para um aprofundamento da visão de intersubjetividade do autor. Não abordamos, neste capítulo, as propriedades da categoria e suas diferenças em relações às outras categorias atitudinais por não serem relevantes para a pesquisa.

¹⁹ Tradução nossa de: “[...] subjectivity markers will probably typically be used when the speaker does not want to imply the interlocutor or anyone else in his/her ‘attitudinal evaluation’, for example because s/he does not know about their view, or when the speaker’s position is clearly in opposition to the view of the interlocutor and/or others. And one would typically expect the marking of intersubjectivity if the speaker assumes and wants to signal that s/he and the interlocutor are in mutual agreement, or if the speaker disagrees with the interlocutor but wants to signal to him/her that others do share his/her (the speaker’s) view. This dimension is thus no doubt an important discursive tool in the negotiation of the interlocutors’ mutual positions regarding states of affairs in the world in (especially argumentative) conversational interaction [...]” (Nuyts, 2015, p. 109).

“(inter)subjetividades” constituam fenômenos fundamentalmente diferentes, Nuyts (2012) entende que elas são (“às vezes” e “até certo ponto”) coaplicáveis, o que é bastante verdadeiro no âmbito das categorias atitudinais, quando por exemplo evidenciais que veiculam informação amplamente compartilhada (intersubjetividade de Nuyts (2012, 2017)) assumem funções discursivas relacionadas a consciência da imagem do interlocutor (intersubjetividade de Traugott (2003, 2010) e Traugott e Dasher (2002)). Kotwica (2020a, 2020b) demonstra com precisão esse tipo de interação quando descreve funções discursivas, como a mitigação, de uma construção evidencial (“*eso dicen*”) ligada a uma fonte informacional intersubjetiva que indica o caráter amplamente compartilhado das informações.

Em Bergqvist (2011, 2012, 2016, 2017, 2018), encontramos uma visão de intersubjetividade relacionada a “[...] (as) simetrias de conhecimento entre os participantes do discurso com respeito a um evento [...]” (Bergqvist, 2018, p. 13). Um exemplo de língua que marca esse tipo de intersubjetividade é o *kogi* (Bergqvist, 2011, 2012, 2016, 2017, 2018), que descreveremos no Capítulo 5. Em suas publicações, o autor usa o termo “perspectiva epistêmica complexa” para descrever o sistema dessa língua que codifica essa função intersubjetiva. Posteriormente, com o avanço das discussões sobre intersubjetividade numa perspectiva tipológica, o fenômeno recebe o rótulo de “engajamento” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b).

O “engajamento”, assumido como a “intersubjetividade gramaticalizada” em Evans, Bergqvist e San Roque (2018a, 2018b), é uma categoria referente a “[...] configurações intersubjetivas de conhecimento/acesso, que podem ser exclusivas do falante ou compartilhadas com o destinatário [...]” (Bergqvist; Grzech, 2023, p. 18).²⁰ No contexto de línguas que não possuem sistemas gramaticais para marcar a intersubjetividade, uma visão para a noção aproximada a de “engajamento” é assumida por Nebot e Cornillie (2018, p. 3). Os autores trabalham com uma intersubjetividade que cobre declarações do falante de um mundo compartilhado e sua intenção de considerar as perspectivas dos coparticipantes.

Em Tantucci (2021), encontramos uma visão de intersubjetividade que se relaciona à Teoria da Mente (ToM), termo usado na psicologia cognitiva que concerne “[...] à capacidade de simular ou hipotetizar estados mentais de outra pessoa [...]” (Tantucci, 2021, p. 14).²¹ O autor argumenta que é possível em certa medida “traçar” linguisticamente a ToM, o que nos leva à intersubjetividade, termo de aplicação na linguística. Dessa forma, ambas as

²⁰ Tradução nossa de: “[...] intersubjective configurations of knowledge/access, which can be exclusive to the speaker or shared with the addressee [...]” (Bergqvist; Grzech, 2023, p. 18).

²¹ Tradução nossa de: “[...] to the ability to simulate or hypothesise another person’s mental states [...]” (Tantucci, 2021, p. 14).

noções estão em paralelo, a ToM constituindo o mecanismo cognitivo como tal e a intersubjetividade a maneira como esse mecanismo é linguisticamente expresso pelos interlocutores (Tantucci, 2021, p. 5).

Tantucci (2021) defende a natureza gradiente da ToM e da intersubjetividade. Na esfera linguística, o autor demonstra que diferentes graus de complexidade intersubjetiva caracterizam a interação humana. Conforme explica Tantucci (2021), esse contínuo vai desde o alcance de efeitos perlocucionários egocêntricos, dimensão definida pelo autor como “coacionalidade”, percorrendo a “intersubjetividade imediata (I-I)” - quando dispositivos linguísticos são utilizados pelo falante, durante o aqui e agora da situação comunicativa, para exprimir a sua consciência distintiva acerca das potenciais reações de um dado interlocutor -, e a dimensão mais complexa da “intersubjetividade estendida (I-E)”, quando a consciência acerca das reações ao que é dito não mais se restringe a um único interlocutor, mas se estende a uma pessoa social genérica.

Na dimensão “coacional”, não há a expressão de preocupações acerca das reações do destinatário ao que o falante comunica, como ocorre na “Intersubjetividade Imediata (I-I)”, em que “[...] não estou simplesmente interessado em dizer P, mas também quero comunicar ao meu destinatário que estou ciente de que P pode afetá-lo/la emocional ou epistemicamente [...]” (Tantucci, 2021, p. 19).²² Na “Intersubjetividade Estendida (I-E)”, esse entendimento se alarga, uma vez que “[...] não estou simplesmente interessado em dizer P, mas também quero comunicar ao meu destinatário que estou ciente de que P pode ser reconhecido como plausível ou sensato por qualquer membro (ou a maioria dos membros) do meu grupo social [...]” (Tantucci, 2021, p. 20).²³ Essa visão de intersubjetividade está na base da “evidencialidade interpessoal” proposta pelo autor.

A partir dessa exposição sobre as diferentes visões de intersubjetividade, podemos tirar algumas conclusões para então manifestar o posicionamento desta pesquisa. Como ponto de partida, destacamos a fala de Nuyts (2012) de que algumas dessas visões configuram interpretações fundamentalmente distintas umas das outras em decorrência do fato de se originarem de diferentes áreas de investigação linguística.

A diferença mais notável está na visão de Nuyts (2012, 2017), centrada na conceitualização do mundo, em relação a todas as outras apresentadas aqui, que estão

²² Tradução nossa de: “[...] I am not simply interested in saying P, but I also want to communicate to my addressee that I am aware that P might affect him/her emotionally or epistemically [...]” (Tantucci, 2021, p. 19).

²³ Tradução nossa de: “[...] I am not simply interested in saying P, but I also want to communicate to my addressee that I am aware that P could be recognised as plausible, or sensible by any member (or most members) of my social group [...]” (Tantucci, 2021, p. 20).

centradas na dimensão dos participantes do discurso e no aspecto interativo da situação discursiva, envolvendo relações de atenção ao destinatário, coordenação cognitiva entre os conceitualizadores, foco de atenção comum em relação a referentes discursivos e (as)simetrias de conhecimento. Apesar de podermos organizar as visões sobre o fenômeno em dois grandes grupos, um associado à concepção de Nuyts (2012, 2017) e o outro às outras visões apresentadas (por se concentrarem nos participantes da interação), intersubjetividades que divergem interagem no uso linguístico. Isso ocorre porque, em nosso entendimento, os elos entre as diferentes visões são muito mais fortes do que as bases que sustentam cada uma delas separadamente.

Como já sinalizamos, o foco na dimensão dos interlocutores, que caracteriza as visões de Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2003, 2010), Verhagen (2005, 2008), Ghesquière, Brems e Van de Velde (2012), Nebot e Cornillie (2018), Tantucci (2021) e a noção de “engajamento”, que configura uma visão de intersubjetividade (Bergqvist, 2011, 2012, 2016, 2017, 2018, 2020²⁴; Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b; Bergqvist; Grzech, 2023, entre outros), está presente até mesmo na (inter)subjetividade de Nuyts (2012, 2017) mesmo que como um ‘subproduto’ de seu *status* de categoria conceitual (Nuyts, 2017). O próprio autor salienta o papel que desempenha na regulação da interação aquilo que ele entende por “(inter)subjetividade”, bem como a possibilidade de coaplicar diferentes concepções e o fato de que as intersubjetividades não se excluem mutuamente, o que é fortemente corroborado pelas pesquisas de Kotwica (2020a, 2020b), que mencionamos anteriormente.

Quanto à nossa decisão em meio a uma diversidade de visões acerca da noção, uma vez que nossa pesquisa trata de uma questão teórica, um primeiro recorte foi necessário: trabalhar com uma concepção de intersubjetividade que se alinhasse ao *Princípio da Codificação Formal* que norteia a teoria a qual objetivamos aprimorar, o que nos levou a selecionar a visão de intersubjetividade relativa à categoria “engajamento”, dado seu status gramaticalizado. Essa necessidade da pesquisa implica um outro recorte à tese. Dos dois grandes grupos em que se dividem as visões de intersubjetividade, um centrado na conceitualização do mundo e o outro na dimensão dos participantes do discurso, o nosso trabalho se ocupará exclusivamente de uma intersubjetividade centrada nos participantes da interação.

Destacamos nesta seção o estreito vínculo entre as categorias de intersubjetividade

²⁴ Referida como “perspectiva epistêmica complexa” em alguns trabalhos do autor.

e evidencialidade, o qual se faz tão relevante em algumas línguas que estas passam a constituir um sistema evidencial gramaticalizado bastante complexo que incorpora distinções relativas ao (não)compartilhamento - tanto entre os participantes da interação, quanto ao nível macro - das informações veiculadas, o que nos motivou a abarcar, nesta tese, também a manifestação da intersubjetividade nesse domínio categorial. Na próxima seção, abordamos o que a literatura tem discutido sobre essa interseção.

2.2 Intersubjetividade em contexto evidencial

Para tratar da interação entre intersubjetividade e evidencialidade é crucial uma abordagem de conceitos-chave do domínio da categoria evidencialidade. Isso porque mostraremos nesta seção que a intersubjetividade em contexto evidencial é discutida em relação a vários pilares dessa categoria. Sendo assim, necessitamos especificá-los e delimitá-los bem para poder operar com eles no mapeamento da intersubjetividade na expressão da evidencialidade. Dito isso, abordamos nessa seção algumas problemáticas envolvendo as noções de “fonte” e “evidência” e uma alternativa para remediá-las, lançando mão da proposta de Izquierdo Alegría (2019). Discutimos também, com base nos trabalhos de Bermúdez (2005) e Hennemann (2022), uma dimensão frequentemente atribuída à evidencialidade que é central para nosso objetivo de caracterizar a intersubjetividade no contexto dessa categoria, a dimensão do acesso à informação.

Conforme explica Izquierdo Alegría (2019), a maioria das definições gerais da categoria evidencialidade comumente aceitas costumam empregar o substantivo “*source*” (“fonte”) para especificar o tipo de informação transmitida por um evidencial²⁵. No entanto, a terminologia possui várias acepções. O autor demonstra essa variabilidade ao identificar pelo menos quatro noções epistemológicas, após selecionar, de principais obras lexicográficas do espanhol e do inglês, as que estão relacionadas diretamente à aquisição do conhecimento. São elas: (i) enunciador responsável por fornecer a informação verbalmente, (ii) lugar onde se encontra a informação, (iii) indícios concretos a partir dos quais uma pessoa obtém um novo conhecimento e (iv) processo mediante o qual a informação é obtida e difundida.

Izquierdo Alegría (2019) observa que os limites designativos da terminologia “fonte” tendem a ser tomados como pressupostos, uma vez que é constante o seu emprego sem que se tenha definido previamente. Isso acaba gerando uma situação de confusão no uso

²⁵ Cf. Izquierdo Alegría (2019, p. 214), onde se apresentam definições consagradas na literatura evidencial que empregam o termo “fonte”.

da terminologia nos estudos de evidencialidade, como evidencia o autor em várias aplicações do termo, cada qual fazendo referência a uma entidade epistemológica distinta. Os exemplos (1)-(4) ilustram as quatro acepções para “fonte” verificadas por Izquierdo Alegria (2019) (enunciador, lugar, indício concreto, processo), comprovando a heterogeneidade que caracteriza seus usos na literatura evidencial.²⁶

- (1) “John indica que sua *fonte de informação* é Bill Fraenkel.” (Whitt, 2010, p. 153 *apud* Izquierdo Alegria, 2019, p. 218).²⁷
- (2) “Embora em (4) o acesso à *fonte de informação*, i.e. artigo(s) de jornal, dificilmente possa ser considerado restrito ao falante, a conclusão do falante não é necessariamente compartilhada com outras pessoas.” (Cornillie, 2007, p. 25 *apud* Izquierdo Alegria, 2019, p. 218-219).²⁸
- (3) “Esses evidenciais também são comuns em contextos de primeira pessoa, normalmente indicando uma sensação interna ou externa como a *fonte de conhecimento*.” (Curnow, 2002, §4.4 *apud* Izquierdo Alegria, 2019, p. 219).²⁹
- (4) “No entanto, tais elementos ainda podem ser classificados como evidenciais indiretos, pois são infelizes quando o falante tem evidência direta para *p* e porque eles apontam para um processo mental como *fonte de informação* para *p*.” (Faller, 2011, p. 672 *apud* Izquierdo Alegria, 2019, p. 219).³⁰

O uso do substantivo “*evidence*” (“evidência”), do qual procedem os termos “*evidentiality*” e “*evidential*” (“evidencial”), é também problemático, uma vez que costuma ser empregado como sinônimo de “indício”, similarmente a um dos usos da noção de “fonte” ilustrados anteriormente (exemplo (3)) (Izquierdo Alegria, 2019). O autor esclarece, com base em Aikhenvald (2004, p. 4-5), que tal uso se distingue do significado com o qual “*evidence*” é comumente empregado fora de qualquer terminologia, isto é, no sentido de “aquilo que manifesta ou torna evidente”, estando relacionado frequentemente ao valor demonstrativo e

²⁶ Para outros exemplos, confira Izquierdo Alegria (2019, p. 218-219). Para fins de ilustração, trouxemos aqui somente um emprego para cada acepção, mas o autor apresenta dois de cada.

²⁷ Tradução nossa de: “John indicates that his *information source* is Bill Fraenkel.” (Whitt, 2010, p. 153 *apud* Izquierdo Alegria, 2019, p. 218).

²⁸ Tradução nossa de: “Although in (4) the access to the *source of information*, i.e. newspaper article(s), can hardly be considered restricted to the speaker, the speaker’s conclusion is not necessarily shared with other people.” (Cornillie, 2007, p. 25 *apud* Izquierdo Alegria, 2019, p. 218-219).

²⁹ Tradução nossa de: “These evidentials are common in first person contexts as well, normally indicating an internal or external feeling as the *source of knowledge*.” (Curnow, 2002: §4.4 *apud* Izquierdo Alegria, 2019, p. 219).

³⁰ Tradução nossa de: “Nevertheless, such elements can still be classed as indirect evidentials as they are infelicitous when the speaker has direct evidence for *p* and because they point to a mental process as the *source of information* for *p*.” (Faller, 2011, p. 672 *apud* Izquierdo Alegria, 2019, p. 219).

probatório (Izquierdo Alegría, 2019, p. 220).³¹

Do mesmo modo que ocorre com a noção de “fonte” que acabamos de abordar, uma confusão epistemológica se manifesta no uso do termo “*evidence*”. O autor reflete sobre isso ao mencionar a frequente copresença dos termos “*evidence*” e “*source*” como equivalentes funcionais, ou até mesmo o emprego de “*source of evidence*”.³²

Diante dessa imprecisão que envolve conceitos tão basilares da categoria que constituirá o nosso recorte para o mapeamento da intersubjetividade, Izquierdo Alegría (2019) propõe uma distinção mais complexa de três noções que parecem se sobrepor aos usos amplos tanto de “*source*” quanto de “*evidence*” que apresentamos anteriormente com base no autor. São elas: “fonte” (em um sentido restrito, como explicaremos), “base” e “modo de aceso”.³³ A proposta de Izquierdo Alegría (2019) surge como uma alternativa para evitar confusões terminológicas e epistemológicas, já que estabelece contornos bem definidos acerca de parâmetros importantes que perfazem a categoria evidencialidade, fixando limites entre uma noção e outra e reparando ambiguidades resultantes de usos difusos que são feitos delas na literatura evidencial. Essa delimitação encaixa-se perfeitamente em nosso objetivo de descrever a intersubjetividade em contexto evidencial, dada sua projeção ao longo do perímetro da categoria evidencialidade.

Acerca da noção de “fonte”, Izquierdo Alegría (2019) restringe seu uso à pessoa responsável pelo processo de criar a informação (o próprio *locutor* ou *outro enunciador*). O autor faz questão de esclarecer que o verbo “criar” não remete à ideia de que o encarregado da criação é quem originou a informação pela primeira vez, algo que é de difícil detecção. Izquierdo Alegría (2019) parte da interpretação de autores como Dendale (1991 *apud* Izquierdo Alegría, 2019)³⁴ e Frawley (1992 *apud* Izquierdo Alegría, 2019),³⁵ que concebem a noção de “fonte” nessa perspectiva.

A noção de “base” diz respeito ao tipo de informação com base na qual o falante adquire um novo conhecimento e podem ser de natureza (i) *sensorial*, quando são estímulos

³¹ A atenção a essa diferença é refletida na postura de alguns autores francófonos que optam por não usar os termos “*évidentialité*” e “*évidentiel*” (empregam por exemplo o adjetivo “*mediatif*”), assim como na literatura em espanhol, da qual alguns estudos reservam os termos “*evidencialidad*” e “*evidencial*” a meios de expressão que qualificam como *evidente* a informação transmitida (Izquierdo Alegría, 2019).

³² Cf. Izquierdo Alegría (2019, p. 221) para uma listagem de definições de autores consagrados nos estudos sobre evidencialidade que comprova sua declaração.

³³ A GDF não faz essa distinção explicitamente, operacionalizando essas noções, tendo em vista que a sua tipologia se baseia no critério da camada em que um evidencial atua, sendo esse o foco. Não obstante, as três noções estão presentes ou implicadas nas definições das subcategorias evidenciais propostas pelo modelo.

³⁴ Dendale (1991 *apud* Izquierdo Alegría, 2019) propõe o conceito de *agente epistêmico* para se referir ao criador da informação ou de quem a informação é tomada.

³⁵ Frawley (1992 *apud* Izquierdo Alegría, 2019) trabalha com a noção de *Centro epistêmico*, que pode ser o *Self* ou *Other*.

que foram captados pelos sentidos; (ii) *enunciativa*, quando se trata de conteúdos de enunciados que foram expressos por outros; (iii) *cognitiva*, quando constituem dados que estão armazenados na memória do falante; e até mesmo (iv) *internas*, quando se tratar de estados fisiológicos e psicológicos (dor, cansaço, tristeza etc.) (Izquierdo Alegria, 2019).³⁶

Quanto ao “modo de acesso”, Izquierdo Alegria (2019) se baseia em tipologias evidenciais clássicas para determinar os modos *direto*, *reportativo* e *inferencial* como os principais, podendo estabelecer-se outras distinções dentro de cada um. É o que verificamos na proposta tipológica da GDF (Hengeveld; Dall’aglio-Hattner, 2015; Hengeveld; Fischer, 2018), em que a retransmissão de informações que não são “criadas” pelo falante pode figurar a subcategoria *Reportatividade* ou a *Citação*, no caso desta se for uma retransmissão literal da fala de outro. Essa diferença é refletida na gramática, já que cada subtipo desse atua em uma camada diferente do Componente Gramatical, motivo pelo qual a GDF conferiu-lhes o status de subcategoria independente, mesmo que ambos se refiram a informações que não correspondem a uma produção original do falante. A dimensão da inferencialidade também se subdivide em duas subcategorias, a *Inferência* e a *Dedução*, pela mesma razão de distinção de camada.

É importante mencionar que Izquierdo Alegria (2019) atribui ao “modo de acesso” o status de pilar central da evidencialidade. É o que ele considera a dimensão propriamente evidencial. “Fonte” e “base” são noções secundárias. Seu argumento se baseia na ideia de que é o “modo de acesso” o parâmetro de maior relevo nas classificações evidenciais. Segundo o autor, “[...] parece haver um acordo tácito na bibliografia evidencialista em que, quando um falante usa um evidencial, normalmente está fornecendo informações sobre o processo epistemológico que ele mesmo realizou e não outro enunciator [...]” (Izquierdo Alegria, 2019, p. 224).³⁷

Aparentemente, a importância ao “modo de acesso” é também atribuída pela GDF (Hengeveld; Dall’aglio-Hattner, 2015; Hengeveld; Fisher, 2018, Silva, 2024) em sua tipologia evidencial, que está composta por seis subcategorias evidenciais (*Citativa*, *Reportatividade*, *Inferência*, *Dedução*, *Não testemunhado* e *Sensorial*), cada qual atuando em uma camada da arquitetura do modelo e indicando um modo diferente de acesso à informação

³⁶ Para Izquierdo Alegria (2019), os três grupos principais são as *bases sensoriais*, *enunciativas* e *cognitivas*. As *bases internas* não são inseridas no grupo das *sensoriais* porque, por mais que sejam detectados de maneira direta mediante a experimentação deles, os sentidos não intervêm nesse processo.

³⁷ Tradução nossa de: “[...] parece existir un acuerdo tácito en la bibliografía evidencialista en que, cuando un hablante utiliza un evidencial, normalmente está aportando información acerca del proceso epistemológico que ha efectuado él mismo y no otro enunciator [...]” (Izquierdo Alegria, 2019, p. 224).

veiculada.³⁸ Contudo, se prestarmos mais atenção na definição dos subtipos evidenciais segundo a tipologia da GDF e em certos parâmetros que os diferenciam, as noções de “fonte” e “base” não parecem ter um papel tão coadjuvante. O pertencimento de uma informação a outro que não o falante, seja ela retransmitida *ipsis litteris* ou de forma parafraseada,³⁹ põe em relevo a noção de “fonte” (“criador”) descrita nos termos de Izquierdo Alegria (2019). Quanto à “Base”, esta é inclusive um critério implicado na distinção de duas subcategorias, a *Inferência* e a *Dedução*, tendo em vista que é a natureza distinta dessas bases que repercute na gramática na forma de uma camada diferente de atuação.

“Base evidencial”, “fonte (criador)” e “modo de acesso” evidenciais são conceitos importantes para esta pesquisa. A partir da definição de Izquierdo Alegria (2019), determinamos que a “base” evidencial corresponderá ao ponto de partida do falante para a geração de um conhecimento. A “fonte” será assumida aqui nos seguintes termos: o/a responsável por criar a informação, podendo ser o falante ou outro (o ouvinte, um terceiro – que pode ser um indivíduo ou uma instituição). O “modo de acesso” equivalerá às subcategorias evidenciais segundo a proposta de evidencialidade da GDF, já que cada um deles indica a maneira como o falante obteve o conhecimento veiculado, se pela retransmissão exata (*Citativa*) ou indireta (*Reportatividade*) da fala de outro, se por uma operação de raciocínio envolvendo ou conhecimento de mundo (*Inferência*) ou evidência perceptual (*Dedução*), se pelo não testemunho de um evento (*Não testemunhado*) ou se pelo testemunho mediante os sentidos, de um evento acontecendo (*Sensorial*). No Quadro 1, esquematizamos o relacionamento entre as noções de “fonte”, “base” e “modo de acesso”, conforme proposto por Izquierdo Alegria (2019), e a tipologia evidencial da GDF segundo os desdobramentos (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Hengeveld; Dall’aglio-Hattner, 2015; Hengeveld; Fischer, 2018; Silva, 2024).

Quadro 1 – Relação entre a tipologia da GDF e noções do domínio evidencial

<i>Hengeveld e Mackenzie (2008), Hengeveld e Dall’aglio-Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018)</i>	<i>Izquierdo Alegria (2019)</i>		
	<i>Fonte</i>	<i>Base</i>	<i>Modo</i>
<i>Citação</i>	<i>outro</i>	<i>enunciativa</i>	<i>reportativo</i>
<i>Reportatividade</i>			

³⁸ Silva (2024) propõe a incorporação da evidencialidade “não testemunhada” à tipologia evidencial da GDF. No próximo Capítulo, retomamos a proposta da GDF e o trabalho do referido autor.

³⁹ Respectivamente, subcategorias evidenciais *Reportatividade* (Hengeveld; Dall’aglio-Hattner, 2015) e *Citação* (Hengeveld; Fischer, 2018).

<i>Inferência</i>	<i>falante</i>	<i>cognitiva</i>	<i>inferencial</i>
<i>Dedução</i>		<i>sensorial</i>	
<i>Não testemunhado</i> ⁴⁰		<i>enunciativa ou cognitiva</i>	<i>reportativa ou inferencial</i>
<i>Sensorial</i>		<i>sensorial</i>	<i>direto</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Mencionamos mais de uma vez que a intersubjetividade se espalha pelo domínio da evidencialidade, relacionando-se aos pilares da categoria. Nossa afirmação se baseia em estudos e propostas que discutem a intersubjetividade em contexto evidencial ora em relação à “base” evidencial (cf. Kotwica, 2018b;⁴¹ Nuyts, 2001b⁴²), ora em relação à “fonte”, quando ligada à veiculação de conclusões ou informações associadas a um “criador” genérico como grupos ou instituições (cf. Prata; Vidal, 2022; Vidal; Prata, 2023) ou até mesmo não especificado, como é o caso de usos da construção do espanhol “*parece que*” que veiculam declarações evidenciais compartilhadas por outros, sem a especificação dessa fonte intersubjetiva junto ao meio de expressão evidencial (cf. Cornillie, 2008).

A intersubjetividade também se relaciona a uma dimensão da evidencialidade relativa ao de tipo de acesso à informação, mas não se trata do “modo de acesso” que mencionamos anteriormente, que especifica o processo epistemológico efetuado pelo falante na aquisição de um conhecimento. Bermúdez (2005) e também Hennemann (2022), com base na proposta de Bermúdez (2005 *apud* Hennemann, 2022) e de Clark (1996 *apud* Hennemann, 2022), incorporam ao domínio da evidencialidade uma dimensão que diz respeito ao acesso privativo e universal/compartilhado à informação. Facilmente verificamos que essa dimensão, precisamente o tipo de acesso compartilhado, tem-se mostrado de extrema relevância em

⁴⁰ Ao tratarmos da tipologia evidencial da GDF no Capítulo 3, esclarecemos a relação entre esse subtipo evidencial e as referidas bases e modos de acesso evidenciais de Izquierdo Alegria (2019).

⁴¹ Kotwica (2018b) explora a evidencialidade a partir da dimensão da intersubjetividade no discurso científico. A autora opta pelo uso dos termos “acesso (não) compartilhado da evidência” ou “evidências (não) compartilhadas” em vez de “(inter)subjetividade”, justamente devido à possibilidade de a dimensão abarcar também as noções de “conclusão compartilhada” ou “responsabilidade epistêmica compartilhada”.

⁴²Na realidade, Nuyts (2001) põe um foco maior na evidência, como demonstra sua definição de (inter)subjetividade, que está centrada na qualidade da evidência usada (se são conhecidas ou acessíveis por outros). No entanto, a ideia de “fonte” está também implícita já que o autor menciona igualmente o compartilhamento das conclusões, o que remete a um criador intersubjetivo. Cornillie (2007) frisa que uma coisa não leva necessariamente a outra, isto é, uma evidência compartilhada não garante que a conclusão também será. Vimos, na seção anterior, a reformulação de Nuyts (2012, 2017), em que essa associação à evidência é retirada já que a noção deixa de pertencer ao domínio evidencial. Mesmo que sua visão atual conceba a (inter)subjetividade como uma categoria separada, centrando-se mais nos indivíduos por trás dos estados-de-coisas e marcando uma visão compartilhada ou estritamente pessoal, inevitavelmente remete ao pilar fonte evidencial. Esses acoplamentos são esperados se considerarmos que, conforme assenta Nuyts (2012, 2017), categorias como a evidencialidade parecem mesmo ser o ‘habitat’ predominante da (inter)subjetividade.

classificações evidenciais, como evidenciam trabalhos que propõem tipos de evidencialidade de natureza intersubjetiva (“evidencialidade interpessoal”, de Tantucci (2021), e a categoria evidencial de “conhecimento mútuo” - que abarca a de “conhecimento geral”⁴³ -, de Hintz e Hintz (2017); cf. Bergqvist e Grzech (2023) para uma discussão sobre usos evidenciais que codificam em primeiro plano significados relacionados à propriedade do conhecimento, usos aos quais subjaz a semântica do engajamento).

Segundo Bermúdez (2005), essa dimensão do **acesso à informação** se constitui como um contínuo em que, em um extremo, temos o acesso exclusivo do falante à informação e, no outro, o acesso universal. Em um ponto intermediário, encontra-se aquele caso em que tanto o falante quanto o ouvinte têm acesso à informação. Hennemann (2022) reforça a importância de considerar essa dimensão a partir de seu estudo das construções *tener aspecto (de)/ter aspecto (de)* em que o conteúdo da proposição, embora seja sobretudo subjetivo, pode ser intersubjetivo, dependendo de se há ou não o compartilhamento do acesso à fonte⁴⁴ e da interpretação resultante.

O que podemos concluir com base nas discussões propostas acerca do domínio evidencial é que a dimensão do acesso à informação de certa forma amarra todas as atuações da intersubjetividade em relação aos pilares da evidencialidade com os quais interage, uma vez que a identificação do acesso compartilhado à informação certamente se faz a partir da fonte evidencial e/ou de evidências de que a base evidencial não é restrita ao falante, o que pode⁴⁵ ser um indicativo de que as conclusões a partir dessa base também não o são. Frisamos que a necessidade que levou à proposição de uma dimensão relativa ao acesso à informação (se privativo ou compartilhado) na estrutura da evidencialidade demonstra como essa categoria funciona como um domínio rico para mapear a (inter)subjetividade, afinal, como aponta Cornillie (2021), os evidenciais são sempre indicadores da postura subjetiva ou intersubjetiva do falante. Cabe ressaltar que a intersubjetividade, por sua vez, é uma face da evidencialidade na qual se ancoram extensões pragmáticas dos significados evidenciais, como demonstram várias pesquisas.

No que concerne à intersubjetividade em contexto evidencial, a alvorada dos estudos sobre a interseção entre a intersubjetividade e a evidencialidade é marcada pelos trabalhos de Nuyts (1992, 1993, 2001a, 2001b). A princípio, esse autor, tão consagrado nos

⁴³ Explicaremos o porquê de a categoria de “conhecimento mútuo” abarcar a de “conhecimento geral”, mas no Capítulo 5.

⁴⁴ Entendemos, pela discussão proposta pela autora, que “fonte” equivale à noção de “base” apresentada nesta seção.

⁴⁵ “Pode”, não garante. Cf. notas 28, 41 e 42.

estudos sobre modalidade, concebia a ‘dimensão da subjetividade’⁴⁶ uma distinção pertencente ao domínio da evidencialidade (Nuyts, 2001b). Essa tese surge a partir de uma reação ao posicionamento que interpreta ‘subjetividade/objetividade’ como distinções inerentes à modalidade epistêmica, como encontramos em Lyons (1977).

Segundo Nuyts (2001b), na análise da questão, estão em jogo duas dimensões semânticas, uma envolvendo a avaliação do falante da probabilidade do estado de coisas (qualificação epistêmica), e outra a avaliação do falante sobre a qualidade da evidência usada para a qualificação (evidencialidade). Diante do exposto, o autor defende que não existem tipos de modalidade epistêmica, mas uma interação de uma qualificação epistêmica com uma evidencial. Um forte argumento para isso é que a dimensão da subjetividade não está restrita à modalidade epistêmica, podendo ocorrer com outras dimensões qualificacionais (Nuyts, 2001b).⁴⁷

Partindo da concepção de que a dimensão da subjetividade pertence à evidencialidade, Nuyts (2001b) irá defini-la em termos de uma diferença no *status* da evidência e da avaliação epistêmica baseada nela segundo a perspectiva dos (conhecimentos dos) interactantes: de um lado, temos a indicação do falante de que ele, sozinho, acessou a evidência com base na qual ancorou as suas conclusões, situação em que assume uma responsabilidade unicamente pessoal no que se refere a sua qualificação epistêmica (subjetividade); de outro, temos a indicação de que as evidências são conhecidas ou acessíveis por outros que compartilham da mesma conclusão baseada nela, situação em que o falante assume uma responsabilidade compartilhada entre os que têm acesso à evidência e aceitam as conclusões feitas a partir dela (intersubjetividade).

Em síntese, o autor defende que a dimensão da subjetividade é uma categoria qualificacional independente de natureza evidencial definida em termos de se a evidência, bem como a conclusão baseada nela está disponível para o falante somente ou para um grupo de pessoas, incluindo o ouvinte (Nuyts, 2001b). A hipótese de que a (inter)subjetividade pudesse ser uma categoria independente de outra categoria já havia sido cogitada (cf. Nuyts, 2001b, p. 397); no entanto, diante da necessidade de alguns aprofundamentos, a discussão é deixada de lado e o autor se mantém firme na aceção da noção enquanto uma dimensão no

⁴⁶ Rótulo usado para cobrir, além da subjetividade, as contrapartes objetividade e intersubjetividade (Nuyts, 2001b). Quando fizermos referência à visão do autor, usaremos sempre o prefixo “*inter*” entre parênteses, conforme ele mesmo o faz.

⁴⁷ O autor aponta outros argumentos, no entanto, optamos por mencionar somente aquele que, segundo nossa interpretação, perpassará todas as discussões desenvolvidas ao longo de suas publicações sobre a temática. Dito de outra forma, esse é um argumento bastante caro ao autor e alicerça o ponto de vista cada vez mais defendido de que a (inter)subjetividade é uma dimensão à parte e independente, ou seja, uma categoria em si.

domínio evidencial. Conforme expusemos na seção anterior, em Nuyts (2012, 2017), encontramos a reelaboração da noção que resgata a hipótese já cogitada e desdobramentos acerca do status categorial da (inter)subjetividade.

Na seção anterior, vimos também que uma das visões de intersubjetividade atestadas na literatura concerne a (as)simetrias entre os participantes em relação ao conhecimento. Assim como Nuyts (2012, 2017), os defensores desse ponto de vista tanto concebem a intersubjetividade como uma categoria, a qual denominam “engajamento” como verificam relações entre esta e a evidencialidade. Entretanto, exatamente como faz Nuyts (2012, 2017), os autores que defendem a categoria de “engajamento” reforçam as diferenças que existem entre ambas as noções. Grzech, Schultze e Bergqvist (2020) salientam que evidencialidade e engajamento são categorias diferentes, mas que interagem entre si, como ocorre em certos marcadores que expressam simultaneamente modo de acesso e acesso exclusivo *versus* compartilhado.

Outro fator que os referidos autores destacam, e que é de grande relevância frisar aqui, concerne aos domínios nocionais que conformam a epistemicidade. “Modo de acesso (perceptual/cognitivo)”, “julgamento de probabilidade baseado em conhecimento/crença”, “envolvimento/autoridade/primazia epistêmica”, “acesso compartilhado vs. não compartilhado/autoridade/primazia epistêmica” se distinguem conceitualmente, no entanto, a mesma afirmação não pode ser atribuída às suas respectivas categorias linguísticas (evidencialidade, modalidade epistêmica, egoforicidade e engajamento, respectivamente) (Grzech; Schultze; Bergqvist, 2020, p. 286). Essa observação resulta exatamente da verificação de inter-relações, em que domínios conceituais ditos corresponderem a determinadas categorias, conforme a associação estabelecida pelos referidos autores, sobrepõem-se no espaço de uma categoria (cf. Bergqvist; Kitillä, 2020; Bergqvist; Grzech, 2023); e, relativamente a interação entre as categorias linguísticas que interessam à presente pesquisa, é por essa razão que certos sistemas evidenciais são defendidos como codificadores não apenas do modo de obtenção (muitas vezes este domínio nocional é inclusive secundário na marcação evidencial), mas de outras funções relativas à dimensão da intersubjetividade.

Em línguas de expressão lexical, como o português, o espanhol e o inglês, a intersubjetividade em contexto evidencial já foi tema de interesse de várias pesquisas (Cornillie, 2007; Arrese, 2007, 2010, 2011, 2015; Unternbäumen, 2013; González, 2014; Carretero; Marín-Arrese; Lavid-López, 2017; Nebot; Cornillie, 2018; Hennemann, 2018; Ibáñez; Kotwica, 2020; Kotwica, 2018a, 2018b, 2020a, 2020b; Estellés; Albeda, 2018; Sainz, 2018, 2019; Xu, 2022; Prata; Vidal, 2022; Vidal; Prata, 2023; entre outros) e, conforme

esclarecemos na introdução deste trabalho, a relação entre a intersubjetividade e a evidencialidade é concebida de forma direta e indireta e se vincula às “extensões pragmáticas e discursivas do significado evidencial” (Nebot; Bates, 2018, p. 1), que variam entre proteção de faces, efeito de confiabilidade, reforço, intensificação, efeito persuasivo, cortesia positiva, mitigação, atenuação, cinismo, entre outros. Há também uma fecunda discussão envolvendo línguas de sistema evidencial gramaticalizado. Trabalhos como o de Bergqvist e Grzech (2023) fazem parte de um conjunto de pesquisas com uma agenda orientada à discussão de sistemas gramaticais de marcação epistêmica com foco no componente pragmático dessa manifestação.

Participantes, incluindo seus atributos e atividades psicológicas e sociais, bem como a relação social entre eles (Connolly, 2007a), situação comunicativa, domínio discursivo, gênero textual/discursivo são fatores de natureza contextual e em certo ponto conceitual - pois parecem envolver questões emocionais, psicológicas e atitudinais do falante⁴⁸ - que propiciam a emergência da intersubjetividade em contexto evidencial e se mostram medulares para a explicação do comportamento dos evidenciais nos trabalhos mencionados que estão centrados na expressão lexical da evidencialidade.

No âmbito de línguas menos conhecidas e com sistemas gramaticalizados para a expressão de categorias tais como a evidencialidade, vários estudos sobre marcação epistêmica⁴⁹ têm enfatizado a importância do contexto. Ao discorrer sobre a documentação da evidencialidade com foco em línguas minoritárias, Mithun (2020) afirma que não se consegue uma imagem completa do domínio se as metodologias não considerarem o contexto social. Essa pauta tem sido central em trabalhos como Fox (2001), Gipper (2011), Bergqvist (2017), Grzech, Schultze-Berndt e Bergqvist (2020), Mithun (2020), Bergqvist e Grzech (2023), para citar alguns, nos quais o **contexto interacional** é decisivo para o desencadeamento de usos evidenciais que extrapolam a mera indicação do modo de obtenção. Bergqvist e Grzech (2023, p. 12) advogam que “[...] a postura individual do falante e o status desse falante em relação a outros falantes da comunidade têm um efeito na escolha de evidências que vai além do acesso perceptivo e cognitivo ao evento em questão [...]”.⁵⁰ As extensões semânticas e

⁴⁸ Cf. Connolly (2013, 2017) para uma descrição desses fatores como pertencentes ao Componente Contextual da GDF.

⁴⁹ Marcação epistêmica é concebida neste trabalho nos termos definidos por Grzech, Schultze-Berndt e Bergqvist (2020), como um correlato linguístico da epistemicidade - que inclui vários domínios nocionais dos quais destacamos evidencialidade e engajamento -, refletindo a maneira como são rastreados e expressos os estados de conhecimento (cf. Grzech; Schultze-Berndt; Bergqvist, 2020).

⁵⁰ Tradução nossa de: “[...] The speaker’s individual stance and that speaker’s status relative to other speakers in the community has an effect on the choice of evidentials that goes beyond perceptual and cognitive access to the event in question [...]” (Bergqvist; Grzech, 2023, p. 12).

pragmáticas dos evidenciais de que tanto falamos aqui não são efeitos colaterais, mas partes do quebra-cabeça (Bergqvist; Grzech, 2023), ou seja, são fulcrais para a conceitualização da categoria.

As reflexões que reivindicam uma análise contextualmente orientada dos evidenciais nos levam a indagar acerca do tipo de impacto que o contexto tem sobre as escolhas gramaticais. Haja vista as discussões que trouxemos neste capítulo, parece que, para dizer o mínimo, fatores contextuais como a natureza do contexto de uso e o relacionamento entre os participantes determinam o comportamento da gramática no que tange à emergência de evidenciais com determinadas características semânticas e pragmáticas. Mesmo que essa relação não seja 100% categórica, não se pode afirmar seu caráter accidental, uma vez que o tratamento na perspectiva pragmática vem mostrando que o contexto pode agir de modo bastante sistemático sobre a gramática devido à persistência de certos comportamentos a nível gramatical, no tocante à manifestação da categoria evidencialidade, frente a determinadas propriedades contextuais ou, de modo mais radical, à existência de restrições contextuais para a manifestação de evidenciais de natureza intersubjetiva, como incisivamente têm demonstrado Hintz e Hintz (2017, p. 7), que retomaremos no Capítulo 5.

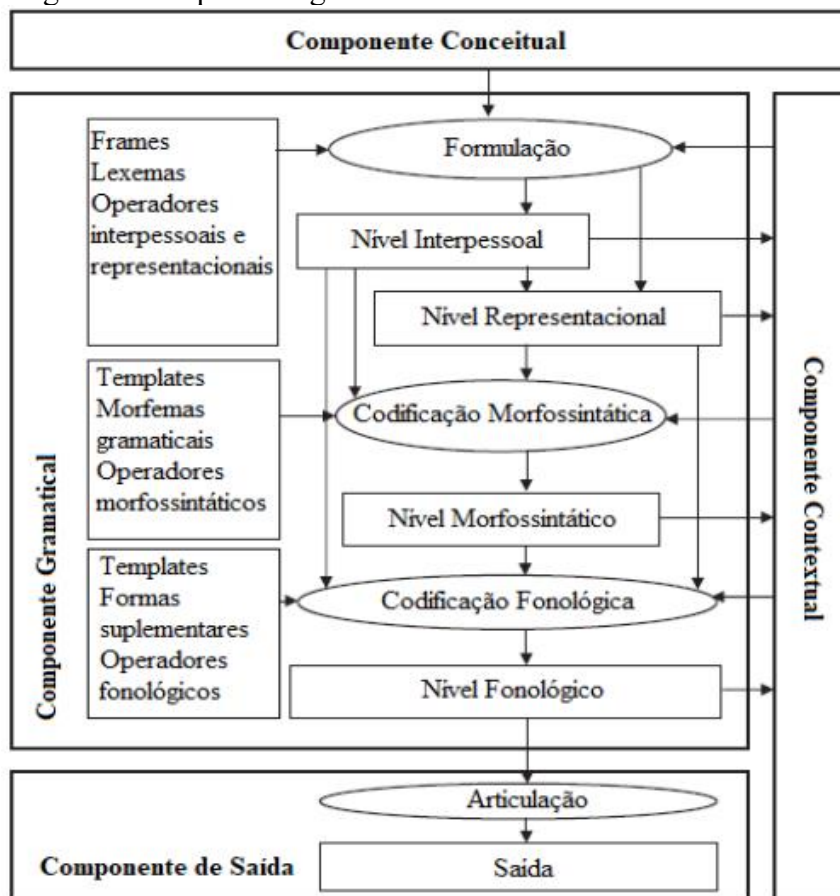
A intersubjetividade é uma dimensão complexa e multifacetada, em que uma ou mais facetas compõe(m) a semântica de várias categorias linguísticas. Por esse motivo, é adequado falarmos de “intersubjetividades”. O uso do plural não implica em hipótese alguma independência entre os seus variados tipos. A intersubjetividade, pensada em sentido amplo como uma dimensão das relações em sociedade - de como nos relacionamos com o outro e/ou com o mundo –, e que é codificada nas línguas naturais, compreende um conjunto de intersubjetividades, isto é, de formas diferentes de retratar essas relações. As discussões sobre o tema desenvolvidas na seara da ciência Linguística evidenciam exatamente essa multiplicidade de intersubjetividades sendo codificadas tanto por meios lexicais quanto gramaticais podendo interseccionar-se com categorias atitudinais.

Na sequência, descrevemos o aparato teórico e metodológico da Gramática Discursivo Funcional (GDF), com destaque às propriedades do modelo que são pertinentes para a presente pesquisa.

3 GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) se define como um modelo da estrutura das línguas que é parte de uma teoria de interação verbal mais ampla (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Trata-se de um modelo em camadas com uma arquitetura que busca refletir, de uma maneira aproximada, a organização do processamento da linguagem. À vista desse propósito, a gramática possui uma orientação descendente (*top-down*), partindo da intenção, que tem lugar no Componente Conceitual, para a articulação, culminando a proposta do modelo em um Componente de Saída, onde são geradas expressões acústicas, ortográficas e gestuais, no caso da língua de sinais. A GDF também interage com um Componente Contextual, responsável por informações imediatas e de longo prazo que exercem um impacto sistemático na língua. Nesse modelo hierárquico descendente, “[...] pragmática governa a semântica, pragmática e semântica regem a morfossintaxe, e pragmática, semântica e morfossintaxe regem a fonologia.” (Hengeveld; Machenzie, 2008, p. 14). Fornecemos, na sequência, a arquitetura geral do modelo.

Figura 1 – Arquitetura geral da GDF



Fonte: Traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13).

No Componente Gramatical da GDF, distinguem-se duas grandes operações, por meio das quais o modelo lida com aspectos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos. Na operação de Formulação, a GDF lida com aspectos pragmáticos, no Nível Interpessoal (NI), e semânticos, no Nível Representacional (NR). Os aspectos morfossintáticos e fonológicos são descritos na operação de Codificação, composta pelo Nível Morfossintático (NM) e o Nível Fonológico (NF), onde as informações recebidas da Formulação são fundidas em uma representação estrutural que é posteriormente convertida em um construto fonológico, com base em Hengeveld e Mackenzie (2008).

Na seguinte seção, trataremos de forma mais detalhada do Componente Gramatical, direcionando nosso foco ao NI, o responsável por lidar com as distinções intersubjetivas na GDF, e nas camadas dos níveis de formulação onde atuam os subtipos evidenciais.

3.1 Componente Gramatical

Nesta seção, descrevemos os níveis que compõem as operações de Formulação e Codificação linguísticas, começando pelo Nível Interpessoal, que se encontra no topo da hierarquia constitutiva do Componente Gramatical do modelo e é o nível central para a presente investigação. Cabe destacar que ele é o grande acréscimo da teoria, haja vista que as outras propriedades gramaticais de natureza semântica, morfossintática e fonológica são, em sua maioria, já consagradas na literatura linguística.

- Nível Interpessoal

Seguindo a orientação *top-down*, temos, no topo da hierarquia, o Nível Interpessoal (NI). Trata-se de um nível que lida com os aspectos formais de uma unidade linguística que dizem respeito à interação entre os Participantes - Falante (P_1) e Ouvinte (P_2) (Hengeveld; Mackenzie, 2008). O NI se organiza na forma de uma estrutura hierárquica, com os Movimentos (M), camada mais alta do NI, constituídos de Atos Discursivos (A), os quais são também construídos a partir de outros elementos, como a Ilocução (F), os Participantes e o Conteúdo Comunicado (C), que, por sua vez, é constituído por Subatos (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Há também o estabelecimento de uma relação não hierárquica entre unidades nesse nível; é o caso das unidades que integram o Ato Discursivo (A). A Figura 2 traz uma representação simplificada do NI.

Figura 2 – Representação do Nível Interpessoal

$$(M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}} (R_1)_{\{\Phi\}} \dots (R_{1+N})_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 15).

Acerca do Movimento (M), conforme adiantamos, a GDF o toma como a camada no topo da hierarquia, em razão de ser a maior unidade de interação pertinente para a análise. O Movimento (M) consiste em “[...] uma contribuição autônoma para uma interação em curso [...]” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 50).⁵¹ Ele é uma reação ou abre a possibilidade para uma. A GDF pontua que somente o Movimento (M) tem essa capacidade de provocar uma reação do interlocutor – a qual também assumirá a forma dessa camada -, que pode ser uma resposta a uma pergunta, uma objeção etc., segundo esclarecem os autores. Segundo a GDF, o Movimento (M), na conversação, corresponde geralmente a um turno de fala; na linguagem escrita, a sua completude normalmente se reflete na divisão estratégica “parágrafo”. Sua complexidade também pode variar desde um silêncio a um longo trecho discursivo.

O fato é que o Movimento (M), sempre que o material linguístico esteja presente, tomará a forma de um ou mais Atos Discursivos (A) (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Os Movimentos (M) podem receber modificadores - Σ (modificação lexical) ou operadores - π (modificação gramatical). Os modificadores são elementos do léxico que especificam o papel da unidade no curso discursivo; por exemplo, o de resumir um monólogo narrativo (“to cut a long story short”).⁵² Um exemplo de operador nessa camada é o “however”,⁵³ do inglês, contrastando dois Movimentos (M) entre si (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

A camada imediatamente inferior ao Movimento (M) é o Ato Discursivo (A), definido como a menor unidade comunicativa identificável, com base em Kroon (1995 *apud* Hengeveld, 2008). Assim sendo, essa unidade pode ser desde uma palavra a uma oração, como frisa a GDF. Diferentemente dos Movimentos (M), os Atos Discursivos (A) não possuem efeito perlocucionário, ou seja, não provocam uma reação por parte do Ouvinte (P_2). Conforme estabelecido na teoria, quando um Movimento (M) é formado por um ou mais Atos Discursivos (A), a relação entre eles pode ser de equipolência,⁵⁴ quando há um status comunicativo igual, ou dependência, quando o status é desigual (um Ato Discursivo é

⁵¹ Tradução nossa de: “[...] an autonomous contribution to an ongoing interaction [...]” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 50).

⁵² “resumindo a história”.

⁵³ “No entanto”.

⁵⁴ Considerando que, em casos em que um Movimento (M) é formado por mais de um Ato Discursivo (A) em relação de equipolência, pode resultar difícil determinar se são realmente dois Atos discursivos (A) ou se seriam dois Movimentos (M), uma estratégia sugerida por Hengeveld e Mackenzie (2008) é a aplicação de um modificador que atua na camada do Ato discursivo (A), tal como “briefly” (“brevemente”).

Subsidiário).

O Ato Discursivo (A) também pode ser modificado lexical ou gramaticalmente. Os modificadores possíveis são aqueles que expressam ênfase (i.e., “Answer me *dammit!*”) e que especificam propriedades estilísticas, como “breafly” (“brevemente”), ou o status do Ato Discursivo (A) no interior do Movimento (M) (i.e., “in addition” – “além disso”). Hengeveld e Mackenzie (2008) citam operadores de ironia e de ênfase, que tem implicações no Nível Fonológico da gramática, com a realização de um contorno intonacional especial. Além de uma marcação fonológica, a ironia pode marcar-se lexicalmente.⁵⁵ Nessa camada, também atua o subtipo evidencial *Citação*, que indica uma retransmissão literal de uma informação dita por outro que não o falante, tratando-se, portanto, de um Ato Discursivo (A) de um terceiro.

Retornando às propriedades do Ato Discursivo (A), essa camada consiste maximamente de quatro unidades. São elas: Ilocução (F), Participante - o Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) – e o Conteúdo Comunicado (C) (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Tendo em vista que a Ilocução (F) é a parte central de um Ato Discursivo, seguiremos com as considerações do NI a partir dessa camada.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a Ilocução (F) é responsável por capturar as propriedades lexicais e formais dos Atos Discursivos (A) que podem ser atribuídas ao uso interpessoal convencionalizado para o alcance de intenções comunicativas, as quais incluem tipos de atos como chamar atenção, afirmar, perguntar, ordenar, advertir etc., que podem ser mapeadas em ilocuições específicas, embora não exista uma relação de um-para-um entre uma determinada intenção e uma Ilocução (F).

Segundo a GDF (2008), cada Ato Discursivo (A) conterá uma Ilocução (F), que pode se manifestar mediante o léxico (performativos explícitos) ou de maneira abstrata (performativos implícitos).⁵⁶ A GDF considera ambos os casos predicados, em razão de que a relação entre as unidades que formam o Ato Discursivo (A) (seus Participantes – Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) - e o Conteúdo Comunicado (C)) pode ser comparada a de um predicado e três argumentos. Verbos performativos como “promise” (“prometer”) ou “inform” (“informar”) especificam a Ilocução (F) de um Ato Discursivo (A). Sua manifestação abstrata se dá por

⁵⁵ Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 65) citam um exemplo do alemão falado (ou escrito, mas informal), em que o Ato Discursivo (A) Subsidiário “maar niet heus” (“mas não realmente”) indica que o anterior deve ser entendido como irônico.

⁵⁶ A notação usada quando a Ilocução (F) é preenchida por performativos explícitos é ♦; ILL é usado como notação para o caso de performativos implícitos (Ilocuições abstratas). Além dessas duas possibilidades, o espaço de uma Ilocução (F) também pode ser preenchido por interjeições ou expressões relacionadas, como “ow” e “ouch” do inglês, o “obrigado/a”, do português, etc.

meio de um conjunto de Ilocuções abstratas. A GDF define um conjunto de doze categorias ilocucionárias.⁵⁷ Quando o espaço para uma Ilocução (F) é preenchido por um predicado performativo lexical, os Participantes Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) podem ser explicitados, o que geralmente não ocorre com os predicados abstratos (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Nessa camada também está prevista a atuação de modificadores e operadores.

Outro componente do Ato Discursivo (A) é o Participante (Falante - P₁ e Ouvinte - P₂).⁵⁸ Quando há uma realização lexical do Participante, pode ocorrer a atuação de modificadores e operadores. Muitas das operações gramaticais relativas à expressão dos Participantes serão representadas por operadores (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Os Participantes também são representados no Componente Contextual, que conterá propriedades gramaticalmente relevantes acerca deles, como explicam os autores. A GDF menciona os operadores para número (singular, dual, trial, paucal, plural) (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 85).

Acerca da camada do Conteúdo Comunicado (C), a GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) a define como a totalidade do que o Falante (P₁) deseja evocar para o Ouvinte (P₂) na interação, correspondendo às escolhas realizadas a fim de evocar uma imagem do mundo externo sobre o qual o Falante deseja falar. Por essa razão, tal camada corresponderá àquela dentro da qual ocorre o mapeamento para o seguinte nível da hierarquia (o Nível Representacional). O Conteúdo Comunicado (C) também pode ser modificado lexical ou gramaticalmente. Um exemplo de modificador e operador nessa camada são os de natureza evidencial, que especificam que a informação pertence a outro falante (subtipo *Reportatividade*).

A GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) também esclarece que a camada do Conteúdo Comunicado (C) é formada pelo Subato, no sentido de que um Conteúdo Comunicado (C) é evocado pelo Falante (P₁) mediante a realização dessas unidades. Estes são assim nomeados dado seu *status* hierarquicamente subordinado aos Atos Discursivos (A) (mas ainda assim constituem uma forma de ação comunicativa do Falante (P₁)) (Hengeveld; Mackenzie, 2008). A GDF define Subatos de duas naturezas distintas: o Subato de Referência (R) e o Subato de Atribuição (T).

Acerca do Subato de Atribuição (T), a GDF o define como uma tentativa de

⁵⁷ Declarativa, Interrogativa, Imperativa, Proibitiva, Optativa, Imprecativa, Exortativa, *Dishortative*, Admoestativa, Commissiva, Supplicativa e Mirativa.

⁵⁸ Na interação, há uma alternância dos Participantes ora como Falante (P₁) ora como Ouvinte (P₂), segundo esclarece a GDF.

evocar uma propriedade, que pode ou não ser atribuída a um referente.⁵⁹ O Subato de Atribuição (T) também é uma camada onde pode atuar o subtipo evidencial Reportatividade, conforme retomaremos na seguinte seção. Quanto ao Subato de Referência (R), a GDF (2008) o define como uma tentativa de evocar uma entidade/referente. Um Subato de Referência (R) também pode consistir em um nome próprio ou em características abstratas⁶⁰. No caso dos nomes próprios, o falante fará referência a um Indivíduo (x), Localização (l) ou Tempo (t). Quanto às características abstratas, a GDF (2008) as associa aos pronomes pessoais.

Na seção dedicada à intersubjetividade na GDF, retornamos esse nível, com ênfase na camada do Subato de Referência (R), fornecendo mais detalhes acerca de suas propriedades, em razão de constituírem distinções intersubjetivas inquestionáveis feitas no Componente Gramatical do modelo que, conforme assumimos nesta tese, estão associadas à visão de intersubjetividade adotada aqui, a restrita à expressão gramatical (a que seus respectivos autores denominam “engajamento”).

A seguir, descrevemos o Nível Representacional (NR), atendo-nos aos aspectos pertinentes para a análise.

- Nível Representacional

O Nível Representacional (NR) é responsável pelos aspectos semânticos das unidades linguísticas. Com base em Hengeveld e Mackenzie (2008), estas são tratadas de maneira isolada dos modos em que são usadas na comunicação, tendo em vista que os aspectos relativos ao uso são preocupações do nível que acabamos de descrever. A seguir, apresentamos um exemplo simples que ilustra a distinção entre esses níveis da Formulação.

- R
- (1) In the zoo I saw a lion.
- T
- (2) This animal is a lion.
- (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 120)

“No zoológico eu vi um leão.”
“Este animal é um leão.”⁶¹

No que se refere a “a lion” (“um leão”), com base em Hengeveld e Mackenzie

⁵⁹ Em “It is raining”/“Está chovendo”, a propriedade não está sendo atribuída a nenhum referente (exemplo de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 109)).

⁶⁰ Devemos esclarecer que, se o nome próprio é usado interpelativamente, estará ocupando a camada do Participante e não do Subato de Referência (R), conforme salienta a GDF (2008).

⁶¹ Tradução nossa dos exemplos (1) e (2).

(2008), podemos observar que, nos dois exemplos, a designação (aspecto semântico) não muda. Trata-se de uma expressão que faz referência a um animal da classe leão. A diferença entre os enunciados está na forma como é **usada** a expressão: em (1), o Falante (P_1) a evoca como um referente, e, em (2), como uma propriedade. A designação é a mesma, mas a evocação não.

No NR, a GDF (2008) lida com algumas categorias semânticas, são elas: Conteúdo Proposicional (p), Indivíduo (x), Episódio (ep), Estado de Coisas (e), Propriedade (f), Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Quantidade (q).⁶² Esse nível apresenta igualmente uma estrutura hierárquica, com unidades que se relacionam não hierarquicamente, também, como se pode verificar na Figura 3.

Figura 3 – Representação do Nível Representacional

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)^n (x_1)_\Phi \dots (x_{1+n})_\Phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\Phi]) \dots (e_{1+n})_{\{\Phi\}}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}] (p_1))$$

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 15).

Deter-nos-emos nas categorias centrais seguindo a estrutura hierárquica do nível, centrando-nos naquelas que constituem camadas de atuação de subcategorias evidenciais segundo a tipologia da GDF.

Como explicam Hengeveld e Mackenzie (2008), no topo da hierarquia do NR, está o Conteúdo Proposicional (p), definido com um construto mental cuja existência se dá somente na mente do falante. Eles não existem no espaço nem no tempo, como é o caso dos Estado de Coisas (e), conforme veremos mais adiante. Ainda com base nos autores, os Conteúdos Proposicionais (p) podem ser factuais (peças de conhecimento ou crenças sobre o mundo real) ou não factuais (esperanças e desejos com relação a um mundo imaginário) e podem ser qualificados em termos atitudes proposicionais e de sua fonte ou origem, quando sobre eles incide a modalidade epistêmica subjetiva e a subcategoria evidencial Inferência, respectivamente. O Conteúdo Proposicional (p) pode ser modificado por meios lexicais e gramaticais. Muitos modificadores e operadores nessa camada são de natureza evidencial.

Em posição imediatamente inferior ao Conteúdo Proposicional (p) está o Episódio (ep), camada constituída por um ou mais Estado de Coisas (e) compartilhando unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduos (x) (Hengeveld; Mackenzie, 2008). A

⁶² A GDF (2008) parte das quatro categorias básicas definidas em Lyons (1977, p. 442-447 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008) - Conteúdo Proposicional, Indivíduo, Estado de coisas e Propriedade -, mas adiciona as outras à lista dada a relevância de distingui-las como categorias separadas (algumas línguas apresentam fenômenos gramaticais sensíveis a elas, como a nominalização).

atuação de modificadores e operadores também ocorre na camada do Episódio (ep). Exemplos de modificadores e operadores são aqueles que expressam tempo absoluto e evidencialidade. Em razão da propriedade temporal dos Episódios, atuam nessa camada dois subtipos evidenciais: a *Dedução* (Hengeveld; Dall’aglio-Hattner, 2015), que indica que o falante deduz um Estado de Coisas a partir da percepção sensorial de um outro Estado de Coisas; e a *Não testemunhada* (Silva, 2024), que indica que o falante não testemunhou o evento referido.

O Estado de Coisas (e) é uma categoria semântica que se caracteriza pela possibilidade de ser localizada no tempo e no espaço e ser avaliada quanto ao seu *status* de realidade, com base em Hengeveld e Mackenzie (2008). Sobre a temporalidade, a diferença do Episódio (ep), que constitui a camada onde atuam os operadores de tempo absoluto, o Estado de Coisas (e) apresenta localização temporal relativa. Seu elemento temporal também o diferencia das categorias Conteúdo Proposicional (p) (“*The **idea** was at six o’clock.”/ “*A **ideia** foi às seis horas”) e Indivíduo (x) (“*The **chair** was at six o’clock.”/ “*A **cadeira** foi às seis horas”) (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 166, grifo nosso).

Além das camadas supracitadas, a GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) descreve a Propriedade Configuracional, que constitui um inventário de frames de predicação que são relevantes para uma língua; a Propriedade Lexical (ou não configuracional), responsável por hospedar os lexemas de uma língua; e a camada do Indivíduo (x), que designa entidades concretas e tangíveis que podem ser localizadas no espaço e terem sua existência avaliada, com base em Hengeveld e Mackenzie (2008).⁶³ Nessa última camada, atuam diversos modificadores, como adjetivos, locativos, numerais (em línguas em que os numerais são elementos gramaticais), orações relativas restritivas ou orações de particípio usadas para descrever um Indivíduo (x) e operadores também de natureza qualitativa, quantitativa, locativa (demonstrativos, quantificadores, numerais cardinais e ordinais) (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Os autores salientam que no NM, quando temos a expressão real de um Sintagma Nominal, os operadores que atuam no NR são mesclados com os que se aplicam normalmente à camada do Subato de Referência (R) relacionados à identificabilidade e especificidade do referente. A seguir, descrevemos o NM, atendo-nos aos aspectos pertinentes para a análise.

- Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático (NM) é responsável por codificar as informações

⁶³ Os autores se baseiam em Lyons (1977).

recebidas da Formulação. Conforme explicam Hengeveld e Mackenzie (2008), ele não tem o poder de adicionar ou subtrair informação semântica (do NR) e pragmática (do NI) e é por isso que a sua configuração precisa ser realizada de uma maneira que preserve e represente o *input* corretamente e nos lugares certos na estrutura sintática e morfológica. Similarmente aos outros níveis, este também se organiza de forma hierárquica. Acerca de sua estrutura, a GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) define a Expressão Linguística (Le) como a maior unidade de análise. As outras unidades que organizam o NM são: Oração (Cl), Sintagma (Xp) e Palavra (Xw). Fornecemos, na Figura 4, uma representação simplificada do NM.

Figura 4 – Representação do Nível Morfossintático

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\{\Phi\}}(Cl_2)_{\{\Phi\}}] (Cl_1))]) (Le_1))$$

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 17).

A GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) caracteriza a Expressão Linguística (Le) com qualquer conjunto composto de pelo menos uma unidade que pode ser usada de forma independente. Essas unidades podem ser Orações (Cl) ou Sintagmas (Xp). As Orações (Cl) são formadas por Palavras (Xw),⁶⁴ Sintagmas (Xp) e outras Orações (Cl) e são organizadas por *templates* que cumprem um importante papel em determinar a sequência linear dos elementos que a compõem. Quanto aos Sintagmas (Xp), o que os caracteriza é o fato de serem encabeçados por um item lexical transmitido pelos níveis de Formulação.

Em uma Expressão Linguística (Le), as unidades constituintes, sejam elas Sintagmas (Xp) ou Orações (Cl), podem estabelecer relações de dependência e independência. A Equiordenação caracteriza uma relação de dependência mútua entre Orações (Cl) ou entre Sintagmas (Xp).⁶⁵ Quando uma das unidades pode ocorrer de forma independente e a outra não, temos uma relação de dependência unidirecional. Se essa unidade dependente é uma Oração (Cl), a relação é de Cosubordinação; se é um Sintagma (Xp), a relação é de Extraclausalidade. A relação de independência, quando entre Orações (Cl), caracteriza-se por uma situação de Coordenação; quando entre Sintagmas, trata-se da Listagem. A subordinação é um aspecto tratado no nível da Oração (Cl).

Ao nível da Oração (Cl), temos a subordinação, que é uma propriedade morfossintática bastante produtiva em enunciados evidenciais lexicalmente marcados, uma

⁶⁴ No nível da Oração (Cl), as Palavras (Xw) são do tipo gramatical, como as conjunções.

⁶⁵ Nessa situação, nenhuma das unidades correlacionadas é um constituinte da outra, mas também não podem ocorrer de forma independente. Hengeveld e Mackenzie (2008) ilustram o fenômeno mediante a língua Kashmiri.

vez que os predicados tomando complemento podem veicular a função de transmissão e recepção de Conteúdo Comunicado (C), Inferência, Percepção de evento, entre outras (Cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 368).⁶⁶

Acerca dos Sintagmas (Xp), a GDF (2008) distingue cinco tipos: Sintagma Verbal (Vp), Sintagma Nominal (Np), Sintagma Adjetival (Adjp), Sintagma Adverbial (Advp) e Sintagma Adposicional (Adp). No tocante ao Vp's, é importante esclarecer que a GDF (2008, p. 376) não o entende como a combinação de verbo e objeto, como é o uso tradicional do termo, mas como um sintagma que tem como *head* uma palavra verbal.

• Nível Fonológico

O Nível Fonológico, encarregado também da Codificação, está constituído pelas unidades Enunciado (U), Sintagma Entonacional (IP), Sintagma Fonológico (PP), Palavra Fonológica (PW), Pé (F) e Sílabas (S). Esse nível, que está condicionado aos outros, gerará uma representação para os Atos Discursivos (A) que serão articulados no Componente de Saída. A Figura 5 exibe uma representação simplificada do NF.

Figura 5 – Representação do Nível Fonológico

$$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 18).

Com base em Hengeveld e Mackenzie (2008) e conforme representado na Figura 5, o trecho de fala de maior extensão abarcado pelo NF é o Enunciado (U) que é formado por um ou mais Sintagmas Entonacionais (IP), os quais, por sua vez, são formados por um ou mais Sintagmas Fonológicos (PP). PPs são constituídos por uma ou mais Palavras Fonológicas (PW) e estas, por um ou mais Pés (F). Um F é composto por uma ou mais Sílabas (S).

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), um IP tem, internamente, um núcleo, que é um movimento de pico em uma ou mais sílabas, e, externamente, uma pausa, que marca a fronteira entre um IP e outro, pausa esta que tipicamente possui uma duração menor daquelas que separam Enunciados (U). Os autores assinalam algumas coincidências, não regras, entre unidades do NF e do NI. Há, por exemplo, uma frequente coincidência entre um Movimento (M) e um Enunciado (U), entre um Ato Discursivo (A) e um IP, bem como uma relação 'default' entre um Sintagma Fonológico (PP) e um Subato, dado que Sintagmas

⁶⁶ Mencionamos somente as funções evidenciais, mas esses predicados podem também atuar em outras camadas veiculando outras funções, conforme ilustram Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 368).

Entonacionais, que estabelecem tipicamente uma correspondência com Atos Discursivos (A), são formados por um ou mais PPs.

O propósito desta seção não é fornecer uma descrição exaustiva das propriedades do Componente Gramatical da teoria. Por essa razão, apenas definimos em linhas gerais em que consistia cada um dos níveis da Formulação e da Codificação. Ativemo-nos mais no NI dada a sua natureza intersubjetiva, mas reservando alguns de seus aspectos para uma seção específica (3.1.2) sobre como a intersubjetividade tem sido abordada no quadro teórico e metodológico da GDF. No tocante aos outros níveis, centramo-nos naqueles aspectos que se relacionam mais estreitamente ao nosso tema de pesquisa, como as camadas semânticas onde atuam alguns dos subtipos evidenciais. No que concerne ao NF, discutimos no Capítulo 6 impactos gramaticais, relativos à expressão da intersubjetividade em contexto evidencial, de natureza fonológica. Daí, a nossa decisão de abordá-lo nesta exposição teórica.

Na seguinte seção, abordamos a classificação da categoria evidencialidade segundo os desenvolvimentos da GDF (Hengeveld; Dall’aglio-Hattnher, 2015; Hengeveld; Fischer, 2018; Silva, 2024).

3.1.1 Evidencialidade na GDF

Considerando os desenvolvimentos da GDF no que tange a uma proposta tipológica para a evidencialidade (Hengeveld; Dall’Aglío-Hattnher, 2015; Hengeveld; Fischer, 2018; Silva, 2024), define-se no quadro da teoria uma tipologia evidencial composta por seis subtipos evidenciais, definidos com base nas camadas dos níveis de Formulação do Componente Gramatical da arquitetura geral do modelo.

No Nível Interpessoal (NI), conforme a proposta de Hengeveld e Dall’aglio-Hattnher (2015), ocorre a subcategoria *Reportatividade*, que atua na camada do Conteúdo Comunicado (C) indicando que a informação é transmitida (pertence a outro falante). Hengeveld e Fischer (2018), a partir do estudo da língua A’ingae, verificam a pertinência de acrescentar a essa tipologia o subtipo *Citação*, que corresponde à reprodução, por parte do falante, da fala de outrem na forma como foi produzida originalmente, motivo pelo qual a sua atuação ocorre na camada do Ato Discursivo (A). Os autores também demonstram que a *Reportatividade* pode atuar na camada do Subato de Atribuição (T), caso em que a informação retransmitida diz respeito a uma propriedade evocada.⁶⁷

⁶⁷ A proposta evidencial da GDF (2008) em relação ao NI somente previa a evidencialidade *Reportatividade* com atuação na camada do Conteúdo Comunicado (C).

Ainda segundo Hengeveld e Dall’aglio-Hattner (2015), atuam, no Nível Representacional (NR), os subtipos (i) *Inferência*, que se caracteriza pela veiculação de um conhecimento resultante de um cálculo mental do falante a partir de um conhecimento existente, por isso a sua atuação na camada do Conteúdo Proposicional (p); (ii) *Dedução*, também proposicional, mas com a diferença de que a base de conhecimento usada é uma evidência perceptual: o falante observa um Estado de Coisas (e) e, a partir dele, chega a uma determinada conclusão, isto é, deduz outro Estado de Coisas (e), razão pela qual é descrita como atuante na camada do Episódio (ep); e (iii) a *Percepção de evento*, que concerne à indicação de se o falante testemunhou ou não diretamente um Estado de Coisas (e) acontecer, ocorrendo, dessa forma, nesta camada.⁶⁸

Recentemente, foram propostos acréscimo e modificação na tipologia evidencial da GDF. Silva (2024) propõe uma alteração na noção de “evidencialidade de percepção de evento”, que, conforme acabamos de definir, corresponde ao testemunho **ou não** de um Estado de Coisas ocorrendo. Segundo Silva (2024), essa noção deve corresponder a duas subcategorias evidenciais, a ‘evidencialidade não testemunhada’ e a ‘evidencialidade sensorial. Dada as propriedades temporais e espaciais da ocorrência do subtipo *Não testemunhado*, Silva (2024) propõe que sua atuação ocorre na camada do Episódio (ep), indicando que o Estado de Coisas (e) não foi percebido pelo falante mediante os sentidos, pois este se encontrava distante temporal e espacialmente do evento, com base no autor. A *Sensorial* concerne ao testemunho de um Estado de Coisas (e) mediante os sentidos, restringindo-se sempre à situação de simultaneidade entre os momentos da obtenção e da ocorrência do evento (Silva, 2024). No Quadro 2, organizamos os subtipos evidenciais em relação às camadas de atuação.

⁶⁸ Na GDF (2008), definem-se dois tipos de evidencialidade atuando na camada do Conteúdo Proposicional (p): a inferencial e a genericidade. Explicamos que o Conteúdo Proposicional (p) pode ser qualificado em termos de sua fonte ou origem. Quando a informação se apresenta como de conhecimento comum compartilhado, temos a expressão da genericidade; quando se tratar de uma conclusão com base em conhecimento de mundo ou em **evidência de natureza sensorial**, temos a expressão da modalidade inferencial. A GDF (2008) também define a evidencialidade Percepção de evento, com atuação na camada do Estado de Coisas (e). Em conclusão, essa era a visão da GDF (2008) no que se refere à natureza dos evidenciais pertencentes ao NR, em que o subtipo evidencial Dedução não estava previsto, uma vez que o modelo não fazia distinção, em termos de camada, entre uma conclusão baseada em evidência de natureza perceptual ou em conhecimento de mundo. Além disso, a GDF concebia a inferência como um tipo de modalidade, o que muda com os desenvolvimentos sobre as categorias TAME (tempo, aspecto, modo/modalidade e evidencialidade) no quadro teórico do modelo. Essa concepção se desfaz uma vez que, como assinalam Dall’aglio-Hattner e Hengeveld (2016), essas quatro noções não constituem uma categoria unificada quando pensadas no contexto das camadas da GDF, mas se subdividem em diferentes subcategorias segundo o escopo de atuação.

Quadro 2 – Evidencialidade segundo a GDF

<i>Subcategoria evidencial</i>	<i>Nível e camada de atuação</i>
Citação	Nível Interpessoal – camada do Ato Discursivo (A)
Reportatividade	Nível Interpessoal – camada do Conteúdo Comunicado (C) ou do Subato de Atribuição (T)
Inferência	Nível Representacional – camada do Conteúdo Proposicional (p)
Dedução	Nível Representacional – camada do Episódio (ep)
Não testemunhada	Nível Representacional – camada do Episódio (ep)
Sensorial	Nível Representacional – camada do Estado de Coisas (e)

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Hengeveld, Dall’Aglio-Hattner (2015), Hengeveld e Fischer (2018) e Silva (2024).

O Quadro põe em relevo o fato de atuarem dois subtipos distintos na camada do Episódio (ep). Isso ocorre em virtude das características semânticas da ocorrência dos evidenciais de *Dedução* e *Não testemunhado*. Na *Dedução*, ambos os ECs, o percebido e o deduzido, localizam-se no mesmo tempo absoluto (porém em tempos relativos distintos) e, uma vez que o tempo absoluto é um operador no Episódio (ep), a GDF assume a atuação desse subtipo nessa camada.

No subtipo *Não testemunhado*, conforme defende Silva (2024), a obtenção da informação pode ocorrer antes, durante e depois da ocorrência do evento, o que mostra seu escopo sobre o tempo relativo, impedindo, dessa maneira, que o evidencial opere num Estado de Coisas (e), camada na qual atua o operador de tempo relativo. Como vimos na seção sobre o Componente Gramatical, as duas camadas hierarquicamente superiores ao Estado de Coisas (e) são, primeiro o Episódio (ep) e, acima deste, o Conteúdo Proposicional (p). O autor propõe que o subtipo defendido atue na camada do Episódio (ep), haja vista que “[...] a unidade semântica especificada pelo não testemunhado não pode ser avaliada em termos de desconhecimento, não pode ser falseada e não pode ser apresentada como uma possibilidade [...]”, avaliações atribuíveis ao Conteúdo Proposicional (p) (Silva, 2024, p. 113), o que leva o autor a descartar essa outra camada hierarquicamente superior ao Estado de Coisas (e) e assumir a atuação do *Não testemunhado* na camada do Episódio (ep).

Na seguinte seção, abordamos o tratamento da intersubjetividade segundo a Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

3.1.2 A Intersubjetividade na GDF

A diferença das noções - bem como o uso dos termos - “subjetividade” e “objetividade”, a noção de “intersubjetividade” e o uso concreto da terminologia não haviam

sido empregados pelo modelo da GDF até a publicação de um texto de Mackenzie (2017), um dos autores da teoria.⁶⁹

A subjetividade na GDF é mencionada explicitamente em relação a determinadas categorias modais e evidenciais (Dall’aglio-Hattnher; Hengeveld, 2016) e a certos modificadores que atuam no NI (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Nagamura, 2016) ou até mesmo ao próprio NI como um todo (Mackenzie, 2017). A objetividade, por outro lado, está vinculada a categorias modais de camadas mais inferiores do NR (Dall’aglio-Hattnher; Hengeveld, 2016) ou ao próprio NR em sua totalidade (Mackenzie, 2017). A intersubjetividade é tratada em relação aos Componentes Conceitual e Contextual (Mackenzie, 2017). Seguindo essa abordagem, Camacho e Oliveira (2024) estudam a intersubjetividade no uso dos advérbios fóricos do tipo locativo, baseando-se na noção de acordo tácito entre os sujeitos da interação.

Nos exemplos (3)-(6), ilustramos como as noções de objetividade, subjetividade e intersubjetividade são vinculadas ao Componente Gramatical do modelo ou à GDF como parte de um Modelo de Interação Verbal (MIV), em que a gramática interage com outros componentes.

- (3) “A habilidade de se expressar é, **provavelmente**, a mais importante de todas as que uma pessoa pode possuir.” (Dall’aglio-Hattnher; Hengeveld, 2016, p. 4).
- (4) “Quanto ao jogador Juan Pablo Pino, com certeza **deverá** brilhar na próxima temporada.” (Dall’aglio-Hattnher; Hengeveld, 2016, p. 4).
- (5) “No one was paying attention to the **poor** fellow.” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 121).
Ninguém estava prestando atenção ao **pobre** rapaz.
- (6) “Inf.: eu vô(u) falá(r) como/ como/ como eu faria pra saí(r) **daqui** e chegá(r) na casa do meu pai... (AC-083; RP: L. 292-293).” (Camacho; Oliveira, 2024, p. 40).

Em (3), o advérbio ‘provavelmente’ expressa a “modalidade epistêmica **subjetiva**”, que atua na camada do Conteúdo Proposicional (p), com relação ao qual o Falante (P₁) expressa o grau e tipo de comprometimento que assume (Dall’aglio-Hattnher; Hengeveld, 2016). Em (4), o verbo modal ‘dever’ expressa a “modalidade epistêmica **objetiva**”, que atua na camada do Episódio (ep), os quais são caracterizados em termos da (im)possibilidade de

⁶⁹ Cabe citar a tese em GDF de Pessoa (2011), que já discutia a noção de intersubjetividade, mas em relação à modalidade deôntica. Em sua proposta tipológica, a autora propõe a modalidade deôntica intersubjetiva, tendo em vista a relação fonte-alvo deônticos.

ocorrerem tendo em conta um conhecimento de mundo (Dall’aglio-Hattner; Hengeveld, 2016). No caso de (5), temos o adjetivo ‘pobre’ correspondendo à expressão gramatical da **subjetividade**,⁷⁰ uma vez que expressa a atitude subjetiva do Falante (P₁) acerca da entidade que o Subato de Referência (R) designa (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Em (6), temos a codificação da **intersubjetividade** não como refletindo uma categoria modal de algum dos níveis de Formulação, como nos exemplos (3) e (4), ou com vinculação a alguma camada, como em (5), mas ao Componente Contextual, em que a recuperação da referência de ‘daqui’ se ancora no Componente Contextual restrito e é dependente de um acordo intersubjetivo sobre a identificação do local onde se encontram os participantes da interação comunicativa (Camacho; Oliveira, 2024).

Mencionamos que o termo “intersubjetividade” é associado na GDF a outros componentes que não o Gramatical. De acordo com Mackenzie (2017), podemos falar de dois tipos de intersubjetividade, a Contextual e a Conceitual. A contextual ocorre uma vez que o Componente Contextual se apresenta como um terreno compartilhado pelo falante e pelo ouvinte, em que a memória linguística de curto prazo interage de forma direta com os processos de Formulação, ou seja, há um impacto direto do contexto sobre a gramática. Os exemplos (7) e (8) trazem a ocorrência do “priming” estrutural e são usados por Mackenzie (2017) para ilustrar a intersubjetividade contextual.

- (7) a. A reunião correu bem?
 b. Correu.
 (Mackenzie, 2017, p. 12).

- (8) a. A reunião não correu bem?
 b. Correu, correu.
 (Mackenzie, 2017, p. 12).

O ponto central defendido pelo autor é a assunção de um Componente Contextual correspondendo à memória de curto prazo e interagindo com a Formulação linguística, conforme mencionamos. Trata-se de uma visão intersubjetiva “[...] no sentido de modelar os interlocutores, assim como a experiência linguística que compartilham [...]” (Mackenzie, 2017, p. 13). No exemplo (7b), observa-se que o falante naturalmente quer fornecer uma informação nova na resposta à pergunta sobre se a reunião correu bem. Assim, uma vez que o

⁷⁰ Especificamos que se trata de uma expressão ‘gramatical’ da subjetividade, posto que nos baseamos em Nagamura (2016). O autor propõe dois tipos de subjetividade, opondo a ‘subjetividade gramatical’, que se refere à existência de restrições sintáticas que refletem a subjetividade, à ‘subjetividade inerente’, que corresponde à natureza subjetiva da linguagem.

conteúdo da resposta fornecida em (7b) não é o mesmo da informação ‘correr + pretérito’, que é a informação em foco, Mackenzie (2017) propõe uma solução intersubjetiva em que ‘correu’ vem do Componente Contextual que corresponde à memória de curto prazo e que é compartilhada pelos interlocutores, visto que, desde a ótica de uma gramática individualista, essa intenção comunicativa de veicular nova informação não é refletida na expressão usada pelo falante em sua resposta. A mesma situação também ocorre em (8b) quando o falante repete duas vezes ‘correu’ - uma palavra já armazenada num Componente Contextual compartilhado pelos interlocutores - para dar uma resposta positiva à pergunta negativa (Mackenzie, 2017).

A intersubjetividade conceitual, por outro lado, é concebida como uma alternativa que promove o consenso com visões opostas a respeito do Componente Contextual, as quais se dão no seio do grupo GDF, como a de Connolly (2007a, 2007b, 2014) e Keizer (2014). De acordo com Mackenzie (2017), essas visões querem incluir no Componente Contextual tudo que, de algum modo, exerça influência nas escolhas do falante em sua interação com o ouvinte, à vista da noção estrita de contexto concebida na GDF. Dessa forma, Mackenzie (2017) propõe uma intersubjetividade conceitual, a qual se produz quando o impacto do Componente Contextual sobre a gramática for intermediado pelo Componente Conceitual.

O objetivo dessa exposição é esclarecer que a intersubjetividade, qual seja a visão a qual aludamos, não é referida **explicitamente** pela teoria a níveis e/ou categorias específicas da Formulação, como ocorre com as noções de subjetividade e objetividade, em que se aplicam concretamente os termos. Não obstante, o NI da GDF é intersubjetivo por excelência, em um sentido *lato*, benvenistiano, ao capturar a natureza intersubjetiva da linguagem, por tratar de “[...] todos os aspectos formais de uma unidade linguística que refletem seu papel na **interação entre o Falante e o Ouvinte** [...]” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 46, grifo nosso).⁷¹

Pensando o NI como refletindo a natureza intersubjetiva da linguagem, podemos destacar as propriedades que diferenciam crucialmente Movimentos (M) de Atos Discursivos (A). Enquanto o Movimento (M) constitui uma reação e tem o poder também de provocá-la no Ouvinte (P₂), o Ato Discursivo (A₁) pode apenas provocar um “backchannel”, isto é, uma resposta que encoraja o prosseguimento do ato comunicativo do Falante (P₁), conforme esclarecem Hengeveld e Mackenzie (2008). As Ilocuções (F), previstas no NI da GDF, também retratam claramente relações intersubjetivas na comunicação linguística, uma vez que

⁷¹ Tradução nossa de: “[...] all the formal aspects of a linguistic unit that reflect its role in the interaction between the Speaker and the Addressee [...]” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 46).

refletem diferentes intenções do Falante (P₁) em relação ao seu Ouvinte (P₂) (informar, perguntar, direcionar o interlocutor para a realização de uma ação ou proibi-lo de fazê-la, entre outras funções).⁷²

O NI também apresenta, como vimos no Capítulo 3, uma camada denominada Participante, que prevê não só o Falante (P₁) como também o Ouvinte (P₂), dada a existência de propriedades gramaticais que aludem a uma, a outra ou ambas as funções. Cabe frisar que, apesar de o Ouvinte (P₂) entrar como uma propriedade do NI, asseverando o caráter intersubjetivo desse nível, a GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Keizer, 2015), muito embora se tenha defendido uma perspectiva dialógica dela, figura, com base em Mackenzie (2014), um modelo com uma orientação ao indivíduo, mais concretamente ao Falante (P₁), tendo em vista que é “[...] o usuário individual da língua (o falante) quem é explicitamente considerado central para a teoria [...]” (Mackenzie, 2014, p. 250).⁷³

A natureza intersubjetiva do NI é mais flagrante no contexto do Conteúdo Comunicado (C), cujas unidades constitutivas recebem funções relativas à estrutura informacional (*Foco*, *Tópico* e *Contraste*), quando relevantes para a gramática das línguas, e, no caso específico do Subato de Referência (R), operadores que, combinados, especificam diferentes distribuições de acesso entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) aos referentes evocados.

Relativamente ao *Foco* (~ *Background*), segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), essa função pragmática indica que o Falante (P₁), com o objetivo de preencher uma lacuna no conhecimento do Ouvinte (P₂) (ou corrigir alguma informação dele), seleciona de modo estratégico informação nova, que pode consistir em um Subato de Referência (R), de Atribuição (T) ou em um Conteúdo Comunicado (C) em sua totalidade.⁷⁴ O *Background* refere-se à informação à qual não se atribui função de *Foco* (Hengeveld; Mackenzie, 2008). O *Tópico* (~ *Comentário*), que, como sinalizado na GDF, não é uma função complementária ao *Foco*, haja vista que um mesmo elemento pode carregar ambas as funções, centraliza uma ligação com o Componente Contextual, ao sinalizar como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente nele (Hengeveld; Mackenzie, 2008). A função de *Tópico* pode ser atribuída tanto a Subatos de Referência (R) quanto a Subatos de Atribuição (T). A marcação de *Contraste* (~ *Solapamento*) reflete o desejo do Falante (P₁) de

⁷² Cf. os tipos de locução em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 71-72).

⁷³ Tradução nossa de: “[...] it is the individual language user (the speaker) who is explicitly held to be central to the theory [...]” (Mackenzie, 2014, p. 250).

⁷⁴ Quando um *Foco* é atribuído a um C, este consistirá em uma “declaração tética” (Sasse, 1987; Cornish, 2004 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 89), em que nenhuma de suas partes constitutivas é codificada como estabelecendo relação com o discurso atual, ou seja, a informação por completo é totalmente nova (Keizer, 2015, p. 76). Como esclarece a GDF, declarações téticas contrastam-se com declarações categoriais, nas quais há um *Tópico* e um *Foco* ou, como descreve Keizer (2015), um *Tópico* e um *Comentário*.

destacar diferenças particulares entre Conteúdos Comunicados (C) ou entre um Conteúdo Comunicado (C) e informações contextuais, função que se opõe a de *Solapamento*, que sinalizará semelhanças entre essas informações (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Os autores pontuam que a marcação das contrapartes *Background* e *Comentário* parece ser algo raro e a de *Solapamento* parece nem existir.

A intersubjetividade se evidencia de modo patente no âmbito do Conteúdo Comunicado (C), posto que, tanto as funções relativas à estrutura informacional quanto os operadores do Subato de Referência (R), detalhados na sequência, constituem propriedades pragmáticas que sinalizam a pressuposição de um Componente Contextual que pode ser assumido pelo Falante (P₁) como compartilhado ou não com o Ouvinte (P₂) e uma relação entre os Participantes e essas informações contextuais em termos de conhecimento/acesso.

No que tange aos operadores do Subato de Referência (R), Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem aqueles que dizem respeito à identificabilidade e não identificabilidade do referente, uma distinção orientada ao Ouvinte (P₂), uma vez que concerne às pressuposições do Falante (P₁) em relação à identificabilidade do referente para o Ouvinte (P₂) ({+id, -id}). Os exemplos (9) e (10) ilustram como essas propriedades podem ser codificadas em língua inglesa e como se dá a representação subjacente, segundo a GDF, de referentes evocados que são assumidos pelo Falante (P₁) como ‘não identificável’ e ‘identificável’ pelo Ouvinte (P₂).

- (9)a. We saw *a lovely cottage* yesterday.
 b. (-id R₁: (T₁) (T₂)]^R)
 (Keizer, 2015, p. 95).
 Vimos uma linda casa de campo ontem.

- (10)a. I took *the car* to work yesterday.
 b. (+id R₁: (T₁)^R)
 (Keizer, 2015, p. 95).
 Levei o carro para o trabalho ontem.

Com base nas descrições dos exemplos fornecidas por Keizer (2015), a estimativa do Falante (P₁) de que Ouvinte (P₂) não é capaz de identificar o referente ‘lovely cottage’, conforme indica o uso do operador ‘-id’ na camada do Subato de Referência (R) na representação subjacente em (9b), é refletida na codificação mediante uso do artigo definido ‘a’. O referente ‘car’ do enunciado em (10a) é assumido pelo Falante (P₁) como identificável pelo Ouvinte (P₂) e, portanto, recebe na representação subjacente em (10b) o operador ‘+id’, que desencadeia, na operação de Codificação, o uso do artigo definido ‘the’.

A outra distinção realizada pela GDF na camada do Subato de Referência (R) concerne à especificidade e não especificidade do referente, que está orientada ao Falante (P_1) (se para ele o referente é ou não identificável ($\{+s, -s\}$). Enquanto a propriedade ‘+s’ pode ser ilustrada no Subato de Referência (R) ‘a lovely cottage’ do exemplo (9) anterior, posto que o Falante (P_1) tem uma entidade específica em mente quando o usa (Keizer, 2015), no exemplo em (11) a seguir, o que faz é apenas evocar uma entidade que tem a propriedade ‘cottage’, mas sem especificar de que entidade se trata.

- (11) We are looking for *a cottage*, preferably in the Lake District.
 (-s R_1 : [(T_1) (T_2)] R)
 (Keizer, 2015, p. 96)⁷⁵
 Estamos procurando *uma casa de campo*, de preferência no Lake District.

A parte que mais nos interessa dessas propriedades da camada do Subato de Referência (R), tendo em vista os nossos objetivos de pesquisa, é a maneira como elas podem estar combinadas, indicando diferentes relações de intersubjetividade análogas aos aspectos que conformam a categoria “engajamento” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b). Com base em Hengeveld e Mackenzie (2008), há quatro combinações possíveis das propriedades de identificabilidade e especificidade dos referentes evocados no Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P_1). Vejamos:

- (12)
- a. $\{+id, +s\} \rightarrow$ referente identificável para P_1 e P_2 ;
 - b. $\{-id, +s\} \rightarrow$ referente identificável somente para P_1 ;
 - c. $\{-id, -s\} \rightarrow$ referente não identificável para P_1 e P_2 ;
 - d. $\{+id, -s\} \rightarrow$ referente identificável somente para P_2 .
- (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 122).

No exemplo (13) a seguir, temos a combinação dos operadores $\{+id, +s\}$ que indicam que tanto o Falante (P_1) como o Ouvinte (P_2) identificam o Subato de Referência (R) ‘the teacher’, segundo apontam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 122):

- (13) Did *the teacher* give you homework?
O professor lhe deu lição de casa?

Outra possibilidade apresentada por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 122) é a

⁷⁵ Para manter apenas o que queríamos ilustrar, houve uma pequena modificação no exemplo original apresentado pela autora, uma vez que não mantivemos o operador de identificabilidade.

combinação dos operadores {-id, -s}, que ocorrem quando tanto o Falante (P₁) como o Ouvinte (P₂) não conseguem identificar o Subato de Referência (R). Ilustramo-la em (14), onde o Falante (P₁) evoca o referente ‘someone to help me’:

- (14) I am looking for *someone to help me*.
Estou procurando *alguém para me ajudar*.

Em (15), quando o Falante (P₁) evoca o Subato de Referência (R) ‘a certain problem’, o qual é identificável para ele, está assumindo que o Ouvinte (P₂) não tem conhecimento acerca da identidade desse referente. Logo, temos a combinação dos operadores {-id, +s}. Em (16), por outro lado, ocorre o inverso, combinam-se os operadores {+id, -s}, indicando que o Subato de Referência (R) é assumido pelo Falante (P₁) como identificável somente para o Ouvinte (P₂) (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 122). Vejamos:

- (15) I have *certain problem* with this text.
Tenho *um certo problema* com este texto.

- (16) *Who* stole my bike?
Quem roubou minha bicicleta?

Hengeveld e Mackenzie (2008) especificam também algumas combinações possíveis envolvendo os pronomes pessoais - que, como vimos neste Capítulo, podem constituir o “head” de um Subato de Referência (R) -, a identificação de referentes e os Participantes da interação. Visualizamos também como uma maneira de mapear a intersubjetividade no Componente Gramatical. Essas propriedades são relevantes para o tratamento da intersubjetividade em relação com a evidencialidade em línguas de expressão lexical, em que a evidencialidade interage com a categoria de pessoa, como ocorre em usos evidenciais de verbos de percepção (Vendrame, 2010; Caldas, 2021), de cognição (Silva, 2020; Vidal, 2021; Prata; Vidal, 2022; Vidal; Prata, 2023) e verbos *dicendi* (Moya; Prata; Casanellas; Casaña, 2023). No Quadro 3, apresentamos as combinações previstas pela GDF:

Quadro 3 – Combinações de propriedades do Nível Interpessoal

Pronomes pessoais como “head” do Subato de Referência (R₁)	Representação subjacente
Primeira pessoa do singular (I/me)	(+id R ₁ : [+S, -A] (R ₁))
Primeira pessoa do plural exclusiva (We/us (-you))	(+id R ₁ : [+S, -A] (R ₁))
Primeira pessoa do plural inclusiva (we/us (+you))	(+id R ₁ : [+S, +A] (R ₁))
Segunda pessoa do singular e do plural (you, you-all, you-	(+id R ₁ : [-S, +A] (R ₁))

guys)	
Terceira pessoa do singular e do plural (he/she/they)	(+id R ₁ : [-S, +A] (R ₁))

Fonte: Elaborado com base em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 118) e Keizer (2015, p. 93).⁷⁶

Os operadores que atuam na camada R realizam distinções em termos de se os referentes evocados pelo Falante (P₁) em seu Conteúdo Comunicado (C) são (i) conhecidos pelo Falante (P₁) e pelo Ouvinte (P₂), ou seja, é um conhecimento **compartilhado por ambos** ({+id, +s}); (ii) conhecidos pelo Falante (P₁) ou pelo Ouvinte (P₂) **somente** ({-id, +s}/{+id, +s}); (iii) desconhecidos **tanto** pelo Falante (P₁) **como** pelo Ouvinte (P₂) {-id, -s}). Essas quatro possibilidades caracterizariam por completo a categoria “engajamento” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b), conforme apresentada pelos seus proponentes e adeptos.

Com base em Bergqvist e Knuchel (2019), os marcadores de “engajamento” realizam um contraste semântico entre acesso compartilhado e não compartilhado. Essa seria a característica principal da categoria, mas ela possui algumas dimensões, isto é, pode ser subespecificada nos contrastes lógicos indicados na Figura 6.

Figura 6 – Possíveis distribuições de acesso ao conhecimento entre Falante e Ouvinte

1. Falante	>	Ouvinte (Falante não compartilhado)
2. Falante	=	Ouvinte (Falante-Ouvinte compartilhado)
3. Falante	<	Ouvinte (Ouvinte não compartilhado)
4. Falante	—	Ouvinte (Falante-Ouvinte não compartilhado)

Fonte: Traduzido e adaptado de Bergqvist e Knuchel (2019, p. 654).

Na primeira situação da Figura 6, o falante indica que tem acesso a um evento ao mesmo tempo em que assume que o ouvinte não tem acesso similar ao evento em questão; na situação dois, o falante assume que o ouvinte compartilha o acesso a um evento; em três, o falante assume que o acesso ao evento é exclusivo do ouvinte; na situação quatro, o falante assume que tanto ele quanto o ouvinte não têm acesso a um evento (Bergqvist; Knuchel, 2019, p. 654). Tais relações fizeram-nos pensar em equivalências entre a categoria “engajamento” com todas as suas dimensões e as distinções de intersubjetividade no NI da GDF resultantes da combinação de operadores na camada do Subato de Referência (R), como

⁷⁶ Retiramos a caracterização no NR para os pronomes pessoais, exibida em Hengeveld e Mackenzie (2008), e adicionamos os pronomes do inglês, com base em Keizer (2015).

propomos no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Dimensões do “engajamento” e intersubjetividade para a GDF

“Engajamento”	Operadores e suas combinações no Subato de Referência
Acesso do Falante (P ₁) ao conhecimento (não compartilhado)	{-id, +s}
Acesso do Ouvinte (P ₂) ao conhecimento (não compartilhado)	{+id, -s}
Acesso compartilhado entre Falante (P ₁) e Ouvinte (P ₂)	{+id, +s}
Não acesso compartilhado entre Falante (P ₁) e Ouvinte (P ₂)	{-id, -s}

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro ponto de confluência que verificamos em considerações feitas pelos autores do “engajamento” e pela GDF é a associação com tipos de frase. A GDF aponta que as propriedades ‘+id’ e ‘-s’ combinadas se associam naturalmente a ilocuições interrogativas e, em uma análise de interrogativas de conteúdo, a GDF assumirá que o item questionado terá as propriedades {+id, -s}. Bergqvist e Knuchel (2019) coincidem nesse ponto quando estabelecem que ilocuições declarativas se associariam ao traço “Falante não compartilhado”, isto é, ao acesso exclusivo do Falante, enquanto as interrogativas ao acesso exclusivo do Ouvinte (“Ouvinte não compartilhado”). Entretanto, isso se aplicaria em certa medida.

Como frisam Bergqvist e Knuchel (2019), o uso de declarações em conversação espontânea sem uma qualificação⁷⁷ é algo raro; assim, uma declaração em inglês seguida de uma “tag question”, como em “This is how you do it, right?” (É assim que se faz, certo?), pode apontar para o traço “Falante-Ouvinte compartilhado”, visto que o falante “[...] busca o acordo do ouvinte com respeito a um evento do qual falante e ouvinte estão participando [...].” (Bergqvist; Knuchel, 2019, p. 654).⁷⁸ Em caso de interrogativas, mas que estejam modalizadas, como ocorre em “Could this be how you do it?” (Poderia ser assim que você faz?), a expectativa em relação a uma resposta comprometida do ouvinte parece não existir, de modo que a especulação aponta para o traço “Falante-Ouvinte não compartilhado”, rompendo com a associação estabelecida a princípio, com base em Bergqvist e Knuchel (2019).⁷⁹

⁷⁷ Entendemos esse uso do termo no sentido de algum tipo de “avaliação” do falante, como é o que ocorre em enunciados modalizados.

⁷⁸ Tradução nossa de: “[...] seeks the agreement from the addressee with respect to an event that the speaker and the addressee are attending to [...].” (Bergqvist; Knuchel, 2019, p. 654).

⁷⁹ É importante frisar que a GDF se refere especificamente às interrogativas de conteúdo, mas Bergqvist e Knuchel (2019) apenas mencionam “interrogativas”, muito embora os exemplos que utilizam não sejam de interrogativas de conteúdo, mas sim de interrogativas polares. Esse cancelamento da associação entre interrogativas e acesso exclusivo do ouvinte a priori estabelecida parece está associado ao tipo de interrogativa.

Com as considerações elaboradas nesta seção, demonstramos que a GDF pode ser capaz de explicar sistemas gramaticais de intersubjetividade, uma vez que prevê as propriedades constitutivas dessa categoria no nível pragmático de seu Componente Gramatical. Contudo, as distinções de intersubjetividade previstas que são análogas às dimensões da categoria “engajamento”, conforme indicamos no Quadro 4, são relativas à distribuição do conhecimento entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) que estão restritas a entidades, dado seu pertencimento à camada do Subato de Referência (R). Claro está que esses referentes podem consistir, no NR, de diferentes categorias semânticas, como Conteúdos Proposicionais (p), Estado de Coisas (e) e Indivíduos (x), mas que serão codificados, no NM, mediante Sintagmas (Xp).

Muito embora, a GDF forneça, em seu NI, ferramentas para a análise da distribuição do conhecimento entre os Participantes acerca de referentes evocados, a teoria não parece estar apta para tratar de todas as manifestações do “engajamento” em conformidade com o que ocorre em diferentes línguas. As limitações da teoria se pronunciam quando nos deparamos com línguas que marcam (as)simetrias de conhecimento entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) não em relação a um Subato que compõe o Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P₁), mas à “[...] totalidade do que o Falante deseja evocar em sua comunicação com o Ouvinte [...]” (Henegveld; Mackenzie, 2008, p. 87),⁸⁰ ou seja, ao Conteúdo Comunicado (C) em sua completude. O exemplo (17) ilustra o caso ocorrendo na língua ku waru, analisada por Rumsey (2019).

- (17) [na=nga [[kang] [kumulaya]] **kani=yl** li-rim=kin
 1SG=GEN boy first.born ABK=DEF be.in.place-RP:3SG=COM
 ‘When my eldest son was lying dead

wilyi kang=ma=n=a uj kes baim ti-ring **kani=yl**
 up.there boy=PL=ERG=VOC wood coffin buy do-RP:2/3PL ABK=DEF
 those fellows up there bought the coffin.’

(Rumsey, 2019, p. 62).

“Quando meu filho mais velho estava morto, aqueles caras lá em cima compraram o caixão.”

‘kani’ é glosado pelo autor como ‘ausente, mas conhecido’ (‘ABK’) e é usado para coisas que não estão imediatamente presentes para o falante e para o ouvinte que são

Como foge do escopo deste trabalho, não acessamos um arcabouço teórico para esclarecer o assunto e não contribuiremos com dados que possam corroborar ou refutar essa hipótese.

⁸⁰ Tradução nossa de: “[...] totality of what the Speaker wishes to evoke in his/her communication with the Addressee [...]” (Henegveld; Mackenzie, 2008, p. 87).

presumivelmente familiares para eles. Quanto a ‘yl’, a forma corresponde a um marcador de definitude. **O uso de ‘kani’ mais ‘yl’ ocorrem tanto no nível do sintagma nominal como no nível da cláusula.** Segundo a explicação dada por Rumsey (2019), a primeira ocorrência de ‘kani=yl’ (primeira linha) indica que tanto falante como ouvinte conheciam bem o garoto que morreu e que este obviamente não está presente. Na segunda ocorrência, ‘kani=yl’ indica que a compra do caixão foi um evento que é bem conhecido por eles, mas que não é imediatamente perceptível. Rumsey (2019) explica que o propósito não é comunicar o evento como uma informação nova – porque de fato não o é –, mas chamar a atenção para a situação descrita como algo louvável.

Com o exemplo (17), demonstramos que a especificação do status do conhecimento em termos de compartilhado ou não compartilhado por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) extrapola a camada do Subato de Referência (R). No Capítulo 5, ampliamos essa discussão de modo a propor um aprimoramento da teoria no que se refere à marcação da intersubjetividade na linguagem.

Relativamente às funções pragmáticas de *Foco* (~ *Background*) e *Tópico* (~ *Comentário*), não nos passou despercebida a possibilidade de uma equiparação com as dimensões de “engajamento” ‘+F, -O’ e ‘+F, +O’, respectivamente,⁸¹ dado o status de informação nova de um Subato (R ou T) ou de um Conteúdo comunicado (C) carregando a função *Foco* e a forte relação entre *Tópico* não apenas com informação dada, mas também com identificabilidade (definitude), conforme sinalizado em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 94). Não obstante, como destaca Keizer (2015, p. 76), elementos focados não necessariamente constituem informação que é de fato totalmente nova.⁸² Além disso, essas duas funções não estão em distribuição complementar (Keizer, 2015), de maneira que um constituinte poder ser, ao mesmo tempo, *Foco* e *Tópico*, como demonstra a GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Keizer, 2015). Tais propriedades anulariam uma correspondência regular entre essas funções e as dimensões de “engajamento” referidas.

Apesar de as dimensões de “engajamento” estarem implicadas em algumas funções pragmáticas, a correlação com algo já previsto na GDF estabelece-se de modo mais preciso e adequado quando as equiparamos aos operadores de R em combinação, pois tanto as dimensões quanto as combinações possíveis de operadores **refletem exatamente uma**

⁸¹ Não saberíamos dizer exatamente a qual dimensão se relacionaria o que constitui o *Comentário*, uma vez que algum elemento dele pode receber alguma função pragmática. mas, quanto ao *Background*, parece-nos plausível associá-lo à dimensão ‘+F, +O’.

⁸² A autora discute um exemplo em inglês em que o *Foco* não é um elemento indefinido, implicando na ideia de que *Foco* e (in)definitude são noções representadas em separado (cf. Keizer, 2015, p. 76).

relação explícita de intersubjetividade pondo em evidência o status do conhecimento do Falante (P₁) e do Ouvinte (P₂) ao mesmo tempo, em termos de um acesso simétrico (+F, -+O', -F, -O') e assimétrico (+F, -O', -F, +O') a ele. Uma equivalência exata apreendendo as quatro dimensões intersubjetivas não ocorre em relação às funções do domínio da estrutura informacional previstas pela teoria. No máximo, poder-se-ia conceber uma associação com as dimensões '+F, -O' (*Foco*) e '+F, +O' (*Tópico*), mas, como já pontuado, a equivalência pode não se aplicar. Isso, juntamente com o fato de não verificarmos, nas discussões sobre “engajamento”, a combinação dessas duas dimensões intersubjetivas ou de quaisquer outras no uso de um marcador (por realmente não fazer sentido que algo seja, por exemplo, ao mesmo tempo, '+F, -O' e '+F, +O'), evidencia que “engajamento” e funções pragmáticas são duas coisas diferentes. Outro argumento é que as funções pragmáticas são consagradas na literatura linguística e não são referidas para explicar a intersubjetividade gramaticalizada/“engajamento” nos estudos centralizados nesta tese, nem é a categoria abordada nesses termos em seus textos de apresentação e desenvolvimento.⁸³

O motivo dessa argumentação reside na necessidade de nos posicionarmos de antemão acerca de uma possível alegação de que, uma vez que marcadores de *Foco* podem ser atribuídos ao Conteúdo Comunicado (C) em sua totalidade, poderia ser essa função pragmática uma alternativa prevista pela teoria para explicar a manifestação da intersubjetividade '+F, -O'. Para reforçar mais ainda nosso posicionamento de que estamos frente a funções distintas, centrando-nos na função pragmática, destacamos que línguas como o *kogi* e o *marind costeiro*, para as quais se defende a existência de marcadores de “engajamento”, tem seus próprios meios gramaticais de expressão de *Foco*, como demonstrado nas gramáticas dessas línguas (Knuchel, 2022; Olsson, 2017). Agora, olhando, por outro lado, para uma dimensão de “engajamento”, especificamente a '+F, +O', evidenciam-se na GDF operadores e modificadores de C que segundo nossa interpretação são codificadores dessa dimensão, mas cuja explicação não é desenvolvida.⁸⁴ Em suma, independentemente do escopo, trata-se de funções diferentes, podendo um sistema de engajamento de uma língua contemplar as quatro dimensões que precisam ser devidamente explicadas em um modelo tipológico de gramática. Assim sendo, não nos parece uma

⁸³ Consideramos justo e necessário mencionar que a relação entre “engajamento” e a ideia subjacente a funções pragmáticas conforme definido na GDF, como a de “foco”, também não passa despercebida nas discussões de “engajamento”. Mesmo que em nota de rodapé, Evans, Bergqvist e San Roque (2018a, p. 117) reconhecem uma aproximação entre a noção e os fenômenos que discutem no estudo. No corpo do texto, os autores também enfatizam a aproximação com categorias linguísticas familiares, tais como evidencialidade, modo e modalidade, miratividade e, no que interessa ao que estamos discutindo aqui, *foco* (cf. Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, p. 119).

⁸⁴ Retomamos esse importante ponto no Capítulo 6.

alternativa válida e é dessa limitação em explicar reflexos gramaticais de diferentes dimensões intersubjetivas, não apenas a ‘+F, -O’, que se ocupa esta tese.

As distinções de intersubjetividade previstas no Componente Gramatical da GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Keizer, 2015) que foram enfatizadas nesta seção especificam como Falante (P₁), no processo dinâmico da Formulação linguística, concebe os referentes evocados em seu Conteúdo Comunicado (C) em relação ao seu status no Componente Contextual. Por se tratar de propriedades gramaticais que dizem respeito não somente ao conhecimento do Falante (P₁) acerca dos referentes que evoca - ou acerca de **eventos** sobre os quais comunica -, mas também ao do Ouvinte (P₂), **conforme é estimado pelo Falante (P₂)**, o Componente Contextual ao qual nos referimos não se restringe à esfera do Falante (P₁). Dada a importância do contexto e do processo de conceitualização pré-linguística, tendo em vista que a expressão da intersubjetividade (evidencial) implica a realização de inferências, por parte do Falante (P₁), acerca da informação pragmática do Ouvinte (P₂), dedicamo-nos, na seguinte seção, à discussão dos Componentes Conceitual e Contextual, com foco em abordagens dialógicas, em razão dos fatores que permeiam o fenômeno investigado.

3.2 Perspectivas dialógicas para o Modelo de Interação Verbal (MIV)

No início deste Capítulo, pontuamos que a GDF se autodenomina parte de uma teoria de interação verbal. Em tal Modelo de Interação Verbal (MIV) (Connolly, 2013), a Formulação de enunciados operada no Componente Gramatical é impulsionada pelo Componente Conceitual. Este é precisamente o responsável por desenvolver (i) as intenções comunicativas relevantes para o evento de fala vigente, (ii) as estratégias que o falante deseja empregar para o alcance desses propósitos e (iii) as conceitualizações associadas com relação aos eventos extralinguísticos relevantes, contendo material ideacional e iterativo pressuposto pelos fragmentos discursivos sob análise (Hengeveld; Mackenzie, 2008).⁸⁵

Todo e qualquer estudo funcionalista levará em consideração aspectos contextuais para o tratamento dos fenômenos da linguagem. Trata-se de um *modus operandi* que deriva do princípio funcionalista da não autonomia da língua, o qual determina que um tratamento adequado dos fenômenos linguísticos prevê uma estreita relação entre forma e função que é extremamente sensível ao contexto comunicativo. Daí a incontornável necessidade de estudar

⁸⁵ Os autores também esclarecem que entram nesse componente não todo e qualquer aspecto da cognição com potencial de relevância para a análise linguística, mas somente aqueles que afetem a intenção comunicativa imediata.

a língua contemplando o seu uso e, por conseguinte, o contexto de interação e o propósito/função com o/a qual é instrumentalizada.

Enquanto um modelo funcionalista, o MIV do qual é parte a GDF conterà um componente responsável por informações de natureza contextual, o denominado Componente Contextual. No entanto, como admitido pelos próprios autores da teoria (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2014), a noção de contexto é tratada numa perspectiva estrita, considerando-se apenas aquilo que se possa dizer que tem influência sistemática no que se refere ao funcionamento da gramática⁸⁶ e deixando de lado uma série de outros aspectos contextuais tratados na literatura pragmática. Do ponto de vista quantitativo, esses aspectos excluídos da visão de contexto da GDF podem mostrar-se relevantes, o que é entendido nos termos de “relações sistemáticas estatísticas” (Connolly, 2014, p. 239).

O Componente Contextual da GDF armazena a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, bem como do cenário perceptível onde ocorre o evento de fala e do relacionamento social entre os participantes, na forma de dois tipos de informação: imediata e de longo termo que exercem influência na formulação e na codificação de uma dada língua, com base em Hengeveld e Mackenzie (2008). Quando restringimos as informações imediatas e de longo termo àquelas que “exercem influência...”, referimo-nos exatamente à visão restrita de contexto adotada pela GDF em que somente os aspectos contextuais que têm efeito sistemático sobre as escolhas gramaticais comporão o Componente Contextual no quadro geral de interação verbal do qual faz parte o modelo, como aquelas situações descritas na Introdução desta Tese.

Em desenvolvimento da GDF, Hengeveld e Mackenzie (2014) avançam fornecendo uma caracterização interna do Componente Contextual, mas mantendo ainda essa visão restrita. Uma divisão em quatro Estratos assumida pela teoria, cada qual referente a um nível do Componente Gramatical, especifica as informações de natureza interpessoal, representacional, morfossintática e fonológica que integram esse componente.

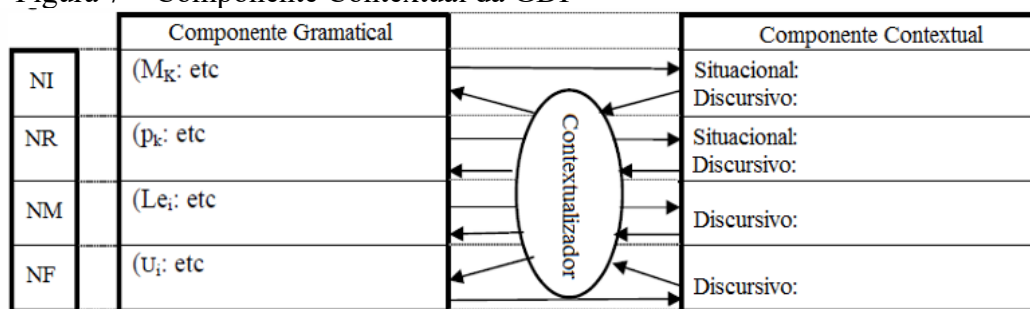
Nos Estratos referentes aos níveis da Formulação, há informação de natureza situacional e discursiva. Nos Estratos referentes aos níveis da Codificação, as informações são, logicamente, apenas de natureza discursiva, correspondendo às unidades morfossintáticas e fonológicas realizadas previamente, com base em Hengeveld e Mackenzie (2014). As

⁸⁶ Em Connolly (2014, p. 239)⁸⁶, essa posição é entendida nos termos de uma “influência sistemática governada por regras”. Ao mencionar esse tipo de influência, o autor está fazendo referência à colocação feita por Hengeveld e Mackenzie (2014) do que a GDF entende por ‘sistemático’, que quer dizer não tendências significativas estatisticamente, mas sim uma influência do contexto sobre a gramática governada por regras. Trata-se de uma situação em que o contexto torna obrigatória uma escolha específica na gramática.

informações situacionais que integram o Estrato Interpessoal dizem respeito à situação de fala, tais como seu tempo e lugar e seus Participantes, incluindo suas propriedades; o Estrato Representacional, por sua vez, contempla informações referentes ao mundo físico, tais como entidades percebidas (eventos, indivíduos, propriedades, entre outras) (Hengeveld; Mackenzie (2014). Informação de natureza discursiva dos estratos da Formulação correspondem aos Atos e às entidades denotadas previamente no discurso, como explicam os autores.

Na representação abstrata do Componente Contextual, Hengeveld e Mackenzie (2014) também especificam um elemento de interface denominado *contextualizador*, responsável por intermediar a interação entre o contexto e a gramática, distribuindo informação advinda dos estratos para seus respectivos níveis, ao mesmo tempo que é também alimentado pela gramática, como evidencia a Figura 7:

Figura 7 – Componente Contextual da GDF



Fonte: Traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2014, p. 213).

Para sintetizar, o Componente Contextual, assim como todos os outros que interagem com a gramática, diferirão entre as línguas, conforme o impacto de cada um sobre as escolhas linguísticas (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Ainda, segundo os autores, a decisão de incluir ou não um determinado fenômeno na gramática, ou em um dos componentes, é tomada baseada na língua em questão e determinada por considerações de sistematicidade.⁸⁷

Cabe frisar que a tese visa também discutir a interação entre os Componentes Contextual e Gramatical na expressão da intersubjetividade (evidencial), isto é, como aspectos contextuais incidem na gramática na expressão da intersubjetividade (evidencial), sem perder

⁸⁷ A GDF (2008) fornece alguns exemplos por meio dos quais esclarece de que maneira devemos conceber os fenômenos linguísticos com base na proposta de um modelo de interação verbal. Se todo enunciado em uma determinada língua termina em uma sílaba alongada, o fenômeno deve ser mostrado como um aspecto sistemático da gramática, mas se for um caso de tendência estatística, o fenômeno é colocado no Componente de Saída; se uma dada língua expressa todas as ordens na forma de uma pergunta sobre a capacidade, por exemplo, *Você pode abrir a janela?*, estamos diante de um fato gramatical, mas se a expressão puder ocorrer tanto mediante uma ilocução imperativa quanto por meio de uma pergunta como a exemplificada, trata-se de um fenômeno a ser tratado em relação ao Componente Conceitual, uma vez que as circunstâncias determinadoras da escolha dizem respeito a ele, enquanto as formulações alternativas são uma questão para a gramática (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 11-12).

de vista o critério da sistematicidade, naqueles casos em que a língua demonstre esse tipo de relevância, de acordo com o que discutam os autores dos trabalhos considerados nesta tese. Assim sendo, uma caracterização do Componente Contextual precisa ser incluída. Ao fornecer uma caracterização interna desse componente, que discrimina informação contextual de natureza pragmática, semântica, morfossintática e fonológica, a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2014) nos possibilita discutir com mais precisão essa interação, mas desde que encaixada em uma perspectiva dialógica do MIV.

Surgem, ao longo dos anos, desde a publicação da GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008), várias propostas de desenvolvimento dos Componentes Contextual⁸⁸ e Conceitual⁸⁹ da GDF. Dado o fenômeno que investigamos, interessa-nos aquelas que abordam o MIV ou qualquer aspecto dele desde uma perspectiva dialógica.

A proposta de Mackenzie (2014, 2016) defende o caráter compartilhado do Componente Contextual, em que o conteúdo dos quatro níveis do Componente Gramatical, tanto do Falante (P₁) quanto do Ouvinte (P₂), é registrado no Componente Contextual. Para o autor, esse componente, em contraste com os outros que também conformam o MIV, é necessariamente público, isto é, disponível para os participantes de uma dada interação comunicativa (Mackenzie, 2014). Mackenzie (2014) também parte do pressuposto de que a participação em um diálogo irá implicar uma sobreposição das mentes dos participantes e a extensão do que é compartilhado dependerá do nível de proximidade entre eles. Com base no autor, interactantes que se conhecem terão uma extensa “mente compartilhada”, enquanto desconhecidos compartilharão o que do contexto está mais em evidência e a informação discursiva intercambiada ao longo da interação.

O vínculo explícito entre os participantes da interação comunicativa viabilizado pela proposta de um Componente Contextual compartilhado figura um forte argumento de Mackenzie (2014) para a defesa dessa abordagem, uma vez que, conforme o autor, ela contribui para fortalecer o modelo da GDF enquanto parte de um MIV e possibilita compreender uma série de aspectos da interação comunicativa que auxiliam no entendimento da interação entre contexto e gramática no sentido que interessa ao modelo.

Ao propor uma visão dialógica para a GDF, Mackenzie (2014, 2016) se baseia em processos de produção da linguagem tais como a “incrementabilidade” e o “priming”. Na seção 3.1.2, explicamos, com base em Mackenzie (2017), como o “priming”, fenômeno

⁸⁸ Cf. artigos reunidos no volume da revista “Pragmatics”, publicado em 2014 e intitulado “The interaction between context and grammar in Functional Discourse Grammar”. Link do volume: <https://benjamins.com/catalog/prag.24.2>.

⁸⁹ Cf. Connolly (2013, 2015, 2017, 2018) e Hengeveld e Mackenzie (2016).

bastante produtivo na linguagem,⁹⁰ reflete a realidade intersubjetiva do Componente Contextual. No que concerne à incrementabilidade, a dialogicidade que subjaz a essa ideia é a de que, no processo de produção da linguagem, ambos falante e ouvinte estão envolvidos na predição do que ainda será comunicado, de maneira que o falante decida se há a necessidade de portar mais informação ou se sua intenção comunicativa já foi clara o suficiente (Mackenzie, 2016).

Giomi (2014), ao defender uma abordagem dialógica para a GDF, reverte a perspectiva do modelo ao centrar-se no processamento da língua (*Decodificação e Interpretação*). Baseando-se em uma abordagem centrada no Ouvinte, o autor propõe expandir o modelo incorporando no Componente Contextual, assumido também como compartilhado, categorias contextuais de natureza discursiva, textual e situacional propostas por Connolly (2007, 2014), dada a sua relevância para a gramática.

Além das informações contextuais mencionadas, Giomi (2014) também defende a incorporação de informação **inferida** no Componente Contextual. Para o autor,

[...] similarmente à informação (semi)ativa de longo prazo, qualquer conteúdo recém-inferido pode ser convencionalmente formalizado em termos linguísticos e representado no CCtx [...] quando o cálculo de tal informação for necessário para que o CG produza ou processe estruturas linguísticas (Giomi, 2014, p. 289).⁹¹

Isso é particularmente interessante para a presente pesquisa tendo em vista que a visão de intersubjetividade a partir da qual propomos uma precisão do modelo da GDF tem em sua base a noção de que o Falante (P₁), ao conceber a atenção ou acesso a um conhecimento como compartilhado ou não por seu Ouvinte (P₂), parte de inferências, um processo elaborado no Componente Conceitual. No entanto, esse processo gera informações que passam a fazer parte do Componente Contextual, mas que não são nem de natureza discursiva nem situacional.⁹² Tais informações determinam, na gramática, a seleção de uma ou outra forma de “engajamento”.

Vimos que Mackenzie (2014, 2016) foca em uma visão do MIV que reflete a dinamicidade da produção da linguagem levando em consideração o Ouvinte (P₂) e o Componente Contextual compartilhado, evidentes em fenômenos como “incrementabilidade” e “priming”. Giomi (2014), por outro lado, concebe um MIV dialógico desde a perspectiva do

⁹⁰ Cf. discussão em Mackenzie (2016, p. 69-71).

⁹¹ Tradução nossa de: “[...] similarly to (semi)active long-term information, any newly inferred content can be conventionally formalized in linguistic terms and represented within the CtxC [...] when computation of such information is necessary for the GC to produce or parse linguistic structures.” (Giomi, 2014, p. 289).

⁹² Afirmção de Giomi (2014) sobre informação inferida em relação ao Componente Contextual.

processo de recepção dos enunciados por parte do Ouvinte (P_2). Apesar de a presente pesquisa não lidar com nenhum desses processos a partir dos quais Mackenzie (2014, 2016) propõe uma abordagem dialógica para a GDF ou com o processo de recepção de enunciados (Giomi, 2014), interessa-nos tais abordagens em virtude do que está no cerne de cada uma delas: (i) a consideração de um MIV do Falante (P_1) e um MIV do Ouvinte (P_2) em interação; (ii) a noção de que o Componente Contextual constitui um *Common Ground* (Clark, 1996); e (iii) a ideia básica retomada do Modelo de Interação Verbal, de Dik (1997a, 1997b), em que o Falante (P_1), em seu processo de formulação de expressões linguísticas, faz antecipações acerca da informação pragmática do Ouvinte (P_2).⁹³

A tese se centra em descrever no quadro da GDF como suposições que o Falante (P_1) faz acerca do conhecimento do Ouvinte (P_2) são codificadas nas gramáticas de algumas línguas na forma de sistema mais complexos ou marcadores que codificam diferentes dimensões de acesso ao conhecimento envolvendo os participantes. Dessa forma, tais visões dialógicas não só permearão a análise como são assumidas aqui como fundamentais para explicar adequadamente o processo de formulação de enunciados intersubjetivamente marcados, conforme demonstramos no Capítulo 6.

⁹³ Antes da publicação desses artigos que apresentam uma perspectiva dialógica para o MIV, a tese de Silva (2013) propôs uma adequação do modelo, necessária à sua análise acerca do processo de colaboração intraturno, já defendendo uma abordagem dialógica e um Componente Contextual compartilhado. Sua proposta consiste em uma reelaboração da proposta para o MIV fornecida em um trabalho de Giomi (o estudo que citamos aqui, mas que, na época, estava “no prelo”).

4 METODOLOGIA

Neste Capítulo, descrevemos o percurso realizado para o desenvolvimento da proposta de análise da intersubjetividade segundo a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (Hengeveld; Mackenzie, 2008), restringindo-nos a uma das visões assumidas para a noção discutidas no Capítulo 2, tendo em vista o seu status gramaticalizado. Detalhamos, nas próximas seções, a tríade problema-hipótese-objetivo, o conceito operacionalizado, os procedimentos realizados e os parâmetros a partir dos quais desenvolvemos a análise aqui empreendida.

4.1 Conceito operacionalizado e problema-hipótese-objetivo

A presente investigação parte do **questionamento geral** sobre *como a intersubjetividade e sua sobreposição com categorias atitudinais, mais precisamente a evidencialidade, são descritíveis na GDF*. Como **hipótese básica**, firmamos que *o arcabouço teórico e metodológico do modelo em questão possui limitações que inviabilizam um tratamento adequado da intersubjetividade (evidencial) em línguas que possuem sistemas gramaticais, ou marcadores especializados, com essa função*. Apesar de a GDF realizar distinções de intersubjetividade em seu Nível Interpessoal (NI), estas não dão conta de explicar e descrever todos os cenários de manifestação da intersubjetividade gramaticalizada em diferentes línguas. Buscamos também defender que uma abordagem dialógica para o modelo, conforme proposto por alguns autores (Mackenzie, 2014, 2016; Giomi, 2014), torna-o mais eficiente, uma vez que possibilita lidar com a interação entre os componentes Conceitual, Contextual e Gramatical no processo de formulação de enunciados intersubjetivamente marcados, o que não seria possível no tipo de abordagem centrada no indivíduo (Falante), que caracteriza a GDF (2008) (cf. Mackenzie, 2014). Considerando essa lacuna teórica e nosso posicionamento a favor de um modelo orientado ao Falante (P₁) e ao Ouvinte (P₂), temos como **objetivo geral** *adequar a Gramática Discursivo-Funcional – GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) no tocante aos seus pilares de adequação psicológica, tipológica e pragmática no contexto da expressão da intersubjetividade e de sua sobreposição com a evidencialidade*.⁹⁴

Para o desenvolvimento dessa investigação, operacionalizamos o conceito de

⁹⁴ A tríade objetivo-problema-hipótese, já mencionada na Introdução e aludida em outros momentos da tese, é aqui retomada para podermos relacionar ao conceito operacionalizado e aos parâmetros de análise.

intersubjetividade gramaticalizada, que se refere a uma das visões de intersubjetividade que foram discutidas no Capítulo 2. Evans, Bergqvist e San Roque (2018a, 2018b) apresentam uma categoria denominada “engajamento”. Segundo esses autores, “engajamento” se refere a

[...] meios gramaticalizados para codificar a diretividade mental [ou “acessibilidade”]⁹⁵ relativa do falante e do ouvinte em relação a uma entidade ou estado de coisas (...) Sistemas de engajamento expressam as suposições do falante sobre o grau em que sua atenção ou conhecimento é compartilhado (ou não compartilhado) pelo ouvinte. Categorias de engajamento podem operar no nível de entidades no aqui e agora (deixis), no discurso em desenvolvimento (definitude e indefinitude), em proposições completas descrevendo eventos (através de marcadores com escopo clausal) e até mesmo em metaproposições (potencialmente escopando sobre valores evidenciais) [...] (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, p. 110).⁹⁶

“Engajamento” para Bergqvist e Kittilä (2020, p. 3), “[...] visa as perspectivas epistêmicas dos participantes do ato discursivo [...]”, especificando diferentes distribuições de conhecimento e/ou atenção envolvendo falante e ouvinte, isto é, se a informação é compartilhada ou exclusiva para um dos participantes. As possibilidades de distribuição do conhecimento são referentes às quatro dimensões lógicas que conformam a categoria, a saber: falante e ouvinte têm acesso ao conhecimento, apenas o falante tem o acesso, apenas o ouvinte tem o acesso e nem falante nem ouvinte têm acesso ao conhecimento (cf. Bergqvist; Knuchel, 2019, p. 654).

Os autores do “engajamento” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b; Bergqvist; Knuchel, 2019; Bergqvist; Kittilä, 2020) restringem a discussão e as análises a línguas que gramaticalizam esse domínio nocional coberto pela categoria cuja existência defendem. Desse modo, Evans, Bergqvist e San Roque (2018a, p. 112 e 119) assentam que o “engajamento” corresponde à intersubjetividade gramaticalizada. Com base em Bergqvist (2020), “engajamento” pode ser pensado em termos de intersubjetividade ao nível conceitual, mas, **o que é uma implicatura nos usos de diversas formas de marcação epistêmica, pode figurar um domínio “[...] codificado em formas para sinalizar assimetrias nos estados de conhecimento/atenção dos participantes do ato discursivo”**, quando a língua tem

⁹⁵ Os autores usam também “acessibilidade” em definições similares a essa no mesmo texto. O uso do termo se dá no sentido amplo, de ter algo em mente (acessibilidade mental) (cf. Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, p. 118).

⁹⁶ Tradução nossa de: “[...] grammaticalised means for encoding the relative mental directedness of speaker and addressee towards an entity or state of affairs, and describe examples of engagement systems from around the world. Engagement systems express the speaker’s assumptions about the degree to which their attention or knowledge is shared (or not shared) by the addressee. Engagement categories can operate at the level of entities in the here-and-now (deixis), in the unfolding discourse (definiteness vs indefiniteness), entire event-depicting propositions (through markers with clausal scope), and even metapropositions (potentially scoping over evidential values) [...]” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018, p. 110).

“engajamento” como uma categoria (Bergqvist; Kittilä, 2020, p. 13).⁹⁷ Com base nessas acepções, o conceito de intersubjetividade operacionalizado para o tratamento no quadro da GDF (o de *intersubjetividade gramaticalizada*), que é exatamente o da categoria “engajamento”, é definido nesta tese como segue: **expressão gramatical de (as)simetrias entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) no que se refere à distribuição do acesso e/ou atenção ao conhecimento sobre um evento ou uma entidade, a qual pode ser caracterizada como ‘+Falante, + Ouvinte’ (+F, +O), ‘+Falante, - Ouvinte’ (+F, -O), ‘-Falante, + Ouvinte’ (-F, +O) e ‘-Falante, - Ouvinte’ (-F, -O).**

A ideia de operacionalizar esse conceito teve como base a tese de Nagamura (2016), na qual o autor propõe as noções de ‘subjatividade gramatical’, quando há restrições de natureza gramatical refletindo esse domínio, e ‘subjatividade inerente’, relativa ao estatuto subjetivo da linguagem. Haja vista que a GDF é um modelo de gramática regido pelo *Princípio da Codificação Formal* (Keizer, 2015), que dita que estão incluídas no Componente Gramatical somente distinções semânticas e pragmáticas que têm um reflexo sistemático na codificação, seja ela morfossintática ou fonológica (Keizer, 2015, p. 311), para que pudéssemos tratar da intersubjetividade segundo a teoria e propor um refinamento dela no tocante à explicação desse fenômeno, foi necessário um recorte do domínio da intersubjetividade restringindo à visão que se ocupa dos casos em que ele está gramaticalizado nas línguas por meio de sistemas mais complexos ou marcadores que codificam um ou outro aspecto dele.

A *intersubjetividade gramaticalizada* foi operacionalizada para que alcançássemos o objetivo geral da pesquisa. Partindo, então, desse conceito, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar a *intersubjetividade gramaticalizada* no Componente Gramatical da GDF;
- b) caracterizar a *intersubjetividade gramaticalizada* amalgamada com a evidencialidade no Componente Gramatical da GDF;
- c) discutir a intersubjetividade (evidencial) em sentido *stricto* (*intersubjetividade gramaticalizada*) no quadro do MIV com foco na interação entre os Componentes Contextual e Gramatical.

⁹⁷ Tradução nossa de: “[...] encoded in forms to signal asymmetries in the knowledge/attention states of the speech-act participants.” (Bergqvist; Kittilä, 2020, p. 13).

Na próxima seção, descrevemos os procedimentos realizados para o desenvolvimento desta tese, assim como os parâmetros a partir dos quais a análise foi desenvolvida.

4.2 Procedimentos metodológicos gerais e parâmetros analíticos

Para a caracterização da intersubjetividade e de sua sobreposição com a evidencialidade, em sua expressão *gramatical*, no Componente Gramatical da GDF, adotamos diferentes procedimentos metodológicos.

Para a análise da *intersubjetividade gramaticalizada*, compilamos trabalhos tipologicamente orientados nos quais se defende a existência de sistemas ou marcadores de “engajamento”. Baseamo-nos em um conjunto de artigos de apresentação e desdobramentos da categoria “engajamento” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, 2018b; Bergqvist; Knuchel, 2019; Bergqvist; Kittilä, 2020), nos quais os autores apresentam uma série de estudos em que se verificam sistemas de diferentes complexidades ou marcadores responsáveis pela expressão da categoria de forma independente, ou em interação com outras categorias epistêmicas, como a evidencialidade. Tais artigos foram lidos e relidos de modo atento, a fim de que pudéssemos selecionar os estudos, neles apresentados e discutidos, que atendessem à problemática desta tese.

Nas leituras sobre o tema, deparamo-nos com a pesquisa de Nebot e Cornillie (2018), que analisa o comportamento prosódico de advérbios evidenciais e epistêmicos (inter)subjetivos, de língua espanhola, terminados em *-mente*. A análise evidencia que o domínio da intersubjetividade está refletido fonologicamente na gramática dessa língua. Dada a pertinência do estudo para o que objetivamos defender nesta tese, incluímos também em nossa discussão o referido trabalho, de modo a somar evidências em defesa de nossa proposta.

No Quadro 5, especificamos as línguas e listamos as pesquisas selecionadas, a partir das quais propomos uma análise da intersubjetividade (evidencial) para a GDF:

Quadro 5 – Compilação de pesquisas sobre intersubjetividade (evidencial) gramaticalizada em diferentes línguas

Intersubjetividade gramaticalizada	
<i>Língua</i> ⁹⁸	<i>Autor(es)</i>
Andoke (língua falada na Amazônia)	Landaburu (2005, 2007)

⁹⁸ As informações em parêntese sobre as línguas correspondem ao que é apontado nos trabalhos considerados.

Colombiana)	
Kogi (Serra Nevada de Santa Marta, no Noroeste da Colômbia)	Bergqvist (2011, 2012, 2016, 2017, 2018), Bergqvist e Knuchel (2019) e Knuchel (2022)
Ku Waru (Província das Terras Altas Ocidentais de Papua Nova Guiné)	Rumsey (2019)
Kakataibo (departamentos de Huánuco e Ucayali, no Peru)	Zariquiey (2015)
Murrinhpatha (Norte da Austrália)	Mansfield (2019)
Duna (canto Noroeste da província das Terras Altas do Sul, em Papua-Nova Guiné)	San Roque (2008) ⁹⁹
Kurtöp (Nordeste do Butão)	Hyslop (2014)
Marind costeiro (Sul da Nova Guiné)	Olsson (2019)
Ungarinyin (língua aborígine australiana)	Spronck (2020)
Intersubjetividade gramaticalizada e evidencialidade	
<i>Língua</i>	<i>Autor(es)</i>
Quíchua conchucos do Sul (falada no Leste do Departamento de Ancash)	Hintz e Hintz (2017)
Quíchua do Sihuas (Norte	Hintz e Hintz (2017)

⁹⁹ Evans, Bergqvist e San Roque (2018b) abordam a língua duna como um caso em que os significados evidenciais interagem com dimensões de engajamento. Não obstante, não a incluímos em nosso capítulo analítico por essa razão. Em San Roque (2015), dois conjuntos de evidenciais são defendidos incluírem a perspectiva do destinatário, mas, em síntese, não se trata de algo inerente ao significado evidencial. Em um caso, essa inclusão da perspectiva do ouvinte resulta da interação entre o evidencial e a ilocução interrogativa, gerando uma evidencialidade ‘-S, +O’; em outro, de um uso evidencial que, embora pareça carregar em sua semântica a dimensão “+F,+O”, como sugere a própria nomenclatura dos marcadores em questão (“marcadores evidenciais de ponto de vista impessoal”) e a discussão da autora com exemplos (cf. San Roque, 2015, p. 193-194), pode também ocorrer em situações em que o ouvinte expressamente não é tido pelo falante como alguém que teve acesso à evidência (cf. San Roque, 2015, p. 194-195). Outra situação relativa à interação desses domínios se apresenta em San Roque (2008). A autora descreve marcadores de “observação potencial” (San Roque, 2008, p. 358-360) – não considerados nesta tese –, que descrevem eventos de cujo acontecimento o falante tem a (relativa) certeza ao mesmo tempo em que concebe que o ouvinte **pôde** ter visto. Vejamos que não se trata de uma suposição do falante, acerca de um evento do qual ele está certo, de que o ouvinte teve realmente o acesso (+F, +O), mas da real possibilidade de ele ter tido. Em suma, tais discussões, apesar de muito elucidativas para o entendimento de evidenciais, não interessaria à tese na medida em que a intersubjetividade não é parte constitutiva do significado evidencial. Após ler os trabalhos da autora que foram citados em Evans, Bergqvist e San Roque (2018b), um dos textos base para a compilação do material a ser descrito no capítulo analítico, esbarramo-nos, precisamente na leitura seletiva de San Roque (2008), com um marcador glosado como SHRD, o qual pareceu-nos absolutamente adequado incluir na parte do capítulo analítico orientada à codificação do “engajamento” ainda sem interação com a evidencialidade.

de Ancash	
Foe (Terras Altas do Sul da Papua Nova Guiné)	Rule (1977)
Tepehuano do Sudeste (língua uto-asteca falada no México)	Willett (1991)
Nambiquara (Centro-Oeste do Brasil)	Lowe (1999); Kroeker (2001)
Yurakaré (falada pelo povo yurakaré, habitante dos contrafortes andinos da Bolívia Central)	Gipper (2011, 2014)
Wola (Província das Terras Altas do Sul, em Papua Nova Guiné)	Sillitoe (2016) ¹⁰⁰
Lakondê (um dos dialetos da família linguística nambiquara)	Telles e Wetzels (2006)
Jaminjung/Ngaliwurru (língua da família Mirndi falada na Austrália)	Schultze-Berndt (2017)
Espanhol	Nebot e Cornillie (2018)

Fonte: Elaborado pela autora.

Como evidencia o quadro 5, consideramos, no total, dezenove línguas. É importante esclarecer que não incluímos todas as pesquisas discutidas ou apenas citadas pelos autores do “engajamento”. Seleccionamos os estudos aos quais pudemos ter acesso e que se mostraram pertinentes para os nossos propósitos investigativos. Asseguradamente, consideramos todos os trabalhos que receberam maior ênfase nos artigos de apresentação e desenvolvimento da categoria “engajamento”. Ainda, tendo em vista o problema e a hipótese de que parte a presente tese, levamos em consideração, para a análise, apenas os casos em que o escopo dos marcadores extrapole os limites de um Subato de Referência (R), mesmo que atuem também nessa camada, como é o caso dos marcadores da língua ku waru, que alcançam, em termos morfossintáticos, tanto o Sintagma Nominal (Np) como a Oração (Cl).

Houve casos de algumas línguas que possuíam marcadores que cumpriam o requisito supramencionado, mas foram desconsideradas ou por falta de certeza nossa acerca de sua função intersubjetiva, partindo do recorte da categoria “engajamento” assumida, ou por

¹⁰⁰ O trabalho citado em um dos textos base para recompilação - o de Evans, Bergqvist e San Roque (2018b) - foi o de Sillitoe (2010). Em uma busca por outras publicações do autor sobre o wola, encontramos o estudo de Sillitoe (2016), que traz as discussões do trabalho antecessor, porém possui um conteúdo mais extenso, com informações que não constavam no texto anteriormente publicado. O mérito de relacionar a pesquisa do autor sobre o wola ao fenômeno da gramaticalização da intersubjetividade é completamente dos autores citados, muito embora tenhamos optado por citar sua publicação mais recente.

falta de mais dados. Um exemplo é o abui, língua papua falada no leste da Indonésia (Kratochvíl, 2011).

O abui possui um paradigma de demonstrativos com atuação em diferentes escopos (referentes, cláusulas e sentenças),¹⁰¹ resultado de um processo de gramaticalização (Kratochvíl, 2011). Alguns dos demonstrativos expressam a função evidencial ao mesmo tempo em que parecem indicar diferentes distribuições de acesso ao conhecimento entre falante e ouvinte, como sugere o estudo de Kratochvíl (2011).

Há duas importantes razões pelas quais não inserimos a descrição da língua abui no Capítulo 5. A primeira delas é por não considerarmos suficientes as informações às quais tivemos acesso para que pudéssemos estabelecer uma relação segura entre demonstrativos com escopos para além do referente, que é o foco da presente tese, e função intersubjetiva tendo em vista as dimensões do “engajamento”. Por exemplo, Kratochvíl (2011) menciona o demonstrativo PRX *do* com função evidencial como uma forma responsável por indicar uma experiência pessoal do falante e, logo em seguida, menciona os demonstrativos PRX.AD (proximal em relação ao ouvinte) *to*, que indica que o ouvinte possui suficiente evidência para verificar a proposição, e MD.AD (medial em relação ao ouvinte) *yo*, que indica que o ouvinte possui acesso a evidências anteriores para a proposição, ligando-se ao passado. Kratochvíl (2011) também descreve a função evidencial do demonstrativo distal *nu*, que indica que um evento não foi testemunhado pelo ouvinte, mas deve ser assumido como verdadeiro.

Como se pode depreender das descrições, há, relações explícitas entre demonstrativos com função evidencial e tomada de perspectiva ora do falante ora do ouvinte, mas faltou determinar o que podemos apenas supor da relação entre uma forma e um ponto de vista (do falante ou do ouvinte): como o acesso às evidências por parte do outro participante é concebido nessa relação.

Cabe lembrar que as dimensões de “engajamento” levam sempre em consideração a relação falante-ouvinte e acesso ao conhecimento, de modo que não basta dizer que um participante, esteja ele na posição de falante ou de ouvinte, tem o acesso sem mencionar como outro é situado em relação a esse acesso. Pode ser que tenhamos feito confusão, mas não nos parece que as informações presentes em Kratochvíl (2011) são suficientes para estabelecer a relação entre formas e funções intersubjetivas tais como ‘+F, -O’, ‘-F,+O’, ‘+F,+O’, o que nos leva ao segundo motivo.

¹⁰¹ Kratochvíl (2011) define em que sentido emprega ‘cláusula’ e ‘sentença’, termos que podem ser usados como sinônimos. No estudo, o autor se refere à cláusula como uma unidade sintática que vem encabeçada por um sintagma verbal flexionado temporal e aspectualmente e à sentença como uma unidade que pode estar constituída de múltiplas cláusulas.

Como explicitado, os estudos que compõem o Quadro 5, com exceção do de língua espanhola, foram selecionados a partir de um conjunto de trabalhos. A apresentação dos demonstrativos da língua abui com escopo para além de entidades é feita por Evans, Bergqvist e San Roque (2018b), baseado em Kratochvíl (2011a, 2011b *apud* Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b). Em suma, os autores se detêm mais em um dos estudos do autor, o de Kratochvíl (2011a *apud* Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b), cujo manuscrito não foi publicado, e o trabalho ao qual tivemos acesso fornece apenas as informações recém mencionadas - dentre outras, claro, mas que não foram comentadas por não interessarem ao propósito desta pesquisa. Dito isso, parece que há muito mais a ser dito e esclarecido sobre a codificação do “engajamento” nesta língua, como se pode depreender também de algumas comunicações do autor verificadas em uma busca pela internet, como “Gramaticalization of engagement marking in Abui (Papuan)”, apresentado em 2017, e “interpersonal demonstratives as stance markers: from joint attention to speaker -hearer engagement”, de 2023, cujos textos não conseguimos localizar.

O critério supramencionado também se aplica a intersubjetividade em contexto evidencial, o que nos levou a desconsiderar a manifestação do fenômeno na língua maaka, falada no Nordeste da Nigéria (Storch; Coly, 2014). De acordo com o referido estudo, essa língua possui o marcador de “percepção conjunta” *-diyà*, cuja função é indicar que tanto falante quanto ouvinte veem ou conhecem o participante referido no enunciado (“esta criança”, em (1), e o “o anus dela”, em (2)).

- (1) *làa nàmáa-diyà sáy minè-pódi-ní gè-gòrkù-wà*
 child this-JOINT:VIS must 1pl-remove:TEL-OBJ:3SG:MASC LOC-village-DEF
 This child [whom we can both see], we must chase him from the village.
 (Storch; Coly, 2014, p. 196)
“Esta criança [que ambos podemos ver], devemos expulsá-la da aldeia.”
- (2) *ʔáa-kè-díbbò zúlúm-tò-diyà*
 COND-2SG:MASC-crush:PERV anus-POSS:3SG:FEM-JOINT:VIS
 tà-kwáadà-ntí-minê gè-ʔámmà-à
 3SG:FEM-throw:TR-ASSERT-OBJ:1pl LOC-water-DEF
 If you crush her anus [that we can both see] she will definitely throw us into the water.
 (Storch; Coly, 2014, p. 197)
“Se você esmagar o ânus dela [que ambos podemos ver], ela definitivamente nos jogará na água.”

Como assinalado, a justificativa para o uso do critério mencionado para a seleção de trabalhos que fundamentariam a nossa proposta está diretamente relacionada à hipótese

básica desta pesquisa, à qual subjaz a ideia de que o Nível Interpessoal (NI) da GDF, o responsável por abarcar distinções de intersubjetividade no modelo, é capaz de descrever a manifestação desse domínio até certa medida, quando sistemas ou marcadores de intersubjetividade atuam sobre um Subato de Referência (R). Haja vista que nosso objetivo é em parte aprimorar a adequação tipológica do modelo, compuseram o Quadro 5, bem como constaram em nossa análise, portanto, os trabalhos sobre línguas cujo escopo dos marcadores de “engajamento” extrapolam as fronteiras do Subato de Referência (R).

Posto que nossa pesquisa parte de uma série de estudos realizados, dividimos a parte analítica da tese em duas grandes partes. No primeiro deles, correspondente ao Capítulo 5 deste trabalho, descrevemos detalhadamente a manifestação da intersubjetividade (evidencial) nas línguas conforme defendido pelos respectivos autores. Os trabalhos abarcados foram igualmente lidos e relidos com muito cuidado e, na descrição fornecida nesta tese, atentamo-nos em especificar algumas propriedades pertinentes da manifestação dos marcadores de intersubjetividade nas referidas línguas, quando sinalizado pelos autores, como efeitos de sentido e restrições de natureza gramatical na ocorrência das formas sob análise. O Capítulo 5 tem como objetivo mostrar que a intersubjetividade (evidencial) está codificada na gramática de uma variedade de línguas e como isso ocorre, para que, então, partindo desses dados, possamos sustentar a proposta de caracterização dela na GDF, fornecida no Capítulo 6. Ao final do trabalho, antes do capítulo de Conclusão, também fornecemos uma espécie de síntese do que foi discutido e apresentado nos Capítulos 5 e 6, na qual deslindamos uma série de propriedades da marcação da intersubjetividade (evidencial).

Sempre que é oportuno, reforçamos ao longo desta pesquisa que nossa proposta parte do que é defendido nos trabalhos descritos no Capítulo 5 e no estudo de Nebot e Cornillie (2018) para o espanhol, bem como nos textos base para a compilação das pesquisas. O que é defendido e demonstrado, ratificamos, é o *status* gramaticalizado da intersubjetividade, conceituada como as(simetrias), envolvendo a esfera falante-ouvinte, de acesso e/ou atenção ao conhecimento. A tese assume o que é defendido nos estudos e se fundamenta nos achados fornecidos para a proposição de um tratamento do fenômeno no quadro da GDF.

Os evidenciais veiculando funções intersubjetivas foram recategorizados, naturalmente, segundo a tipologia da GDF para a categoria (Hengeveld; Dall’aglio-Hattner; Hengeveld; Fisher, 2018). Devemos esclarecer que a tese considera a proposta de Silva (2024), que consiste na incorporação à teoria do subtipo evidencial *Não testemunhado*, e, consequentemente, a reformulação terminológica e conceitual da evidencialidade *Percepção*

de evento, que passa denominar-se *Sensorial*, indicando o testemunho direto de um Estado de Coisas (e).

Considerando que partimos de análises já realizadas, em que o tipo de evidencialidade dos marcadores evidenciais que veiculam funções intersubjetivas já é especificado nos estudos, necessitamos seguir alguns critérios para uma reclassificação evidencial segundo a tipologia da GDF. Primeiramente, baseamo-nos exatamente no modo como os evidenciais estavam classificados nos trabalhos. Em algumas línguas, o tipo de evidencialidade associado ao marcador, conforme especificado no estudo, coincidia perfeitamente com alguma subcategoria da GDF, facilitando e assegurando uma classificação apropriada do uso evidencial da forma segundo a tipologia que adotamos. Não obstante, em alguns casos, essa coincidência não ocorria, o que requereu uma atenção à maneira como os exemplos dos marcadores evidenciais eram descritos, de modo que pudéssemos classificar adequadamente o uso evidencial da forma. Com base nesses critérios, a interpretação do uso evidencial que atribuímos não deu margem a dúvidas, ou porque o tipo evidencial do marcador condizia com um subtipo da GDF, facilitando uma correlação com a tipologia adotada, ou porque a descrição e explicação fornecidas para eles nos possibilita classificar com segurança o subtipo segundo a categorização da GDF.

Ainda sobre parâmetros analíticos para o tratamento da intersubjetividade em contexto evidencial, foi-nos pertinente lançar mão das noções basilares da categoria “fonte (criador)”, o responsável pela criação da informação (Izquierdo Alegria, 2019), e sobretudo “base evidencial” (Izquierdo Alegria, 2019), que é o ponto de partida do falante para geração da informação, e a própria “informação evidencial”, que o conhecimento veiculado pelo evidencial.¹⁰² Outra noção pertencente ao domínio evidencial sinalizada por Izquierdo Alegria (2019) é o “modo de acesso”. Não o enfatizamos aqui já que adotamos a tipologia evidencial da GDF, cujas subcategorias estabelecem equivalências com os modos de acesso apontados pelo autor, em razão de que cada uma especifica o modo como o falante adquiriu a informação, conforme as associações apresentadas no Quadro 1.

Relativamente ao Modelo de Interação Verbal (MIV), o qual corresponde à arquitetura geral da GDF, assumimo-lo numa perspectiva dialógica para dar conta de discutir o processo pelo qual o Falante (P₁) formula enunciados intersubjetivamente marcados.

¹⁰² Consideramos também a “informação evidencial” uma dimensão importante para a discussão da intersubjetividade em contexto evidencial com base na relevância das noções de Proposição Alvo (Gipper, 2014) e Situação Alvo (Schultze-Berndt, 2017) para uma explicação adequada de evidenciais que veiculam função intersubjetiva. Ambas as autoras também cunham as noções de Proposição Fonte e Situação Fonte, que podem ser tomadas com equivalentes à “base evidencial” de Izquierdo Alegria (2019).

Devemos esclarecer que a discussão levando em consideração o MIV foi feita na medida em que os trabalhos abarcados fornecessem informações que evidenciassem a relevância de fatores da situação comunicativa incidindo de modo sistemático em escolhas gramaticais.

Para a discussão no quadro do MIV do fenômeno de que trata esta tese, consideramos também o desenvolvimento do Componente Contextual conforme proposto por Hengeveld e Mackenzie (2014). A caracterização fornecida pelos autores, para esse componente, foi-nos pertinente no tratamento de propriedades referentes aos Estratos Interpessoal e Representacional do Componente Contextual que condicionam a seleção de uma forma intersubjetiva em detrimento de outra em algumas gramáticas.

Como já descrito na seção 3.2 com base em Hengeveld e Mackenzie (2014), o Estrato Interpessoal de natureza **situacional** traz informação relativa à situação de fala (tempo, lugar e Participantes, incluindo suas propriedades) e o Estrato Representacional, informações referentes ao mundo físico (entidades percebidas - eventos, indivíduos, propriedades). Os Atos e as entidades denotadas discursivamente correspondem, respectivamente, aos Estratos Interpessoal e Representacional de natureza **discursiva** (Hengeveld; Mackenzie, 2014).

A abordagem dialógica do MIV, que integra o MIV do Falante (P_1) e do Ouvinte (P_2) e pressupõe um Componente contextual compartilhado, foi também uma ferramenta crucial adotada nesta pesquisa para tratar dos marcadores que indicam a distribuição de acesso ao conhecimento entre Falante (P_1) e Ouvinte (P_2) não em relação a uma informação veiculada no enunciado onde ocorre o marcador, mas a uma informação presente no Componente Contextual compartilhado ou não pelos Participantes, mais concretamente a evidência usada para a proposição veiculada em um enunciado evidencial.

No Quadro 6, organizamos os parâmetros de análise assumidos nesta tese para o tratamento da intersubjetividade (evidencial) no quadro da GDF.

Quadro 6 – Parâmetros gerais para a análise da intersubjetividade (evidencial)

Abordagem dialógica do MIV	
Proposta estratificada do Componente Contextual (Hengeveld; Mackenzie, 2014)	
Tipologia evidencial da GDF	<i>Citação</i>
	<i>Reportatividade</i>
	<i>Inferência</i>
	<i>Dedução</i>
	<i>Não testemunhado</i>
	<i>Sensorial</i>
	<i>Fonte (criador)</i>

Noções do domínio evidencial	<i>Base evidencial</i>	<i>enunciativa</i>
		<i>cognitiva</i>
		<i>sensorial</i>
	<i>Informação evidencial</i>	

Fonte: Elaborado pela autora.

Os níveis e camadas do Componente Gramatical da GDF, descritos no capítulo 3, serão mencionados na análise na medida em que sejam relevantes para descrever as propriedades da Formulação e Codificação da intersubjetividade (evidencial) na gramática das línguas.

Nos próximos capítulos, descrevemos a codificação da intersubjetividade (evidencial) na gramática de uma variedade de línguas e fornecemos algumas perspectivas propositivas para aprimorar a GDF no tocante ao tratamento do fenômeno tendo em vista as diferentes maneiras em que ele pode se manifestar nas línguas.

5 INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL) GRAMATICALIZADA NAS LÍNGUAS

O presente Capítulo descreve, a partir de um conjunto de trabalhos tipologicamente orientados, a expressão da *intersubjetividade gramaticalizada*, o que na literatura tem-se reconhecido como “engajamento”, e a sua interação com a categoria evidencialidade.

Repetido aqui por conveniência, “engajamento” é usado em referência a “[...] um sistema gramatical para codificar a acessibilidade relativa de uma entidade ou estado de coisas para o falante e ouvinte [...]” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b, p. 142).¹⁰³ Essa acessibilidade pode ser entendida tanto em termos de “conhecimento” acerca de eventos e entidades quanto de “atenção” a eles, tendo em vista que sistemas responsáveis por codificar essa categoria expressam, segundo Evans, Bergqvist e San Roque (2018a, p. 110), “[...] suposições do falante sobre o grau em que sua atenção ou conhecimento é compartilhado (ou não compartilhado) pelo ouvinte [...]”.¹⁰⁴

5.1 Intersubjetividade gramaticalizada

A expressão da *intersubjetividade gramaticalizada* ocorre de modo diversificado nas línguas. Algumas codificam apenas uma dimensão intersubjetiva das quatro sinalizadas na seção 3.1.2. Por outro lado, há línguas que codificam mais de uma ou todas elas. Dito isso, organizamos a descrição com base nas quatro dimensões da categoria “engajamento”, a saber: ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’, ‘-F, -O’. As subseções foram divididas conforme o conjunto de dimensões que uma língua pode codificar em sua gramática, desde todas as quatro possíveis a apenas uma delas.

5.1.1 Dimensão ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’, ‘-F, -O’

Apresentamos, na sequência, a descrição do sistema de “engajamento” da língua andoke (Landaburu, 2005, 2007), a única à qual tivemos acesso que codifica as quatro dimensões da categoria.

O andoke, língua falada na Amazônia Colombiana (Landaburu, 2005), codifica

¹⁰³ Tradução nossa de: “[...] a grammatical system for encoding the relative accessibility of an entity or state of affairs to the speaker and addressee [...]” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b, p. 142).

¹⁰⁴ Tradução nossa de: “[...] the speaker’s assumptions about the degree to which their attention or knowledge is shared (or not shared) by the addressee [...]” (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, p. 110).

cada uma das dimensões da categoria “engajamento” mediante prefixos. Essas formas ocorrem na “palavra sujeito”¹⁰⁵ e são anexadas ao índice referencial,¹⁰⁶ marcando “[...] diferentes relações cognitivas entre o enunciador e o coenunciador e o estado de coisas expresso [...]” (Landaburu, 2007, p. 24).¹⁰⁷

O prefixo *kẽ-*, segundo Landaburu (2005, 2007), indica um conhecimento absolutamente garantido e exclusivo do falante (+F, -O’). Essa forma se opõe a *b-*, que expressa o status compartilhado do conhecimento (+F, +O’). O exemplo (1) traz uma situação que pode ser interpretada de duas maneiras distintas, a depender do prefixo usado.

(1)

- a. *duiáħa b-ẽ dã-ẽ-Λ*
 blancs ENGAG.-i33 INGR.-se déplacer-ACCORD3
 [prédicat + sujet + prédicat relatif au sujet]
 “(Digo) Los que llegan son los blancos”¹⁰⁸
 (Landaburu, 2005, p. 2; Landaburu, 2007, p. 25).
 “(Digo) Os que chegam são os brancos”.
- b. *duiáħa kẽ-ẽ dã-ẽ-Λ*
 blancs ENGAG.-i33 INGR.-se déplacer-ACCORD3
 [prédicat + sujet + prédicat relatif au sujet]
 “(Afirmo, certifico) Los que llegan son los blancos”
 (Landaburu, 2005, p. 2; Landaburu, 2007, p. 25).
 “(Afirmo, certifico) Os que chegam são os brancos”.

Um cenário possível para a situação (1a) é um em que o falante se encontra em uma canoa com outra pessoa a quem enuncia a chegada dos brancos ao escutar um barulho de motor de longe. O ouvinte presta atenção, vê, pode repetir e assumir a situação em (1a) (Landaburu, 2007). Quanto a (1b), uma possibilidade, com base na descrição feita pelo autor, é que ambos os interlocutores estejam em uma floresta, o falante trepado em uma árvore e seu ouvinte ao pé dela. Ao ver um grupo de brancos vindo desde longe, o falante enuncia (1b) excluindo o ouvinte da posse desse conhecimento, dada a sua posição e, por conseguinte, a sua incapacidade de visualização do evento.

Em (2) e (3), a oposição entre acesso compartilhado ao conhecimento e acesso

¹⁰⁵ Landaburu (2007) explica que a estrutura de um enunciado declarativo na língua andoke é composta obrigatoriamente por um sintagma predicativo e um sintagma sujeito. Quando o enunciado está sem expansões e margens, reduz-se a duas palavras: a palavra predicado e a palavra sujeito.

¹⁰⁶ O “índice referencial” é uma das partes constitutivas obrigatórias da “palavra sujeito” (cf. Landaburu, 2007, p. 24).

¹⁰⁷ Tradução nossa de: “[...] les différents rapports cognitifs existent entre l'enouciateur et le co-enouciateur et l'état de choses exprimé [...]” (Landaburu, 2007).

¹⁰⁸ Landaburu (2007) não fornece a equivalência francesa da frase em andoke. Baseamo-nos no texto em espanhol do autor (Landaburu, 2005) onde encontramos as traduções para as mesmas frases.

não compartilhado é bastante clara. Os usos de *kẽ-* e *b-* a seguir contrastam experiências que são ou ocultas, ou tangíveis ao ouvinte (Landaburu, 2007). A situação em (2) implica que falante e ouvinte estão acordados e podem ver juntos o nascer do sol. (3), por outro lado, pode ser descrito como uma situação em que o ouvinte está dormindo durante o nascer do sol e o falante o acorda. O autor inclusive menciona que é uma forma comum de acordar alguém (“Vamos, levante-se, o dia está amanhecendo!” (Landaburu, 2007, p. 26)).¹⁰⁹

- (2) *páa b-Λ Λ-pó 'kã-i*
 Déjà ENGAG-i.l i.l-éclairer-ACCORD1
 « Le jour se lève (litt. ça éclaircit) »
 (Landaburu, 2007, p. 26).
 “O dia está amanhecendo (lit. Está clareando)”.

- (3) *páa kẽ-Ø Λ-pó 'kã-i*
 (Landaburu, 2007, p. 26).¹¹⁰

No exemplo (4), o falante (a jiboia)¹¹¹ usa *kẽ-* expressando a sua sensação de que vai se partir ao meio, ao ser puxada por uma anta enquanto estava agarrada a um tronco. Quando do uso de *b-*, em (5), a interpretação da mesma situação será distinta, pois já não exprime a ideia de um sentimento ou uma sensação do falante (que é o que confere o status de conhecimento não compartilhado), com base na explicação e nas traduções fornecidas por Landaburu (2007).

- (4) *bΛ 'bá dó-be 'ai-kã kẽ-ĩ*
 Papa je+IRR.-déchirer-ACCORD1 ENGAG.+i.l-TPSØ
 « Papa ! [Je sens que] je vais me déchirer. »
 (Landaburu, 2007, p. 26).
 “Papai! {eu sinto que} eu vou me partir.”.

- (5) *bΛ 'bá dó-be 'ai-kã b-Λ 'i*
 “Papai! eu vou me partir.”.
 (Landaburu, 2007, p. 26).¹¹²

Os prefixos *k-* e *d-*¹¹³ são usados para realizar perguntas na língua andoke para as

¹⁰⁹ Tradução nossa de “Allons, debout, le jour se lève !” (Landaburu, 2007, p. 26).

¹¹⁰ Landaburu (2007) não fornece glosa nem tradução para esse exemplo, mas é possível recuperar, pelo menos essencialmente, com base no exemplo (2), do qual difere apenas pelo marcador de “engajamento” e pela presença de um morfema zero.

¹¹¹ Trata-se de um mito.

¹¹² O autor também não fornece glosa para esse exemplo, mas uma compreensão parcial do enunciado em andoke é possível a partir da glosa em (4).

¹¹³ O prefixo *k-* é usado para expressar interrogativas totais e o *d-*, interrogativas parciais (Landaburu, 2007).

quais se assume a ignorância do falante e a posse do conhecimento por parte do ouvinte. Por essa razão, são tidos como codificadores da dimensão do engajamento ‘-F, +O’.¹¹⁴ A forma *bã-*, por outro lado, é usada em situações nas quais o falante faz perguntas a si e o ouvinte é somente uma testemunha da deliberação (Landaburu, 2007). O autor descreve esse prefixo como exprimindo um conhecimento “em suspenso” e lhe atribui a função equivalente à dimensão ‘-F, -O’.¹¹⁵ Em (6)-(9), ilustramos o uso desses marcadores a partir dos exemplos apresentados em Landaburu (2005, 2007).

- (6) *duiálhΛ k-ã dã-ã-Λ*
 Blancs ENGAG.-i.33 INGR.-se déplacer-ACCORD3
 “Ceux qui arrivent sont-ils Blancs?”
 (Landaburu, 2007, p. 27).
 “*Os que chegam são os brancos?*”.

- (7) *kói d-ã dã-ã-Λ*
 qui ENGAG.-i.33 INGR.-se déplacer-ACCORD
 “Qui arrive?”
 (adaptado de Landaburu, 2007, p. 27).¹¹⁶
 “*Quem está chegando?*”.

- (8) *híboá bã Λka álhakã ao dá-dãhẽĩ*
 Jusqu’à quand est-ce donc cela à nouveau là nous-danser-ACCORD
 “Quand est-ce que nous danserons à nouveau?”
 (Landaburu, 2007, p. 29).
 “*Quando dançaremos de novo?*”.

- (9) *duiálhΛ bã-ẽ dã-ẽ-Λ*
 Blancs ENGAG.-i.33 INGR.-se déplacer-ACCORD3
 (Me pregunto) *Los que llegan son los Blancos ?*
 (adaptado de Landaburu, 2005, p. 2).¹¹⁷
 “(Me pregunto) *Os que chegam são os brancos?*”.

Em (6) e (7), a presença de *k-* e *d-* indica que é o ouvinte quem detém o conhecimento. Em (8), Landaburu é interrogado na ocasião por um falante de andoke enquanto conversavam sobre festas passadas. Dado o uso de *bã-*, a situação é descrita pelo autor como indicando uma deliberação interna do falante a qual o ouvinte é colocado em

¹¹⁴ Mais precisamente ao “não saber do *eu*, saber do *tu*”. Seu significado equivale a “Eu não sei; você sabe. Você é mais do que eu” (Landaburu, 2005, p. 2-3, 2007, p. 30).

¹¹⁵ Mais precisamente ao “não saber do *eu*, não saber do *tu*”. Seu significado equivale a “Eu não sei, mas posso saber; você não sabe. **Somos iguais no não saber**” (Landaburu, 2005, p. 2-3, 2007, p. 30, grifo nosso).

¹¹⁶ O autor não fornece glosa desse exemplo, apenas uma descrição. Elaboramo-la com base no exemplo (6) e na informação de que “*kói*” é a tradução para “*qui*” (“quem”) em andoke.

¹¹⁷ O autor não fornece glosa desse exemplo, apenas uma descrição. Elaboramo-la com base no exemplo (1), que contém a mesma frase, diferindo-se apenas no marcador de “engajamento”.

posição apenas de testemunhar, já que, como estrangeiro, não teria a resposta para a pergunta. A mesma interpretação de expectativa de um “não saber” por parte tanto do falante quanto do ouvinte em relação ao conhecimento se aplicaria a (9).

Muita embora esses marcadores de intersubjetividade da língua andoke já tenham sido denominados “prefixos epistêmicos” (cf. Landaburu, 2005) e se relacionem a valores de certeza e dúvida, não estamos fazendo referência a eles como modais epistêmicos, haja vista que o autor deixa de nomeá-los de “prefixos epistêmicos” e passa a adotar o termo “engajamento”, frisando que a função deles é de codificar, além de um julgamento acerca da verdade da proposição, a relação entre os saberes dos interlocutores, isto é, **a dimensão intersubjetiva da proposição**.

Ao discutir o sistema de “engajamento” da língua andoke, Evans, Bergqvist e San Roque (2018a, 2018b) também não o apresentam como um caso de sobreposição com outra categoria atitudinal como fazem no contexto de outras línguas (cf. Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b, p. 150-158). Se os prefixos *b-*, *kẽ-*, *k-* (*d-*)- e *bã-*, do andoke, codificam ou apenas o “engajamento” ou a sobreposição dessa categoria com outra de natureza atitudinal (neste caso, a modalidade epistêmica) não compromete a adequação, em relação a essa língua, da proposta de refinamento do NI da GDF para abarcar as distinções de (as)simetrias em relação ao acesso e posse do conhecimento entre falante e ouvinte, haja vista que, em todo o caso, o andoke realiza distinções de intersubjetividade em seu sistema gramatical, contemplando as quatro dimensões do “engajamento”. É isso o que de fato interessa à presente pesquisa. Como frisa Landaburu (2007, p. 30), a combinação do julgamento da verdade e a dimensão da intersubjetividade não se trata de um efeito perlocucionário ou pragmático, mas de **uma função que está no sistema gramatical** da língua andoke.

Cabe também ressaltar que esses prefixos que expressam “engajamento” no andoke não são evidenciais. Essa língua possui marcadores específicos (sufixos) para indicar que a informação é relatada e inferida. Há também uma posição zero relacionada à expressão de um conhecimento baseado em experiência direta ou cuja origem não é determinada. Marcadores de “engajamento” e aqueles que indicam fonte da informação podem se combinar em um mesmo enunciado (cf. Landaburu, 2005, p. 3), o que configura uma evidência do status categorial distinto desses domínios.

Na seguinte seção, descrevemos o sistema de “engajamento” do kogi (Bergqvist, 2011, 2012, 2016, 2017, 2018; Knuchel, 2022; Bergqvist; Knuchel, 2019), língua que codifica em sua gramática três dimensões da categoria.

5.1.2 Dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘-F, +O’

O *kogi* é uma língua para a qual se defende a existência de um sistema de “engajamento” (Bergqvist, 2011, 2012, 2016, 2017, 2018; Knuchel, 2022; Bergqvist; Knuchel, 2019). Nela, a intersubjetividade também está gramaticalizada de maneira complexa, e não somente porque quase todas as dimensões da categoria estão codificadas em seu sistema. O *kogi*, bem como o *andoke*, que acabamos de descrever, são exemplos prototípicos, sendo com frequência línguas citadas nos trabalhos sobre o tema.

Língua *Arwako-Chibchan* falada na Serra Nevada de Santa Marta, no noroeste da Colômbia (Bergqvist, 2016), o *kogi* possui prefixos ligados ao verbo auxiliar cujo traço semântico primário é “[...] situar a informação com relação aos participantes do discurso como simetricamente ou assimetricamente acessível [...]” (Bergqvist, 2011, p. 49).¹¹⁸ Essa (as)simetria em relação ao acesso ao conhecimento pode ocorrer desde a perspectiva do falante ou do ouvinte, ou seja, ou falante ou ouvinte constituem o ponto de partida na hora de situar quem detém a “autoridade epistêmica”¹¹⁹ acerca do que o falante se refere em seu enunciado. Os prefixos que compõem o sistema de marcação da intersubjetividade na língua *kogi* são *na-/ni-/sha-/shi-*.¹²⁰

Os marcadores *na-* e *ni-* marcam a dominância da perspectiva do falante, sinalizando a oposição entre algo assumido como óbvio para o ouvinte (*ni-*), marcando, assim, simetria de conhecimento (+F, +O), e algo que o ouvinte falhou em notar (*na-*), o que indica assimetria de conhecimento (+F, -O). Ao discutir esses prefixos, Bergqvist (2016)¹²¹ argumenta que a manipulação de sujeitos de primeira e, sobretudo, segunda pessoa contribui para a visualização do contraste entre acesso exclusivo ou compartilhado do conhecimento. A seguir, reportamos algumas situações fornecidas pelo autor para explicar os significados que

¹¹⁸ “[...] to situate information with regard to the speech participants as symmetrically or asymmetrically accessible [...]” (Bergqvist, 2011, p. 49).

¹¹⁹ Cf. Bergqvist e Kittilä (2020) e Grzech, Schultze-Berndt e Bergqvist (2020).

¹²⁰ Em Bergqvist (2011, 2016, 2017, 2018), o termo usado para se referir a função codificada por esse sistema é “perspectiva epistêmica complexa”, mas, em trabalhos posteriores, adota-se o termo “engajamento”. Faz-se necessário pontuar que, nas discussões acerca do sistema de “engajamento” do *kogi* (Bergqvist, 2011, 2012, 2016, 2017, 2018), menciona-se um quinto prefixo, o *ska(n)-*, que marca a perspectiva de um “não participante do discurso” (*Non-Speech Participant*). Contudo, o autor atribui um papel marginal a essa forma. Ao adotar o termo “engajamento” para se referir ao sistema da língua *kogi* responsável por expressar intersubjetividade, o autor passa a apresentá-lo como um conjunto constituído pelos quatro prefixos *na-/ni-/sha-/shi-*, cada qual codificando uma dimensão da categoria.

¹²¹ No que se refere às publicações de Bergqvist (2011, 2012, 2016, 2017, 2018), tenderemos a nos restringir, partir desse parágrafo, a Bergqvist (2016), por se tratar de uma publicação que traz uma descrição mais detalhada sobre o sistema de “engajamento” do *kogi*. O próprio autor, bem como outros estudiosos costumam fazer referência a essa publicação quando se trata especificamente da descrição do sistema de “engajamento” dessa língua.

esses prefixos veiculam.

- (10) *uba ma-kwĩ ni-Ø-gua-t'äw* (2s)
 eye 2O-have. PRTC SPKR.SYM-3S-do-PROG
 'You're getting tired'. (suggesting the addressee should go to bed) (BUN_090822)
 (Bergqvist, 2016, p. 18).
"Você está ficando cansado". (sugerindo que o ouvinte deveria ir para a cama)
- (11) *uba ma-kwĩ na-Ø-gua-t'äw* (2s)
 eye 2O-have. PRTC SPKR.ASYM-3S-do-PROG
 'What you are is tired'. (said to alert the addressee) (BUN_090822)
 (Bergqvist, 2016, p. 18).
"O que você está é cansado". (dito para alertar o ouvinte).
- (12) *uba na-kwĩ na-Ø-gua-t'äw* (1s)
 eye 1O-have.PRTC SPKR.ASYM-3S-do-PROG
 'I'm getting tired'. (said as a reason for wanting to go to bed) (BUN_090822)
 (Bergqvist, 2016, p. 18).
"Eu estou ficando cansado." (dito como um motivo para querer ir para a cama).
- (13) *uba na-kwĩ ni-Ø-gua-t'äw* (1s)
 eye 1O-have. PRTC SPKR.SYM-3S-do-PROG
 'I'm getting tired'. (said yawning) (BUN_090822)
 (Bergqvist, 2016, p. 18).
"Eu estou ficando cansado". (dito bocejando).

Com base na explicação fornecida por Bergqvist (2016), no exemplo (10), situação que retrata um ato de fala indireto, em que há uma sugestão implícita do falante de que o ouvinte deveria ir à cama, *ni-* indica que o estado de cansado do ouvinte é de conhecimento de ambos (o falante pode ter tido acesso a esse conhecimento, por exemplo, com base nos frequentes bocejos do ouvinte); já em (11), *na-* sinaliza que o conhecimento está em posse do falante, mas não do ouvinte. O autor elucida que, nesse caso, o falante tem a intenção de conscientizar o ouvinte acerca de seu estado cansado quando este por alguma razão não notou os sinais. Na situação apresentada em (12), o falante menciona seu estado cansado como um motivo para se recolher à cama, o uso de *na-* marcando que o conhecimento acerca desse estado cansado não é acessado pelo ouvinte; em (13), por outro lado, há uma declaração plena acerca de o falante estar ficando cansado e a situação é retratada como acessível, como marcado por *ni-*, uma vez que é algo que deve ser esperado

tendo em vista o horário (Bergqvist, 2016).

A função de “engajamento” atribuída aos prefixos *ni-* e *na-* do *kogi* é corroborada por Knuchel (2022). Em sua análise, a autora evidencia que o prefixo *na-* (~ *nak-*) indica um conteúdo proposicional ao qual o ouvinte não teve acesso e que é primeiramente conhecido pelo falante. Com base na conclusão a que chega a autora a partir das ocorrências desse prefixo, o falante o emprega em situações claramente assimétricas no que tange ao acesso à informação sob o seu escopo, a saber: (i) para marcar uma informação que vai contra a expectativa do ouvinte (14), (ii) para anunciar um conteúdo narrativo novo para o ouvinte (15); ou (iii) para persistir na própria opinião, uma que não coincide com a do ouvinte (função de ressaltar discordância) (16).

- (14) *anga nalagäle nakuakkú ahuiní*
Anga nalagäle na-guak-kú ahuiní
 INTER lie SPKR.ASYM-say-1SG.I round
 ‘Ehrm, no I’m saying it wrong (I lied), it’s round.’
 (Knuchel, 2022, 179).
 “Ehrm, não, eu estou dizendo isso errado (eu menti), é redondo.”

- (15) *ekí nagatshá*
Ekí nak-atshi-a
 ENDO.MAN SPKR.ASYM-do-ST
 ‘This is what they did.’
 (Knuchel, 2022, 180).
 “Foi isso o que eles fizeram.”

- (16) B: *no, inzhi zhawa nak-a-li-ěni hi?*
 no yuca DIM come-ST-SEQ what
 A: *bakka zhawa*
 cow DIM
 B: *relo zhawa nē-ka naklá*
 clock little go-PRS SPKR.ASYM.be
 ‘No, a yuca tuber and then what?’
 ‘A little cow.’
 ‘There’s a little clock (don’t you see?)!’
 (Knuchel, 2022, 179).
 “Não, um tubérculo de mandioca e depois o quê?”
 “Uma vaquinha.”
 “Há um pequeno relógio (você não está vendo?)!”

Apoiando-nos na explicação de Knuchel (2022), em (14), o falante se dá conta de que a descrição que estava fornecendo acerca de um objeto é incorreta. O uso de *na-* ao corrigir a informação elucida que a descrição fornecida antes vai contra a expectativa do ouvinte, uma vez que este esperava que fosse confiável. O exemplo (15) ilustra uma situação

em que a informação é conhecida pelo falante, que havia acabado de ter acesso a ela mediante um vídeo, e desconhecida pelo ouvinte. No exemplo (16), os falantes estão discutindo que tipo de objeto está à esquerda da mandioca¹²². O falante B discorda do falante A, sustentando a sua percepção de que há um relógio e não uma vaca, ocasião em que o marcador de assimetria é usado. Esses usos ocorrem dado que os conhecimentos aos quais se refere o falante quando usa o marcador de “engajamento” não são acessados pelo ouvinte da maneira como são concebidas pelo falante, como sugerem as situações ilustradas em (14)-(16).

A análise de Knuchel (2022) do prefixo *ni-* evidencia que a forma é usada em contextos em que a distribuição de acesso ao conhecimento entre falante e ouvinte é simétrica, exatamente como defende Bergqvist (2011, 2012, 2016, 2017, 2018). A autora também verifica um uso dessa forma em que há um apelo do falante a uma concordância por parte do destinatário.

No exemplo que segue, temos a indicação de que o conhecimento é acessado por falante e ouvinte. O falante usa *ni-* no enunciado ao comparar sua imagem com a descrição fornecida pelo seu interlocutor, descrição essa com a qual ele concorda (Knuchel, 2022).

(17)

a. A: *haiki atsishi málakze hana agatsé zhawa hiekatshi tapa hana agatsé*
hai-ki atsishi málakze hana agatsé zhawa hieka-tshi tapa
 PROX.LOC-TOP red sweet like seem DIM INDEF-GEN lid
hana agatsé
 like seem
 ‘And here something red that seems like candy or it seems like the lid of something.’

b. B: *málakze hangua nigukú*
málakze hangu-a ni-gu-kú
 sweet think-ST SPKR.SYM-AUX.PFV-1SG.I
 ‘It’s candy, I think (as you suggested).’

(Knuchel, 2022, 180).

“E aqui algo vermelho que parece um doce ou parece a tampa de alguma coisa.”.

“É um doce, eu acho (como você sugeriu).”.

Ao apresentar a análise proposta por Knuchel (2022) do par *na-*, *ni-*, salientamos o que entendemos como efeitos de significado veiculados por esses marcadores, resultantes da função de indicar (as)simetrias, tais como apelo a concordância do ouvinte, marcação da persistência do falante no tocante a sua opinião ou indicação de contra expectativa do ouvinte.

¹²² O uso foi verificado em uma “Tarefa de Diferença” em que duas imagens foram atribuídas a cada falante. Em uma, à esquerda da mandioca, há uma vaca de madeira e na outra, um relógio (cf. Knuchel, 2022, p. 179-180).

Interessantemente, tais efeitos no uso de marcadores de “engajamento” da língua kogi já haviam sido vislumbrados por Bergqvist (2016). Para ilustrá-los, o autor discute o emprego desses prefixos no contexto de eventos observáveis publicamente. Em (18), *na-*, que marca a assunção do falante de que o ouvinte desconhece a situação apresentada, sugerirá uma leitura de “passado”, em razão de que não faria sentido que uma situação que é tida como acessível, por ser aberta à observação por falante e ouvinte, ocorra na interação comunicativa e, ao mesmo tempo, seja perspectivada da maneira como transmite a presença desse marcador, ou seja, como algo que é acessado somente pelo falante.

- (18) *kwisä-té na-nu(k)-kú*
 dance-IMPF SPKR.ASYM-be.loc-1S
 ‘I was dancing’. (not at the moment) (JM_130613)
 (Bergqvist, 2016, p. 20).
 “*Eu estava dançando*”. (*não no momento*).

Bergqvist (2016) frisa que pode parecer que *ni-/na-* estão reservados a situações de distinção temporal, mas deixa claro que não é esse o caso, tendo em vista que *ni-* coocorre com o marcador de passado *-gu*, portanto, não estaria reservado ao contexto de tempo presente (cf. Bergqvist, 2016, p. 20). Além disso, o uso de *na-* também é possível no presente na descrição de ações realizadas pelo falante, desde que este esteja em outro local diferente daquele do ouvinte ou em caso de escuridão total, se eles estiverem no mesmo local. Esse pré-requisito para o uso da forma em contexto presente foi comentado por um falante do kogi, esclarece Bergqvist (2016). Isso reforça a função desse prefixo de indicar assimetria de conhecimento ‘+F, -O’.

Além desse efeito temporal, Bergqvist (2016) menciona que o prefixo *na-* pode expressar a impaciência do falante haja vista que o ouvinte falhou em perceber a ação quando o esperado era que ele tivesse notado. Ilustramo-lo no seguinte exemplo:

- (19) (*nas*) *kwisa-nuk-ku-gé na-klá*
 1S.IND dance-PROG-1S-HAB SPKR.ASYM.be
 ‘I am dancing!’ (Can’t you see?) (ARR_120520)
 (Bergqvist, 2016, p. 16).
 “*Eu estou dançando!*” (*Você não consegue ver?*)

Efeitos de significado também são expressos pelo uso de *ni-*. Bergqvist (2016) ilustra em um exemplo, reportado em (20), que esse prefixo pode desempenhar uma função afetiva, ao veicular familiaridade ou estreito vínculo.

- (20) *zóma ni-ná-tsi*
 baby SPKR.SYM-come[nei]-IMP.DIM
 ‘Come, baby!’ (said to your own child; affectionate)
 (Bergqvist, 2016, p. 21).¹²³
 “Venha, bebê!” (dito ao seu próprio filho; afetuoso).

Há também a produção de um efeito interpretativo de quando os prefixos *ni-* e *na-* são combinados com sujeito de segunda pessoa. Nos exemplos (21) e (22) se desprende uma interpretação de que há expectativas assumidas acerca do comportamento do ouvinte.

- (21) *kába-gasã ni-ba-kú*
 sleep-NEG.POT SPKR.SYM-2S-do
 ‘You can’t sleep anymore’. (because it is morning) (ARR_120520)
 (Bergqvist, 2016, p. 21).
 “Você não pode mais dormir”. (porque é de manhã).
- (22) *kába-gasã na-ba-kú*
 sleep-NEG.POT SPKR.ASYM-2S-do
 ‘You can’t sleep anymore’. (because I say so, or for reasons unknown to you)
 (ARR_120520)
 (Bergqvist, 2016, p. 22).
 “Você não pode mais dormir”. (porque assim estou dizendo ou por razões desconhecidas por você).

Com base no que descreve Bergqvist (2016), a indicação de uma expectativa do falante ocorre uma vez que *ni-*, em (21), marca uma conexão entre “acordar” e “manhã” que é esperada. Em (22), o uso de *na-* está relacionado a uma postura autoritária por parte do falante ou a uma série de circunstâncias das quais o ouvinte, ao acordar, não seu deu conta.

É imprescindível frisar que esses efeitos de significado que discutem os autores são viabilizados pela **função** desses prefixos de marcarem simetria (*ni-*) e assimetria (*na-*) em relação ao acesso dos conhecimentos veiculados. Como pontua Bergqvist (2016), tais efeitos ajudam no entendimento de como a função e o significado dessas formas se fundamentam na perspectiva do falante, com inclusão ou exclusão do ouvinte no que se refere ao acesso ao conhecimento.

Até o momento, apresentamos, a partir da análise de Bergqvist (2016) e Knuchel (2022), os marcadores de “engajamento” que marcam (as)simetrias de acesso ao conhecimento desde a perspectiva do falante. Como mencionamos com base no referido autor, o sistema de “engajamento” do kogi é composto não apenas por marcadores que tomam o

¹²³ Nesse exemplo, o efeito de familiaridade entre o falante e uma segunda pessoa, mas pode ser também em relação a um referente de terceira pessoa (Cf. Bergqvist, 2016, p. 21).

falante como ponto de partida. Há, além do par *ni-/na-*, os prefixos *sha-* (‘-F, +O’) e *shi* (‘+F, +O’), que marcam a distribuição do acesso entre falante e ouvinte, mas desde a perspectiva do ouvinte, no sentido de que este, que detém a autoridade acerca do conhecimento, é convidado a desafiar ou modificar o que é assumido pelo falante (Bergqvist, 2016). Os exemplos (23) e (24) ilustram o contraste entre uma informação compartilhada por falante e ouvinte e uma informação assumida como desconhecida pelo falante, mas não pelo ouvinte.

- (23) *tũ shí-ma-gú*
 see ADR.SYM-2S-do
 ‘You managed to see it (right)?’ (DAM_090821)
 (Bergqvist, 2016, p. 23).
 “*Você conseguiu ver (certo)?*”.

- (24) ***tũ sha-ma-gú*
 see ADR.ASYM-2S-do
 ‘Did you manage to see it?’ (DAM_090821)
 (Bergqvist, 2016, p. 23).
 “*Você conseguiu ver?*”.

Em Bergqvist (2016), traz-se a hipótese de que *sha-* e *shi-* se diferenciam por fazer referência, respectivamente, a eventos públicos (no sentido de ser potencialmente observável) e privados. Essa distinção é discutida em sua explicação para o contraste acima, em que o falante usará *shi-* para comentar sobre a situação caso acredite que, assim como ele, o ouvinte também tenha conseguido vê-la.¹²⁴

Os exemplos (25) e (26) ilustram bem a detenção da “autoridade epistêmica” por parte do ouvinte, que é o que os marcadores *shi-* e *sha-* vão enfatizar na indicação de (as)simetrias de acesso ao conhecimento, seja na solicitação de uma opinião do ouvinte acerca de algo que o falante desconhece (*sha-*) ou acerca de um conhecimento que ambos compartilham (*shi-*).

- (25) *ei-kí sha-Ø-guá-kue-na*
 This-FOC DADR.ASYM-3-do-PL-SOC
 ‘Is this how it is done?’ (BUN_090824)
 (Bergqvist, 2016, p. 23).
 “*É assim que é feito?*”.

- (26) *ei-kí shi-Ø-guá-kue-na*
 this-FOC ADR.SYM-3-do-PL-SOC

¹²⁴ O autor menciona que esse marcador pode equivaler funcionalmente a uma “tag question” ou a uma pergunta retórica.

‘So this is how it is done?’ (BUN_090824)
(Bergqvist, 2016, p. 23).
“*Então é assim que é feito?*”.

Como aclara o autor acerca do exemplo (25), com o marcador *sha-*, o falante requer a opinião e os conhecimentos do ouvinte sobre como devem ser feitos o preparo e a ingestão da folha de coca. No uso de *shi-*, em (26), o evento deve ser concebido de uma maneira em que o falante comenta a situação afirmando suas expectativas sobre o desempenho do ouvinte quando realiza o procedimento com a folha de coca, que é tido como adequado e bem executado, segundo a opinião do falante. Este, ao realizar o comentário, deixa em aberto para que o ouvinte confirme ou discorde de sua avaliação, com base na explicação fornecida por Bergqvist (2016).

Em síntese, é defendido um sistema de “engajamento” na língua kogi, em que *ni-* postula simetria no acesso a um determinado estado de coisas, contrastando-se com *na-*, forma responsável por assinalar assimetria, indicando que o informado pelo falante é assumido como desconhecido pelo ouvinte, isto é, “[...] o falante informa o ouvinte e, portanto, não espera que o ouvinte seja consciente do que o falante está se referindo.” (Bergqvist, 2016, p. 22).¹²⁵ *Shi-* também marca simetria, com base no autor, mas há uma orientação ao ouvinte, uma vez que o falante espera que suas expectativas e suposições sejam “avaliadas” por ele, podendo ser confirmadas, desafiadas, alteradas, etc. A análise de Knuchel (2022) acerca de *shi-* defende igualmente o papel desse prefixo de marcar a autoridade do ouvinte e seu acesso primário à informação. Quanto à forma *sha-*, assim como *na-*, esse prefixo marcará a exclusividade do conhecimento, com a diferença de que a “autoridade epistêmica” estará no ouvinte, não no falante (Bergqvist, 2016).¹²⁶

É pertinente mencionar que Bergqvist (2016) sinaliza que outros tratamentos acerca desses prefixos, além de estabelecerem a distinção entre algo que é ‘conhecido’ e ‘não conhecido’ pelo ouvinte, realizam também o contraste entre sentença ‘declarativa’ (*ni-/na-*) e ‘interrogativa’ (*shi-/sha-*). Entretanto, o autor refuta essa oposição com base em algumas evidências tais como a não obrigatoriedade desses marcadores, o fato de que não há exigência

¹²⁵ Tradução nossa de: “[...] the speaker informs the addressee and thereby does not expect the addressee to be aware of what the speaker is referring to.” (Bergqvist, 2016, p. 22).

¹²⁶ Knuchel (2022) salienta que não verificou usos de *sha-*. O não uso desse prefixo pelos falantes com os quais a autora trabalhou para a realização de sua pesquisa a levou à suposição de que esse contraste entre acesso simétrico e assimétrico na perspectiva do ouvinte, estabelecido pelo par *shi-*, *sha-*, pode, pelo menos na variedade do kogi analisada, ser considerado neutralizado (cf. Knuchel, 2022, p. 182-183).

de *shi-/sha-* em sentenças interrogativas, a existência de um marcador para essa função¹²⁷ e a atuação dos prefixos *shi-/sha-* modificando sentenças declarativas, exemplificado em (27)-(28) a seguir (cf. Bergqvist, 2016, p. 24-25).

(27) (...)

nukká Ø-akáka-hĩ gwóxa
just 3S-eat-PTCP enough
'They just ate that, nothing else'. (JM_130613)

hei-kí hei-kí shi-tu-lu-ku-ã
this-FOC this-FOC ADR.SYM-see-DUR-1S-PERF
'This, this is what I saw'. (JM_130613)
(Bergqvist, 2016, p. 25).¹²⁸
"Eles só comiam isso, nada mais."
"Isto, isto é o que eu vi."

(28) *nägukwéibaxe-si ũwa machuí zhékwe*
at that time-ABL meat a.lot food
'At that time there was a lot of prey'. (JM_130614)

hei-kí sha-tú-lu-ku-ã
this-FOC ADR.ASYM-see-DUR-1S-PERF
'That's what I saw'. (JM_130614)
(Bergqvist, 2016, p. 25).
"Naquela época, havia muitas presas".
"Foi isso que eu vi".

Anteriormente à enunciação de (27), o falante, que é um líder religioso, conta, a um grupo de falantes idosos e mais jovens da língua *kogi*, como era a situação em Serra Nevada antes da chegada dos colonizadores na região na primeira metade do século XX (Bergqvist, 2016). Na explicação do exemplo, o autor ressalta que, com uso de *shi-* (marcador que indica acesso compartilhado), a memória da experiência relatada, mesmo sendo pertencente ao falante, é assumida como compartilhada por parte do público. No que se refere ao uso de *sha-* em (28), Bergqvist (2016) frisa que a contação de histórias ocorre num ambiente onde se encontram reunidos para a ocasião os membros da comunidade. Com base na argumentação do autor ao explicar o uso do marcador de "engajamento", nesse contexto, o contador é interrompido em certos momentos para algumas correções e há um esforço coletivo para contar a história que está sendo dirigida pelo líder religioso, configurando uma

¹²⁷ Segundo Bergqvist (2016), usa-se o "dubitativo" *-e* e/ou lexemas de pergunta de constituinte para a formação de sentenças interrogativas nessa língua.

¹²⁸ Dada a extensão do exemplo, optamos por trazer somente parte dele.

situação em que há um reconhecimento da autoridade epistêmica dos interlocutores, uma vez que suas opiniões são incluídas. Essa orientação e atribuição de autoridade sobre o conhecimento ao ouvinte está na semântica do marcador *sha-*, como foi discutido aqui.

Reforçamos que os quatro prefixos da língua *kogi* formam um sistema de marcação da categoria “engajamento” e não de evidencialidade. Não verificamos trabalhos que apontem a existência de um sistema evidencial nessa língua.¹²⁹ Bergqvist (2011, 2012, 2016, 2017, 2018), desde suas primeiras observações sobre esse sistema, o apresenta e o defende como marcador de (as)simetrias de conhecimento desde a perspectiva dos participantes. Nenhuma associação entre, especificamente, o sistema de “engajamento” da língua *kogi* e a evidencialidade foi feita pelo autor. Ao contrário, Bergqvist (2016, p. 29 e 31) deixa bem claro que o domínio funcional ao qual pertencem os marcadores não é a evidencialidade (e nem a modalidade epistêmica). Knuchel (2022), outra pesquisadora que também se dedicou à descrição da gramática dessa língua, não descreve nenhum sistema evidencial ou relaciona os marcadores de “engajamento” à função de indicar fonte da informação.

Na sequência, descrevemos os marcadores de engajamento do *ku waru* (Rumsey, 2019), língua cuja gramática codifica três das dimensões constitutivas da categoria “engajamento”.

5.1.3 Dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘-F, -O’

Conforme adiantamos no exemplo (19) do Capítulo 3, o *ku waru*, língua falada na Província das Terras Altas Ocidentais de Papua Nova Guiné (Rumsey, 2019), dispõe de recursos gramaticais responsáveis pela marcação da intersubjetividade. Rumsey (2019) demonstra que essa língua expressa “engajamento” mediante demonstrativos e marcadores de (in)definitude, com atuação tanto no nível do sintagma como no da cláusula. Começaremos pelo alcance dos marcadores no sintagma. Em seguida, ampliamos o escopo das formas de “engajamento” do *ku waru*, que não se limita a essa unidade.

A língua *ku waru* possui um conjunto de três demonstrativos, *i*, *adi* e *kani*, que Rumsey (2019) chama de demonstrativos de “qualificação epistêmica”, cuja função é caracterizar **referentes** ou **situações** em relação ao conhecimento que os interlocutores compartilham. Segundo o autor, a forma *i*, além de indicar o status compartilhado do referente

¹²⁹ Mas sim de modalidade (cf. Knuchel, 2019, 172-176).

ou situação entre falante e ouvinte (+F, +O’), também o/a caracteriza como imediatamente presente para eles. A forma *kani* desempenha a mesma função que o demonstrativo *i*, com a diferença de que as coisas às quais se refere o falante não estão imediatamente presentes para os interlocutores (Rumsey, 2019). Quanto ao demonstrativo *adi*, Rumsey (2019) explica que, quando usado com a função epistêmica, fará referência a algo não imediatamente presente para o falante e para o ouvinte, sendo desconhecido ou relativamente pouco familiar para o falante e presumivelmente também para o ouvinte, o que alude, em nosso entendimento, à função ‘-F, -O’¹³⁰. Enquanto *kani* é uma forma exclusiva do sistema de demonstrativos epistêmicos, *i* e *adi* são idênticos, no que se refere à sua forma, aos demonstrativos espaciais.¹³¹ O autor diferencia essas duas classes de demonstrativos a partir do critério formal de que somente um deles, o de natureza epistêmica, pode aparecer depois de um verbo final.

Os exemplos (29)-(31) ilustram o uso dos demonstrativos de “qualificação epistêmica” atuando sobre referentes. Em (29), *i* atua sobre o referente “yi”, que, conforme elucida o autor, está imediatamente presente e perceptível. A forma *kani*, em (30), indica o status conhecido por falante e ouvinte, mas não imediatamente presente, do referente “el” (Rumsey, 2019). *adi*, usado no exemplo (31), indica a pessoa a quem os ouvintes devem se dirigir, marcando a **relativa inacessibilidade** desse referente por parte do falante e do ouvinte, com base na explicação fornecida por Rumsey (2019).

- (29) [DemP *i* [N yi]] = *ma=n ku.moni aima naa te-lymeli*
 IP man=PL=ERG money really NEG do-HAB:2/3PL
 ‘These men really do not give money.’
 (Rumsey, 2019, p. 53).
 “Esses homens realmente não dão dinheiro.”

- (30) *olyo* [DemP[N *el*] *kani*] *ti-rimul=iyl*
 1PL fight that.ABK do-RP:1PL=DEF
 ‘We had that fight [the one you and we know about].’

meri yabu geku lyi-kim meri aji pu-m
 down.there person difficulty get-PPR:3SG down.there away go-PFV:3SG
 ‘Now the person from down there is finding it hard and has gone back down there.’

¹³⁰ Rumsey (2019) esclarece que esse demonstrativo implica um grau relativamente baixo de acesso por parte do falante, o que não necessariamente significará uma assimetria de acesso. O autor reforça que, apesar de o seu uso como demonstrativo espacial implicar mais proximidade do referente para ouvinte do que para o falante, esse não parece ser o caso em seu uso epistêmico. O que geralmente há, mesmo ainda não totalmente gramaticalizado, é uma presunção padrão de que ambos compartilham o mesmo grau baixo de acessibilidade, seja de um referente ou de um evento predicado (Rumsey, 2019).

¹³¹ Na função de demonstrativo espacial, *i* indica que o referente está “perto do falante e do ouvinte” e *adi*, “perto do ouvinte, mas não do falante” (Rumsey, 2019, p. 51).

(Rumsey, 2019, p. 54).

“Nós tivemos aquela briga [aquela sobre a qual você e nós sabemos].”

“Agora a pessoa de lá de baixo está achando difícil e voltou para lá.”

- (31) *pe ekepu adi=d eni=n mare pilyi-k*
 so now ABU=DAT 2/3PL=ERG some listen-NF:2/3PL

molu-k nyai
 stay-NF:2/3PL talk:IMP:2/3PL

‘So now, some of you having have heard [what we’ve said here, go back and] talk to that one [whom we don’t know much about].’

(Rumsey, 2019, p. 55).

“Agora, alguns de vocês que ouviram [o que dissemos aqui, voltem e] falem com aquele [sobre quem não sabemos muito].”

Além de demonstrativos, o sistema de “engajamento” da língua ku waru defendido por Rumsey (2019) é composto por marcadores de (in)definitude. O marcador de definitude compreende quatro alomorfes =*yl* ~ =*iyl* ~ =*uyl* ~ =*ay*, que ocorrem na última palavra do constituinte sintático escopado (Rumsey, 2019).

A seguir, apresentamos dois exemplos de uso do marcador de definitude fornecidos pelo autor. Em (33), o referente *ku* (dinheiro) já havia sido mencionado no contexto discursivo precedente e, portanto, tanto falante como ouvinte tinham conhecimento (+F, +O’). No exemplo (34), os referentes *Ayla* e *Epola*, que são nomes de tribo, são recuperados pela existência de conhecimento prévio compartilhado, em razão de que haverá pelo menos um homem de cada uma das tribos no contexto desse tipo de evento em que o enunciado foi produzido (Rumsey, 2019).

- (33) *i ku i=lyi ya [NP[RC nanu ti-d] ku=yI]*
 IP money IP=DEF here 1SG.EMPH give-PFV:1SG money=DEF

‘This money here is the money that I myself have given.’

(Rumsey, 2019, p. 58).

“Este dinheiro aqui é o dinheiro que eu mesmo dei.”

- (34) *oba ya alya=yI naa um=lum=o,*
 well here [tribe name]=DEF NEG come:PFV:3SG=COND=VOC

‘Well, if the Alya does not come

epola=yI naa um=lum=o i te-bulu=yI
 (tribe name)=DEF NEG come:PFV:3SG=COND=VOC IP do-FUT:1PL=DEF

and if the Epola does not come, this is what we will do [i.e., present compensation].’

(Rumsey, 2019, p. 58).

“Bem, se o Alya não vier e se a Epola não vier, isto é o que faremos [isto é, apresentar compensação].”

Quanto à indenfinitude, a língua ku waru irá marcá-la mediante =*ti* (Rumsey, 2019). O autor relaciona essa marca à codificação da dimensão de “engajamento” em que o falante possui conhecimento e o ouvinte não (+F, -O’). A seguir, ilustramos seu uso:

- (35) *na ing=ti naa nyi-bu*
 1SG word/speech=INDF neg say-FUT:1SG
 ‘I won’t say anything.’
 (Rumsey, 2019, p. 59).
 “*Eu não direi nada.*”

Nos exemplos apresentados e na análise proposta por Rumsey (2019), os demonstrativos de “qualificação epistêmica” são assumidos como caracterizadores de **referentes** como (não) acessíveis em relação aos participantes do discurso. Além dessa distinção, há também o contraste entre um acesso imediato e perceptual e um baseado em experiências anteriormente compartilhadas, marcado, respectivamente, por *i* e *kani*. A função de indicar a (não) acessibilidade desses referentes é também codificada por marcadores de definitude, que sinaliza o conhecimento como compartilhado por falante e ouvinte, e indefinitude, que indica a posse do conhecimento por parte do falante, mas não do ouvinte. Não obstante, os demonstrativos de “qualificação epistêmica” e os marcadores de (in)definitude podem, em termos morfossintáticos, atingir uma cláusula, além de um sintagma nominal, desempenhando as mesmas funções intersubjetivas que lhes foram atribuídas.

Segundo Rumsey (2019), marcadores de definitude e demonstrativos de “qualificação epistêmica” são usados em verbos finais escopando a cláusula. Conforme as palavras do autor, “[...] nesse ambiente, sua função não é ajudar a identificar referentes, mas sim marcar o conteúdo proposicional da cláusula como **uma questão de conhecimento mútuo entre falante e ouvinte [...]**.” (Rumsey, 2019, p. 61, grifo nosso).¹³² Vejamos:

- (36) *ekepu wik autiyl o-ba pu-kum=iyl*
 now week many come-NF:3SG go-PPR:3SG=DEF
 ‘Now (as we know) many weeks have come and gone.’
- ekepu wilyala yi=yl kul-um=iyl*
 now up.there man=DEF die-PFV:3SG=DEF
 ‘Now (as we know) the man up there [a well-known leader] has died.’
 (Rumsey, 2019, p. 61)
 “*Agora (como nós sabemos) muitas semanas vieram e se foram.*”

¹³² Tradução nossa de: “[...] In that environment its function is not to help identify referents, but rather to mark the propositional content of the clause as a matter of mutual knowledge between speaker and addressee [...]” (Rumsey, 2019, p. 61).

“Agora (como nós sabemos) o homem lá em cima [um líder bem conhecido] morreu.”

Como explica o autor e sugere a sua tradução livre do enunciado, o uso do marcador definido *iyɫ*, que ocorre duas vezes em (36) com escopo em duas diferentes orações, indica que as questões predicadas pelo falante são bem conhecidas pelo seu público. No exemplo (34) - repetido na sequência como (37) -, havíamos ilustrado a atuação desse marcador de engajamento sobre referentes, mas, no mesmo contexto desse exemplo, ele ocorre também em um verbo desempenhando a função de indicar que se trata de um conhecimento compartilhado o conteúdo que é realizado morfossintaticamente na forma de uma cláusula, como em (36).

Em (37), o falante destaca que o que está prestes a ser feito por ele e pelos integrantes das tribos é exatamente o que se espera e algo que é de conhecimento comum entre o público, com base no autor.

- (37) *oba ya aly=yl naa um=lum=o,*
 well here [tribe name]=DEF NEG come:PFV:3SG=COND=VOC
 ‘Well, if the Alya does not come
epola=yl naa um=lum=o i te-bulu=yl
 (tribe name)=DEF NEG come:PFV:3SG=COND=VOC IP do-FUT:1PL=DEF
 and if the Epola does not come, this is what we will do [i.e., present compensation].’
 (Rumsey, 2019, p. 58, grifo sublinhado nosso).
“Bem, se o Alya não vier e se a Epola não vier, isto é o que faremos [isto é, apresentar compensação].”

Em (38), reportamos o exemplo apresentado por Rumsey (2019) para ilustrar o uso do demonstrativo epistêmico *adi*, indicando que falante e ouvinte possuem um grau baixo de acessibilidade acerca do evento descrito (o evento de enterrar). Baseando-nos no valor deôntico do enunciado onde ocorre o marcador de intersubjetividade, interpretamos a falta/grau baixo de acesso ao evento como se falante e ouvinte não soubessem o que de fato ocorreu, se o evento de fato se realizou. O que se tem é uma expectativa tendo em vista as convenções/normas daquela comunidade no que tange à situação referida, isto é, como, dentro daquela comunidade, procede-se em relação ao ritual do enterro, especificamente em que lugar os corpos devem ser enterrados.

- (38) *yi on=ayl naa kan-ud wi*
 man corpse=DEF NEG see-PFV:1SG up.there

adi *angi-j-ing=lum*
 ABU bury-CAUS-PFV:2/3PL=perhaps
 ‘I didn’t see the body, they’re supposed to have buried it up there.’
 (Rumsey, 2019, p. 55).
 “*Eu não vi o corpo, eles deveriam tê-lo enterrado lá em cima.*”

A posição do demonstrativo *adi* na ocorrência (38) é imediatamente anterior ao verbo, mas é mais comum tanto *adi* como também *kani* e *i* ocorrerem imediatamente depois quando tem escopo sobre a cláusula, com a particularidade de que, nesta posição, segundo explica Rumsey (2019), os três demonstrativos epistêmicos nunca ocorrem em sua forma “nua”, isto é, sem outro elemento anexado, mas são sufixados pelo marcador de definitude, conforme ilustram os exemplos a seguir extraídos do autor.

(39) [*na=nga* [*[kang]* [*kumulaya*]] ***kani=yl***] *li-rim=kin*
 1SG=GEN boy first.born ABK=DEF be.in.place-RP:3SG=COM
 ‘When my eldest son was lying dead

wilyi kang=ma=n=a uj kes baim ti-ring kani=yl
 up.there boy=PL=ERG=VOC wood coffin buy do-RP:2/3PL ABK=DEF
 those fellows up there bought the coffin.’
 (Rumsey, 2019, p. 62, grifo sublinhado nosso).
 “*Quando meu filho mais velho estava morto, aqueles caras lá em cima compraram o caixão.*”

Retomando a explicação do exemplo (19) do Capítulo 3, repetido aqui como (39), com ênfase agora na segunda ocorrência de *kani-yl*, o marcador indica que o evento relativo à compra do caixão é conhecido, porém, não é perceptível pelos interlocutores no momento da fala, diferentemente da marca *i=lyi*, usada no exemplo (40), cuja função também é indicar que o evento descrito (a compensação pela ferida) é conhecido, no sentido de que está em curso e é imediatamente perceptível, com base na descrição dada por Rumsey (2019).

(40) *el kani-yl moju-lka*
 Arrow that.ABK=DEF undergo-SR:1/3SG

el=ayl=nga kompensesen te-kir i=lyi
 arrow=DEF=GEN compensation do-PPR:1SG IP=DEF
 ‘You got wounded by that arrow and it’s for that arrow that I’m paying compensation.’
 (Rumsey, 2019, p. 62).
 “*Você foi ferido por aquela flecha e é por isso que estou pagando a indenização.*”

Apesar das ressalvas acerca de *adi* e *=ti*, Rumsey (2019) defende que a língua ku

waru possui marcadores de “engajamento”.¹³³ Segundo o autor, as formas que são, em pleno direito, marcadoras da categoria relativa à distribuição do conhecimento entre falante e ouvinte são *i*, *Kani* e $=yl \sim =iyl \sim =uyl \sim =ayl$. Centrando-se nelas, Rumsey (2019) assenta que a dimensão de engajamento codificada na língua em questão é a ‘+F, +O’.

A seguir, deter-nos-emos na descrição de línguas que codificam unicamente as dimensões intersubjetivas ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’.

5.1.4 Dimensões ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’

Ao contrário do que foi atestado no tocante aos três conjuntos de dimensões de “engajamento” anteriormente descritos, as dimensões ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ são codificadas na gramática de uma série de línguas. Descrevemos, por tópicos, os marcadores que codificam essas duas funções intersubjetivas em cada uma das línguas verificadas.

- *Kakataibo (Zariquiey, 2015)*

Assim como as línguas anteriormente descritas, o Kakataibo, língua panoana falada nos departamentos de Huánuco e Ucayali, no Peru (Zariquiey, 2015), codifica a intersubjetividade, mais precisamente “[...] as suposições do falante sobre o **status de conhecimento**¹³⁴ do ouvinte, em termos da distinção entre eventos que são proximais e eventos que são não-proximais a ele/ela [...]” (Zariquiey, 2015, 147, grifo nosso).¹³⁵ Segundo

¹³³ É importante mencionar que, além dos demonstrativos de “qualificação epistêmica” e dos marcadores de (in)definitude, Rumsey (2019) também inclui entre os marcadores de “engajamento” os demonstrativos espaciais. Não nos detivemos nessas formas, já que na GDF elas são tratadas no NR, tendo em vista descreverem a realidade como ela se apresenta para o falante. Muito embora, nos usos dos demonstrativos dêiticos, falante e ouvinte constituem pontos de referência para a localização espacial do que está sendo referido, eles não fazem de fato referência direta aos Participantes. O mesmo parece não se aplicar aos demonstrativos “epistêmicos”, que sinalizam a (não) acessibilidade do referente ou situação. Retomamos a discussão no capítulo 6.

¹³⁴ Ao definir a semântica desses marcadores, Zariquiey (2015) faz referência às noções de “status epistêmico” e “postura epistêmica”, de Heritage (2012a, 2012b *apud* Zariquiey, 2015), conceitos relevantes, juntamente com o de “autoridade epistêmica”, para a compreensão de categorias de marcação epistêmica, como o “engajamento” e a evidencialidade (cf. Bergqvist; Kittilä, 2020). Retornaremos à noção de “autoridade epistêmica” no Capítulo 6. Quanto às noções de “status epistêmico” e “postura epistêmica”, acessando diretamente a fonte, “status epistêmico” é definido por Heritage (2012) como um conceito relativo e relacional que concerne ao acesso relativo a algum domínio por parte de duas ou mais pessoas, em um determinado momento, e que (i) pode sofrer alteração, conforme for recebendo contribuições nas interações; e (ii) tende a passar por variação ao longo do tempo e a depender do próprio domínio (em uma dada circunstância um Falante A pode ter um conhecimento absoluto acerca de algo sobre o qual um falante B não conhece nada). A “postura epistêmica” diz respeito ao que é codificado no turno de fala, àquilo que é expresso momento a momento nas interações. O “status epistêmico”, diferentemente da “postura epistêmica”, possui uma natureza real e duradoura, posto que, no geral, é tido como um estado de coisas pressuposto ou acordado/consensual (Heritage, 2012).

¹³⁵ Tradução nossa de: “[...] the speaker’s assumptions about the knowing status of the addressee, in terms of the distinction between events that are proximal and events that are non-proximal to him/her [...]” (Zariquiey, 2015, 147).

o autor, um evento pode ser ‘proximal ao ouvinte’ (Zariquiey, 2015, p. 145) ou por ser potencialmente percebível por ele, ou pelo falante assumi-lo como conhecido pelo ouvinte, ou por ser já discursivamente introduzido, ou por envolver, de acordo com as suposições do falante, o ouvinte em um nível emocional.

Como explica Zariquiey (2015, p. 146), as formas que codificam esse domínio pertencem a diferentes paradigmas morfológicos e algumas delas possuem uma semântica mais específica, como os clíticos de segunda posição *pëně* (mirativo) e *pa* (certitudinal) e o marcador de ato de fala acusativo *-ie*, também tratados pelo autor no referido estudo. Mencionamos essas formas a fim de frisar a interação entre a intersubjetividade e outras categorias, já bastante defendida pelos proponentes do “engajamento”. Não obstante, neste capítulo, deter-nos-emos nos clíticos de segunda posição *ka* e *ri*, e nos sufixos *a* e *ín*, da língua Kakataibo falada no Baixo Aguaytía,¹³⁶ que codificam a perspectiva do ouvinte, no sentido de se os eventos são ou não proximais a ele conforme assumido pelo falante.

Zariquiey (2015) defende que o clítico *ri* é usado em enunciados que são assumidos pelo falante como contendo informação que é proximal para o destinatário. Do contrário, usa-se *ka*, considerada a forma não marcada.¹³⁷ Em (41), exemplo extraído de Zariquiey (2015), figuram ocorrências da interação desses dois clíticos.

(41)

- 01FE: ajá ‘ë=n=ribi **ri=na** ñanta-ma-shi ‘i-ia
 AFFIR 1SG=A=also **PROX=1** morning=NEG=ONLY be-A/S>P
 kwat-ëxa-n
 hear-days.ago-1/2/3
 ‘yes... I also heard so before it dawned.’
- 02ME: ajá a las siete de la noche **sapi=ri=a** ‘i-ëxan-n
 AFFIR at.seven.p.m. **DUB=PROX=3** be-days.ago-1/2/3
 ‘yes... was it at seven p.m.?’
- 03FE: a esa hora **ri=a** ‘i-ëxan-n
 at that time **PROX=3** be-days.ago-1/2/3
 ‘it was at that time.’
- 04ME: ajá ‘ikë
 AFFIR be-NOMLZ
 ‘yes... what it was.’
- 05 y anu **ri=a** ain ‘ibu=n bẽ-ëxan-n
 and then **PROX=3** 3.GEN owner=ERG bring-days.ago-1/2/3
 ‘and then its owner brought it.’

¹³⁶ Variedade analisada pelo autor.

¹³⁷ O autor salienta que o clítico *ka*, além de expressar a suposição do falante de que a informação contida no enunciado é não proximal para o destinatário, pode ser neutro no que diz respeito a esse domínio da intersubjetividade.

- 06 usa=ma **ka=a**
 that=NEG UNM=3
 ‘this should not happen (lit. it is not like that).’
- 07FE: ajá... pëkara-na
 AFFIR dawn-DA/S/P.PE
 ‘yes, when it dawned.’
- 08 y atian
 and then
 ‘and then...’
- 09 ‘ë=n **ka=na**
 3=A UNM=1 SG
 ‘I...’
- 10 ‘ë=n ‘unan-kë=ma=bi **ka=a**
 1SG=A know-NOMLZ=NEG=same UNM=3
 ‘When I did not know it yet, Pablo told me.’
- 11 ‘ë Pablo=n ka-ëxan-x-ín
 1SG.P pablo=ERG say-days.ago-3-PROX
- 12ME: ajá
 AFFIR
 ‘yes’
- 13FE: sapi **ka=a** ‘ikën
 DUB UNM=3 be.3
 ‘it is like this’
- 14 ‘i-këbëtan **ka=a** a-bëtan ka-ëxan-x-a
 be-DA/S/P UNM=3 3-COM say-days.ago-UNM
 ‘when it was like this, they told (me) with him’
- 15 atian **ka=a** ki-ëxan-x-a a
 Then UNM=3 say-days.ago-UNM that
 ‘then they said that’
- 16 bërí **ka=a** ‘ó basin basin ‘i=sërës a=shi **ka=a** ‘ó
 Now UNM=3 tapir delay delay be=just that=only UNM=3 tapir
 ‘now the tapir is have a delay (but) it was just there (dead)’
- 17ME: ajá
 AFFIR
 mjn ‘yes’
 (Zariquiey, 2015, p. 149-151).
 “Sim... Eu também ouvi isso antes do amanhecer.”
 “Sim... foi às sete da noite?”
 “Foi nessa hora.”
 “Sim... era isso mesmo.”
 “e então seu dono o trouxe.”
 “isso não deveria acontecer (lit. não é assim).”
 “Sim, quando amanheceu.”
 “e então...”
 “Quando eu ainda não sabia, Pablo me contou.”
 “sim”
 “é assim mesmo”
 “quando era assim, eles (me) contavam com ele”
 “Então eles disseram isso”
 “agora o tapir está atrasado (mas) ele estava lá (morto)”

“*sim*”

O fornecimento de algumas informações é necessário para que possamos entender os usos dos clíticos que marcam intersubjetividade. De acordo com a contextualização fornecida por Zariquiey (2015) para a interação apresentada em (41), duas mulheres estão conversando sobre o filhote de uma anta que havia sido encontrado na selva, adotado e posteriormente morto por um grupo de forasteiros. A presença do filhote gerou uma aproximação e envolvimento emocional por parte dos habitantes da vila, que costumavam cuidar dele, como descrito pelo autor. Baseando-nos nessas informações e na explicação dada por Zariquiey (2015), é possível perceber que, nos excertos 01 a 05, os falantes conversam sobre assuntos que são conhecidos não apenas por eles, mas por todos da vila, o que desencadeia o uso do clítico *ri*, que definiremos, para os fins desta tese, como codificando a dimensão ‘+F, +O’ (‘proximal para o ouvinte’ – ou Ouvinte K+ -,¹³⁸ segundo Zariquiey (2015)).

É possível notar também que, em algum momento da conversação, os falantes começam a usar o clítico não marcado *ka*, que definiremos como codificador da dimensão do engajamento ‘+F, -O’. Em sua explicação, Zariquiey (2015) se detém na mudança de um clítico para outro que ocorre a partir do excerto 13, no turno de fala de FE, a qual foi desencadeada uma vez que este falante começa a contar como ficou sabendo da morte do animal, informação assumida como desconhecida para ME, isto é, não compartilhadas por falante e ouvinte, segundo Zariquiey (2015).¹³⁹

Além dos clíticos de segunda posição que estabelecem o contraste entre informação que é ou não proximal para Ouvinte, Zariquiey (2015) defende que a língua Kakataibo possui sufixos desempenhando essas funções. O sufixo *ín*, pontua o autor, é usado quando parte da informação é próxima ou acessível ao ouvinte, segundo a concepção do falante. Em se tratando de uma informação concebida pelo falante como não proximal para o ouvinte ou uma sobre cujo status no estado de conhecimento do ouvinte o falante não seja capaz de levantar suposições ou não queira precisar isso em seu enunciado (Zariquiey, 2015), o sufixo a ser usado é a forma não marcada *a*. O autor frisa que esses marcadores só ocorrem quando se trata de um sujeito de terceira pessoa e em enunciados que carregam o clítico *ka*

¹³⁸ “K” é referente a “knowledge” (“conhecimento”), da língua inglesa.

¹³⁹ O autor também aponta o envolvimento desses marcadores no gerenciamento de turnos, sendo os enunciados com a forma *ín* - diferentemente dos que carregam a forma *ka* - mais passíveis de desencadear uma interação altamente dinâmica, dado o papel desse marcador de projetar um ouvinte que tem acesso ao conhecimento. Conforme sinalizado por Zariquiey (2015), o fragmento composto pelas linhas 01 a 06, em que se transfere constantemente os turnos, é um bom exemplo para essa caracterização.

(cf. Zariquiey, 2015, p. 151 e 160), o que, considerando o que acabamos de apresentar, pode parecer uma contradição da função defendida para esse clítico. A seguir, ilustramos, a partir de Zariquiey (2015), situações que definem o uso desses marcadores.

(42)

(...)

- a. *a-n ka=a pi-a-x-a*
3-A UNM=3 eat-PERF-3-UNM

‘(S)he ate (the event may or may not be proximal to the addressee).’

“Ela/Ele comeu (o evento pode ou não ser proximal para o ouvinte)”

- b. *a-n ka=a pi-a-x-ín*
3-A UNM=3 eat-PERF-3-PROX

‘(S)he ate (the event is proximal to the addressee).’

“Ela/Ele comeu (o evento é proximal para o ouvinte)”

(adaptado de Zariquiey, 2015, p. 153).¹⁴⁰

No exemplo (43), reportado de Zariquiey (2015), temos uma situação de uso desses marcadores em textos naturais.

(43)

- 01 *a kimisha uni i-akë-x-a tres Hermanos*
That three man.ABS be-REM.PAS-3-UNM three brothers
‘those three men were three brothers’
- 02 *‘ën papa-n xukën*
1.GEN father-GEN brother
‘my father’s brothers’
- 03 *aishbi ka=a kakataibo-nën rëtë-akë-x-a*
but UNM=3 kakataibo-ERG kill-REM.PAS-3-UNM
- 04 *‘ën papa-n xukën-x este... Tëtëkamo*
1.GEN father-GEN brother-TOP hmmm tëtëkamo
‘but the Kakataibo people killed my father’s brother hmmm... Tëtëkamo’
- 05 *a=x ka=a ain bëchikë Aguilar*
that=S UNM=3 3.GEN son aguilar
- 06 *este Nicolás Aguilar a=x i-akë-x-ín*
this nicolás aguilar 3=S be-REM.PAS-3-PROX
‘that (man)... his son was this Nicolás Aguilar’
- 07 *ënu irubë-a-x-ín Yamino=nu*
here stay-PERF-3-PROX yamino=LOC
‘he stayed here, in Yamino’

(Zariquiey, 2015, p. 154-155).

¹⁴⁰ Reportamos parcialmente o exemplo do autor, centrando-nos nos excertos em que os sufixos de engajamento são empregados. A parte omitida é referente a enunciados com sujeito de primeira e segunda pessoa, situações em que tais marcadores não são possíveis.

“*Esses três homens eram três irmãos.*”
 “*os irmãos do meu pai*”
 “*mas o povo Kakataibo matou o irmão do meu pai hummm... Tētēkamo*”
 “*aquele (homem)... seu filho era esse Nicolás Aguilar*”
 “*Ele ficou aqui, em Yamino.*”

Segundo Zariquiey (2015), o uso de *a* nos excertos 01 a 05 de (43) é esperado tendo em vista que o ouvinte não tem conhecimento acerca da informação, assim como os eventos relatados não podem ser percebidos na situação discursiva, uma vez que seu acontecimento se deu há décadas. A partir do excerto 06, o falante usa *ín*, forma cuja função é sinalizar que a informação é ‘próxima para o ouvinte’ (Zariquiey, 2015), ‘+F, +O’, nos termos desta tese. Isso ocorre, explica o autor, em razão de que “Nicolás Aguilar”, a quem o falante faz referência, era um amigo íntimo do ouvinte. Como também esclarecido por Zariquiey (2015), a repetição de *ín* no último enunciado se explica porque o falante já havia tanto fornecido toda a informação contextual ao ouvinte, quanto introduzido na narrativa o tópico “Nicolas Aguilar”.¹⁴¹

Uma observação importante feita por Zariquiey (2015), que pode constituir uma evidência a mais para a concepção de *ín* como um marcador associado à perspectiva do ouvinte (um ‘ouvinte K+’), é que, nas narrativas registradas por ele em seus primeiros meses na vila, os falantes do kakataibo não empregaram o prefixo. Começaram a fazê-lo, segundo o autor, quando este desenvolveu habilidades comunicativas na língua, o que sugere que, até esse momento, ele não era ainda propriamente um ouvinte (cabe acrescentar que menos ainda um ouvinte K+).

Pontuamos, com base em Zariquiey (2015), que o clítico *ka*, associado à dimensão do “engajamento” ‘+F, -O’, é requerido para a ocorrência do sufixo de “engajamento” *in* (‘+F, +O’), apesar de seus valores divergirem. De modo interessante, como destacado pelo referido autor, o clítico *ri*, que é a forma que estamos associando à dimensão do “engajamento” ‘+F, +O’, não é possível de ocorrer com *in*,¹⁴² o que não parece plausível, dado que seus valores, em termos de engajamento, convergem (cf. exemplo (4c) de Zariquiey, 2015, p. 153). O autor não deixa de se posicionar diante dessas combinações e restrições. Quando à impossibilidade

¹⁴¹ Devemos salientar que esse par de sufixos é assumido pelo autor como um dispositivo de estrutura da informação, em contraste com o par de clíticos, que estão envolvidos no gerenciamento de turnos, observação já realizada. Em discussão de um exemplo caracterizado por um contexto narrativo, Zariquiey (2015, p. 155) chama a atenção para a função dos sufixos de atuarem como uma estratégia de estrutura informacional, em que o falante, mediante essas formas, conecta informação nova, contexto em que *a* (‘+F, -O’) é selecionado, com informação já introduzida anteriormente, que é marcada pelo uso de *ín* (+F, +O’).

¹⁴² Sua ocorrência também não é possível com o sufixo *a*. Somente o clítico de engajamento *ka* coocorre com sufixo de engajamento, especificamente a forma *ín*, conforme salientamos.

de combinação de sufixo e clítico de função ‘+F, +O’ (‘proximal para o ouvinte’, nos termos do autor), uma explicação possível, segundo o autor, é exatamente o fato de a dimensão da intersubjetividade já ter sido sinalizada pelo clítico, o que dispensaria o uso do sufixo. Outra possibilidade é conceber que esses pares de marcadores pertencentes a dois paradigmas morfológicos distintos não compartilham exatamente as mesmas funções (Zariquiey, 2015).¹⁴³

Apesar dessas ponderações e, como sugerido pelo autor, da necessidade de mais estudos para compreender, de maneira mais precisa, a função das formas em jogo, o que leva o falante a usar uma ou outra de uma mesma dimensão intersubjetiva e até que ponto se dá a equivalência desses dois pares cujas formas contrastam valores de intersubjetividade, optamos pela inclusão, neste capítulo, da proposta de análise de Zariquiey (2015) para a língua Kakataibo, por, indubitavelmente, atestar a codificação de distinções de intersubjetividade, mesmo com as questões a serem ainda desveladas.

É importante sempre frisar ao longo desta tese, sobretudo deste Capítulo, que partimos do que as análises propostas assumem, isto é, da interpretação defendida pelos autores dos trabalhos descritos aqui, no que tange à codificação gramatical da intersubjetividade. No caso concreto da língua Kakataibo, os morfemas *ka*, *ri*, *a* e *ín*, aqui apresentados,¹⁴⁴ “[...] codificam **primariamente** as expectativas do falante em relação a si o evento é ou não percentualmente acessível desde a perspectiva do ouvinte [...]” (Zariquiey, 2015, p. 145, grifo nosso).¹⁴⁵ Além disso, tendo em vista que parte crucial desta tese se centra na gramaticalização da intersubjetividade para a proposição de um aprimoramento da GDF, é pertinente pontuar a obrigatoriedade desses marcadores na língua kakataibo. Segundo Zariquiey (2015), **a escolha entre um dos clíticos de segunda posição tratados aqui deve ser realizada em toda cláusula independente nesta língua, assim como é obrigatória a presença dos prefixos em verbos totalmente flexionados cujo sujeito se trate de uma terceira pessoa**. Essas formas obrigatórias, como dissemos, são defendidas codificarem, em primeiro plano, as expectativas do falante em relação à acessibilidade de um evento para o ouvinte.

¹⁴³ Zariquiey (2015) menciona que essa hipótese é aventada por um dos editores. O próprio autor, como enfatizado em seu estudo, havia, em publicação anterior, interpretado o par de clíticos que assumimos como codificadores de dimensões de intersubjetividade como marcadores de “registro”, formas que estabelecem uma distinção entre “narrativo” (clítico *ka*) e “conversacional” (clítico *ri*).

¹⁴⁴ Dado o recorte desta tese de analisar o tratamento da interação entre “engajamento” e outras categorias restringindo-nos ao domínio evidencial, não abordaremos aqui os marcadores “mirativo”, “certitudinal” etc. do kakataibo, apesar de estarem associados a dimensões de intersubjetividade (cf. Zariquiey, 2015, p., 157-160).

¹⁴⁵ Tradução nossa de: “[...] **primarily** encode the speaker’s expectations regarding whether or not the event is perceptually accessible from the perspective of the addressee [...]” (Zariquiey, 2015, p. 145, grifo nosso).

• *Murrinpatha* (Mansfield, 2019)

Mansfield (2019) defende que o murrinpatha, língua aborígene falada no norte da Austrália, possui um marcador (uma consoante *k-* inicial) em seu sistema flexional responsável por indicar a “autoridade epistêmica” do falante. A noção é definida nos termos da dimensão do engajamento ‘+F, -O’. Ao contrário da “autoridade epistêmica”, a “equidade epistêmica”, noção que se traduziria como a dimensão ‘+F, +O’ da categoria “engajamento”, é, segundo Mansfield (2019), uma norma não marcada no murrinpatha.¹⁴⁶

Na língua murrinpatha, os verbos se constroem em ‘bases verbais finitas’, nas quais ocorre o marcador que indica a “autoridade epistêmica” do falante - dimensão ‘+F, -O’ (Mansfield, 2019, p. 29 e 30). A codificação da dimensão de engajamento ‘+F, -O’,¹⁴⁷ defendida pelo autor, consiste em uma consoante *k-* inicial que ocorre em bases verbais de terceira pessoa e de tempo não futuro. Outra propriedade relevante é que o murrinpatha possui 39 bases verbais finitas, sendo 7 pertencentes à classe de ‘bases verbais posturais’, tais como *dim* ‘sit.3SG. NFUT’, *pirrim* ‘stand.3SG.NFUT’, *wurran* ‘go.3SG.NFUT’, como exemplifica Mansfield (2019), onde o marcador em questão é muito mais comum (Mansfield, 2019, p. 30).¹⁴⁸

O que sucede nessa língua é a substituição da consoante inicial do verbo em terceira pessoa pelo marcador *k-*, que pode também assumir a forma de *ka* e *ku*, conforme esclarece Mansfield (2019). O autor sinaliza que estudos anteriores (Kulampurut, 1978; Nordlinger; Caudal, 2012 *apud* Mansfield, 2019) intitularam esse marcador como ‘existencial’, “afirmando a existência de uma entidade, lugar, estado ou evento” (Nordlinger; Caudal, 2012, p. 101 *apud* Mansfield, 2019, p. 33).¹⁴⁹ Na apreciação do autor, a interpretação como marcador ‘existencial’ ocorre devido a uma relação entre predicados existenciais e locativos e ‘verbos posturais’ ocorrendo frequentemente com a alternância *k-*.

¹⁴⁶ A esse respeito, o autor afirma, baseado em um conjunto de pesquisas (Eades, 1982; Walsh, 1997; Liberman, 1982, 1985 *apud* Mansfield, 2019) que as sociedades aborígenes da Austrália têm uma preferência geral pela simetria epistêmica.

¹⁴⁷ Embora o autor reconheça que a consoante *k-* inicial marca a dimensão ‘+F, -O’ do “engajamento”, é possível notar nos exemplos que o marcador é glosado como AUTH (*authority* – autoridade). Mansfield (2019) considera essa glosa mais adequada, haja vista que a função do marcador não contrasta com outros valores de “engajamento”. Respeitemos a glosa adotada para o marcador, mas enfatizaremos sempre que possível a dimensão da intersubjetividade que está em foco em seus usos. Outro ponto a ser mencionado diz respeito ao comentário do autor de que não há um contraste funcional entre o valor do marcador de autoridade e um outro. Mansfield (2019) pontua que a “equidade epistêmica” é uma norma não marcada na sociedade murrinpatha, logo, a não marcação, ou seja, a não alternância da consoante inicial, seria a própria marca da intersubjetividade ‘+F, +O’.

¹⁴⁸ O autor assinala que o marcador, apesar de parecer possível com todos os tipos de verbo e com ambas as formas singular e plural da terceira pessoa, a sua ocorrência não é frequente com a maioria dos verbos, bem como com formas do plural (cf. tabela 2 de Mansfield, 2019, p. 32).

¹⁴⁹ Tradução nossa de: “asserting the existence of an entity, place, state or event” (Nordlinger; Caudal, 2012, p. 101 *apud* Mansfield, 2019, p. 33).

Para Mansfield (2019), a melhor maneira de conceber a função existencial e locativa é como um caso de uso em que coordenação atencional é algo particularmente frequente, haja vista a existência de uma pressuposição de que uma entidade é inacessível ao ouvinte (intersubjetividade implícita).¹⁵⁰ Os seguintes exemplos retirados de Mansfield (2019) ilustram o uso desse marcador de intersubjetividade em uma construção existencial com o propósito de coordenar atenção.

(44)

1. EC: *Nga mi=ka kilern=wa nawa dim ...mi-thangku?*
 hey VEG=CST green.plum=UNXP right sit.3SG.NFUT ...veg-which
 ‘Hey that’s green plum isn’t it? Which fruit is it?’
 2. LT: *Mm pam-terte-dim*
 Mm SLASH.3SG.NFUT-stick.out-sit.NFUT
 ‘Mm, it’s coming into flower.’
 3. EC: *Na?*
 ‘Is it?’
 4. LT: *Kem kanhi*
sit.3SG.AUTH PROX
 ‘There’s some here.’ (JB20040912Dingalngu)
- (Mansfield, 2019, p. 33).
“Ei, isso é ameixa verde, não é? Que fruta é essa?”
“Hum, está começando a florescer.”
“É mesmo?”
“Tem alguma aqui.”

Seguindo a explicação dada pelo autor para o exemplo (44), o falante EC usa a forma não marcada para realizar uma pergunta, a qual é respondida por LT de uma maneira um tanto distraída. Todavia, EC se mostra incerto e, haja vista a percepção de uma falha na coordenação da atenção, LT marca a afirmação sobre a existência e localização do referente em questão com o indicador de “autoridade epistêmica” (dimensão do “engajamento” ‘+F, -O’).

Baseando-nos em Mansfield (2019), temos que o uso do marcador de intersubjetividade pode desempenhar uma função de ‘alerta’. Este não deixa de ser um efeito de seu papel em coordenar a atenção. Em (45) e (46), por exemplo, o falante usa a alternância *k-* para chamar a atenção de seu ouvinte sobre algo que supostamente lhe interessa.

¹⁵⁰ Mansfield (2019) se baseia em Freeze (2001 *apud* Mansfield, 2019) e Lambrecht (1994, p. 179 *apud* Mansfield, 2019) ao mencionar essa ideia de uma intersubjetividade implícita nos existenciais. Não obstante, cabe aqui frisar que o autor estabelece que o marcador de intersubjetividade não é obrigatório em construções locativas/existenciais, apesar de ser comum a sua ocorrência nessas circunstâncias. Mansfield (2019, p. 34 e 35) fornece exemplos que demonstram a “não marcação” da autoridade epistêmica em existenciais.

- (45) *Ya ku-thirrinhin pangu kurran-kem*
 hey ANIM-skink there go.3SG.AUTH-sit.AUTH
 ‘Hey, there’s a skink crawling along there!’ (LAMP_20140321_LD_01)
 (Mansfield, 2019, p. 34).
 “*Ei, tem um lagarto rastejando por ali!*”

- (46) *Ngawu bidio karrim pangathu nebirl*
 Hey video stand.3SG.AUTH over.there look
 ‘Hey look, there’s a video camera there!’ (2012-07-19_B-S-R)
 (Mansfield, 2019, p. 34).
 “*Ei, olha, tem uma câmera de vídeo ali!*”

Com base na explicação dada por Mansfield (2019), o que temos, no exemplo (47), é o uso do marcador em uma declaração da não existência de uma entidade, uma situação de contraposição em relação ao que ouvinte havia afirmado no turno de fala anterior.

- (47)
1. PB: *Kura=kathu!*
 liquid=RQST
 ‘Give me some water!’
 2. EC: *Nanthi ngu*
 Thing
 ‘The thing—’
 3. PB: *Na-nga-yit kura=wa mam-pirra*
 use.hands-1SG.OBL-hold liquid=UNXP do.1SG.NFUT-3PL.OBL
 ‘Hold it for me, I got them water.’
 4. EC: *Ma-kura=ya karrim*
 NEG-liquid=INTJ stand.3SG.AUTH
 ‘There is no water here.’ [holding out empty bottle] (Blythe, 2018b, fragment 10)
 (Mansfield, 2019, p. 34)
 “*Dê-me um pouco de água!*”
 “*A coisa*”
 “*Segure isso para mim, eu fui buscar água.*”
 “*Não há água aqui.*” [segurando uma garrafa vazia]

A coordenação da atenção é muito bem ilustrada em (48), em que podemos observar a interação do uso da forma marcada com a não marcação. No exemplo, o marcador é usado em uma situação em que o falante propõe uma árvore como ponto de referência, um que o ouvinte chega ainda a não reconhecer, o que o leva a propor a sua própria árvore como a referência, situação em que usa também o marcador, buscando, assim, a coordenação da atenção (Mansfield, 2019). O referido autor também reforça que somente depois que se estabelece um compartilhamento epistêmico é que há, como se evidencia no enunciado 6, uma mudança de uso da forma marcada para a não marcada.

(48)

1. BB: *Ngarra thay wikal karrim pawathu dam-ngkardu*
 where tree small stand.3SG.AUTH DIST affect.2SG.NFUT-see
 ‘(He is) where that little tree is, you know?’
 2. RM: *Thay ngarra*
 tree what
 ‘What tree?’
 3. BB: *Thay wikal karrim pangathu*
 Tree small stand.3SG.AUTH DIST
I da mi ngukin nukunu-nukun
 and place VEG shit 3SG.M-GEN
 ‘There’s a little tree there, and some cow dung.’
 4. RM: *Yuwu thay ngarra-nimin ... thay karrim kanhi=ngu*
 yes tree what-CONTR tree stand.3SG.AUTH PROX=TWD
 ‘Yes, which tree... the tree (standing) on this side?’
 5. BB: *Yuwu thay wikal pangu-nimin dam-ngkardu*
 yes tree small DIST-CONTR AFFECT.2SG.NFUT-see
 ‘Yes, that little tree’s the one, you see?’
 6. BB: *Ini=matha pirrim*
 ANAPH=INTENS stand.3SG.NFUT
 ‘It’s right there.’ (2012-07-19_BB-SB-RM)
- (Mansfield, 2019, p. 35).
 “(Ele está) onde está aquela pequena árvore, sabe?”
 “que árvore?”
 “Há uma pequena árvore ali e um pouco de esterco de vaca.”
 “Sim, qual árvore... a árvore (em pé) deste lado?”
 “Sim, aquela pequena árvore é ela, está vendo?”
 “Está bem ali.”

Reportamos os exemplos do autor acerca da marcação da intersubjetividade em construções existenciais e locativas. A seguir, ilustramos o uso do marcador com outros tipos de predicados, nos quais o foco recai sobre o evento e não mais sobre a entidade, quando do uso dos existenciais, com base em Mansfield (2019).

(49)

1. BB: *Murrinh manipirr ini u wurdá*
 language type ANAPH or no
 ‘Should we talk like that, or not?’
 [...]
 2. KM: *Wakay nanthi on=warda pirrim pana=yu*
 finish thing on=SEQ stand.3SG.NFUT RECOG=CLS
 ‘Come on, the camera is on now.’
 3. BB: *Ku pangathu kirrim-nhi-bath-nime start=warda*
 ANIM DIST watch.3SG.AUTH-1INC.OBJ-watch-PC.M start=SEQ
 ‘That whitefella is watching us, (let’s) start!’ (2012-07-19_BB-SB-RM)
- (Mansfield, 2019, p. 36).

“Devemos falar assim, ou não?”.
 “Vamos, a câmera está ligada agora.”.
 “Aquele branco está nos observando, (vamos) começar!”

Com base na descrição fornecida pelo autor do exemplo (49), o falante alerta o ouvinte sobre a situação mais concreta de estarem sendo observados pelo pesquisador e que, portanto, deveriam começar a conversar, um conhecimento que o falante supunha que o seu ouvinte não possuía, apesar de saber que a câmera estava ligada, algo que já era claro para todos no evento comunicativo (motivo pelo qual não se usa o marcador de intersubjetividade no enunciado da linha 2). A mesma situação de “alertar” ocorre no exemplo seguinte, em que um dos interlocutores, ao proferir um insulto, parece ter esquecido de estarem sendo filmados, o que leva o falante na linha 5 a usar o marcador de intersubjetividade em seu enunciado em que consta a informação de que a pessoa estava sendo filmada (Mansfield, 2019).¹⁵¹

(50)

1. DT: *Da mere-ngarra kunnu-ki ku-bamam=yu nawa*
 place NEG-what use.feet.PL.IRR-sit.IRR ANIM-white=CLS right?
 ‘Whitefellas can’t go that place, right?’
 2. LT: *Thangku mi wiye mi kanhi=yu*
 what VEG bad VEG PROX=CLS
DT kanam-nhe-kut=yu
 PERS.NAME be.3SG.NFUT-1INCL.OBL-collect=CLS
 ‘What’s this shitty food DT got for us?’
 3. SB: *Thangku yawu ... aa tju=wa*
 what hey ah violence=unxp
 ‘What’s that! ... Hey (you’re) fighting!’
 4. SB: *Pirda tju mere-nukun thun-put*
 don’t violence NEG-ADVERS use.feet.2SG.IRR-fight
nanthi kanyi=thu karrim-nhi-ngawurt
 thing PROX=FROM stand.3SG.AUTH-2SG.OBJ-catch.PLRCT
 ‘Don’t fight! This thing is recording you!’ (2015-03-30_DT-LT-SB)
- (Mansfield, 2019, p. 36).
 “Os brancos não podem ir a esse lugar, certo?”
 “Que comida de merda é essa que o DT nos trouxe?”
 “O que é isso! ... Ei, (vocês estão) brigando!”
 “Não briguem! Essa coisa está gravando vocês!”

¹⁵¹ Poder-se-ia pensar em uma leitura mirativa ao que se está assumindo como a codificação da dimensão de engajamento ‘+F, -O’, à vista desses usos em que o falante alerta o ouvinte acerca de algo do qual este não se havia dado conta. Mansfield (2019), ao discutir a aplicabilidade do conceito de “engajamento” ao fenômeno abordado no murrinhpatha, por sinal, menciona a existência de alguma sobreposição desta categoria com a “miratividade”, bem como com a “egoforicidade”, mas precisa que o foco do “engajamento” nos estados epistêmicos e na coordenação atencional, envolvendo a esfera do falante e do ouvinte, torna a categoria “engajamento” mais adequada para descrever a ocorrência desse fenômeno na língua (“encaixa-se melhor nos dados”, como afirma o autor).

Em (51), o marcador de intersubjetividade é usado pelo falante para realizar uma correção na interpretação equivocada de seu ouvinte sobre um determinado estado de coisas (o motivo da causa de um ruído ser o avião).

(51)

1. SD: *Yerreplan=mana da=warda*
aeroplane=DEDUC time=SEQ
'(That sound) must be the aeroplane.'
 2. LP: *Ngarra=ngu ... biyeit M____-nukun*
where=TWD V8 PERS.NAME-GEN
'Which way? ... M____'s V8 (car engine)?'
[...]
 3. SD: *Ngarra=de=ngu*
where=ITER=TWD
'Which way now?'
 4. LP: *Kanhi ngirram-yirlbirl*
PROX stand.1SG.NFUT-look.PLRCT
'This way that I'm looking.'
 5. LP: *Trak pangu=ya*
car DIST=INTJ
'There's the car!'
 6. LP: *Puba-ngkardu-ngime trak kanhi kurran-ngerren*
affect.1INCL.IRR-see-PC.F car PROX go.3SG.AUTH-sound
'We'll see this car rumbling along.' (2015-07-09_SD-LP)
- (Mansfield, 2019, p. 37).
 "(Esse som) deve ser o avião."
 "Por onde? ... O V8 (motor do carro) de M____?"
 "Por onde agora?"
 "Por este lado que estou olhando.."
 "Lá está o carro!"
 "Vamos ver este carro roncando por aí".

O mais significativo dessas análises de Mansfield (2019) sobre os efeitos e funções do marcador de intersubjetividade na língua murrinhpatha é o fato de podermos atestá-los croslinguisticamente. Demonstramos neste capítulo, a partir da proposta de análise da língua marind costeiro (Olsson, 2019), que marcadores de “engajamento” que codificam a dimensão ‘+F, -O’ possuem a função de coordenar a atenção. Essa mesma dimensão, quando codificada nas línguas por marcadores ‘+F, -O’, produz efeitos de contraposição, seja de expectativas ou de opiniões (cf. (14) e (16), do kogi). Ambos os efeitos foram associados à forma de “engajamento” do murrinhpatha.

Com base em Mansfield (2019) e no que demonstram os exemplos, a marcação da “autoridade epistêmica” se ancora em um acesso perceptual assimétrico, isto é, disponível

para o falante, mas não para o ouvinte. Entretanto, como frisado pelo autor, o falante também pode marcar em seu enunciado essa dimensão da intersubjetividade mesmo quando não possui uma vantagem perceptual. No caso em questão, estamos lidando com uma “autoridade epistêmica socialmente normativa” (Mansfield, 2019, 39), em que a ancoragem da autoridade é simplesmente uma norma social. Tal uso está associado ao conhecimento sagrado (narrações totêmicas) e a situações em que os falantes sentem que possui um status social apropriado para tomar uma postura de autoridade em relação ao conhecimento veiculado.

Em (52) e (53), o falante usa o marcador ‘+F, -O’ para fazer referência totêmicas.

- (52) *P_____ karrim burrburr=warda*
 PLACE.NAME stand.3SG.AUTH cold=seq
 ‘P_____ is the cold place.’ (2008-09-25_ThNa_Thithay)
 (Mansfield, 2019, p. 38).
 “P _____ é o lugar frio.”.

- (53) *kardu wak pana=ka ngangka-rda kem*
 person crow RECOG=CST DIST-LOC sit.3SG.AUTH
K_____ da=wangu
 PLACE.NAME place=TWD
 ‘That crow-man is there in the K_____ area.’ (20041016_Da-Nirрпи)
 (Mansfield, 2019, p. 38).
 “Aquele homem-corvo está lá na área de K_____.”.

O enunciado (54) foi extraído de uma gravação de uma “Family Problems Picture Task” (Barth; Evans, 2017; San Roque *et al.*, 2012 *apud* Mansfield, 2019). Mansfield (2019) esclarece que algumas dessas interações envolvem pares de parentes seniores e juniores. Uma vez que ambos os falantes olham para a mesma imagem sobre a qual comentam na situação comunicativa, não há de fato uma assimetria no tocante ao acesso ao conhecimento, pontua o autor. Todavia, verifica-se o uso recorrente do marcador ‘+F, -O’ por falantes seniores e o uso escasso ou zero por falantes juniores. É o caso de (54), em que o avô (“LT”) usa e o seu neto (“NT”), não.¹⁵²

- (54) 1. NT: *Kura dim-tha-gurdurduk*
 liquid sit.3SG.NFUT-DUAL-drink.PLRCT
 ‘The two of them are sitting drinking.’
 2. LT: *Kardu kay=yu ... kibim-ka-gurdurduk-nume awu*
 person PROX=CLS ... stand.3PL.AUTH-PC.SUBJ-DRINK.PLRCT-PC.M no
 ‘These people ... they’re drinking, oh no!’

¹⁵² O exemplo também constitui uma evidência de que a forma não se limita a funções existenciais e locativas, como frisa o autor.

(Mansfield, 2019, p. 40).

“Os dois estão sentados bebendo.”

“Essas pessoas... estão bebendo, oh não!”

Em suma, o autor traz essa análise em perspectiva sociolinguística, sinalizando que o marcador participa na construção de uma postura sênior e de autoridade, a qual é também indexada por distinções de estilo de fala: de um lado, tem-se o *murrinh yitthit* (“heavy speech”), ligado à idade, lugar e herança de clã, e de outro um *murrinh parnturtparn* (“light speech”) (Mansfield, 2019).

Destacamos que, assim como em outras línguas que foram aqui discutidas, a marcação da dimensão da intersubjetividade ‘+F, -O’ é opcional na língua murrinhpatha (Mansfield, 2019). Há, entretanto, contextos em que essa forma apresenta mais ocorrências. Em uma análise quantitativa da marcação em relação aos gêneros textuais discursivos manifestados no *corpus*, os dados mostram uma frequência de uso desse marcador em Conversação e Narrativa. Em narrativas, a forma ocorre extensivamente em contextos totêmicos, mais do que em narrativas de História ou Tradução.¹⁵³ O marcador ocorre pouco em Elicitação e isso parece se justificar, segundo Mansfield (2019), em razão de os conteúdos desses tipos de texto serem fornecidos pelo pesquisador em vez de pertencerem ao domínio autoritativo do falante.¹⁵⁴

- *Duna (San Roque, 2008)*

A língua duna, falada por habitantes do canto noroeste da província das Terras Altas do Sul, em Papua-Nova Guiné (San Roque, 2008), possui formas de flexão verbal que codificam distinções de intersubjetividade. A partir de dados da língua analisados em sua tese, San Roque (2008, p. 340 e 349) verifica que a forma *-pa*, que expressa atividades que estão ocorrendo no momento da enunciação, e a forma *-ra*, atividades que ocorreram em um passado recente, indicam, respectivamente, que o falante (i) concebe o acesso ao conhecimento como individual¹⁵⁵; (ii) concebe o acesso ao conhecimento contido na proposição como coletivo, compartilhado por falante e ouvinte.

San Roque (2008) também estabelece um contraste funcional entre *-pa* e outra forma, o marcador de especificidade *-na*, o qual, quando ocorre em cláusulas principais, é

¹⁵³ As narrativas de Tradução são aquelas traduções de textos da língua inglesa, como a Bíblia e alguns textos de natureza educacional, conteúdos em relação aos quais os falantes não possuem autoridade, daí a baixa frequência do marcador, conforme explica Mansfield (2019).

¹⁵⁴ Conferir Mansfield (2019, p. 40-42) para uma discussão mais detalhada dos contextos de uso do marcador.

¹⁵⁵ Parece-nos pertinente comentar que San Roque (2008) sinaliza a necessidade de mais dados para delimitar o significado e função do marcador *-pa*.

equivalente funcionalmente a um marcador de status informacional, veiculando uma atitude, em termos de julgamento/asserção de “notabilidade”, acerca da informação veiculada (San Roque, 2008, p. 343 e 345). Segundo a autora, esse par ‘-pa, -na’ tem uma função comparável aos marcadores de “engajamento” da língua andoke *b-* (+F, +O’) e *kẽ-* (+F, -O’).

Os exemplos ilustram (55)-(56) o uso de *-pa*, assumido nesta tese como um marcador da dimensão da intersubjetividade (+F, -O’).

- (55) *imane girl Juli-na-ka ndu yoko nguri-pa.*
 Girl PSN-SPEC-CS one stretch go.MULTI-INDV
 ‘The young woman Julie is stretching each bit [of her body].’ (LC/VIII:86)
 (San Roque, 2008, p. 341).
 “A jovem Julia está alongando cada parte [do corpo dela].”

- (56) *kuni khou-pa.*
 head pain-INDV
 ‘[My] head is hurting.’ (OH/VIII:32)
 (San Roque, 2008, p. 341).
 “[Minha] cabeça está doendo.”

Baseando-nos na explicação dos exemplos fornecida por San Roque (2008), o enunciado (55) consiste em uma resposta dada a uma pergunta feita pelo falante (na ocasião, a própria pesquisadora), ao ouvir um certo barulho. A situação descrita no enunciado estava fora do campo de visão do perguntante (Ouvinte do enunciado (55)), mas não do Falante, motivando o uso de *-pa*. Referente à ocorrência (56), em razão da natureza pessoal da atividade que é descrita, não parece se tratar de uma situação que falante esperaria que pudesse ser observada, independentemente, pelo seu ouvinte, como pontua San Roque (2008).

Contrastando funcionalmente com a forma *-pa*, o exemplo (57) ilustra o uso do marcador *-na*.

- (57) a. *ipa ralua mia-mia-na.*
 water rain drizzle-drizzle-SPEC
 ‘The rain is drizzling.’ (pointing out to me)
- b. *ketele yiao mia-mia-pa.*
 little nothing drizzle-drizzle-INDV
 ‘[It is] drizzling just a little bit.’ (brushing arms) (LC/VIII:32)
 (San Roque, 2008, p. 341).
 “A chuva está garoando.” (apontando para mim).
 “[Está] garoando só um pouquinho.” (esfregando os braços).

Na situação de produção do enunciado (57a), falante e ouvinte se encontravam em

locais diferentes, o falante passava fora enquanto o ouvinte estava sentado em uma varanda, mas ambos tinham acesso ao evento, posto que, na ocasião, o falante aponta para onde era possível avistar uma chuva brilhando à luz do sol, como explicado por San Roque (2008). Note-se que (57) traz também um uso de *-pa*, contrastando-se funcionalmente com *-na*. Conforme descrito no exemplo, o falante, em (57b), adiciona informação acerca da situação que estava no “perímetro” de acesso do ouvinte, porém, como pontua San Roque, diferentemente do que ocorre no enunciado (57a), o falante, quando descreve a situação em (57b) sacudindo gotas de água dos braços, o faz desde a sua perspectiva, assumida como individual, enquanto alguém que está ali sentindo e acessando a chuva, uma experiência que não é compartilhada com o ouvinte.

Quanto aos usos de *-ra*, as atividades predicadas com esse marcador, explica San Roque (2008), são assumidas pelo falante como algo já introduzido no ‘banco de conhecimento’ (Vallduví 1992 *apud* San Roque, 2008) do falante e do ouvinte (+F, +O, portanto). A autora menciona que um falante da língua duna sugeriu que a sentença em (58) seria uma resposta adequada a uma situação em que um indivíduo A, após jogar algo a um indivíduo B, houvesse perguntando se ele havia pegado.

(58) *B: si-ra.*
 hold-SHRD
 ‘Got it.’ (CD/XIV:3)
 (San Roque, 2008, p. 350).
 “*Peguei.*”.

Em (59), temos um enunciado que foi produzido em uma situação em que os interlocutores estavam alternando a vez do uso de binóculos (San Roque, 2008).

(59) *ko ke-ra.*
 2SG see-SHRD
 ‘You just looked!’ (LC)
 (San Roque, 2008, p. 350).
 “*Você acabou de olhar.*”.

No detalhamento da explicação da ocorrência, a autora menciona que um falante então pergunta ao seu interlocutor, que estava em sua vez de usar o objeto, algo sobre o que ele podia ver, o que gerou uma surpresa nele, motivando uma espécie de repreensão em sua resposta, uma vez que o perguntante tinha acabado de usar o binóculo - ou seja, ambos sabiam que essa atividade havia sido realizada pelo falante - e, portanto, este deveria saber o que se

podia ver.

Com base no exposto, há, na língua duna, uma forma usada quando o falante entende que ele e o ouvinte não necessariamente possuem juntos o acesso à informação, sendo assim o conhecimento contido na proposição assumido como individual (San Roque, 2008) (+F, -O'), e formas que codificam um acesso disponível e (por ventura)¹⁵⁶ compartilhado entre falante e ouvinte (+F, +O').

- *Kurtöp* (Hyslop, 2014)

O kurtöp, língua Tibeto-Birmanesa falada no Nordeste do Butão (Hyslop, 2014), apresenta construções gramaticais que codificam a expectativa do falante acerca do conhecimento do ouvinte, o que Hyslop (2014) defende se tratar de uma nova categoria tipológica. São três os contextos gramaticais em que há um paradigma contrastando diferentes estados de conhecimento: aspecto perfectivo, *tags* e interrogativas.

Nesta tese, não incluiremos a discussão sobre a expressão da categoria defendida por Hyslop (2014) em interrogativas, em razão de que os contrastes funcionais das formas do paradigma, em nossa interpretação, não são análogos a algum par de dimensões do “engajamento”, isto é, não refletem estados de conhecimento envolvendo a esfera falante-ouvinte, em termos de ‘+/-’ conhecedor, diferentemente do que ocorre nos contextos aspecto perfectivo e *tags*, como evidenciaremos.¹⁵⁷

A língua kurtöp possui dois clíticos *tags* que expressam um contraste funcional equivalente às dimensões do engajamento ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’. Em conformidade com Hyslop (2014), a *tag* = *mi* é usada quando o falante não antecipa que o seu ouvinte compartilha o conhecimento a ser veiculado. A autora evidencia alguns contextos discursivos em que é comum a ocorrência do clítico, como conversações entre estranhos que estão se conhecendo,

¹⁵⁶ *-na* é expressamente comparado por San Roque (2008) ao marcador de engajamento ‘+F, +O’ *b-* da língua andoke, como pontuamos. Entretanto, na explicação acerca de sua função, a autora não menciona especificamente que o acesso ao conhecimento é compartilhado (como o faz em relação à forma *-ra*), mas sim que é “notável”. Assim sendo, optamos por modalizar a asserção de um status compartilhado mais precisamente no tocante ao marcador de especificidade *-na*.

¹⁵⁷ Em kurtöp, uma gama de partículas interrogativas é usada em situações em que o falante espera que o seu ouvinte tenha a resposta para a sua pergunta (Hyslop, 2014). Nos casos em que, segundo a suposição do falante, o ouvinte não tem uma resposta, a partícula a ser usada é a *shu* (Hyslop, 2014). Notemos que esse contraste, pelo que se depreende da explicação da autora, nada diz sobre o estado do conhecimento do falante, apenas do ouvinte, que é concebido ou como ‘+O’ ou como ‘-O’. Poder-se-ia alegar que se trata de um falante ‘-F’, que é o que se espera em contextos interrogativos no geral. Contudo, o foco desse contraste funcional está completamente no estado de conhecimento do ouvinte, como acentuado na descrição das partículas interrogativas em Hyslop (2014, p. 210-211), sem menção alguma sobre se o falante é (ou não) de fato um ‘-F’. Diante disso, consideramos que a manifestação da expectativa do falante sobre o estado de conhecimento do ouvinte da maneira como se manifesta em partículas interrogativas não se alinha à noção de intersubjetividade que é assumida nesta seção.

narração de histórias e explicação de algum procedimento a alguém pouco conhecido, contextos de uso absolutamente alinhados à função intersubjetiva desempenhada por ele. Os exemplos (60)-(62) de Hyslop (2014) ilustram cada uma dessas situações.

No enunciado em (60), caracterizado por uma situação em que os interlocutores estão se conhecendo, o falante aborda informações sobre pessoas conhecidas por ambos, percebendo que os eventos específicos aos quais se faz referência na situação comunicativa em questão não são ainda conhecidos pelo ouvinte, de acordo com a descrição de Hyslop (2014) do exemplo.

- (60) *hapta zonbakti nishangmi ngai tamō*
 hapta zon-bakti ni-shang=mi ngai ta-mō
 week two-APPROX stay-PFV.EGO=TAG.EXC¹⁵⁸ 1.ERG see-CTM
 ‘He stayed about two weeks, right, in my opinion.’
 (Hyslop, 2014, 208).
 “Ele ficou cerca de duas semanas, certo? Na minha opinião.”

O enunciado (61) é descrito por Hyslop (2014) como uma típica introdução de uma informação nova em contexto de contação de histórias, ainda, segundo a suposição do falante, não compartilhada entre ambos os interlocutores.¹⁵⁹

- (61) *gonpathe nawal wetami*
 gonpa=the nawala wenta=mi
 hermit.house=DEF COP.EXIS COP.EQ.MIR=TAG.EXC
 ‘There was this hermit house, right.’
 (Hyslop, 2014, 208).
 “Havia uma casa de eremita, certo?”

Em (62), o falante explica a um ouvinte estrangeiro o procedimento de cultivo do arroz na aldeia, como o qual este não está familiarizado (Hyslop, 2014). Como frisa a autora, trata-se de um uso típico do clítico *tag =mi*. Hyslop (2014) também comenta que essa é a forma em geral usada pelo falante quando se dirige a pessoas que não conhece bem.

- (62) *asu dar ciktami*
 Asu dará cik-ta=mi
 asu (rice type) now be.beaten-IPFV.MIR=TAG.EXC
 ‘Asu is being beaten right now, right.’

¹⁵⁸ ‘EXC’ de ‘exclusive’ (‘exclusivo’).

¹⁵⁹ Hyslop (2014) também menciona o fato de o clítico estar anexado à cópula mirativa *wenta*. Apesar de não ter mencionado que isso reforça o valor ‘+F, -O’ do clítico, acreditamos ser esse o caso, haja vista estar implicado, na miratividade, um status de conhecimento ‘-O’.

(Hyslop, 2014, 208).

“O asu (um tipo de arroz) está sendo batido agora, certo?”.

O clítico =*wu*¹⁶⁰, frequentemente empregado em situações nas quais os interlocutores se conhecem bem, é a forma usada quando o falante supõe que o seu ouvinte compartilha o conhecimento (Hyslop, 2014), como exemplificado em (63).

- (63) *dakpa wenau neriki*
 Dakpa wen=*au* neri-ki
 Dakpa COP.EQ=TAG.INCL¹⁶¹ 1.INCL.GEN-GEN
 ‘Ours is Dakpa, right?’
 (Hyslop, 2014, p. 209).
“O nosso é Dakpa, certo?”.

No exemplo (63), dois interlocutores da mesma aldeia discutem sobre os tipos de arroz que são cultivados lá, o falante empregando frequentemente o clítico *tag* =*wu*, forma mediante a qual puxa o ouvinte para a conversa pedindo a sua concordância acerca de um conhecimento que sabe que é compartilhado por ele, com base em Hyslop (2014).

Em (64), o falante se baseia no conhecimento de que as culturas butanesa e americana são do conhecimento do ouvinte (Hyslop, 2014). De acordo com a descrição fornecida pela autora, no contexto do enunciado, os falantes estão comparando a visão sobre cães nas duas culturas: no Butão, onde estes animais geralmente estão vagueando nas ruas, sujos, sem cuidado, podendo conter a doença da raiva; e na América, onde o cão é geralmente muito bem cuidado. Ainda, a autora comenta que, na crença budista butanesa, a vida sofrida dos cães é uma consequência de pecados cometidos em vidas passadas, e, ao contrário da realidade deles no Butão, os cães americanos possuem uma vida agradável. Segundo a suposição do falante, todos esses conhecimentos são compartilhados pelo ouvinte, conforme refletido na escolha do clítico =*wu* no enunciado (64), em que o falante dá uma explicação supostamente sensata sobre os cães americanos (de que foram purificados dos pecados, já que gozam de boa vida), com base nas crenças e conhecimentos das culturas referidas.

- (64) *khwi gap le daknawu*
 Khwi gapo le dak-na=*wu*
 Dog PL.FOC sins be.cleansed-PFV.MIR=TAG.INCL
 ‘The dogs have been cleansed of their sins, right?’
 (Hyslop, 2014, 209).

¹⁶⁰ =*au*, que ocorre nos exemplos, é a variante dialetal do clítico (Hyslop (2014).

¹⁶¹ ‘INCL’ de ‘inclusive’ (‘inclusivo’).

“Os cães foram purificados de seus pegados, certo?”.

Hyslop (2014) também menciona que esses clíticos assumem algumas conotações pragmáticas quando usados. Tais efeitos discursivos só reforçam a função intersubjetiva, como se pode depreender de situações em que a forma =*mi*, que expressa intersubjetividade ‘+F, -O’, é usada para se referir a um conhecimento que é na verdade compartilhado pelo ouvinte, e não exclusivo do falante, conforme o falante havia suposto. Segundo Hyslop (2014), quando isso ocorre, há uma interpretação de sarcasmo, podendo ser ofensivo. Ao provavelmente perceber que o interlocutor pode compartilhar do conhecimento, os falantes ocasionalmente corrigem o próprio enunciado substituindo o clítico =*mi* pelo =*wu* (Hyslop, 2014). Dada essa observação do autor, entendemos a situação como um equívoco da suposição do falante quanto ao não acesso do ouvinte, que acaba gerando uma interpretação sarcástica por parte do ouvinte, que, no fim, era +O e não -O, como havia suposto o falante.

Como mencionado, a língua também realiza distinções de intersubjetividade no aspecto perfectivo. Adiantamos que, embora pareça fazer mais sentido incluir a descrição da manifestação de valores intersubjetivos nesse contexto na próxima seção, que trata da amalgama entre intersubjetividade e evidencialidade, respeitamos, evidentemente, o posicionamento do autor, que é o conhecedor da língua, de não considerar, em sua proposta, as partículas do paradigma intersubjetivo como evidenciais.

A razão de sinalizarmos a suposta adequação da expressão de distinções de intersubjetividade por marcadores de aspecto perfectivo na seção sobre evidencialidade se dá em virtude da semântica das formas em jogo. A própria autora menciona o valor evidencial delas, porém, em sua proposta, defende-se a função dessas formas de codificarem a categoria de expectativa acerca do conhecimento do interlocutor, estando a categoria evidencialidade, também gramaticalizada na língua, composta apenas pelas formas -*mu* e =*ri* (cf. tabela 2 de Hyslop, 2014, p. 212).

Na língua kurtöp, o marcador de aspecto perfectivo com valor evidencial direto é a forma usada quando o falante tem a evidência direta da experiência, mas quando não há expectativa de que o ouvinte também a possua Hyslop (2014). Os enunciados em (65) e (66) ilustram o uso desse marcador intersubjetivo ‘+F, -O’.

- (65) *zhing phepshang*
 zhing phep-shang
 heaven arrive.HON-PFV.EGO
 ‘(The lama) passed away.’

(Hyslop, 2014, p. 205).
 “(O lama) faleceu.”.

(66) *da wit boishang, gilu*
 da wit boi-**shang** ge-lu
 now 2.ABS recover-PFV.EGO go-IMP
 ‘Now you are recovered; go.’
 (Hyslop, 2014, p. 205-206).
 “Agora você está recuperado; vai.”.

Na explicação fornecida por Hyslop (2014), a pessoa a quem o falante se dirigia ao enunciar (65) já havia ouvido falar do lama, mas não o conhecia pessoalmente e não sabia de sua morte até então. Dado o acesso privilegiado à informação, o falante, que estava intimamente ligado ao lama, seleciona a forma *-shang* (Hyslop, 2014). Em (66), esse mesmo marcador é usado em virtude de o falante, por ser um médico que esteve tratando do paciente, possuía conhecimento privilegiado de seu estado de saúde, enquanto o paciente (o ouvinte), não. Como enfatiza o autor na descrição do exemplo, o interessante é que a forma é usada em um enunciado que faz referência à segunda pessoa, ou seja, veicula um conhecimento acerca do próprio ouvinte, mas é o falante quem tem acesso, e de forma exclusiva, a esse conhecimento, uma vez que é ele o especialista que o esteve acompanhando e quem tem a autoridade e embasamento para assegurar a sua recuperação.

A forma que contrasta funcionalmente com *-shang* no domínio da intersubjetividade é o marcador de aspecto perfectivo *-pala* (+F, +O). Conforme definido por Hyslop (2014), essa forma codifica certeza e evidência direta com a expectativa do falante de que o acesso à evidência é compartilhado, como ilustra (67).

(67) *neci gangna woso kau chutpala*
 neci gang=na woso kau chut-**pala**
 1.PL.EXCL.GEN time=LOC like.that pillar cut-PFV
 ‘How difficult it was in our time! (lit. how we cut pillars in our time)’
 (Hyslop, 2014, p. 207).
 “Quão difícil era em nosso tempo!”.

No enunciado (67), retirado de uma entrevista envolvendo dois falantes de mais idade, *-pala* ocorre em contexto de primeira pessoa do plural, reforçando a ideia de que o conhecimento não é exclusivo do falante, mas compartilhado com mais alguém (Hyslop, 2014), que, nesse caso, é, pelo menos, o ouvinte.

Mesmo decidindo pela manutenção dessa descrição nesta seção, acreditamos que um ajuste categorial desses marcadores como evidenciais contrastando valores ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ seria certamente bem recebido pela autora se considerada toda a discussão e evidências

translinguísticas apresentadas na seção seguinte, em que abordamos a amalgama entre as funções evidencial e intersubjetiva, haja vista que uma função não exclui a outra; ao contrário, ambos os domínios funcionais, com muita frequência, sobrepõem-se no significado de um marcador, como discutiremos na seção 5.2.

Na seguinte subseção, descrevemos os marcadores de línguas que codificam exclusivamente a dimensão intersubjetiva ‘+F, -O’.

5.1.5 Dimensão ‘+F, -O’

Nos estudos compilados, identificamos duas línguas que codificam apenas uma dimensão da categoria “engajamento”. São elas o marind costeiro (Olsson, 2019) e o ungarinyin (Spronck, 2020).

- *Marind costeiro* (Olsson, 2019)

O marind costeiro, língua Papua falada no Sul da Nova Guiné (Olsson, 2019), possui um prefixo responsável por expressar “[...] a falta de atenção do ouvinte, ou falta de acesso epistêmico, ao estado de coisas veiculado pelo verbo [...]” (Olsson, 2019, p. 137).¹⁶² A forma *Vp-*, denominada *absconditive* (Olsson, 2019, p. 137),¹⁶³ é assumida pelo autor como um marcador de “engajamento”, codificando a dimensão ‘+F, -O’, como ilustra (68).¹⁶⁴

(68) *an* *up-ø-* *man-em*
 mother(II) ABSC:II-3SG.A- come-VEN
 ‘Mother is coming.’

¹⁶² Tradução nossa de: “[...] the addressee’s lack of attention, or lack of epistemic access, to the state of affairs conveyed by the verb [...]” (Olsson, 2019, p. 137).

¹⁶³ Esse prefixo é concebido por Olsson (2017) como um afixo composto (dada a ocorrência de dois segmentos sempre em conjunto), em que *V-* marca o gênero e os segmentos *p-* e *h-* marcam dêixis distal e proximal, respectivamente. A forma *Vp-* é a que o autor considera a não marcada e o contraste entre distal e proximal é amplamente neutralizado, sendo relevante apenas em contextos em que a forma é usada para apontar para uma entidade (Olsson, 2019). O autor se refere ao *absconditive* como uma série, uma vez que a categoria compreende uma variedade de formas que se associam a determinado gênero (humano masculino, humano feminino e outros animados e seres inanimados – cf. Olsson, 2017, p. 450 e Olsson, 2019, 140). Quanto ao nome *absconditive*, trata-se de um termo inventado pelo autor, que tem como base o particípio latino *absconditus* (escondido, oculto), refletindo a ideia de que o estado de coisas está de alguma forma escondido do ouvinte e cujo acesso só ocorre caso ele redirecione a sua atenção para dito estado de coisas.

¹⁶⁴ Centrar-nos-emos no trabalho de Olsson (2019), uma vez que o estudo traz uma descrição mais detalhada da categoria gramatical que interessa a nossa pesquisa. Contudo, em sua tese doutoral, intitulada “The Coastal Marind language”, o autor já fornece uma descrição em uma seção denominada “The Absconditive ep- (etc.)” (cf. Olsson, 2017, p. 449-453) nas mesmas linhas que a feita em sua publicação posterior, porém mais breve.

(Adaptado de Olsson, 2019, p. 136).¹⁶⁵
“A mãe está vindo.”.

Segundo explica Olsson (2019), um contexto de uso típico para a situação descrita em (68) é um em que o falante, mas não o ouvinte, vê a mãe se aproximando. O motivo de o ouvinte não ter acesso ao estado de coisas pode ser, por exemplo, por causa da sua localização e orientação em relação às do referente mãe. Como sugere Olsson (2019), ele poderia estar sentado de costas para ela, tendo que girar para que a sua atenção fosse orientada à situação em questão e se alinhasse à do falante.

Ao argumentar sobre o papel do *absconditive* de realinhar a atenção do ouvinte em direção a um determinado estado de coisas, Olsson (2019) pontua que o uso mais claro e provavelmente mais comum da forma em interação face a face ocorre quando o ouvinte está entretido em alguma atividade e o falante aponta para algo sucedendo fora do campo de visão daquele (ou melhor, que o falante julga estar fora). Uma das fontes mais ricas de ocorrências do marcador de engajamento do marind costeiro, coletadas pelo autor, consiste em um registro em vídeo em cujos quinze minutos transcritos a forma apresentou sete ocorrências. Na ocasião, havia alguns adolescentes engajados na limpeza de um poço e a conversa que acompanhava a ação girava em torno daquela situação, como esclarece Olsson (2019). Não obstante, esse terreno compartilhado era pontuado por declarações que diziam respeito a acontecimentos que estavam sucedendo nas proximidades, a maioria das quais requerendo implicitamente um redirecionamento do foco de atenção do ouvinte, o que desencadeou o uso do marcador de engajamento (Olsson, 2019). Os exemplos (69) e (70) ilustram o uso de *Vp*-em uma situação em que o falante assume que o foco de atenção de seu ouvinte não estava direcionado para o evento descrito.¹⁶⁶ Ao enunciá-lo, o falante espera que o ouvinte redirecione sua atenção para a situação referida.

- (69) *mbyaka, ade! kosi-awe up-ø- kw-ayit-a*
 No EXCLAM small-fish(II) ABSC:II-3SG.A- INESS-
 run.around:3SG.U-EXT
‘No, wait! There’s a little fish swimming around inside.’
 [0006.27082015.1.wbi]
 (Olsson, 2019, p. 142).
“Não, espera! Tem um peixinho nadando lá dentro.”

- (70) *ep-ø- man-em, dua ya m-a- ka-man*

¹⁶⁵ A adaptação consiste apenas em não termos reportado o exemplo completo. O autor ilustra o mesmo evento com a presença de outros marcadores relacionados a situações discursivas específicas, como ocorre com o *Vp*-, que é usado pelo falante quando é assumido que o ouvinte não tem acesso ao evento.

¹⁶⁶ Cf. Olsson (2019, p. 142 e 143) para verificação de imagens autênticas retratando as situações descritas em (69) e (70).

ABSC:I-3SG.A- come-VEN two very OBJ-3SG.A- with-come
'There he's coming, he's bringing two.' [0103.27082015.1.wbi]
 (Olsson, 2019, p. 142).
"Lá vem ele, ele está trazendo dois."

Segundo descreve Olsson (2019), o enunciado (69) foi proferido pelo falante em um contexto comunicativo em que um grupo de indivíduos se encontrava em torno a um poço. Um deles, Pau, que estava tirando a água do local, tinha acabado de instruir as crianças para que tirassem as suas roupas e pudessem tomar banho com a água do poço, quando um garoto anuncia a presença de um peixe nadando lá, tendo como ouvinte principal de sua advertência Pau, que não estava prestando atenção ao poço na ocasião.

Quanto a (70), ocorre uma situação similar, na qual um grupo de pessoas se encontra ao redor de um poço. O falante enuncia a vinda de um garoto, a quem haviam pedido para trazer baldes. Conforme detalha Olsson (2019), Dula, o responsável por anunciar o evento, tem a intenção de que seus interlocutores, Pau e Yakoba, redirecionem sua atenção de uma cena para a outra (do poço para a aproximação do garoto). Em ambas as situações, o falante assume que o ouvinte não tem conhecimento acerca do evento ou não tem o seu foco de atenção direcionado a ele. Essa suposição desencadeia o uso do prefixo *Vp-*, um marcador que expressa intersubjetividade, mais precisamente a dimensão '+F, -O'.

Os exemplos reportados figuram situações de uso do prefixo responsável por marcar uma das dimensões da intersubjetividade na língua marind costeiro que se relacionam a um contexto de natureza situacional física (cf. Connolly, 2014), em que a falta de acesso ao estado de coisas ao qual o falante deseja que o seu ouvinte redirecione a sua atenção ocorre uma vez que a sucessão dos eventos não está no campo de visão do ouvinte. Entretanto, Olsson (2019) defende um uso de realinhamento de atenção mais abstrato desse marcador, tendo em vista envolver o que estamos considerando outros tipos de contexto para além do de natureza situacional física, ao não implicar atenção perceptual. O estado de coisas pode ser assumido como inacessível para o ouvinte não porque este, na ocasião, não o acessa perceptualmente, mas porque o falante ou crê que contradiz uma crença de seu ouvinte ou que se trata de algo que está fora do domínio de conhecimento dele. Os exemplos (71) e (72) ilustram as situações possíveis observadas por Olsson (2019).

(71) *ep-ak-o- lay-e*
 ABSC:I-1SG.A-3SG.DAT- talk-IPFV
'I am talking to him.'
 (Olsson, 2019, p. 147).

“Eu estou falando com ele” .

(72) *kambet mbya ø-n-is-a-p-
ear NEG NTRL-1.DAT-SEP-1.DAT-CONTESS-
kaway, **epa-no- hwetok-a amay**
forget ABSC:I-1.a- think-EXT grandfather
'I haven't forgotten, I remember/am thinking about it, grandfather.'
(Olsson, 2019, p. 147 *apud* Drabbe, 1955, p. 176)
“Não me esqueci, eu me lembro/estou pensando nisso, avô”.*

O enunciado em (71) foi proferido por uma idosa em uma festa que estava ocorrendo na vila. Na ocasião, Olsson havia sentado em uma cadeira que lhe havia sido atribuída, ao lado dessa anciã, com quem ele não tinha tido interação até o momento da festa. Na explicação dessa ocorrência, Olsson (2019) relata que a idosa conversou com ele na língua marind costeiro, mas, em um momento de pausa na conversa, o aldeão que lhe havia atribuído o seu lugar de se sentar passou por onde eles estavam e deduziu que eles haviam permanecido em silêncio, quando o que ele havia feito era pedir que a mulher conversasse com Olsson para que ele aprendesse a língua. Tendo em vista essas circunstâncias em que o enunciado foi proferido pela anciã, Olsson (2019) interpreta esse uso do marcador de engajamento como uma indicação de contradição da suposição do ouvinte.

No tocante ao uso em (72), trata-se de um exemplo adaptado de Drabbe (1955, p. 176 *apud* Olsson, 2019), em cujo contexto o avô está perguntando ao neto se ele ainda lembra de certas instruções que lhe havia dado mais cedo (Olsson, 2019). Segundo Olsson (2019), os usos do marcador de engajamento que não se relacionam à atenção perceptual, como os ilustrados, bem como usos com o verbo “ver” por parte dos falantes, os quais o autor havia ouvido em algumas interações, sustenta a ideia de que esse marcador “[...] provavelmente deve ser visto como uma solicitação para que o destinatário aceite essa atualização atencional ou epistêmica, de modo que ela se torne parte do terreno comum [...]” (Olsson, 2019, p. 146).¹⁶⁷

Olsson (2019) frisa que se trata de interpretações provisórias, dada a necessidade de atestar tais usos em documentação de conversação espontânea.¹⁶⁸ Apesar das ressalvas do autor, marcadores de “engajamento” em cujos usos estão implicados outros tipos de acesso, ou até mesmo o uso concreto de contradição de crença, estão previstos em outras línguas que

¹⁶⁷ Tradução nossa de: “[...] should probably be seen as a request that the addressee accept this attentional or epistemic update so that it becomes part of the common ground [...]” (Olsson, 2019, p. 146).

¹⁶⁸ Olsson (2019) esclarece que mais dados são necessários para sustentar essa aceção para o marcador, uma vez que a sua análise se baseia principalmente em usos observados, mas não registrados, desse marcador de “engajamento”.

gramaticalizam a intersubjetividade, como discutido no *kogi* e no *murrinhpatha*. A interação entre a dimensão do “engajamento” e diferentes subtipos evidenciais, que discutimos na próxima seção, também funciona como uma evidência de que marcadores de “engajamento” interagem como vários tipos de acesso a eventos. Logo, a reivindicação de usos dessa natureza para o marcador do *marind costeiro* tem uma sustentação *crosslinguística*.¹⁶⁹

Apesar de não considerarmos relevante para o propósito dessa tese, que é propor um refinamento da GDF para tratar da intersubjetividade, partindo do que assentam um conjunto de trabalhos sobre a existência de marcadores que codificam esse domínio, julgamos necessário destacar alguns aspectos relativos ao prefixo em questão mencionados por Olsson (2019).

Olsson (2019) pontua características tais como a restrição ao contexto temporal presente¹⁷⁰ e a incompatibilidade com morfologia não declarativa. O autor também advoga que o *Absconditive* é resultado de um processo de gramaticalização de demonstrativos livres para marcadores de “engajamento”, argumentando que o contraste dêitico, que é a característica mais notável de demonstrativos, é perdido nos usos em que expressam “engajamento”. Segundo Olsson (2019, p. 144), “[...] verbos prefixados com o *Absconditive* assertam estado de coisas e não apontam para referentes, porque eles carecem da função de dêixis espacial associada aos demonstrativos [...]”.¹⁷¹ Assim, são usadas formas não marcadas

¹⁶⁹ Cabe pontuar um contraste que Olsson (2019) faz entre os usos do prefixo de “engajamento” (o “*absconditive*” *Vp-*) e os de outro prefixo, o *hat-*, denominado “*presentative*”, o qual pode parecer, à primeira vista, a codificação de um valor oposto ao do prefixo anterior, conforme esclarece o autor. Em alguns exemplos fornecidos por Olsson (2019, p. 148-149), os usos do prefixo “*presentative*” são descritos como indicadores de atenção compartilhada. Por sinal, o autor observa empregos em contextos nos quais, em turno anterior, usou-se o marcador de “engajamento”, que indica exatamente ausência de atenção compartilhada e uma chamada para que o ouvinte direcione sua atenção para um determinado estado de coisas, como foi ilustrado neste capítulo, a partir da descrição de Olsson (2019). Baseando-nos nas observações que faz o autor acerca da interação entre esses prefixos em turnos subsequentes, a questão central é que o “*presentative*” vem para confirmar que uma atenção mútua foi estabelecida após a “chamada” para um realinhamento da atenção do ouvinte mediante o uso do marcador de “engajamento”. À vista dessa exposição, poderíamos incluir neste capítulo a descrição desse prefixo de aparente indicação de atenção compartilhada, conferindo-lhe a função de expressar a dimensão da intersubjetividade ‘+F, +O’. Contudo, seguindo à risca a interpretação de Olsson (2019), estudo no qual estamos nos baseando para apresentar a marcação da intersubjetividade na língua *marind costeiro*, essa não seria bem a função dessa forma, que é, segundo o autor, comum ocorrer em contextos em que um determinado estado de coisas não é acessado pelo ouvinte, o que contradiria o seu papel de marcar atenção compartilhada. O seu significado mais geral parece ser o de indicar que não é exigido nenhum esforço para que se obtenha o acesso, dado que o referente ou estado de coisas é facilmente perceptível e potencialmente acessível para quem desejar (Olsson, 2019).

¹⁷⁰ Essa forma é inclusive descrita como um marcador de tempo presente em Drabbe (1955 *apud* Olsson, 2019), trabalho pioneiro sobre o *marind*. Olsson (2019) refuta esse entendimento ao propor a análise do prefixo que apresentamos nesse capítulo. O autor enfatiza que, apesar de Drabbe (1955 *apud* Olsson, 2019) interpretar a forma como um marcador de tempo, não consegue encontrar diferenças de significado entre ela e outras que são também rotuladas como de tempo presente (Olsson, 2019).

¹⁷¹ Tradução nossa de: “[...] verbs prefixed with the *Absconditive* assert states of affairs, and do not point to referents, because they lack the function of spatial deixis associated with demonstratives [...]” (Olsson, 2019, p. 144).

Vp-, seja a distância de um dado referente da situação descrita “proximal”, o que requereria o uso de umas das formas *Vh-*, ou “distal”, contexto em que a forma requerida seria alguma das séries *Vp-*, com base no que deslinda o autor.¹⁷²

O *Absconditive* é usado também na formação de subordinadas, mais precisamente cláusulas relativas de tempo presente. Esse marcador é obrigatório na formação desse tipo de cláusula com a referência temporal presente, segundo Olsson (2019). O referido autor deixa bem claro que o uso do *Absconditive* nesse contexto não é o de realinhar a atenção do ouvinte para um estado de coisas tendo em vista seu desconhecimento dele, característica de seus usos em cláusulas independentes (cf. exemplo (19) de Olsson (2019, p. 154). De maneira alguma, como aponta o autor, tal função interfere na concepção dessa forma como um marcador de “engajamento”, visto que, pensar as categorias gramaticais como monofuncionais não é algo que faça sentido. Como demonstram os estudos funcionalistas e sociofuncionalistas, formas, sejam elas gramaticais ou lexicais, podem desempenhar múltiplas funções. No âmbito dos estudos em evidencialidade, tema que é de particular interesse à presente pesquisa, está bem demonstrado que morfemas temporais também se prestam à função de marcar a fonte da informação.

- *Ungarinyin* (Spronck, 2020)

O ungarinyin é uma língua aborígine australiana (Spronck, 2020) que codifica “engajamento” mediante diferentes marcadores. Neste capítulo, descreveremos, com base no estudo de Spronck (2020), a forma *-yu*, por ser a única, das expressões descritas pelo autor, que tem um escopo proposicional.¹⁷³ Como base no referido estudo, esse marcador codificaria a dimensão intersubjetiva ‘+F, -O’.

Spronck (2020) explica que a forma *-yu* como marcador de ‘caso de parágrafo’ é um uso especial de uma forma de caso classificado como ‘lativo’, que carrega significado espacial.¹⁷⁴ No entanto, em usos como o ilustrado em (73), o marcador expressa “engajamento”.

¹⁷² É sinalizado um único caso em que o contraste dêitico não é neutralizado: com verbo cópula. Esse caso não invalida a tese do autor sobre a função defendida para esse prefixo e a tese de que o contraste dêitico é neutralizado uma vez que, conforme argumenta Olsson (2019), ao dizerem sobre a existência de alguma entidade, as cláusulas cópula intuitivamente colocam a ênfase na entidade. Em contextos de cláusulas com outros verbos, por outro lado, é para a proposição que o falante pretende direcionar a atenção do seu ouvinte quando do uso do *Absconditive*.

¹⁷³ As outras construções descritas atuam apenas no nível do referente (cf. Spronck, 2020, p. 3-6 e 12-15). Por razões já explicitadas na seção 3.1.2, e reforçadas na seção 6.1, marcadores de “engajamento” com esse alcance podem ser adequadamente descritos segundo o aparato teórico e metodológico da GDF.

¹⁷⁴ Spronck (2020) se baseia na glosagem de Rumsey (1982) e outros estudos do autor.

(73)(...)

di-yu anjaburan nyinayirri yamingki amerera
 di-yu anjaburan nyinayirri yamingki a₁-mara-ra
 then-LAT what time 2SG-go-CONT west
 “so then he asked me ‘when are you travelling westward?’”
 (Spronck, 2020, p. 7 *apud* Rumsey, 1987, 607-608, glosa adicionada).¹⁷⁵
 “Então ele me perguntou ‘Quando você vai viajar para o Oeste?’”.

No exemplo (73), *-yu* indica “[...] uma nova cena na narrativa, ou um ato que representa um novo estágio na história [...]” (Spronck, 2020, p. 7).¹⁷⁶ O marcador é então defendido pelo autor como uma forma responsável pela codificação da assimetria de conhecimento entre o falante e o ouvinte, indicando uma estimativa do falante de que o ouvinte ainda não sabe sobre o evento prestes a ser comunicado.

Nesta seção, descrevemos sistemas e marcadores de diferentes línguas que codificam a intersubjetividade em sua gramática, isto é, (as)simetrias entre os participantes em relação ao acesso ao conhecimento. Contudo, sistemas evidenciais gramaticais de uma série de línguas expressam a intersubjetividade relativa à categoria “engajamento”. Trataremos, na próxima seção, dessas línguas cujo sistema evidencial codifica também a distribuição do acesso ao conhecimento entre os participantes do discurso.

5.2 Intersubjetividade gramaticalizada e evidencialidade

Antes de qualquer descrição, faz-se necessário reiterar que “engajamento” e evidencialidade são duas categorias distintas (Grzech; Schultze; Bergqvist, 2020). Ficou claro com a descrição das línguas na seção 5.1 que há uma relação entre marcadores de “engajamento” e diferentes modos de acesso, sobretudo o visual; entretanto, “[...] como conhecimento de um evento foi adquirido é somente implicado por marcadores de engajamento, enquanto **quem sabe sobre o evento** é explicitamente codificado em tais formas [...]” (Grzech; Schultze; Bergqvist, 2020, p. 285, grifo nosso).¹⁷⁷

Apesar de configurarem categorias distintas, Grzech, Schultze e Bergqvist (2020) salientam que elas interagem entre si. Como pontuamos anteriormente, os domínios

¹⁷⁵ O exemplo foi reproduzido parcialmente, a fim de apresentar somente o uso da forma *-yu* atuando como marcador de “engajamento” com o escopo sobre a proposição inteira.

¹⁷⁶ Tradução nossa de: “[...] a new scene in the narrative, or an act that represents a new stage in the story [...]” (Spronck, 2020, p. 7).

¹⁷⁷ Tradução nossa de: “[...] How knowledge of an event was acquired is only implied by markers of engagement, whereas who knows about the event is explicitly encoded in such forms [...]” (Grzech; Schultze; Bergqvist, 2020, p. 285).

nocionais que conformam a epistemicidade¹⁷⁸, dos quais interessa aqui destacar “**modo de acesso (perceptual/cognitivo)**” e “**acesso compartilhado vs. não compartilhado/autoridade/primazia epistêmica**”), se distinguem conceitualmente, todavia, a mesma afirmação não pode ser atribuída às categorias linguísticas referentes a esses domínios (respectivamente evidencialidade e engajamento, no tocante aos domínios que acabamos de sinalizar) (Grzech; Schultze; Bergqvist, 2020, p. 286), à vista de inter-relações observadas, em que domínios conceituais ditos corresponderem a determinadas categorias se sobrepõem no espaço de uma categoria (cf. Bergqvist; Kitillä, 2020; Bergqvist; Grzech, 2023).

No que tange à interação entre as categorias linguísticas que interessam à presente pesquisa, é exatamente pelo fato de se sobreporem evidencialidade e “engajamento” que certos sistemas evidenciais são defendidos como codificadores não apenas do modo de obtenção (por sinal, este domínio nocional é muitas vezes secundário na marcação evidencial), mas de outras funções coincidentes com uma ou mais dimensões da intersubjetividade. Esse fenômeno ocorre em línguas como o *foe* (Rule, 1977), o *tepehuano* do Sudeste (Willet, 1991), o *nambiquara* (Kroeker, 2001), o *quíchua* do *conchucos* do Sul (Hintz; Hintz, 2017), o *quíchua* do *Sihuas* (Hintz; Hintz, 2017), o *wola* (Sillitoe, 2016), o *yurakaré* (Gipper, 2011, 2014) e o *lakondê* (Telles; Wetzels, 2006).

Seguindo a mesma organização da seção 5.1, a descrição da amalgama entre as categorias evidencialidade e “engajamento” parte das quatro dimensões intersubjetivas (+F, +O, +F, -O, -F, +O e -F, -O), com subseções definidas com base no conjunto de dimensões que um sistema evidencial é capaz de codificar.

5.2.1 Dimensões ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ na evidencialidade

- *Quíchua do conchucos do Sul* (Hintz; Hintz, 2017)

O *quíchua* do *conchucos* do Sul, língua falada no leste do Departamento de Ancash, possui quatro enclíticos que são responsáveis por codificar distinções de intersubjetividade: *-cha:* e *-cher*, que são marcadores interpessoais que expressam conhecimento mútuo, e *-mi* e *-chi*, que expressam conhecimento individual (Hintz; Hintz,

¹⁷⁸ A epistemicidade inclui vários domínios nocionais refletindo a maneira como são rastreados e expressos os estados de conhecimento e tem como seu correlato linguístico a marcação epistêmica, que abarca várias categorias, dentre elas as que são o foco desta pesquisa (Grzech; Schultze-Berndt; Bergqvist, 2020).

2017).¹⁷⁹ Ilustramos, nos exemplos (74) a (77), esse contraste na expressão de fatos.

- (74) *Tsay-pa-mi qati-ya-ra-n mama-yki-kuna.*
 that-GEN-**DIR** follow-PL-PST-3 mother-2-PL
 ‘By that route your ancestors pastured animals (I affirm).’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 6).

“*Por essa rota, seus ancestrais pastavam animais (Eu afirmo).*”

- (75) *Tsay-pa-cha: qati-ya-ra-n mama-yki-kuna.*
 that-GEN-**MUT** follow-PL-PST-3 mother-2-PL
 ‘By that route your ancestors pastured animals (as we all know).’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 6).

Por essa rota, seus ancestrais pastavam animais (como todos nós sabemos).”

- (76) *May tamya tamya-ra-n-cha:.*
 already rain rain-PST-3-**MUT**
 ‘It surely rained hard (as we all just experienced).’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 10).

“*Certamente choveu forte (como todos nós acabamos de experienciar).*”

- (77) *Kay marka-cho: atska-q-cha: runa-kuna ka-ya-n.*
 This town-LOC many-HUM-**MUT** person-PL be-PL-3
 ‘In this town are many people (as everyone knows).’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 10).

“*Nessa cidade são muitas pessoas (como todo mundo sabe).*”

Segundo Hintz e Hintz (2017, p. 7-8), os marcadores *-mi* e *-cha* estão associados a marcação de fatos e podem ser parafraseados respectivamente por “Eu sei e você não sabe (ou ‘se você sabe não é relevante’)” e “você e eu sabemos...”.¹⁸⁰ Como explicam os autores, em (74), a autoridade do conhecimento veiculado reside no falante, uma vez que, mediante o uso de *-mi*, ele expressa uma asserção de um conhecimento apresentado como *individual*. A presença de *-cha*, no exemplo (75), confere à asserção um caráter de *conhecimento mútuo* e indica que a autoridade é distribuída entre os participantes da interação. Em (76), o falante usa *-cha* uma vez que não experienciou a chuva sozinho; do contrário, seria *-mi* o marcador apropriado, com base em Hintz e Hintz (2017). O marcador interpessoal *-cha* também pode ser usado na expressão de um *conhecimento geral* (Hintz; Hintz, 2017), como indica (77).¹⁸¹

¹⁷⁹ Há também um quinto enclítico no sistema evidencial dessa língua, mas que não vem ao caso por não formar o paradigma codificador de dimensões do “engajamento”. Trata-se do reportativo *-shi* (Hintz; Hintz, 2017).

¹⁸⁰ Tradução nossa de: “I know and you do not know (or ‘whether you know is not relevant’)” e “you and I know...” (Hintz; Hintz, 2017, p. 7-8).

¹⁸¹ Hintz e Hintz (2017) concebe o “conhecimento mútuo” como uma categoria evidencial que cobre asserções para as quais a autoridade epistêmica é compartilhada entre o falante e aqueles com quem um *common ground*

Dada a natureza interacional de *-cha*, os autores frisam que a forma ocorre somente em conversação, assim como o marcador evidencial *-cher*, que expressa conjecturas compartilhadas.

No que diz respeito aos marcadores *-chi* e *-cher*, estes expressam conjecturas e podem ser parafraseados por “Eu suponho...” e “Você e eu podemos supor...” (Hintz; Hintz, 2017, p. 8).¹⁸² O exemplo (78) é um recorte de um trecho conversacional com alguns enunciados marcados evidencialmente, com o marcador de conhecimento individual *-mi*, e sem marcação evidencial.¹⁸³ Hintz e Hintz (2017) explicam que, na ocasião, um dos falantes usa o evidencial *-cher* para expressar um apelo por validação da informação veiculada e confirmação - ou desconfirmação - de consenso.

(78)(...)

e. E: ... *Obra:hi-pita-qa* *requi-ya-n-na-cher*.
 Obraje-ABL-TOP be.familiar-PL-3-NOW-CNJ.A
 ‘From Obraje they are familiar it seems.’

f. L: ... *Tsay-pa-cha: peru na-pa-qa pa:sa-mu-n*
 that-GEN-MUT but empty.root-GEN-TOP pass-CIS-3
hallqa-pita-qa.
 high.grassland-ABL-TOP
 ‘Of course, they pass along that route when they return from the high pastures.’

(Adaptado de Hintz; Hintz, 2017, p. 8).

“Do Obraje eles são familiares, parece.”

“Claro que eles passam por aquela rota quando eles retornam das pastagens altas.”

Como frisado pelos autores, podemos notar, na sequência, o uso de outro marcador de conhecimento compartilhado, por meio do qual o falante confirmar o consenso. Hintz e Hintz (2017, p. 8) traduzem esse uso de *-cha* como “conforme estabelecemos conjuntamente (no decorrer dessa conversa)”.¹⁸⁴

foi estabelecido. Para os autores, a noção de “conhecimento geral” é inserida dentro da categoria geral de “conhecimento mútuo”, tendo em vista o percurso ao longo do qual o conhecimento que, de individual, passa a constituir um conhecimento mútuo a partir das interações face-à-face, gradualmente se generaliza, na medida em que se difunde por toda a comunidade de fala, ou seja, conhecimento geral nada mais é do que “[...] um tipo de conhecimento mútuo em que informações de natureza geral são mantidas em comum por membros da comunidade de fala mais ampla.” (Hintz; Hintz, 2017, p. 18). Tradução nossa de: “[...] a type of mutual knowledge in which information of a general nature is held in common by members of the wider speech community.” (Hintz; Hintz, 2017, p. 18).

¹⁸² Tradução nossa de: “I suppose...” e “You and I might suppose...” (Hintz; Hintz, 2017, p. 8).

¹⁸³ Para visualização integral do trecho, cf. exemplo (6) em Hintz; Hintz (2017, p. 8).

¹⁸⁴ Tradução nossa de: “As we have jointly established (in the course of this conversation)” (Hintz; Hintz, 2017, p. 8).

Em síntese, o quíchua do conchucos do Sul possui um paradigma evidencial cujas formas contrastam duas dimensões da intersubjetividade, ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’, no domínio da expressão de fatos e conjecturas.

- *Quíchua do Sihuas (Hintz; Hintz, 2017)*

A língua quíchua do Sihuas, falada no norte de Ancash (Hintz; Hintz, 2017), também gramaticaliza distinções relativas ao (não) compartilhamento do conhecimento dentro de seu sistema evidencial de maneira similar ao quíchua do conchucos do Sul, ao contrastar fatos e conjecturas individuais e compartilhadas. Os enclíticos *-ma*, em contraste com *-mi*, e *-chra* (vs. *-chri*) expressam conhecimento mútuo, com a diferença de que o par contrastivo *-mi* vs. *-ma* apresentam fatos e *-chri* vs. *-chra*, conjecturas.¹⁸⁵

De acordo com Hintz e Hintz (2017, p. 12), os marcadores *-mi* e *-ma* assertam, respectivamente, “Eu sei...” e “Eu confirmo o que você acabou de dizer”.¹⁸⁶ O contraste semântico desses marcadores é exemplificado em (79) a (81).

- (79) *Shamu-ra-n-mi alkaldi Julio.*
 come-PST-3-DIR mayor Julio
 ‘Mayor Julio came.’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 12).
 “O prefeito Julio veio.”

- (80)
 C: *Rumpi-chro: mana-ku tushu-yka:-ya-ra-: no:-kuna-pis.*
 opening.night-LOC no-Q.P dance-CONT-PL-PST-1 I-PL-EVEN
 ‘Didn’t we too (exclusive) dance on the opening night of the festival?’

- E: *Aw-ma chay-chro:-ma tushu-yka-q-ta rika-ski-ra-q no:-pis.*
 yes-DIR.C that-LOC-DIR.C dance-CONT-AG-OBJ see-PFV-PST-1=>2 I-EVEN
 ‘Yes, I saw you dancing there.’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 13).
 “Nós também não dançamos (exclusivos) na noite de abertura do festival?”
 “Sim, eu os vi dançando lá.”

- (81)
 C: *Qoyat-pis tardi-yoq puklla-shka-ya-n, tamyra-ra-nwelta.*
 All.day-EVEN afternoon-LIM play-PST.R-PL-3 rain-PST-3 again
 ‘They played all day until late. It rained again (while they played).’
 “Eles jogaram o dia todo até tarde. Choveu de novo (enquanto eles jogavam).”

¹⁸⁵ A língua também codifica distinções no domínio reportativo, com o par *-shi* (informação reportada de segunda mão) vs. *-sha* (informação reportada que constitui um conhecimento generalizado) (Hintz; Hintz, 2017).

¹⁸⁶ Tradução nossa de: “I know...” e “I confirm what you said” (Hintz; Hintz, 2017, p. 12).

E: *Tamya-ma mas-qa chay-chro: malogra-ku-shqa.*
 rain-**DIR.C** more-TOP that-LOC spoil-MID-PST.R3
 ‘The additional rain spoiled things.’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 13).
 “A chuva adicional estragou coisas.”

Com base na descrição de Hintz e Hintz (2017) dos exemplos acima, em (79), o falante testemunhou pessoalmente a vinda do prefeito Julio. Esse modo de obtenção da informação veiculada, bem como o status individual desse conhecimento é indicado pelo uso de *-mi*. Nos exemplos (80) e (81), há uma indicação de que falante e ouvinte compartilham as experiências às quais se faz referência nas informações veiculadas pelo evidencial *-ma*: a experiência da dança em (80) e a da chuva em (81). Como pontuam Hintz e Hintz (2017), além de experiências intersubjetivas, as fontes de informação nas quais se fundamenta o falante ao usar esse marcador também incluem as contribuições linguísticas dos participantes da interação, isto é, o que foi dito anteriormente e que é confirmado pelo falante mediante *-ma*.

Os marcadores *-chri* e *-chra* são usados pelo falante na expressão de conjecturas. A ideia que subjaz ao enclítico *-chri* é “Eu penso que X é verdade, mas eu não estou certo; Eu acho que você sabe; por favor, diga-me” (Hintz; Hintz, 2017, p. 13).¹⁸⁷ Com base nos autores, esse marcador veicula conjecturas *individuais* ao mesmo tempo que serve para solicitar uma confirmação. Essa função é ilustrada no exemplo (82), no qual o falante realiza uma conjectura acerca de um evento (a explosão rápida de uma torre de fogos de artifício) esperando uma confirmação do ouvinte.

(82)
 C: *Sas-lla-chri.*
 quickly-DLM-CNJ
 ‘Quickly’. (It burned quickly.)
 E: *Peru simpli-lla.*
 but quickly-DLM
 ‘Very quickly.’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 14)
 “Rapidamente”. (queimou rapidamente.)
 “Muito rapidamente.”

O evidencial conjectural *-chra* é responsável por veicular conjecturas *mútuas*, seu uso podendo ser parafraseado por “Eu não tenho certeza; eu não sei se você sabe; vamos

¹⁸⁷ Tradução nossa de: “I think X to be true, but am not sure; I think you know; please tell me” (Hintz; Hintz, 2017, p. 13).

conversar para ver se podemos descobrir” (Hintz; Hintz, 2017, p. 14).¹⁸⁸ O interessante acerca do uso desse marcador é que as conjecturas que veicula são convites para discussão, uma que pode levar a uma conclusão, embora não seja o que geralmente acontece, devido à falta de conhecimento dos interactantes.¹⁸⁹ O caráter irresolúvel da conjectura, a carência de conhecimento e incerteza mútuas que subjaz ao uso de *-chra* é ilustrada em (83).

(83)

E: *Mayqan-chra gana-ra-n?*
 which-CNJ.D win-PST-3
 ‘I wonder which won.’

C: *Um, ...Wayllabamba-kush ima-sh.*
 Um Huayllabamba-ALT what-RPT
 ‘Um...Huayllabamba or someone else.’ (I’m not sure)

E: A: *Wayllabamba-pis shamu-ra-n no?*
 oh.yes Huayllabamba-EVEN come-PST-3 right
 ‘Oh yes. Huayllabamba came too, right?’

C: A: *Wayllabamba shamu-ra-n.*
 oh.yes Huayllabamba come-PST-3
 ‘Yes, Huayllabamba came.’

Siwas-pis shamu-ra-n.
 Sihuas-EVEN come-PST-3
 Sihuas came too.’

E: A: *Siwas-pis um*
 oh.yes Sihuas-EVEN hmm
 ‘Oh yes. Sihuas too. Hmm.’

C: *Aw.. Siwas Ayhaderu,*
 yes Sihuas Aijadero
 ‘Yes. Sihuas, Aijadero.’ [They then mention additional teams.]
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 15).

“Eu me pergunto quem ganhou.”
“Um... Huayllabamba ou outro.” (Não tenho certeza)
“Ah, sim. Huayllabamba também veio, certo?”
“Sim, Huayllabamba veio.”

¹⁸⁸ Tradução nossa de: “I’m not certain; I don’t know if you know; let’s talk to see if we can figure it out” (Hintz; Hintz, 2017, p. 14).

¹⁸⁹ Hintz e Hintz (2017, p. 14) explicam que é nesse sentido que o marcador *-chra* veicula conjecturas mútuas: “[...] quando duas ou mais pessoas conversam, às vezes chegam a uma conclusão, mas geralmente não conseguem por falta de conhecimento [...]” (Hintz e Hintz, 2017, p. 14). Tradução nossa de: “[...] as two or more people talk together, sometimes they come to a conclusion, but generally they cannot for lack of knowledge [...]” (Hintz; Hintz, 2017, p. 14).

“*Sihuas veio também.*”
 “*Ah, sim. Sihuas também. Hmm.*”
 “*Sim, Sihuas, Aijadero.*” [Eles então mencionam times adicionais]

Segundo a explicação dada Hintz e Hintz (2017), nesse exemplo, o falante faz uma indagação acerca do ganhador de um torneio de futebol, a qual é respondida de maneira incerta pelo ouvinte. Ambos continuam a conversa mencionando vários times que estavam participando e que poderiam ter vencido a partida, mas não há uma resolução para a indagação feita.

Cabe frisar que os marcadores de conhecimento mútuo, tanto os do quíchua conchucos do Sul quanto os do quíchua do Sihuas somente ocorrem em conversação (Hintz; Hintz, 2016, p. 7 e 11). Essa função foi possível de ser capturada uma vez que a análise foi realizada em enunciados produzidos em contexto dialógico. Fora dele, essa distinção, que é marcada no sistema evidencial de ambas as línguas, torna-se opaca.

- *Foe (Rule, 1977)*

A língua *foe*, falada nas Terras Altas do Sul da Papua Nova Guiné (Rule, 1977),¹⁹⁰ possui um conjunto bem rico de evidenciais, com vários sufixos sinalizando diferentes bases de acesso à informação.¹⁹¹ Contudo, a codificação de distinções de intersubjetividade ocorre somente em alguns marcadores, considerados aqui evidenciais, e em um contexto gramatical específico.

O *foe* codifica a intersubjetividade e a evidencialidade em um conjunto de sufixos nominalizadores ou gerundializadores, como denomina Rule (1977), anexados à base verbal. Sentenças como “*The man who came yesterday*” (“O homem que veio ontem”), “*the plane which will come tomorrow*” (“o avião que chegará amanhã”) e “*the man who is standing there*” (“o homem que está ali parado”) são respectivamente ditas como “‘*man yesterday came*’ (‘homem ontem veio’) + *sufixo nominalizador*”, “‘*plane tomorrow will come*’ (‘avião amanhã chegará’) + *sufixo nominalizador*” e “‘*man there standing*’ (‘homem ali parado’)

¹⁹⁰ Mais precisamente, nas margens do Lago Kutubu, no Distrito das Terras Altas do Sul da Papua Nova Guiné e, a sudeste do lago, no vale do rio Mubi, onde habita a tribo *Foe* (Rule, 1977, p. 1).

¹⁹¹ Em vez de usar o termo “evidencialidade”, Rule (1977, p. 71-72) opta por chamar de “Aspecto Verbal”, visto que os sufixos aos quais nos referimos indicam a relação entre o falante e o evento, revelando os meios pelos quais o falante se torna consciente do evento. São, no total, seis os chamados “Aspectos Verbais” de natureza evidencial: (i) Participatório (ou Aspecto Factual), (ii) Aspecto Visto (ou Aspecto de Percepção Visual), (iii) Aspecto de Percepção Sensorial não Visto, (iv) Aspecto Deduzido (envolve outros sentidos que não a visão), (v) Aspecto de Evidência Visível (restrito à visão), (vi) Aspecto de Evidência Prévia.

+ *sufixo nominalizador*” (Rule, 1977, p. 94).¹⁹² Com a adição desses sufixos, toda a cláusula é transformada em um sintagma nominal (Rule, 1977). É esse o contexto gramatical em que distinções de intersubjetividade são realizadas por marcadores evidenciais na língua *foe*.

Centrando-nos no que interessa à presente tese, os sufixos nominalizadores codificam além de outras funções associadas a algumas das bases evidenciais mencionadas em nota, duas situações que envolve a esfera Falante-Ouvinte, a saber: (i) “Fato conhecido pelo falante, mas não visto pela pessoa a quem se dirige a conversa” e (ii) “Visto tanto pelo falante quanto pela pessoa a quem se dirige a conversa” (Rule, 1977, p. 97).¹⁹³ Apesar de essas situações, claramente de expressão da intersubjetividade, não terem sido mencionadas nos Aspectos Verbais definidos pelo autor, os quais são, evidentemente, de natureza evidencial, elas especificam centralmente noções evidenciais de não testemunho e percepção sensorial, mais precisamente relacionadas ao sentido da visão, em seu significado, o que nos leva a conceber como um caso de interação entre intersubjetividade e evidencialidade que é codificado na gramática da língua *foe*.

Como todas as formas do *foe* que codificam a dimensão evidencial, os sufixos que constituem a expressão das dimensões ‘+F, -O’ (situação (i)) e ‘+F, +O’ (situação (ii)) amalgamadas à evidencialidade diferem segundo o tempo. O sufixo *-bora* é a forma que codifica a dimensão ‘+F, -O’ mais a evidencialidade no presente. Essa mesma função tem um marcador próprio para passado recente (*-ra*), para o passado distante (*-ira*) e para o futuro (*-abora*). A dimensão ‘+F, +O’ amalgamada à evidencialidade possui sufixos próprios para a expressão de eventos no presente (*-boba*), no passado recente (*-ba’a*) e no passado distante (*bo’owa*).

A seguir, ilustramos alguns exemplos, dois dos quais foram recuperados de Evan, Bergqvist e San Roque (2018b) em virtude da apresentação de glosas, que não são fornecidas na publicação de Rule (1977).

- (84) *amena gahaye hü-ira bi hüyoga-bi’ae*
 ?men previously hit/strike-FP.KTS¹⁹⁴.NMZ ?here bury-FP.PTCY
 ‘The men who were killed a long time ago, we buried here.’
 (Rule, 1977, p. 97 *apud* Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b, p. 152).
 “Os homens que foram mortos há muito tempo, nós enterramos aqui.”

¹⁹² Trata de um dos tipos de sentenças “semicomplexas” que há na língua *foe*. Rule (1977, p. 97) denomina esse tipo de sentença “Sintagma gerundial ou nominal (*“Noun or gerundial phrases”*)”.

¹⁹³ “Fact known to speaker, but unseen by pers. spoken to” e “Seen by both spkr. & pers. spoken to” (Rule, 1977, p. 97).

¹⁹⁴ “Known to speaker”.

- (85) *Yesu wa'abora daniboba'ae.*
 'the coming of Jesus is drawing close'
 (Rule, 1977, p. 97).
 “A vinda de Jesus está se aproximando.”.
- (86) *kui tabura soaedobora na iribi'ae.*¹⁹⁵
 'I saw the falling down of the sago platform'
 (Rule, 1977, p. 97).
 “Eu vi a queda da plataforma de sagu.”.
- (87) *nami davi hü-bo'owa to'ae*
 pig 2.days.away hit/strike-FP.SSA¹⁹⁶.NMZ ?this
 'This is the pig which was killed two days ago.'
 (Rule, 1977, p. 97 *apud* Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b, p. 152).
 “Este é o porco que foi abatido há dois dias.”.
- (88) *isea yiamo mini igaba'ari mekeræ!*
 'put it on the chair which we (pi excl.) made today'
 (Rule, 1977, p. 97).
 “coloque na cadeira que nós (pi excl.) fizemos hoje.”.

Como mencionamos, cada prefixo se associa a um contexto temporal. Em (84), temos o não testemunho por parte do ouvinte de um evento que ocorreu em um passado distante. Em (85), temos a enunciação de um evento futuro de cuja realização o falante está certo. Por não ter ainda ocorrido, não se trataria de um não testemunho, isto é, não se pode testemunhar o deixar de testemunhar um evento que ainda não aconteceu. O não testemunho de um evento por parte do ouvinte ocorre em (86) em relação a um evento passado recente. Quanto à localização temporal de eventos testemunhados tanto pelo falante quanto pelo ouvinte, (87) e (88) ilustram, respectivamente, um evento ocorrido em um passado distante¹⁹⁷ e um ocorrido em um passado recente.

- *Tepehuano do Sudeste* (Willet, 1991)

O tepehuano do Sudeste, língua uto-asteca falada no México (Willet, 1991), distingue, mediante partículas gramaticais, evidência percebida, reportada e inferida (Willet, 1991). No domínio da evidencialidade reportativa, essa língua estabelece uma distinção a

¹⁹⁵ Visto que Rule (1977) não fornece glosas, não separa os prefixos nem tampouco fornece explicação para os exemplos, a princípio tivemos inseguranças em identificar o tipo dimensão que está retratada. Há tanto o fragmento “ra”, que poderia se tratar do prefixo “-ra” quanto o “bora”, que poderia ser a realização de “-bora”, sufixo ‘+F, -O’ presente. Não obstante, pelo contexto temporal passado, não poderia ser outro senão o prefixo -ra’.

¹⁹⁶ “Seen by speaker and addressee”.

¹⁹⁷ “Yesterday” (“ontem”) já é considerado distante em relação à enunciação (cf. Rule, 1977, p. 73); logo, “há dois dias” é, nessa língua, considerado um passado distante.

mais, a consideração do ouvinte no que tange ao (não) acesso ao conhecimento. Estamos diante de mais um caso de marcação da sobreposição das categorias evidencialidade e “engajamento”. Centrando-nos somente nos evidenciais reportativos da língua, uma vez que os outros tipos codificam o acesso à evidência na perspectiva subjetiva apenas, o marcador *sap* indica, nas palavras de Willet (1991, p. 162), informação “reportada ao falante, desconhecida para o ouvinte”, e o marcador *sac*, informação “reportada ao falante, previamente conhecida para o ouvinte”.¹⁹⁸

Acerca do marcador reportativo ‘+F, -O’ *sap*, Willet (1991) comenta que seu uso é comum em contextos de conversação cotidiana e folclore. Os seguintes exemplos ilustram ambas as situações de uso desse marcador.

- (89) *Oidya-’-ap* *gu-m* *tat* *jimi-a’* ***sap*** *para*
 go^with-FUT-2S ART-2S father, go-FUT REU to

Vódamtam cavuimuc

Mezquital tomorrow

“(You should) accompany your father. He says he’s going to Mezquital tomorrow.”

(Willet, 1991, p. 163).

“(Você deve) acompanhar seu pai. Ele diz que vai a Mezquital amanhã.”.

- (90) *Ma’n mu-pai’* ***sap*** *quio* *gu* *ma’ncam*
 One there-where REU live ART person

“(it is told that) there once lived a man in a certain place.”

(Willet, 1991, p. 164).

“(Conta-se que) vivia certa vez um homem num determinado lugar.”.

A glosa REU, usada em (89)-(90), é uma abreviação de “reported evidence unknown” (“evidência reportada desconhecida”) e indica que as informações veiculadas pelo marcador reportativo (a ida do pai do ouvinte a Mezquital no dia seguinte, em (89), e a existência de um homem vivendo em um determinado lugar, em (90)), são assumidas pelo falante como previamente desconhecida pelo ouvinte, isto é, são informações evidenciais reportadas ‘+F, -O’.

Em (91)-(92), ilustramos exemplos do uso do reportativo *sac*, retirados de Willet (1991). Segundo o referido autor, o evidencial *sac* ocorre também em conversação e em folclore, mas seu uso é bem menos frequente. Willet (1991) descreve duas características de uso da forma, que acabam conferindo-lhe uma função de indicar referência anafórica a uma

¹⁹⁸ Tradução nossa de: “reported to speaker, unknown to hearer” e “reported to speaker, previously known to hearer” (Willet, 1991, p. 162).

situação prévia: (i) referência à informação que ambos ouviram em momento anterior; (ii) ou referência à informação já dita pelo ouvinte ao falante previamente. Ambas as situações conferem um status ‘+F, +O’ ao marcador no que tange ao acesso às informações veiculadas.

- (91) *Añ mi’-ñi dyir ja’c jim na sac jir Járax Cham*
 1s there-PRE from DIR come SUB REK EXS-crab place
 “I’m coming from a place over there called ‘Crab Place’.”
 (Willet, 1991, p. 165).
 “*Estou vindo de um lugar chamado “Crab Place.”*”

- (92) *Va-jipir gu-m bí na-p sac tu-jugui-a’.*
 RLZ -get^gold ART-2S food SUB-2S REK EXT-eat-FUT
 “Your food is already cold. (You said) you were going to eat.”
 (Willet, 1991, p. 165).
 “*Sua comida já está fria. (Você disse) você ia comer.*”

Em ambas as situações, o falante lembra o seu ouvinte de informações das quais este já é consciente, conforme marcado pela glosa “reported evidence known” – REK (“evidência reportada conhecida”); informações que ou foram ouvidas por ambos previamente (91) ou comentadas pelo próprio ouvinte previamente (92) (Willet, 1991).

- *Nambiquara* (Lowe, 1999; Kroeker, 2001)

Na língua nambiquara, falada no Centro-Oeste do Brasil (Kroeker, 2001), os marcadores evidenciais expressam, além do modo de obtenção da informação, a distribuição do acesso ao conhecimento veiculado entre o falante e o ouvinte. De modo complexo, os evidenciais dessa língua codificam, nos diferentes subtipos gramaticalizados, as dimensões do engajamento ‘+F, -O’ e ‘+F, +O’.

Lowe (1999) menciona apenas um marcador evidencial que, segundo o raciocínio que atravessa esta tese, codifica também “engajamento”, dada a sua função de indicar uma “ação atualmente observada tanto pelo falante quanto pelo ouvinte” (Lowe, 1999, p. 275).¹⁹⁹ É em Kroeker (2001) onde encontramos uma descrição do sistema evidencial que releva a complexidade do significado dos marcadores evidenciais do nambiquara.²⁰⁰

De acordo com Kroeker (2001), os sufixos evidenciais do nambiquara expressam tempo e duas outras funções, denominadas “verificação” e “orientação”. Esta última diz respeito às indicações de diferentes fontes de informação, as quais já estamos acostumados a

¹⁹⁹ Tradução nossa de: “action currently observed by both speaker and hearer” (Lowe, 1999, p. 275).

²⁰⁰ É importante frisar o trabalho de Menno Kroeker sobre a língua. Conforme esclarecido na introdução de Kroeker (2001), o autor começou seu trabalho de campo em 1961, vivendo muito anos em aldeias nambiquara.

observar em sistemas evidenciais de um modo geral. Em nambiquara, são quatro os tipos de orientação: observação, dedução, habitual e narração.

Do sistema evidencial do nambiquara, chama-nos a atenção a função dos marcadores de expressar, além do tempo e de uma variedade de valores evidenciais, quem teve o acesso aos eventos remetidos nas declarações do falante. A função de “verificação” supramencionada, segundo Kroeker (2001), trata exatamente se o evento foi presenciado pelo falante apenas (“verificação individual”) ou se foi, também, pelo(s) ouvinte(s) (“verificação coletiva”).

Na descrição fornecida por Kroeker (2001), para três das quatro fontes de informação gramaticalizadas na língua nambiquara, há formas que indicam se o acesso é somente do falante (+F, -O) ou se é do falante e do ouvinte (+F, +O); ou seja, há um paradigma, em três dos tipos de evidencialidade, responsável por expressar distinções de intersubjetividade no domínio da indicação das fontes nas quais se baseia o falante em suas declarações, como demonstram os exemplos (93) a (99), retirados de Kroeker (2001).²⁰¹

Em (93) e (94), temos a exemplificação da orientação evidencial de observação na verificação individual e na coletiva. Em (93), o falante sozinho viu a ação acontecendo. Em (94), tanto o falante quanto o ouvinte viram o acontecimento.

(93) *Wa³kon³-Ø-na³-wa².*
work-3SG-T/E.IO.PRES-IMPF
'He is working'
(Kroeker, 2001, 63).
“*Ele está trabalhando.*”.

(94) *Wa³ko³n-a¹-ti²tu³-wa².*
work-1SG-T/E.CO.PRES-IMPF
'You and I see that I am working'
(Kroeker, 2001, 64).
“*Você e eu vemos que eu estou trabalhando.*”.

Em (95) e (96), ilustramos a orientação evidencial de dedução nos dois tipos de verificação. Em (95), temos uma dedução +F, -O, visto que o falante, somente, teve o

²⁰¹ Kroeker (2001, p. 62-65) traz vários exemplos de cada orientação evidencial, ilustrando como se manifestam no passado, no passado recente e no presente, quando da verificação individual ou coletiva. Haja vista que o que interessa à parte desta tese é a relação entre evidencialidade e intersubjetividade, não a relação entre esta última e tempo, selecionamos apenas alguns exemplos, a fim de ilustrar a ocorrência dos marcadores evidenciais em cada um dos subtipos evidenciais nas duas possibilidades de verificação, sem pormenorizar a variação das formas conforme o tempo.

acesso, e, em (96), uma de natureza ‘+F, +O’, já que tanto falante quanto ouvinte, segundo Kroeker (2001), deduzem a possível ocorrência da ação.

- (95) $Wa^3kon^3-\emptyset-n\ddot{n}n^2ta^2-wa^2$.
 work-3SG-T/E.ID.PRES-IMPF
 'He must be working'
 (Kroeker, 2001, 63).
"Ele deve estar trabalhando."

- (96) $Wa^3kon^3-\emptyset-te^3nu^1ti^2tu^3-wa^2$.
 work-3SG-T/E.CD.REP-IMPF
 'He worked'
 (Kroeker, 2001, 64).
"Ele trabalhou."

A retransmissão da fala de um terceiro é exemplificada em (97) e (98) na verificação individual (‘+F, -O’) e coletiva (‘+F, +O’), respectivamente. Em (97), a informação foi relatada ao falante, somente. Já em (98), a informação foi relatada tanto para o falante quanto para o ouvinte, segundo a definição de Kroeker (2001).

- (97) $Wa^3kon^3\emptyset-ta^1h\ddot{e}^2-la^2$.
 work-3SG-T/E.IN.REP-PF
 'I was told that he worked'.
 (Kroeker, 2001, 64).
"Disseram-me que ele trabalhava."

- (98) $Wa^3kon^3-\emptyset-ta^1t\ddot{e}x^1ti^2tu^3-wa^2$.
 work-3SG-T/E.CN.P-IMPF
 'We were told that he worked'.
 (Kroeker, 2001, 64).
"Disseram-nos que ele trabalhava."

Por fim, temos, em (99), a expressão da orientação evidencial habitual, indicando que o falante sabe da verdade da situação em razão de ocorrer sempre daquela maneira (Kroeker, 2001).

- (99) $Ti^3ka^3I-a^2 \quad kai^3I-a^2 \quad yain-\emptyset-te^2ju^2h\ddot{e}^3-la^2$
 anteater-DEF ant-DEF eat-3sG-T/E.IC.P-PF
 'The anteater habitually eats ants'.
 (Kroeker, 2001, 63).
"O tamanduá costuma comer formigas."

Curiosamente, nesse tipo de orientação, a verificação se dá apenas de forma “individual”. À primeira vista, parece fazer mais sentido caso se tratasse de uma verificação “coletiva”, visto que, ao definir esse tipo de orientação, Kroeker (2001) pontua que ela indica uma atividade que ocorre sempre de um certo jeito, mencionando os hábitos dos animais. Todavia, é apenas uma consideração nossa. Logicamente, não possuímos conhecimento da língua nambiquara, como autor, cujo trabalho de campo se iniciou em 1961, para sugerir qualquer reinterpretação.

Na seguinte subseção, descrevemos a interação entre fonte e modo de obtenção da informação e dimensões intersubjetivas ‘+F, +O’ e ‘-F, -O’ no sistema evidencial da língua wola (Sillitoe, 2016).

5.2.2 Dimensões ‘+F, +O’ e ‘-F, -O’ na evidencialidade

Distinções de intersubjetividade são também atestadas em evidenciais do wola, falado na Província das Terras Altas do Sul, em Papua Nova Guiné (Sillitoe, 2016). Com base na descrição das expressões de conhecimento do wola feita por Sillitoe (2016), a língua é bastante específica em marcar a confiança que se pode ter nos conhecimentos veiculados, percorrendo extremos que vão desde um conhecimento seguro, apontado - nos termos usados nesta tese - como ‘+F, +O’, devido ao testemunho direto ou à própria execução dos eventos, a um desconhecimento – não verificação dos fatos - por partes dos interlocutores (‘-F, -O’), em razão de os eventos não terem sido testemunhados.²⁰²

As possibilidades de distribuição de acesso ao conhecimento marcadas por evidenciais, segundo o autor, são: (i) **Tanto o falante quanto o ouvinte testemunharam**; (ii) ou o falante ou o ouvinte testemunharam; (iii) ouvinte não testemunhou, mas ouviu sobre anteriormente; (iv) falante não testemunhou; (v) **nem o falante nem o ouvinte testemunharam**. Todas essas dimensões de acesso ao conhecimento envolvendo a esfera dos participantes da interação comunicativa, ora contemplando ambos, ora contemplando apenas um deles, são codificadas por sufixos de tempo passado (“recente” e “distante”) (Sillitoe, 2016).²⁰³

²⁰² Sillitoe (2016) aponta uma relação entre os sentidos e o grau de confiança acerca dos conhecimentos veiculados na língua wola. O autor menciona o uso de *henday*, palavra em wola que significa “ver”, por “saber”. Também explica que *nae henday* (“Eu não sei”, em wola) é literalmente “Eu não vi” (Sillitoe, 2016, p. 143).

²⁰³ Para um detalhamento de todas as conjugações, em cada um dos passados e em cada uma das dimensões de distribuição de acesso, conferir Quadro 7.1 de Sillitoe (2016, p. 141).

Baseando-nos na descrição de Sillitoe (2016) e na inclusão da proposta de análise do autor pelos proponentes do “engajamento”, quando discutem a relação entre essa categoria e outras de matriz epistêmica, como a evidencialidade (cf. Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b, p. 152-153), temos, na língua wola, a codificação gramatical da evidencialidade e da intersubjetividade amalgamadas. Visto que as dimensões (ii)-(iv) estão centradas, segundo nossa interpretação, na subjetividade ou do falante ou do ouvinte e não na relação ‘falante-ouvinte-acesso ao conhecimento’ (em termos de ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’ ou ‘-F, -O’),²⁰⁴ interessa à presente tese os dois extremos apontados por Sillitoe (2016), os quais se assemelham funcionalmente às dimensões ‘+F, +O’ e ‘-F, -O’ do “engajamento”, como demonstrado nos exemplos (100) e (101).

- (100) *ibiy bi-siybindis*
 2PL do-DIR²⁰⁵
 ‘you two did [as I saw] some time ago’
 (Sillitoe, 2016, p. 140)
 “Vocês dois fizeram [como eu vi] há algum tempo”.

- (101) *obuw bi-sesa*
 3SG do-NWIT²⁰⁶
 ‘she or he did [we are told] long ago’
 (Sillitoe, 2016, p. 140)
 “ela ou ele fez [nos foi dito] há muito tempo”.

O exemplo (100) é usado para ilustrar uma situação em que “[...] o interlocutor pode falar sobre algo que tanto ele quanto o ouvinte sabem com certeza — algo que, digamos,

²⁰⁴ O que queremos dizer com isso é que, pelo que entendemos da definição e do exemplo dados por Sillitoe (2016), a função dos marcadores evidenciais, nos casos (ii)-(iv), centra-se na relação de um dos participantes com o conhecimento veiculado, isto é, se o falante ou o ouvinte testemunharam ou não a situação descrita (‘+F’, ‘+O’, ‘-F’, ‘-O’) sem levar em consideração, nessa relação, como o outro participante, esteja ele na posição de falante ou de ouvinte, relaciona-se com o conhecimento em questão (‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’, ‘-F, -O’).

²⁰⁵ O autor não fornece glosas. Elaboramo-las com base nas informações fornecidas, que consideramos insuficientes. A escolha pela abreviação DIR (evidencialidade direta), que enfatiza somente o caráter evidencial da forma (não o temporal), baseou-se na definição da dimensão *Tanto o falante quanto o ouvinte testemunharam*, que contempla não apenas o testemunho direto, mas também a participação na realização da ação, ambas situações pertencentes à evidencialidade direta. Cabe também deixar bem claro que não sabemos se *siybindis* constitui uma forma mínima. Baseamo-nos na descrição do quadro 7.1 de Sillitoe (2016, p. 141) (quadro que apresenta todas as conjugações passadas do referido verbo em cada uma das dimensões), em que o autor apenas menciona que os sufixos de tempo e evidencialidade vão em negrito, anexados à base verbal. “*Bi siybindis*” é tal como se encontra no quadro o verbo *bay* (fazer) conjugado na segunda pessoa do plural (“vocês dois”) do passado distante quando a informação é testemunhada tanto pelo falante quanto pelo ouvinte. As mesmas inseguranças foram sentidas em relação à glosa do exemplo seguinte.

²⁰⁶ Partindo da própria definição da dimensão, que especifica o não testemunho tanto pelo falante quanto pelo ouvinte, fundamentamo-nos na proposta de Silva (2024) sobre o evidencial não testemunhado para realização da glosa e interpretação do valor evidencial.

eles testemunharam ou realizaram juntos [...]” (Sillitoe, 2016, p. 140)²⁰⁷. A descrição da tradução aproximada não reflete exatamente essa definição, mas não debilita a função ‘+F, +O’ atribuída ao marcador, em razão de que, ao acontecimento representado no exemplo, parece aplica-se uma situação em que o falante sinaliza que também teve acesso, especificamente mediante a visão, a um evento que foi obviamente acessado diretamente pelo ouvinte, uma vez que este o experienciou/realizou. (101), por sua vez, serve para ilustrar uma situação em que “[...] o falante pode se referir a algo que é apenas boato, que nenhuma das partes testemunhou [...]” (Sillitoe, 2016, p. 140).²⁰⁸

Cabe ressaltar que o autor que propõe essa análise da língua wola é etnologista. Suas pesquisas são da área da antropologia, incluída a citada aqui, que realmente não fornece uma descrição nos moldes de uma pesquisa linguística. A propósito, Sillitoe (2016) comenta que, após uma leitura de seu texto em rascunho da parte de colegas, foi-lhe sugerido, a fim de conferir maior credibilidade à discussão proposta, uma abordagem do contexto de investigação e dos métodos de coleta linguística. Em razão de já ter abordado a discussão em várias outras publicações, o autor deu como certa a questão, segundo suas palavras. Entendemos que Sillitoe (2016) não considerou a possibilidade de uma recepção de sua pesquisa que contestasse a confiança das informações apresentadas acerca das expressões de conhecimento da língua wola. O autor esclarece que suas considerações resultam de uma experiência longínqua de familiaridade com a região estudada, um período de 35 anos no qual aprendeu a língua e, com o propósito de compreendê-la, fez, ocasionalmente, anotações sobre aspectos gramaticais, tendo ajuda de material linguístico disponibilizado por missionários²⁰⁹. As evidências linguísticas foram, na realidade, resultado da aprendizagem da língua para propósitos investigativos outros, e não de uma coleta, a partir de informantes, pensada na escrita de um capítulo em específico.

Diante disso, pareceu-nos pertinente e apropriada a contemplação da proposta do autor nesta tese, por já ter sido citada em pesquisa da área da linguística como um exemplo válido para demonstrar a interação entre “engajamento” e evidencialidade gramaticalizada. Além disso, partir dessa proposta nos possibilita abarcar a amalgama entre intersubjetividade e evidencialidade ‘não testemunhada’ (Silva, 2024), um subtipo evidencial recentemente proposto pelo referido autor à tipologia de evidencialidade da GDF. Não obstante,

²⁰⁷ Tradução nossa de: “[...] the speaker may talk about something that both speaker and hearer know about for certain—something, say, they have witnessed or undertaken together [...]” (Sillitoe, 2016, p. 140).

²⁰⁸ Tradução nossa de: “[...] the speaker may refer to something that is only hearsay, which neither party has witnessed [...]” (Sillitoe, 2016, p. 140).

²⁰⁹ Sillitoe (2016) também menciona sua competência em, por exemplo, evidencialidade.

reconhecemos a necessidade de um estudo complementar, em uma perspectiva linguística de descrição, para o aprofundamento e entendimento do fenômeno na língua wola e uma confirmação, a partir de dados linguísticos consistentes, das relações estabelecidas neste capítulo.

A seguir, descrevemos os marcadores evidenciais do yurakaré (Gipper, 2011, 2014), que expressam, além dessa função, as dimensões intersubjetivas ‘+F, -O’ e ‘-F, -O’.

5.2.3 Dimensões ‘+F, -O’ e ‘-F, -O’ na evidencialidade

A língua yurakaré, falada pelo povo yurakaré, habitante dos contrafortes andinos da Bolívia Central (Gipper, 2011) também possui um sistema evidencial que expressa a intersubjetividade relativa a (as) simetrias de acesso ao conhecimento entre os participantes da interação comunicativa (Gipper, 2011, 2014). Mesmo um componente intersubjetivo sendo parte dos evidenciais dessa língua, ficará evidente, ao longo da descrição de seu sistema evidencial, que a intersubjetividade não é codificada de uma maneira tão sistemática como ocorre em algumas línguas descritas nesta seção, em que há pares de formas que codificam o mesmo tipo de modo de obtenção, mas diferem em relação à distribuição de acesso à informação entre falante e ouvinte.

Baseando-se em dados conversacionais, Gipper (2014, p. 792) demonstra que os evidenciais do yurakaré, além de indicarem o modo de obtenção da informação, veiculam uma “[...] suposição do falante sobre a perspectiva do ouvinte em relação à informação [...]”.²¹⁰ Gipper (2014) defende que o marcador reportativo =*ya* da língua yurakaré é usado quando o falante espera que o ouvinte não saiba sobre a informação. A autora estabelece que há uma certa incompatibilidade entre esse evidencial e os contextos em que o falante tem a expectativa de que seu ouvinte saiba sobre o conhecimento que é veiculado no enunciado evidencial. Se houver uma simetria de acesso ao conhecimento, o falante usará um verbo *dicendi* no lugar do evidencial gramatical, sinaliza a autora. Ilustramos, a seguir, dois exemplos reportados de Gipper (2014), em que é possível visualizar o contraste entre acesso simétrico e assimétrico em relação à informação contida no enunciado.

(102)

1. A: *atchi kabaliw tachosham lacha=*
 ati=chi ka-bali-w ta-choo-shama lacha

²¹⁰ Tradução nossa de: “[...] assumption of the speaker about the addressee’s perspective on the information [...]” (Gipper, 2014, p. 792).

DEM=DIR 3SG.OBJ-go.PL-3PL.SBJ 1PL.POSS-uncle-DCSD too
 ‘Did they take our late uncle there (to that cemetery) as well?’

2. M: =*atchiya*
 ati=chi=**ya**
 DEM=DIR=**REP**
 ‘There (they say).’ (270807_conv)
 (Gipper, 2014, p. 793).
 “Eles levaram nosso falecido tio para lá (ao cemitério) também?”.
 “Lá (eles dizem).”.

- (103) (...)
nij teremtështa kuta
 nij teremtë-shta-ø ku-**ta**-ø
 NEG write-FUT-3SG.SBJ 3SG.OBJ.COM-**say**-3SG.SBJ
 ‘You know she said it’s going to be written.’
 (Lit.: ‘Didn’t she say it’s going to be written.’)
 (al_ce_frogstory)
 (Gipper, 2014, p. 794).
 “Você sabe que ela disse que vai ser escrito.”.
 (Lit.: Ela não disse que vai ser escrito.”).

Em (102), a resposta que o falante dá à pergunta realizada pelo seu interlocutor contém o reportativo =*ya*. Conforme pontua Gipper (2014), o fato de se ter indagado acerca do evento (para onde o tio falecido foi levado) é um indicativo da falta de conhecimento. O exemplo (102) ilustra a situação em que o falante retransmite uma informação de outrem assumida como desconhecida pelo seu ouvinte. Essa situação se opõe à descrita em (103), na qual o ouvinte não é ignorante à informação reportada, tendo em vista que o falante o está recordando de algo que havia sido dito a ambos anteriormente.

Em síntese, com base na descrição fornecida por Gipper (2014) acerca do reportativo =*ya*, temos que esse evidencial tem um componente intersubjetivo análogo à dimensão do “engajamento” ‘+F, -O’. Entretanto, não há, como no quíchua conchucos do Sul, no quíchua do Sihuas, no nambiquara e no tepehuano do Sudeste, outro marcador que codifique o mesmo modo de acesso à informação, mas outra distribuição de acesso ao conhecimento envolvendo a esfera Falante-Ouvinte. Outra dimensão da intersubjetividade, a ‘+F, +O’, pode estar implicada em enunciados evidenciais reportativos do yurakaré, porém, quando marcado lexicalmente por *ta* (“dizer”). Esse contraste não é feito entre dois evidenciais gramaticais codificadores de acesso reportativo. Não há também como afirmar categoricamente que a reportatividade marcada por *ta* é exclusiva desse tipo de distribuição de acesso como parece ser o reportativo =*ya* em relação à dimensão ‘+F, -O’, uma vez que a análise se detém nas características de uso do marcador reportativo, do qual não se evidenciou

nenhuma ocorrência no corpus em contextos em que havia uma expectativa, por parte do falante, de um acesso simétrico à informação veiculada (cf. Gipper, 2014, p. 793).

Na língua yurakaré, o contraste entre diferentes distribuições de acesso à informação entre falante e ouvinte não ocorre em um mesmo domínio evidencial, como acabamos de enfatizar com base na análise de Gipper (2014). Não obstante, ele pode acontecer entre diferentes modos de acesso.

Além do reportativo ‘+F, -O’, o yurakaré também possui o evidencial inferencial =*tiba*, cujo uso foi exclusivo no *corpus* a situações em que a evidência a partir da qual o falante realiza a operação mental de inferência estava disponível também para o ouvinte. Com isso, poderíamos afirmar que, no domínio evidencial da inferencialidade, essa língua codifica a dimensão da intersubjetividade ‘+F, +O’, conforme ilustrado em (104):

(104)

1. M: *asorejtash duta a[pilë(sh) duta] (.) atantish duta amalay*
a-sorejta=jsha duta a-pillë=jsha duta
 3SG.POSS-anus=ABL burn 3SG.POSS-mouth=ABL burn
a-tanti=jsha duta amala-ø=ya
 3SG.POSS-eye=ABL burn come-3SG.SBJ=REP
 ‘Burning from its anus, burning from its mouth, burning from its eyes,
 it (the bull) came.’
2. P: [a:::] (0.3) *diablotib lacha=*
aj diablo=tiba lacha
 INTJ demon(SP)=INF too
 ‘Ah! It must have been a demon as well!’
3. M: =diablo *komalara*
diablo komadre=la=ra
demon(SP) comadre=COMM=ADAP.M
 ‘It was a demon indeed, comadre.’
 (ma_pu_diablo)
 (Gipper, 2014, p. 794).
 “*Queimando pelo seu anus, pela sua boca, queimando pelos seus*
olhos (o touro) veio.”
 “*Ah! Deve ter sido um demônio também.*”
 “*Era um demônio mesmo, comadre.*”

Similarmente ao que ocorre nos outros evidenciais do yurakaré mencionados nesta seção, o evidencial de suposição =*jtë* também possui um componente intersubjetivo, uma vez que “[...] é usado apenas quando o falante espera que o ouvinte não tenha conhecimento de nenhuma Proposição Fonte da qual possa derivar a Proposição Alvo [...]” ou que não tenha

acesso direto a esta última (Gipper, 2014, 822).²¹¹ No exemplo (105), extraído de Gipper (2014), ilustramos o uso desse marcador de suposição intersubjetiva para a qual tanto falante quanto ouvinte carecem de evidência.²¹²

- (105) 1. P: *a:makki batajtënajayu (0.7)*
 amakki bata-ø=jtë=naja=yu
 when go.FUT-3SG.SBJ=ASSU=NSIT=RES.F
 ‘When is it finally going to pass?’
 SP: — (S-/A-)
 TP: It will pass at time X. (S-/A-)
2. M: *a:: (.) bëchu ichish witaj (0.6) dyummëse*
 Aaa bëchu ichijsha wita-ø=ja dyummë=se
 INTJ like_that longer_time_ago arrive.SG-3SG.SBJ=REA cold=PSUP
 ‘Who knows, having arrived like this quite some time ago, the cold.’
 (160906_conv)
 (Gipper, 2014, p. 823).
 “Quando isso finalmente vai passar?”
 “Quem é que sabe, tendo chegado assim há algum tempo, o frio.”

Segundo a descrição fornecida por Gipper (2014) para o exemplo (105), o uso desse marcador traz um efeito de queixa acerca da impossibilidade de saber sobre a situação indagada (quando o frio vai passar). Com base na autora, o falante usa esse marcador para sinalizar que não espera que o seu ouvinte forneça uma resposta que atenda à pergunta. A resposta que o interlocutor dá sugere de fato uma ausência de conhecimento de sua parte, seja do evento em si, o que é a única possibilidade lógica, já que ele ainda não ocorreu, seja de uma evidência que sustente uma inferência sua. Em suma, nem falante, nem ouvinte têm conhecimento acerca de eventos contidos na Proposição Fonte ou Alvo. Trata-se, portanto, de um evidencial ‘-F, -O’.

Devemos frisar que Gipper (2014) não considera que os valores intersubjetivos que esses marcadores expressam sejam parte de sua semântica. O que é codificado primariamente é o valor evidencial, o componente intersubjetivo é uma “condição de felicidade” para o uso dessas formas pelos falantes da língua yurakaré (Gipper, 2014, 829). Retornamos à discussão no próximo capítulo.

²¹¹ Tradução nossa de: “[...] it is only used when the speaker expects that the addressee should not have knowledge of any Source Proposition from which to derive the Target Proposition either [...]” (Gipper, 2014, 822).

²¹² Esse evidencial de suposição que codifica carência de evidência não é exclusivo do yurakaré. Gipper (2014, p. 822) evidencia relevância croslinguística dessa semântica em evidenciais.

Finalizamos a seção 5.2 com a descrição do sistema evidencial do lakondê (Telles; Wetzels, 2006), centrando-nos nos marcadores cuja função não se limita à evidencialidade. A língua codifica, mediante alguns marcadores evidenciais, a dimensão intersubjetiva ‘+F, +O’.

5.2.4 Dimensões ‘+F, +O’ na evidencialidade

O Lakondê, um dos dialetos da família linguística nambiquara (Telles; Wetzels, 2006), possui em seu sistema evidencial marcadores que expressam a distribuição de acesso ao conhecimento entre o falante e o ouvinte. Os marcadores evidenciais que exprimem também a intersubjetividade pertencem ao sistema evidencial flexional obrigatório da língua, que, além da evidencialidade, codificam tempo/aspecto e modo.²¹³

No âmbito da evidencialidade visual, Telles e Wetzels (2006) mencionam a ocorrência de dois morfemas que, quando combinados, expressam esse tipo de evidencialidade mais, segundo nossa reinterpretação, a dimensão do “engajamento” ‘+F, +O’. Trata-se da combinação ‘-’*tãn-ta*’, resultante da junção do morfema de aspecto imperfeito ‘*tãn*’ mais o morfema temporal de ‘passado anterior’ ‘*ta*’, que, simultaneamente à expressão de uma ação que começou no passado e continua no presente,²¹⁴ “[...] é usado em contextos de fala em que o evento ou ação referido na oração foi **testemunhado com os olhos por ambos**, o falante e o ouvinte, codificando assim uma função evidencial.” (Telles; Wetzels, 2006, p. 243, grifo nosso).²¹⁵ Os exemplos (106) a (108) ilustra o uso dessa combinação de morfemas com valor evidencial.²¹⁶

(106) ‘*wi-’jon-ka-Ø-’tãn-ta*

eat-CMPL-3S-IMPF-ANT

‘He has been eating with someone.’ (I have seen it)

²¹³ Telles e Wetzels (2006) dividem a expressão da categoria evidencialidade em lakondê em dois subsistemas: esse, que acabamos de mencionar, ligado à expressão de informação de primeira mão (‘evidência visual’, ‘evidência não visual’ – sensorial – ‘evidência inferida sensorial’ e ‘confiabilidade’, ‘possibilidade’ e ‘suposição’); e um outro constituído de sufixos não obrigatórios que expressam informação de segunda mão (Telles; Wetzels, 2006, p. 239-241).

²¹⁴ Telles e Wetzels (2006, p. 243) denominam a função tempo aspectual dessa combinação de ‘anterior contínuo’.

²¹⁵ Tradução nossa de: “[...] it is used in speech contexts in which the event or action referred to in the clause was eye-witnessed by both speaker and listener, thus codifying an evidential function.” (Telles; Wetzels, 2006, p. 243).

²¹⁶ Na descrição da situação apresentada na tradução aproximada, os autores especificam apenas o acesso do falante ao conhecimento, mas seria mais adequado que a informação entre parêntese fizesse referência também ao acesso do ouvinte, uma vez que, ao definirem a função evidencial dessa combinação de morfemas, conforme citação literal, explicitam que o evento referido foi testemunhado pela visão tanto pelo falante quanto pelo ouvinte.

(Telles; Wetzels, 2006, p. 244)
“Ele tem comido com alguém.” (Eu vi isso).

- (107) *en-'naw 'ta-Ø-'tān-ta*
 man-LOC horizontal position-3S-IMPF-ANT
 He has been lying down.' (I have seen it)
 (Telles; Wetzels, 2006, p. 244)
“Ele tem estado deitado” (Eu vi isso)

- (108) *mūn-nah-'tān-ta*
 be.beautiful -2S-IMPF-ANT
 ‘You were beautiful.’ (I have seen it)
 (Telles; Wetzels, 2006, p. 243)
“Você era bonita” (Eu vi isso)

Também no domínio da evidencialidade visual, a língua lakondê possui o evidencial *-na*, que tem a mesma função semântico-discursiva da combinação de morfemas supramencionada, indicando tanto esse tipo evidencial quanto a dimensão intersubjetiva ‘+F, +O’. Interpretamos que a diferença entre os marcadores está nas associações temporais.

De acordo com Telles e Wetzels (2006, p. 243), o lakondê não possui morfemas específicos de tempo presente. Em conformidade com os autores, o presente é manifestado ou pela ausência de um marcador temporal ou pelo morfema de aspecto imperfectivo *-tān* - também relacionado à codificação de passado -, que não carrega função evidencial quando usado para expressar esse tempo. Não obstante, o marcador evidencial *-na* estabelece uma associação com o tempo presente indicando uma distribuição do acesso à evidência ‘+F, +O’ em relação a eventos que estão acontecendo no momento da enunciação. Reportando as palavras de Telles e Wetzels (2006, p. 244),

[...] em construções que relatam eventos ou ações no tempo presente e no caso de uma fonte de evidencialidade compartilhada tanto pelo falante quanto pelo ouvinte, o morfema evidencial *-na* é usado, significando “evidência atual compartilhada tanto pelo falante quanto pelo ouvinte. O uso de *-na* ocorre apenas em orações com sujeito na terceira pessoa do singular ou do plural [...].”²¹⁷

(107) ilustra o uso de *-na*. Como reforçado pela explicação fornecida entre parênteses, na tradução do exemplo, a realização do evento localizado em um tempo presente foi testemunhado visualmente (função evidencial) tanto pelo falante quanto pelo ouvinte (função intersubjetiva ‘+F, +O’).

²¹⁷ Tradução nossa de: “[...] in constructions that report events or actions in the present tense and in the event of a source of evidentiality shared by both speaker and listener, the evidential morpheme *-na* is used, meaning ‘current evidence shared by both speaker and listener’. The use of *-na* only occurs in clauses with a third person singular or plural subject [...]” (Telles; Wetzels, 2006, p. 244)

- (107) *tq-Ø-ng*
 fall-3S-CUR.EV
 ‘He is falling.’ (we – speaker and listener – can see it)
 (Telles; Wetzels, 2006, p. 244)
 “*Ele está caindo.*” (*nós – falante e ouvinte – podemos ver isso*).

Julgamos pertinente mencionar outros morfemas evidenciais que parecem interagir com a intersubjetividade. Segundo a descrição de Telles e Wetzels (2006), o morfema evidencial de suposição -‘*sun*’, do lakondê, indica uma suposição da qual o falante está quase certo e é mais comumente usada em relação a suposições do falante quanto a eventos e estados ainda não percebidos pelo ouvinte ou por uma terceira pessoa mencionada. Dada essa informação, poderíamos conceber a forma como codificando também a intersubjetividade ‘+F, -O’, porém, optamos por não a incluir nesse capítulo porque o não acesso pode estar relacionado a uma terceira pessoa em vez de ao ouvinte, e de parecer um uso intersubjetivo “possível”, e não sua única função, por ser “mais comumente usada” na situação descrita.

Outras formas aparentemente relevantes são os marcadores -*te-* e -*ta-*, que expressam a noção de evidência visual em relação a entidades, -*te-* referindo-se a um acesso visual tanto pelo falante quanto pelo ouvinte em relação a entidades distantes, e -*ta-*, um acesso visual do falante/ouvinte em relação a entidades próximas. Com base na descrição de um exemplo de uso da forma -*ta-*, em que o autor aponta que o referente mencionado no enunciado “foi ou está sendo visto pelo falante” (Telles; Wetzels, 2006, p. 249) e pelo uso do símbolo “/” (ou) na definição funcional de -*ta-* (acesso do falante/ouvinte), parece que a forma sinaliza o acesso em relação a um dos participantes (ora o falante, ora o ouvinte), podendo sugerir uma relação com as dimensões de “engajamento” que expressam assimetrias (‘+F, -O’ ou ‘-F, +O’). Quanto ao marcador -*te-*, é possível estabelecer uma relação com a dimensão de acesso simétrico ‘+F, +O’, como corroborado pela informação explicativa que consta nos exemplos fornecidos, em que se explicita que o acesso visual do referente distante foi obtido por um “nós” (cf. exemplos (37) e (38) de Telles; Wetzels, 2006, p. 249).

Não apenas pelo fato de o escopo ser um referente, já que o problema desta tese se centra em escopos que ultrapassam os limites de um Subato de Referência (R), no NI, mas também por necessitarmos de mais precisão em relação à função intersubjetiva desses marcadores, não os consideramos na análise.

Neste capítulo, evidenciamos, a partir da análise propostas por diversos autores, que a intersubjetividade (evidencial) está codificada na gramática de algumas línguas. A

descrição fornece evidências bastante concretas sobre sistemas de “engajamento” e uma agenda de pesquisas sobre o tema numa perspectiva tipológica, em que seus autores se têm empenhado em aprofundar a noção, defender o seu status categorial e sua interrelação com outras categorias.

No próximo capítulo, propomos um tratamento da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (Hengeveld; Mackenzie, 2008) procedendo segundo a nossa hipótese de trabalho de que existe uma limitação teórica e metodológica em relação a um fenômeno, cuja descrição está dentro do escopo da teoria - dado o seu princípio basilar da codificação formal -, por se tratar da gramaticalização de um domínio nocional de natureza pragmática. Essa limitação consiste em que a teoria, em seu estágio atual, não fornece um aparato adequado para a descrição da intersubjetividade gramaticalizada nas línguas quando o escopo do item gramatical ultrapassa os limites do Subato de Referência (R), no NI.

6 PERSPECTIVAS PROPOSITIVAS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL) NA GDF

Assumimos nesta tese que a expressão da intersubjetividade ocorre no NI do Componente Gramatical da GDF, por se tratar do nível que lida com os aspectos da interação entre os participantes do discurso. Um exemplo claro de distinções de intersubjetividade previstas pelo modelo ocorre na camada do Subato de Referência (R), onde atuam operadores de identificabilidade e especificidade, que dizem respeito, respectivamente, ao conhecimento do Ouvinte (P₁) e do Falante (P₂). Em combinação, esses operadores marcam o status exclusivo ou compartilhado do conhecimento entre os Participantes da interação comunicativa.

Uma visão de intersubjetividade que se alinha às distinções sobre a distribuição do conhecimento marcadas por esses operadores do NI é a que subjaz à categoria “engajamento”. Assim sendo, as propriedades do NI da GDF relativas à camada do Subato de Referência (R), mais precisamente a combinação de operadores de identificabilidade e especificidade, são capazes de fornecer uma explicação adequada de sistemas gramaticais que codificam o que seus autores denominam “engajamento” quando o escopo é um Subato de Referência (R) cuja entidade evocada pode ser de ordem diversa (“primeira”, “segunda”, “terceira” (Lyons, 1977 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008), respectivamente, Indivíduo (x), Estado de Coisas (e), Conteúdo Proposicional (p), bem como outras que a teoria reconhece).

Há, no entanto, como evidenciamos ao longo do Capítulo 5, vários casos em que marcadores de intersubjetividade tem um alcance para além do Subato. Dado que a intersubjetividade está gramaticalizada em uma série de línguas e considerando que a GDF é um modelo de gramática que almeja, dentre outros tipos de adequação, a de natureza tipológica, propomos precisar o modelo no que tange ao tratamento dessa realidade gramatical. Primeiramente, partimos daquilo que a teoria é capaz de explicar para, então, defender a alternativa explicativa fornecida nesta tese.

Este capítulo está dividido em quatro seções. As seções 6.1 e 6.2 correspondem ao objetivo de caracterizar a *intersubjetividade gramaticalizada* no Componente Gramatical da GDF. Na seção 6.3, trabalhamos no objetivo de caracterizar a *intersubjetividade gramaticalizada* amalgamada com a evidencialidade no Componente Gramatical da GDF. A seção 6.4 se ocupa do cumprimento do objetivo centrado em discutir a intersubjetividade (evidencial) em sentido *stricto* (*intersubjetividade gramaticalizada*) no quadro do MIV com foco na interação entre os Componentes Contextual e Gramatical.

6.1 Adequação descritiva na GDF: intersubjetividade gramaticalizada e escopo em referentes.

Na seção 3.1.2, usamos os próprios exemplos da GDF para ilustrar a marcação de que o conhecimento acerca de um referente evocado no Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P₁) pertence somente ao Falante (P₁), ao Ouvinte (P₂) ou é compartilhado entre ambos os Participantes. Estamos diante de um caso assumido nesta tese como a expressão da *intersubjetividade gramaticalizada*, para o qual a GDF fornece uma descrição adequada no NI.

Partindo do argumento de que a GDF é capaz de descrever a expressão da *intersubjetividade gramaticalizada* na medida em que o escopo do marcador seja um Subato de Referência (R), aplicaremos as analogias discutidas e esquematizadas na seção 3.1.2 entre as dimensões do “engajamento” e a atuação de operadores de identificabilidade e especificidade na camada do Subato de Referência (R) para a descrição dos marcadores de intersubjetividade da língua ku waru, uma para a qual se defende a atuação deles em dois diferentes escopos: nominal e clausal.

Em (1), apresentamos uma descrição pragmática dos referentes *ku* (“dinheiro”) e *Ayla* (ou *Epola* – nomes de tribo)²¹⁸ evocados, respectivamente, nos enunciados (33) e (34) do capítulo anterior, repetidos aqui como (1) e (2), capturando as propriedades relativas à distribuição do conhecimento entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) acerca desses referentes, sobre os quais recai o marcador de “engajamento” ‘+F, +O’ =*yl*.

- (1) *i ku i=lyi ya [NP[RC nanu ti-d] ku=yl]*
 IP money IP=DEF here 1SG.EMPH give-PFV:1SG money=DEF
 ‘This money here is the money that I myself have given.’
 (Rumsey, 2019, p. 58).
 “Este dinheiro aqui é o dinheiro que eu mesmo dei.”

- (2) *oba ya alya=yl naa um=lum=o,*
 well here [tribe name]=DEF NEG come:PFV:3SG=COND=VOC
 ‘Well, if the Alya does not come
epola=yl naa um=lum=o i te-bulu=yl
(tribe name)=DEF NEG come:PFV:3SG=COND=VOC IP do-FUT:1PL=DEF
 and if the Epola does not come, this is what we will do [i.e., present compensation].’
 (Rumsey, 2019, p. 58).

²¹⁸ Posto que tanto *Ayla* como *Epola* são nomes próprios, a representação é a mesma e, portanto, não há necessidade de realizá-la para as duas ocorrências do marcador de engajamento.

“Bem, se o Alya não vier e se a Epola não vier, isto é o que faremos [isto é, apresentar compensação].”

- (3) a. (+id +s R_I: [(T_I)] (R_I))
 b. (+id +s R_I: Ayla (R_I))

Quanto à caracterização do marcador de “engajamento” ‘+F, -O’ =*ti* atuando sobre um referente (cf. ocorrência (35)), Rumsey (2019) pontua que essa forma indica a posse de conhecimento por parte do falante, porém apenas no sentido ‘não específico’. Para esclarecer o sentido ‘não específico’ ao qual se refere, as seguintes situações são apresentadas:

- (4) “A student cheated on the exam”
 a. “His name is John”
 b. “We”re all trying to figure out who it was”
 (Rumsey, 2019, p. 57 *apud* Heusinger, 2002, p. 245).
“Um estudante trapaceou na prova”
 a. “O nome dele é John”
 b. *Nós estamos tentando descobrir quem foi”*

Seguindo a explicação de Rumsey (2019), há duas alternativas para conceber o referente “a student” em (4): como conhecido pelo falante (+INDEFINIDO, + ESPECÍFICO), situação (4a), ou como desconhecido (+INDEFINIDO, - ESPECÍFICO), caso (4b). Trata-se da noção de especificidade abarcada no NI da GDF, distinguida mediante os operadores ‘+s’ e ‘-s’. A interpretação que a GDF daria para o referente em (4) caso ele fosse concebido como (4b) seria a de que atuam operadores de ‘-id’, ‘-s’, que indicam desconhecimento da identidade do referente por parte do ouvinte e por parte do falante, respectivamente.

O intuito não é questionar a classificação de Rumsey (2019) acerca do indefinido =*ti* como codificando a dimensão do “engajamento” ‘+F, -O’ somente no sentido ‘NÃO ESPECÍFICO’, mas apenas precisar a maneira como o autor concebe esse marcador, o que vai em contra ao modo como representá-los segundo a GDF - se considerarmos as analogias feitas no Quadro 4 da seção 3.1.2 deste trabalho. Tampouco parece se tratar de uma lacuna na teoria, já que, pela explicação fornecida por Rumsey (2019) sobre ser ou não específico, não se está falando de conceitos distintos dos assumidos pelo modelo. Dito isso, não faremos uma representação pragmática de =*ti* de modo a manter uma coerência com o que assume o autor e com o que está estipulado na teoria.

Na seção 5.1, descrevemos, com base em Rumsey (2019), também os demonstrativos de “qualificação epistêmica”, tendo em vista o propósito de abordar

integralmente os marcadores de “engajamento” que possui a gramática do ku waru, conforme defendido pelo referido autor. Contudo, estamos cientes de que, na GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008), o uso de demonstrativos reflete a atuação de operadores de categorias pertencentes ao NR, como o Indivíduo (x), a Localização (l), o Tempo (t), o Modo (m), a quantidade (q) e a Razão (r).

Hengeveld e Mackenzie (2008) explanam que a distinção realizada pelos demonstrativos é de natureza semântica, mesmo que reflitam aspectos da situação de fala; assim, uma forma como “this” operando sobre o Indivíduo “pen”, em língua inglesa, **não fará referência direta ao Falante**, mas sim identificará a entidade sobre a qual atua como próxima dele na realidade extralinguística que descreve. “This pen” pode ser parafraseável por “the pen which is near the Speaker”, situação em que a natureza semântica da distinção que realiza é melhor visualizada, já que “which is near the Speaker” funciona como um modificador do Indivíduo “pen” e “this” seria o seu equivalente gramatical, com base em Hengeveld e Mackenzie (2008).

Partindo da abordagem elucidada, a alternativa para representar, na Formulação linguística, a marcação de “engajamento” na língua ku waru mediante os demonstrativos *i*, *kani* e *adi* é fazê-lo no NR, conforme disposto em (8) para os exemplos (29) a (31), repetidos aqui como (5) a (7).

- (5) [DemP *i* [N *yi*]]=*ma=n* *ku.moni* *aima* *naa* *te-lymeli*
 IP man=PL=ERG money really NEG do-HAB:2/3PL
 ‘These men really do not give money.’
 (Rumsey, 2019, p. 53).
 “*Esses homens realmente não dão dinheiro.*”.

- (6) *olyo* [DemP[N *eI*] *kani*] *ti-rimul=iyl*
 1PL fight that.ABK do-RP:1PL=DEF
 ‘We had that fight [the one you and we know about].’
 (...)
 (Rumsey, 2019, p. 54).
 “*Nós tivemos aquela briga [aquela sobre a qual você e nós sabemos].*”.

- (7) *pe ekepu adi=d eni=n mare pilyi-k*
 so now ABU=DAT 2/3PL=ERG some listen-NF:2/3PL

molu-k nyai
 stay-NF:2/3PL talk:IMP:2/3PL
 ‘So now, some of you having have heard [what we’ve said here, go back and] talk to that one [whom we don’t know much about].’
 (Rumsey, 2019, p. 55).

“Agora, alguns de vocês que ouviram [o que dissemos aqui, voltem e] falem com aquele [sobre quem não sabemos muito].”

(8)

- a. (m prox x_i : [f_i : $y_i(f_i)$] (x_i) φ]) *homem*
- b. (1 dist x_i : [f_i : $e_i(f_i)$] (x_i) φ]) *briga*
- c. (1 dist x_i : [f_i : (f_i)] (x_i) φ])

Entretanto, poderíamos supor que a representação em (8) não refletiria o papel desses marcadores de “engajamento” uma vez que a sua função, na língua ku waru, é expressar a (não)acessibilidade de um referente por parte do Falante e do Ouvinte, como defendido por Rumsey (2019). Esses demonstrativos fazem referência direta ao Falante e ao Ouvinte, remetendo ao Componente Contextual compartilhado no qual o referente está como **(não) acessível** para eles, seja por sua ausência (uso da forma *adi*), por sua presença imediata (uso da forma *i*) ou por sua existência no conhecimento armazenado (uso da forma *kani*). É a (não) acessibilidade, por parte do Falante e do Ouvinte, da entidade a qual acompanham o que é codificado pelos demonstrativos de “qualificação epistêmica”.

A propósito, Evans, Bergqvist e San Roque (2018a) discutem sistemas de demonstrativos de línguas cujos significados extrapolam a noção de dêixis espacial e uma visão de intersubjetividade mais restrita que se limita basicamente a ter Falante e/ou Ouvinte como o ponto de referência. Os autores referem-se a uma intersubjetividade que eleva o status “intercognitivo” dos demonstrativos a um último nível, um em que as formas passam a codificar as suposições do falante sobre o êxito do ouvinte em conseguir fixar-se no referente (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, p. 126).

Destacamos, da discussão proposta em Evans, Bergqvist e San Roque (2018a), o caso dos demonstrativos do turco (Küntay; Özyürek, 2002 *apud* Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a).²¹⁹ O estudo analisou as formas ‘*şu*’, ‘*bu*’ e ‘*u*’. ‘*şu*’, que é inespecífica em relação à distância, contrasta-se funcionalmente como os demonstrativos ‘*bu*’ (próxima ao falante) e ‘*u*’ (distante do falante). ‘*şu*’ é usado somente quando não há o estabelecimento de uma atenção conjunta, ao contrário de ‘*bu*’ e ‘*u*’, que tem a característica de requerer que atenção conjunta tenha sido estabelecida (cf. Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, p. 126-128). Segundo os autores, a análise baseou-se em vídeos de interações face a face, em que se verificou a movimentação do olhar e o comportamento de apontar no momento em que o demonstrativo era usado. Essa análise permitiu que se chegasse com o estudo a uma

²¹⁹ Para outro exemplo, conferir o caso dos demonstrativos na língua jahai (Burenhult, 2003 *apud* Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a, p. 128-131).

caracterização mais precisa e adequada dos demonstrativos da língua.

As considerações sobre os demonstrativos epistêmicos do ku waru com escopo nominal, bem como a sinalização acerca da existência de demonstrativos cuja função é indicar o (não) estabelecimento de atenção conjunta são assumidas neste trabalho como argumentos que sustentam uma ideia inicial de tratar essas construções na Formulação pragmática, em vez de (exclusivamente) na semântica. Apesar do potencial da ideia, não a desenvolveremos na tese. Relegamo-la a um trabalho futuro.

Excetuando que é plausível, com base no exposto, pensar os demonstrativos do ku waru como codificadores de uma função localizada no NI - discussão que não desenvolveremos nesta tese -, não haveria, na expressão do “engajamento” nessa língua nenhuma propriedade relativa à Formulação pragmática que já não esteja contemplada na GDF, considerando as distinções de intersubjetividade, resultantes da combinação de operadores de especificidade e identificabilidade na camada do Subato de Referência (R), feitas na seção 3.1.2. Não obstante, o alcance, em termos morfossintáticos, dos marcadores de (in)definitude, bem como dos demonstrativos de “qualificação epistêmica” do ku waru são tanto nominais quanto **clausais**, refletindo, assim, uma extrapolação da fronteira do Subato de Referência (R) no NI.

Verificamos a adequação descritiva da GDF para a intersubjetividade também em contexto evidencial. No Capítulo 5, demonstramos, com base em Rule (1977), que o *foe* (Rule, 1977) possui prefixos nominalizadores que codificam o que poderíamos classificar como evidencialidade *Sensorial* interagindo com a intersubjetividade do tipo ‘+F, +O’.

A evidencialidade *Sensorial* ‘+F, +O’ é ilustrada em (9). A presença de *bo’owa* indica que o evento (o abatimento do porco) está localizado temporalmente no passado distante, bem como que foi visto tanto pelo Falante (P₁) quanto pelo Ouvinte (P₂), segundo a descrição de Rule (1977).

- (9)
- a. *nami davi hū-bo’owa to’ae*
 pig 2.days.away hit/strike-FP.SSA²²⁰.NMZ ?this
 ‘This is the pig which was killed two days ago.’
 (Rule, 1977, p. 97 *apud* Evans, Bergqvist e San Roque, 2018b, p. 152).
 “Este é o porco que foi abatido há dois dias.”
- b. NI → (+id +s R_I: [(T₁) (T₂) (T₃)] (R_I))
 NR → (sen e_i :[...]) (e_i))

²²⁰ “Seen by speaker and addressee”.

Vimos também uma relação com a dimensão do não testemunho de eventos, mas em relação ao Ouvinte (P_2), somente. Nesse caso, o status “- conhecimento” do Ouvinte (P_2) se explica pela falta de um acesso perceptual a um conhecimento assumido como conhecido pelo Falante (P_1), ou seja, a um tipo de evidência que não integra o Componente Contextual compartilhado, conforme discutiremos na seção 6.4.

Como demonstramos ao longo da seção 5.1, um referente evocado no NI nem é sequer uma unidade sobre a qual recaem os marcadores de intersubjetividade na maioria das línguas descritas neste capítulo. Meios de expressão de “engajamento” alcançam unidades maiores que o Subato de Referência (R), no NI. Em termos semânticos, esse alcance é proposicional (ou “metaproposicional” – quando engajamento interage com a evidencialidade, por exemplo²²¹) (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018a; 2018b).

Quando os marcadores de “engajamento” alcançam proposições nas nove línguas descritas em 5.1, não é no sentido, por exemplo, de um Subato de Referência (R), evocado no nível pragmático, que corresponderia, no nível semântico, a um Conteúdo Proposicional (p) com *head* de natureza lexical, e a um Sintagma Nominal (Np), no NM, como em (11b-c):

- (11)
- a. Tive *uma ideia fantástica*.
 - b. (-id +s R_I: [(T_I) (T_J)] (R_I))
 - c. (I p_i: [(f_i: ideia (f_i)) (p_i) $\varnothing$]: [(f_j: fantástica (f_j)) (p_i) $\varnothing$])
 - d. (Np₁: [(Gw₁: uma (Gw_i)) (Nw₁: ideia (Nw_i)) (Ap₁: (Aw₁: fantástica (Aw_i)) (Ap₁))] (Np₁))

Aplicando as analogias feitas entre as dimensões de “engajamento” e as distinções de intersubjetividade na GDF a uma situação como (11a), teremos, com base na representação abstrata do Sintagma Nominal (Np) ‘uma ideia fantástica’ segundo as propriedades da Formulação pragmática, que o referente evocado é conhecido pelo Falante (P_1), mas não pelo Ouvinte (P_2) (em razão da atuação dos operadores {-id, +s}). Como representado em (11c), na Formulação semântica, o Sintagma Nominal em questão corresponderia a um construto mental, isto é, um Conteúdo Proposicional (p_i).

Diante do exposto, marcadores de “engajamento” terem como escopo proposições não seria um impasse para a teoria no que se refere a sua capacidade explicativa, desde que essa proposição esteja nos limites de um Subato de Referência (R). No mais, no que concerne aos marcadores intersubjetivos que expressam o “engajamento” somente, pouco importa a

²²¹ Quando a atenção é coordenada em relação a uma evidência para o evento, não em relação ao evento em si (Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b).

“ordem” semântica da entidade que caracteriza o referente evocado. O que de fato figura uma questão a ser discutida e resolvida é quando o alcance de um marcador de intersubjetividade não se limita a um Subato de Referência (R). Tal problemática é desenvolvida na próxima seção.

6.2 Limitação descritiva da GDF: intersubjetividade gramaticalizada e outros escopos

Argumentamos que quando a unidade sobre a qual recai um marcador de intersubjetividade é um referente, independentemente de como seja caracterizado no NR, há uma camada, no nível da arquitetura da GDF responsável por tratar da intersubjetividade, cujas propriedades dão conta de explicar as dimensões intersubjetivas que são codificadas. Ao longo da seção 5.1, no entanto, evidenciamos que a marcação da intersubjetividade em uma variedade de línguas se caracteriza pela indicação da distribuição do acesso e/ou atenção entre Falante (P_1) e Ouvinte (P_2) a um conhecimento que se expressa morfossintaticamente como uma cláusula. Em termos pragmáticos, a indicação de (as)simetrias no que se refere a essa distribuição de acesso e/ou atenção ao conhecimento não diz respeito a um referente evocado no enunciado do Falante (P_1).

A presente tese defende que a GDF, em seu estágio atual, não consegue explicar a expressão da intersubjetividade assumida nesta pesquisa - que, como evidenciamos, está codificada em um conjunto de línguas, tanto de maneira independente quanto de forma amalgamada com a evidencialidade -, quando seus marcadores indicam a distribuição de acesso e/ou atenção acerca de um conhecimento manifestado na forma de uma cláusula. A GDF como um modelo de **ambição tipológica** necessita reconhecer essa realidade gramatical nas diferentes maneiras como ela pode se manifestar nas línguas.

Apresentamos, no Capítulo 2, a arquitetura da GDF. Nessa exposição, mencionamos que o Componente Gramatical do modelo funciona a partir de duas grandes operações: a Formulação e a Codificação. A Formulação possui uma natureza dinâmica e é responsável pelas funções das formas que são materializadas na operação de natureza estática a qual temos acesso, isto é, na Codificação. Dois Níveis, o Interpessoal e o Representacional, são responsáveis por definir as funções na operação de Formulação. Na descrição do Componente Gramatical e neste capítulo, argumentamos e reforçamos que o lugar da intersubjetividade é o NI. O outro nível da Formulação expressa objetividade (cf. Mackenzie, 2017), já que lida com os aspectos semânticos das unidades linguísticas, limitando-se “aos modos em que a língua se relaciona ao mundo extralinguístico que descreve” e “isoladamente

das formas como são usadas na comunicação” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 128-129). O NR também se liga à noção de subjetividade no contexto de expressão de categorias atitudinais que recaem sobre camadas mais altas, como o Conteúdo Proposicional (cf. seção 3.1.2). Dito isso, frisamos que a intervenção aqui proposta ocorre no domínio do NI, o único em que o tratamento da intersubjetividade na GDF, desde que tenha correspondência gramatical, pode ser abarcado.

Para aprimorar a GDF no tocante ao tratamento de sistemas e marcadores de intersubjetividade, propomos a adição, no NI, de um conjunto de operadores,²²² afins às combinações possíveis dos operadores com atuação na camada do Subato de Referência (R), que recobrem as quatro dimensões do “engajamento”, conforme defenderemos na seção 6.2.1, bem como a perspectiva/detenção da “autoridade epistêmica” – se conferida ao Falante (P₁) ou ao Ouvinte (P₂) – em línguas que fazem essa distinção, que é o caso do kogi (Bergqvist, 2016), como advogaremos em 6.2.2.

Na exposição acerca do NI, pontuamos a existência de seis camadas, a saber: Movimento (M), Ato Discursivo (A), Ilocução (F) Participante (P₁ e P₂), Conteúdo Comunicado (C) e Subato (de Atribuição - T e de Referência - R). Na próxima seção, argumentamos que uma das camadas a receber esses operadores de intersubjetividade é o Conteúdo Comunicado (C₁).

6.2.1 Atuação de operadores de intersubjetividade no Conteúdo Comunicado: codificação das dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’ e ‘-F, -O’

Para justificar a escolha da camada do Conteúdo Comunicado (C) como escopo de atuação dos sistemas e marcadores de intersubjetividade, partimos, inicial e parcialmente, do que assumem os autores do “engajamento” quando consideram que o escopo, em termos funcionais, é a proposição, em paralelo ao escopo formal de cláusula. Em última análise, essa tomada de posição não pode ser transposta para a GDF uma vez que o modelo possui um nível separado para distinções de intersubjetividade, o NI, e a proposição é uma unidade do NR, o responsável pela objetividade e, no máximo, subjetividade.

Considerando a correlação ‘default’ entre Conteúdos Comunicados (C) e

²²² Com base na GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 2 e 14), os operadores são estratégias gramaticais e simbolizam distinções dessa natureza quando requeridas nas línguas. Uma vez que estamos lidando com distinções intersubjetivas que se manifestam mediante elementos gramaticais, propomos “operadores”. Como elucidado no capítulo 3, as diferentes camadas dos níveis de Formulação podem também ser modificadas lexicalmente, mediante os “modificadores”, que são informações lexicais adicionais de natureza semântica ou pragmática.

Conteúdos Proposicionais (p) (Keizer, 2021, p. 342) e, mais importante, que o Conteúdo Comunicado (C) (i) é a conexão para o NR, (ii) corresponde ao conteúdo total da mensagem que o falante deseja evocar para o ouvinte na interação comunicativa e (iii) vincula-se ao Falante²²³ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 87 e 144), e que “engajamento” diz respeito à indicação de que o conhecimento veiculado ou a atenção a ele é compartilhado(a) ou exclusivo(a) do falante ou do ouvinte, **segundo o que pressupõe o falante**, propomos a atuação de operadores cuja função é indicar distinções de intersubjetividade no que se refere ao Conteúdo Comunicado (C). Essa escolha se apoia também na observação que a GDF faz acerca da modificação em Conteúdos Comunicados que figuram um Ato Discursivo Declarativo.

No contexto de Ato Discursivo (A) Declarativo, os Conteúdos Comunicados (C) podem constituir, na maioria dos casos, algo inteiramente novo para o Ouvinte (P₂) ou um composto de informação nova e familiar, e, às vezes, algo conhecido pelo Ouvinte (P₂), mas que, por razões estratégicas, o Falante (P₁) decidiu declarar aquilo que é óbvio para o seu interlocutor (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Os autores citam dois exemplos para ilustrar a indicação de informação conhecida pelo Ouvinte (P₂) mediante um meio lexical e um gramatical.

- (12) *Von anderen kann man **bekanntermaßen** oftmals lernen.*
 From others can one as.is.well-known often learn
 ‘As is well known, one can often learn from other people.’
 (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 87)
 “Como é bem sabido, muitas vezes podemos aprender com outras pessoas.”
- (13) *Nít=qa? s-kxi?út*
 ‘because’=PRESUP NMLZ-Kci7ólh
 ti=um’ən-c-ás=a
 DET=give-1.SG.OBJ-3.S.SBJV=REINF
 ‘Well, it is Kci7ólh who gave it to me, as you should know.’
 (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 88)
 “Bem, foi Kci7ólh quem me deu, como você deve saber.”

Em um enunciado do alemão, em (12), o modificador *bekanntermaßen* indica que o Conteúdo Comunicado (C) é conhecido pelo ouvinte. Em (13), essa informação é sinalizada pelo operador *qa?* na língua Lillooet.

Apesar dessa breve menção ilustrada em (12) e (13), não há um desenvolvimento por parte da teoria a partir da verificação de sistemas ou marcadores que realizam contrastes

²²³ Esse não é necessariamente o caso dos Conteúdos Proposicionais (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

envolvendo os Participantes no que concerne à distribuição do acesso ou atenção (+/- conhecimento) àquilo que é veiculado na totalidade do Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P₁). Quanto à explicação relativa à operação de Formulação que justifique as formas, fornecida pela teoria, com base na glosa do exemplo (13), ela é de natureza semântica, sinalizando somente o caráter de pressuposição.

Ressaltamos, sempre que possível, que a nossa proposta de caracterização da intersubjetividade segundo a GDF parte do reconhecimento das análises aqui descritas, isto é, do que os autores propõem e defendem no tocante à gramaticalização da intersubjetividade nas línguas que analisam. Feitas essas considerações, sustentamos que os sistemas e marcadores de intersubjetividade presentes em diferentes línguas podem ser adequadamente descritos a partir dos seguintes operadores que sinalizam diferentes possibilidades de distribuição do acesso, entre os Participantes (Falante – P₁ e Ouvinte – P₂), ao conhecimento que está veiculado no Conteúdo Comunicado (C): {+S+A, +S-A, -S+A, -S-A}.

O operador {+S+A} (+Speaker, +Addressee) indica que Falante (P₁) e Ouvinte (P₂), juntos, têm acesso ao conhecimento veiculado no Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P₁). O operador {+S-A} (+Speaker, -Addressee) marca que o acesso ao conhecimento veiculado no Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P₁) é exclusivo desse Participante; o operador {-S+A} (-Speaker, +Addressee) codifica a informação de que o conhecimento a que se refere o Falante (P₁) em seu Conteúdo Comunicado (C) é de exclusividade do Ouvinte (P₂). Por último, o operador {-S-A} (-Speaker, -Addressee) indica que nem o Falante (P₁) nem o Ouvinte (P₂) têm acesso ao conhecimento aludido no Conteúdo Comunicado (C) - ou acesso de ambos os Participantes é baixo (caso do ku waru).

Nas próximas subseções, caracterizamos a intersubjetividade relativa à distribuição de acesso e ou atenção, entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂), dos conhecimentos veiculados, segundo a nossa proposta. Para tanto, seguiremos a organização do Capítulo 5, separando as línguas segundo o conjunto de dimensões de intersubjetividade codificadas, retomadas no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 - Distribuição do conjunto de dimensões de intersubjetividade entre as línguas

<i>Conjunto de dimensões</i>	<i>Línguas</i>				
	<i>Grupo 1</i>	<i>Grupo 2</i>	<i>Grupo 3</i>	<i>Grupo 4</i>	<i>Grupo 5</i>
‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’ e ‘-F, -O’	andoke				
‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘-F, +O’		kogi			
‘+F, +O’, ‘+F, -O’			kakataibo, murrinpatha,		

			duna e kurtöp		
‘+F, +O’				ku waru ²²⁴	
‘+F, -O’					marind costeiro e ungarinyin

Fonte: Elaborado pela autora.

Como mostra o Quadro 7, a marcação da intersubjetividade nas gramáticas das línguas consideradas nesta tese se organiza em cinco possibilidades (primeira coluna). Cada conjunto de dimensões se associa a um grupo de línguas (segunda coluna), de maneira que nem todos os operadores propostos serão relevantes para todas as gramáticas consideradas.

6.2.1.1 Línguas de intersubjetividade ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘-F, +O’ e ‘-F, -O’

Todas as dimensões da *intersubjetividade gramaticalizada* são passíveis de codificação no contexto da gramática de uma língua. A gramática do andoke, como vimos, é uma evidência disso. Dito isso, são relevantes para essa língua, e para qualquer outra na qual se venha atestar o reflexo gramatical sistemático desse conjunto de valores, os operadores {+S+A, +S-A, -S+A, -S-A}.

Retomando em (14a) um dos exemplos dados no Capítulo 5, o marcador *b-*, do andoke (Landaburu, 2005, 2007), codifica, no NM, a informação recebida da Formulação linguística de natureza pragmática, isto é, do NI, de que a informação veiculada é compartilhada por ambos os Participantes da interação comunicativa, conforme representação proposta em (14b).²²⁵

(14)

- a. *duiʔha* *b-ẽ* *dã- ẽ-ʔ*
 blancs ENGAG.-i33 INGR.-se déplacer-ACCORD3
 [prédicat + sujet + prédicat relatif au sujet]

“(Digo) Los que llegan son los blancos”
 (Landaburu, 2005, p. 2; Landaburu, 2007, p. 25).
 “(Digo) Os que chegam são os brancos”

²²⁴ Apesar de termos discutido, com base na descrição de Rumsey (2019), a codificação de três dimensões de intersubjetividade no ku waru, o referido autor assenta que as formas em pleno direito codificadoras da intersubjetividade são as referentes à dimensão ‘+F, +O’. Retomamos essa questão na caracterização da intersubjetividade nessa língua no quadro da GDF segundo a nossa proposta.

²²⁵ A título de informação, em nossas representações ao longo de todo o capítulo, especificamos a que se refere cada Subato evocado no Conteúdo Comunicado. Baseamo-nos na forma didática de representar realizada por Keizer (2015).

- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*dui/hΛ*” (“blancs” - “brancos”)
 (T₂) = “*ẽ*” (“se déplacer” – “mover-se”)
 (R₁) = “*ẽ*” (“entidade de tipo 33”)²²⁶

Em (14b), temos um Movimento (M₁) do Falante (P₁) composto por um Ato Discursivo (A₁) com Ilocução (F₁) declarativa e um Conteúdo Comunicado (C₁). Sobre esse C₁, atua o operador ‘+S+A’, responsável por indicar que o conteúdo da mensagem que o P₁ evoca para seu Ouvinte (P₂) se trata de um conhecimento que ambos compartilham.

Em (15a), temos a mesma situação do exemplo anterior, com a diferença de que, na Formulação pragmática representada em (15b), há a indicação, mediante o operador ‘+S-A’, de que o conhecimento contido no Conteúdo Comunicado (C₁) é exclusivo do Falante (P₁). Essa informação desencadeará a seleção do marcador *kẽ*- no NM, cuja função é indicar um conhecimento absolutamente garantido e exclusivo do falante (Landaburu, 2005, 2007).

(15)

- a. *dui/hΛ* *kẽ* -*ẽ* *dã*- *ẽ*-*Λ*
 blancs ENGAG.-i33 INGR.-se déplacer-ACCORD3
 [prédicat + sujet + prédicat relatif au sujet]

“(Afirmo, certifico) Los que llegan son los blancos”
 (Landaburu, 2005, p. 2; Landaburu, 2007, p. 25).
 “(Afirmo, certifico) Os que chegam são os brancos”

- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S-A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*dui/hΛ*” (“blancs” - “brancos”)
 (T₂) = “*ẽ*” (“se déplacer” – “mover-se”)
 (R₁) = “*ẽ*” (“entidade de tipo 33”)

Em (16b) e (17b), temos um Movimento (M₁) composto por um Ato Discursivo (A₁) de Ilocução (F₁) interrogativa e um Conteúdo Comunicado (C₁). A diferença entre os exemplos está no tipo de operador em atuação em C₁. Na situação (16b), o operador ‘-S+A’ indica que é o Ouvinte (P₂) quem detém o conhecimento, conforme refletido no NM pela escolha do marcador *k*, que também sinaliza o caráter de pergunta, segundo a descrição da forma em Landaburu (2007). Em (17b), a indicação de que nem Falante (P₁) nem Ouvinte (P₂) têm posse do conhecimento é feita mediante o operador ‘-S-A’ desencadeando uma escolha no

²²⁶ Esse componente da palavra sujeito é denominado “índice gramatical de entidade” (Landaburu, 2005, p. 2) ou “índice referencial” (Landaburu, 2007, p. 24). Conferir Landaburu (2007, p. 23) para uma descrição desses índices.

NM pela forma *bã*, igualmente usado para realizar uma pergunta.

(16)

- a. *duiʌhʌ k-ẽ dã-ẽ-ʌ*
 Blancs ENGAG.-i.33 INGR.-se déplacer-ACCORD3
 “Ceux qui arrivent sont-ils Blancs?”
 (Landaburu, 2007, p. 27).
 “*Os que chegam são os brancos?*”
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: INTER (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (-S+A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*duiʌhʌ*” (“blancs” - “brancos”)
 (T₂) = “*ẽ*” (“se déplacer” – “mover-se”)
 (R₁) = “*ẽ*” (“entidade de tipo 33”)

(17)

- a. *duiʌhʌ bã-ẽ dã-ẽ-ʌ*
 Blancs ENGAG.-i.33 INGR.-se déplacer-ACCORD3
 (*Me pregunto*) *Los que llegan son los Blancos ?*
 (adaptado de Landaburu, 2005, p. 2).
 “(*Me pregunto*) *Os que chegam são os brancos?*”.
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: INTER (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (-S-A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*duiʌhʌ*” (“blancs” - “brancos”)
 (T₂) = “*ẽ*” (“se déplacer” – “mover-se”)
 (R₁) = “*ẽ*” (“entidade de tipo 33”)

Essas especificações de natureza pragmática são necessárias ao andoke tendo em vista que essa língua possui um conjunto de prefixos **obrigatórios** (Landaburu, 2005, p. 3, 2007, p. 24) que servem para “[...] modalizar as diferentes relações cognitivas existentes entre o enunciador, o coenunciador e o estado de coisas expresso [...]” (Landaburu, 2007, p. 23),²²⁷ isto é, realizar distinções no que concerne à distribuição de acesso ao conhecimento veiculado entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂).

6.2.1.2 Línguas de intersubjetividade ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘-F, +O’

No Capítulo 5, demonstramos que a gramática do kogi (Bergqvist, 2016; Knuchel, 2022) codifica de modo sistemático a indicação de informação exclusiva do Falante (P₁), exclusiva do Ouvinte (P₂) e compartilhada por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂). São, portanto, relevantes para essa língua, ou para qualquer outra na qual se venha atestar marcadores para

²²⁷ Tradução nossa de: “[...] modaliser les différents rapports cognitifs existant entre l’énonciateur, le co-enonciateur et l’état de choses exprimé [...]” (Landaburu, 2007, p. 23).

essas três dimensões intersubjetivas, os operadores $\{+S+A, +S-A, -S+A\}$.

Os exemplos (18a) e (19a), retomados do capítulo anterior, trazem o uso das formas do *kogi* que codificam contrastes de valores de intersubjetividade, com base em Bergqvist (2016) e Knuchel (2022). Considerando a GDF e a incorporação dos operadores defendidos nesta tese, esses usos poderiam ser descritos como proposto em (18b) e (19b).

(18)

- a. *uba na-kwĩ na-Ø-gua-t'äw* (1s)
 eye 1O-have.PRTC SPKR.ASYM-3S-do-PROG
 'I'm getting tired'. (said as a reason for wanting to go to
 bed) (BUN_090822)
 (Bergqvist, 2016, p. 18).
 “*Eu estou ficando cansado.*” (dito como um motivo para querer ir para a
 cama).
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S-A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁) (R₂) (R₃)]
 (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*kwĩ*” (“have” – “ter”)
 (T₂) = “*gua*” (“do” – “fazer”)
 (R₁) = “*uba*” (“eye” – “olho”)
 (R₂) = “*na*” (primeira pessoa)
 (R₃) = “*Ø*” (terceira pessoa)

(19)

- a. *ei-kĩ sha-Ø-guá-kue-na*
 This-FOC DADR.ASYM-3-do-PL-SOC
 ‘Is this how it is done?’ (BUN_090824)
 (Bergqvist, 2016, p. 23).
 “*É assim que é feito?*”.
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: INTER (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (-S+A C₁: [(T₁)_{Foc} (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*ei*” (“this” – “assim”)
 (T₂) = “*gua*” (“do” – “fazer”)
 (R₁) = “*Ø*” (terceira pessoa)

Os enunciados (18) e (19) são Movimentos compostos por um Ato Discursivo de Ilocução declarativa e interrogativa, respectivamente. No Conteúdo Comunicado (C₁), atua o operador ‘+S-A’, que é refletido sistematicamente pela seleção do prefixo *ni-*, no NM, indicando que o conhecimento veiculado é acessado pelo Falante (P₁), mas não pelo Ouvinte (P₂). O prefixo *sha-*, de modo contrário, codifica a informação transmitida pelo operador ‘-S+A’ de que o conhecimento veiculado é acessado somente pelo Ouvinte (P₂). O Falante (P₁), no caso, desconhece a informação.

A indicação de informação compartilhada por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) é codificada mediante os prefixos *ni-* e *shí-*, como ilustram os exemplos (20a) e (21a). Seus usos seriam adequadamente descritos na GDF como proposto em (20b) e (21b).

(20)

- a. *kába-gasã ní-ba-kú*
 sleep-NEG.POT SPKR.SYM-2S-do
 ‘You can’t sleep anymore’. (because it is morning) (ARR_120520)
 (Bergqvist, 2016, p. 21).
 “*Você não pode mais dormir*”. (*porque é de manhã*).
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*kába*” (“sleep” – “dormir”)
 (T₂) = “*kú*” (“do” – “fazer”)
 (R₁) = “*ba*” (segunda pessoa)

(21)

- a. *tũ shí-ma-gú*
 see ADR.SYM-2S-do
 ‘You managed to see it (right)?’ (DAM_090821)
 (Bergqvist, 2016, p. 23).
 “*Você conseguiu ver (certo)?*”.
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: INTER (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*tũ*” (“see” – “ver”)
 (T₂) = “*gú*” (“do” – “fazer”)
 (R₁) = “*ma*” (segunda pessoa)

Os marcadores *ni-* e *shí-* do *kogi* refletem sistematicamente, no NM, a informação capturada pelo operador de Conteúdo Comunicado (C) ‘+S+A’ de que o conhecimento veiculado na mensagem é acessado tanto pelo Falante (P₁) quanto pelo Ouvinte (P₂). Notemos que há, nessa língua, mais de uma forma para codificar a indicação de acesso compartilhado à informação entre os Participantes. Isso ocorre uma vez que, além de codificar três dimensões intersubjetivas, o *kogi* faz distinções entre informação ‘+F, +O’ desde a perspectiva do Falante (P₁) e desde a perspectiva do Ouvinte (P₂), com base em Bergqvist (2016). Retomamos esse aspecto na seção 6.2.2, posto que essa distinção não é coberta pelos operadores de Conteúdo Comunicado (C) aqui propostos, que apenas sinalizam a distribuição de acesso à informação contida na mensagem do Falante (P₁) entre os Participantes da interação em termos de +/- conhecimento.

6.2.1.3 Línguas de intersubjetividade ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’

No Capítulo 5, demonstramos, a partir de estudos realizados, que as dimensões intersubjetivas ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ são refletidas de maneira sistemática nas gramáticas das línguas kakataibo, murrinhpatha, duna e kurtöp. São, portanto, relevantes para elas os operadores {+S+A, +S-A}.

No kakataibo, esse contraste funcional é codificado pelos sufixos *-ín* e *-a* e pelos clíticos de segunda posição *ka* e *ri*. O reflexo gramatical das dimensões intersubjetivas, no murrinhpatha, é uma alternância na consoante inicial por *k* e *a* não marcação, isto é, quando não há mudança na consoante. Na língua duna, as duas dimensões em questão são refletidas na gramática mediante *-pa*, de um lado, e *-na* e *-ra*, de outro. O kurtöp possui também um paradigma de afixos, composto pelas formas *-shang* e *-pala*, e um de clíticos com função de tag (formas *=wu* e *=mĩ*), que trazem dentro de si esse contraste funcional.

A partir do que defendem os estudos acerca da marcação da intersubjetividade nessas línguas, as formas *-ín*, *-ra*, *-na*, *=au*, *-pala* e a não alternância da consoante inicial por *k* codificam informação relativa ao status compartilhado por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) do conhecimento veiculado no Conteúdo Comunicado (C). Esses marcadores são adequadamente descritos nos usos (22a) a (27a) a partir do operador ‘+S+A’, conforme representado em (22b) a (27b).

(22) a. (...)

07 *ënu irubë-a-x-ín Yamino=nu*
 here stay-PERF-3-PROX yamino=LOC
 ‘he stayed here, in Yamino’
 (Zariquiey, 2015, p. 154-155).
 “Ele ficou aqui, em Yamino”

- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁) (R₂: Yamino (R₂))] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*ënu*” (“here” – “aqui”)
 (T₂) = “*irubë*” (“stay” – “ficar”)
 (R₁) = “*x*” (terceira pessoa)
 (R₂) = nome próprio de lugar

- (23) a. *ipa ralua mia-mia-na*.
 water rain drizzle-drizzle-SPEC
 ‘The rain is drizzling.’ (pointing out to me)’
 (San Roque, 2008, p. 341)
 “A chuva está garoando (apontando para mim)”

- b. (M₁ : [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*mia*” (“drizzle” – “garoar”)
 (T₂) = “*mia*” (“drizzle” – “garoar”)
 (R₁) = “*ipa ralua*” (“water rain” – “chuva”)²²⁸
- (24) a. *ko ke-ra.*
 2SG see-SHRD
 ‘You just looked!’ (LC)
 (San Roque, 2008, p. 350).
 “*Você acabou de olhar.*”
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*ke*” (“see” – “ver”)
 (R₁) = “*ko*” (segunda pessoa do singular)
- (25) a. 6. BB: *Ini=matha pirrim*
 ANAPH=INTENS stand.3SG.NFUT
 ‘It’s right there.’ (2012-07-19_BB-SB-RM)
 (Mansfield, 2019, p. 35)
 “*Está bem ali*”
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*pirrim*” (“stand” – “ficar/permanecer”)
- (26) a. *dutshot matshangwala*²²⁹
dutshot ma-tshang-pala
 time NEG-be.complete-PFV
 ‘The time wasn’t up’
 (Hyslop, 2014, 206).
 “*O tempo ainda não tinha acabado*”
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*tshang*” (“be.complete” – “estar completo”/ “acabar”)
 (R₂) = “*dutshot*” (“time” – “tempo”)
- (27) a. *khwi gap le daknawu*
khwi gapo le dak-na=wu
 dog PL.FOC sins be.cleansed-PFV.MIR=TAG.INCL
 ‘The dogs have been cleansed of their sins, right?’
 (Hyslop, 2014, 209).
 “*Os cães foram purificados de seus pecados, certo?*”

²²⁸ Centramo-nos somente em apontar o que acreditamos tratar-se de um Subato (de Referência) independente, dispensando a descrição de sua estrutura interna, isto é, de como o seu *head* está constituído (se por mais de um Subato, etc). Haja vista o nosso objetivo de, com as representações, ilustrar a atuação dos operadores que propomos na camada do Conteúdo Comunicado (C), não as detalhamos ao extremo.

²²⁹ ‘*wala*’, assim como ‘*sala*’, são alomorfes de ‘*pala*’ (Hyslop, 2014, p. 206).

- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (R₁) (R₂)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*dak*” (“be.cleansed” – “ser purificado”)
 (R₁) = “*khwi*” (“dog” – “cachorro”)
 (R₂) = “*le*” (“sins” – “pecados”)

Os usos dos marcadores *-a*, *-pa*, *k*, *-shang* e *=mi*, que codificam a indicação de uma informação acessada pelo Falante (P₁), mas não pelo Ouvinte (P₂) são adequadamente descritos pelo operador ‘+S-A’, conforme representado em (28b) a (32b).

- (28) a. (...)

03 aishbi ka=a kakataibo-nën rêtë-akë-x-a

but UNM=3 kakataibo-ERG kill-REM.PAS-3-UNM

 04 ‘ën papa-n xukën-x este... Tëtëkamo

1.GEN father-GEN brother-TOP hmmm tëtëkamo

‘but the Kakataibo people killed my father’s brother hmmm...

Tëtëkamo’

(Zariquiey, 2015, p. 155)

“*mas o povo Kakataibo matou o irmão do meu pai hummm...

Tëtëkamo*”

 b. ... (A₂: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S-A C₁: [(T₁) (R₁) (R₂)_{Top}] (C₁))] (A₂))]...²³⁰

onde: (T₁) = “rêtë” (“kill” – “matar”)

(R₁) = “kakataibo” (nome do povo/etnia indígena)

(R₂) = “ën papa-n xukën” (“My father’s brother” - “O irmão do meu pai”)

 (29) a. 1. *ko aki peya=pe*

2SG what do.IPFV=Q

‘What are you doing?’

 2. *no ipa khora-pa*

1SG water draw.water-INDV

‘I am drawing water.’ (LC/VIII:23)

(San Roque, 2008, p. 341).

“*O que você está fazendo?*”

“*Eu estou tirando água.*”

 b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S-A C₁: [(T₁) (R₁) (R₂)] (C₁))] (A₁))] (M₁))

onde: (T₁) = “*khora*” (“draw.water” – “tirar água”)

(R₁) = “*no*” (primeira pessoa do singular)

²³⁰ Parecem-nos importante alguns esclarecimentos quanto a essa representação. O Movimento do Falante é bastante extenso e contém vários Atos Discursivos. Para a descrição, centramo-nos somente no segundo Ato Discursivo do Movimento, que é o que nos interessa. Nota-se que especificamos, na representação, a função de Tópico de R₂, dado que na glosa do exemplo consta essa informação.

(R₂) = “*ipa*” (“water” – “água”)

(30) a. (...)

3. PB: *Na-nga-yit* *kura=wa* *mam-pirra*
 use.hands-1SG.OBL-hold liquid=UNXP do.1SG.NFUT-3PL.OBL
 ‘Hold it for me, I got them water.’

4. EC: *Ma-kura=ya* *karrim*
 NEG-liquid=INTJ stand.3SG.AUTH
 ‘There is no water here.’ [holding out empty bottle] (Blythe, 2018b, fragment 10)
 (Mansfield, 2019, p. 34)
 “*Segure isso para mim, eu fui buscar água.*”
 “*Não há água aqui.*” [segurando uma garrafa vazia]

b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S-A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*karrim*” (“stand” – “ficar/permanecer”)
 (R₁) = “*kura*” (“liquid” – “liquido”)²³¹

(31) a. *zhing phepshang*

zhing phep-shang
 heaven arrive.HON-PFV.EGO
 ‘(The lama) passed away.’
 (Hyslop, 2014, p. 205).
 “(O lama) faleceu.”

b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S-A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*phep*” (“arrive” – “chegar”)
 (R₁) = “*zhing*” (“heaven” – “céu/paraíso”)

(32) a. *asu dar ciktami*

asu *dara cik-ta=mi*
 asu (rice type) now be.beaten-IPFV.MIR=TAG.EXC
 ‘Asu is being beaten right now, right.’
 (Hyslop, 2014, p. 208)
 “O asu está sendo batido agora mesmo, certo?”

b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S-A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*dara*” (“now” – “agora”)
 (T₂) = “*cik*” (“be.beaten” – “ser batido”)
 (R₁) = “*asu*” (um tipo de arroz)

Optamos por não descrever o uso do clítico de segunda posição *ka*, do kakataibo (Zariquiey, 2015), a partir do operador ‘+S-A’, uma vez que, com base no que pontua o autor,

²³¹ Polaridade é uma categoria descrita no NR (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 178).

esse marcador pode ser neutro em relação à indicação de informação não proximal ao ouvinte (ouvinte K-), dimensão da intersubjetividade ‘+F, -O’ à qual o estamos associando. Se há mais de uma possibilidade de uso para a forma (ora ‘+F, -O’, ora neutro em relação a essa distinção), não se trataria de um caso de reflexo sistemático, na gramática, de um aspecto da Formulação.

6.2.1.4 Línguas de intersubjetividade ‘+F, +O’

O ku waru (Rumsey, 2019) é uma língua que contém marcadores que expressam as dimensões intersubjetivas ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘-F, -O’ escopando, além de referentes, proposições com uma realização morfossintática clausal, segundo as terminologias usadas no referido estudo. No entanto, na análise dessas formas, Rumsey (2019) faz importantes ressalvas acerca dos marcadores ‘+F, -O’ e ‘-F, -O’ assentando que as formas que são em pleno direito codificadoras da intersubjetividade são aquelas relativas à dimensão ‘+F, +O’.²³² Dito isso, na GDF, os usos das formas codificadoras da intersubjetividade são adequadamente descritos no NI mediante o operador relevante para essa língua, e para alguma outra que assim o faça, ‘+S+A’.

Em (33), exemplo já citado no capítulo anterior, o marcador *iyɪ* codifica a informação sinalizada pelo operador ‘+S+A’ de que o conteúdo contido na mensagem do Falante (P₁) é acessado por ambos os Participantes.

- (33) a. (...)
ekepu wilyala yi=yl kul-um=iyɪ
now up.there man=DEF die-PFV.3SG=DEF
‘Now (as we know) the man up there [a well-known leader] has died.’
(Rumsey, 2019, p. 61)
“Agora (como nós sabemos) o homem lá em cima [um líder bem conhecido] morreu.”
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S+A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*ekepu*” (“now” – “agora”)
 (T₂) = *wilyala yi* (“the man up there” – “O homem lá em cima”)

²³² Não retomaremos em detalhes a discussão acerca das ressalvas, uma vez que esse não é o objetivo desta seção. Faz-se necessário, no entanto, precisar o porquê de não considerarmos as formas associadas às dimensões ‘+F, -O’ e ‘-F, -O’ e, por conseguinte, a relevância dos operadores. =*ti*, marcador ‘+F, -O’, é discutido por Rumsey (2019) apenas no contexto de escopo nominal. Acerca de *adi*, marcador ‘-F, -O’, sua função é indicar “relativa inacessibilidade” para falante e ouvinte, podendo, às vezes, usar-se quando há uma para o ouvinte e não para o falante. Com base no exposto, aparentemente, esses operadores de Conteúdo Comunicado (C) ‘+S-A’, ‘-S-A’ não são relevantes para o ku waru.

(R₁) = “*kuł*” (“die” – “morrer”)

Marcam também o acesso compartilhado por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) ao Conteúdo Comunicado (C) os demonstrativos *kani* e *i*, que se diferenciam em razão da natureza contextual do conhecimento que é tido como acessado por ambos os participantes no uso de cada uma dessas formas. Dado o fato de cada forma dessa indexar um tipo diferente de informação contextual compartilhada, retomamos na seção 6.4, relativa à pertinência de uma abordagem dialógica do MIV, a marcação da intersubjetividade no *ku waru* por demonstrativos.

6.2.1.5 Línguas de intersubjetividade ‘+F, -O’

O marind costeiro (Olsson, 2019) e ungarinyin (Spronck, 2020) possuem um marcador cuja função é indicar que o conhecimento veiculado é acessado somente pelo Falante (P₁). O Ouvinte (P₂) desconhece a informação. Como proposto em (34b) e (35b), essa função seria adequadamente descrita pelo operador ‘+S-A’, que tem relevância para a gramática dessas línguas.

- (34) a. *mbyaka, ade! kosi-awe up-ø- kw-ayit-a*
 No EXCLAM small-fish(II) ABSC:II-3SG.A- INESS-
 run.around:3SG.U-EXT
 ‘No, wait! There’s a little fish swimming around inside.’
 [0006.27082015.1.wbi]
 (Olsson, 2019, p. 142).
 “Não, espera! Tem um peixinho nadando lá dentro.

- b. (A₂: (F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (+S-A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁)) (A₂))²³³
 onde: (T₁) = “*ayit*” (“run.around” – “correr por aí/ao redor”)
 (R₁) = “*kosi-awe*” (“small-fish” – “peixinho”)

- (35) a. (...)

a ai orait ama
 a a i orait ama a₁-ma-ø
 INTER INTER he alright 3msg-do-PRS
 “‘O.K., he’s all right’ he says’

di-yu anjaburan nyinayirri yamingki amerera
 di-yu anjaburan nyinayirri yamingki a₁-mara-ra
 then-LAT what time 2SG-go-CONT west

²³³ Detivemo-nos somente na descrição do segundo Ato Discursivo.

‘so then he asked me “when are you travelling westward?”’
 (Spronck, 2020, p. 7 apud Rumsey, 1987, 607-608, glosa adicionada).
 “‘Ok. Ele está bem.’ Ele disse’
 “Então ele me perguntou ‘Quando você vai viajar para o Oeste?’”.

b. $(A_1: (F_1: \text{INTER } (F_1)) (P_1)_S (P_2)_A (+S-A \text{ } C_I: [...] (C_I))) (A_1))^{234}$

Ao longo desta seção, caracterizamos a expressão da intersubjetividade segundo a GDF a partir do conjunto de operadores $\{+S+A, +S-A, -S+A, -S-A\}$ propostos nesta tese, os quais são responsáveis por especificar diferentes distribuições do acesso e ou atenção, entre os Participantes, no que se refere ao conhecimento contido no Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P_1). Com base nos dados da língua kogi (Bergqvist, 2016), defendemos, na sequência, uma proposta que aprimora ainda mais este modelo de gramática no que diz respeito ao tratamento do fenômeno o qual investigamos.

6.2.2 Atuação de operadores de intersubjetividade no Participante: codificação da “autoridade epistêmica”

Além de codificarem diferentes dimensões de distribuição de acesso ou atenção ao conhecimento entre Falante (P_1) e Ouvinte (P_2), um sistema de intersubjetividade pode também realizar um **contraste refletido na gramática** entre a perspectiva do Falante (P_1) e a perspectiva do Ouvinte (P_2), conforme demonstra e defende Bergqvist (2011, 2012, 2016, 2018, 2020) para a língua kogi. Partindo da proposta desse autor, argumentamos a favor da incorporação, à teoria, também do operador ‘EA’ (Epistemic Authority), com atuação sobre a unidade pragmática Participante, indicando a perspectiva/posse da autoridade epistêmica em relação ao conhecimento veiculado, que pode ser atribuída ao Falante (P_1) ou ao Ouvinte (P_2).

Pelo que depreendemos da discussão proposta por Bergqvist (2016) e do que assentam Bergqvist e Knuchel (2019),²³⁵ essa distinção entre perspectiva do Falante (P_1) e a perspectiva do Ouvinte (P_2) se dá no sentido de um ou outro constituir o ponto de partida e de certo modo aquele que detém a autoridade epistêmica. A noção “autoridade epistêmica” diz

²³⁴ Não discriminamos os subatos do Conteúdo Comunicado, haja vista que o autor não realiza a separação dos morfemas em “yamingki” de acordo com as especificações da glosa fornecida, mas há, no enunciado, aparentemente três Subatos de Referência (um que se refere a uma entidade temporal, um referente à segunda pessoa e outro a uma localização) e um Subato de Atribuição.

²³⁵ Na tabela 1 de Bergqvist e Knuchel (2019, p. 661), os marcadores de “engajamento” do kogi são caracterizados em relação às dimensões “autoridade epistêmica” e “acesso” (ao conhecimento). *ni-* e *shi-* são concebidos como ‘+F, +O’ em termos de acesso, diferindo no que concerne à posse da autoridade epistêmica. *ni-* indica que a autoridade epistêmica é atribuída ao falante e *shi-* ao ouvinte.

respeito tanto ao direito sobre o conhecimento quanto às responsabilidades pelo conhecimento, podendo ser compartilhada pelos participantes da interação ou exclusiva de um ou de outro (Bergqvist; Grzech, 2023).²³⁶

Quando o ponto de partida é o Falante (P₁), este concebe um conhecimento segundo o seu ponto de vista, de maneira a alcançar os seus objetivos comunicativos, como gerar ou uma ação por parte do Ouvinte (P₂), como no exemplo (36), ou uma conscientização, bem como emitir um alerta.²³⁷ Quando é o Ouvinte (P₂) o ponto de partida, este é colocado em posição de detentor da autoridade epistêmica. Nas situações em que o Falante (P₁) é “-conhecimento”, a atribuição de uma autoridade sobre o conhecimento ao Ouvinte (P₂) é bastante óbvia, como ilustrado no exemplo (19) deste capítulo. Quando o Falante (P₁) é concebido como um “+conhecimento”, Ouvinte (P₂) é colocado em posição de privilégio em relação à posse de autoridade epistêmica, uma vez que é convidado pelo Falante (P₁) a avaliar o que disse (concordar com/confirmar ou não as suposições dele, alterá-las, etc.), como se depreende do exemplo (37) adiante.

Em (36) e (37), ilustramos a atuação, em interação, dos dois tipos de operadores propostos nessa tese. Em ambos os exemplos, o conhecimento veiculado no Conteúdo Comunicado (C) é tido como acessado por P₁ e P₂. A diferença reside na tomada de perspectiva/ autoridade epistêmica.

(36)

- a. *uba ma-kwĩ ni-Ø-gua-t'äw* (2s)
 eye 2O-have. PRTC SPKR.SYM-3S-do-PROG
 ‘You’re getting tired’. (suggesting the addressee should go to bed) (BUN_090822)
 (Bergqvist, 2016, p. 18).
 “*Você está ficando cansado*”. (sugerindo que o ouvinte deveria ir para a cama).
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: DECL (F₁)) (**EAP**₁)_S (P₂)_A (+**S+A** C₁: [(T₁) (T₂) (R₁) (R₂) (R₃)] (C₁))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*kwĩ*” (“have” – “ter”)
 (T₂) = “*gua*” (“do – “fazer”)
 (R₁) = “*uba*” (“eye” – “olho”)
 (R₂) = “*ma*” (segunda pessoa)
 (R₃) = “*Ø*” (terceira pessoa)

²³⁶ Os autores sugerem a leitura de Stivers *et al.* (2011b) e Heritage e Raymond (2005) para uma discussão acerca da noção e também de Kimio (1997) acerca da noção de “territórios de informação”.

²³⁷ Cf. exemplo (11) do Capítulo 5, situação em que uma autoridade epistêmica de posse do falante pode ser melhor capturada, já que o conhecimento é concebido como ‘+F, -O’.

(37)

- a. *ei-kí shi-Ø-guá-kue-na*
 this-FOC ADR.SYM-3-do-PL-SOC
 ‘So this is how it is done?’ (BUN_090824)
 (Bergqvist, 2016, p. 23).
 “Então é assim que é feito?”
- b. (M₁: [(A₁: (F₁: INTER (F₁)) (P₁)_S (EAP₂)_A (+S+A C_I: [(T₁)_{Foc} (T₂) (R₁)] (C_I))] (A₁))] (M₁))
 onde: (T₁) = “*ei*” (“this” – “assim”)
 (T₂) = “*gua*” (“do” – “fazer”)
 (R₁) = “Ø” (terceira pessoa)

Com base nas especificidades do sistema de “engajamento” do *kogi* apontadas por Bergqvist (2016), julgamos que, na expressão da dimensão ‘+F, +O’, os operadores que estamos propondo são necessários, uma vez que a língua possui, no sistema responsável por expressar a categoria, um paradigma (*ni-*, *shi-*) que diferencia informações cujo acesso é compartilhado pelos participantes da interação desde a perspectiva do Falante (*ni-*) e desde a perspectiva do Ouvinte (*shi-*). Apesar de os outros prefixos também se relacionarem, conforme se evidencia na descrição do autor para as formas, ora a uma, ora a outra perspectiva, não há um paradigma que diferencia ‘+F, -O’ (*na-*) e ‘-F, +O’ (*sha-*) desde a perspectiva do Falante (P₁) e desde a perspectiva do Ouvinte (P₂), como ocorre com o par *ni-* e *shi-*, e, claro, seria redundante aplicar o operador ‘EA’ em P₁ e P₂ quando o Conteúdo Comunicado (C) for, respectivamente, ‘+S-A’ e ‘-S+A’.

Optamos por centralizar a noção de autoridade epistêmica no operador proposto com base em Bergqvist e Knuchel (2019) e também em razão de Keizer (2014) já utilizar o termo “perspectiva” para a denominação de seu operador. É importante esclarecer que nosso operador se difere do proposto por Keizer (2014), também para o NI.

Keizer (2014) discute a tomada de perspectiva pelo Falante (P₁) no contexto da alternância entre voz passiva e ativa. Dado que ela desencadeia uma seleção na gramática, a informação precisa ser sinalizada na Formulação, o que leva a autora a propor esse operador. A escolha do NI tem em vista a natureza cognitivo-pragmática da perspectiva. Nesse contexto, segundo Keizer (2014, 413), as formas disponíveis preenchem uma função interpessoal não apenas de permitir que P₁ transmita a P₂ a mensagem conforme foi organizado em sua mente, mas também de convidar P₂ para que visualize da mesma maneira. A nossa proposta, por outro lado, está centrada em sinalizar no NI uma distinção refletida na gramática relativa à indicação do Falante (P₁) ou do Ouvinte (P₂) como ponto de partida e detentor de uma **autoridade epistêmica** acerca do conhecimento veiculado.

Salientamos que, para a GDF, a manifestação de um fenômeno gramatical em uma única língua já é suficiente para um refinamento na teoria, como fica claro na reformulação da tipologia evidencial em Hengeveld e Fischer (2018), em que se propõe o subtipo *Citação*, à vista de sua relevância gramatical para a língua A'ingae. A seguir, ocupamo-nos de caracterizar, no quadro da GDF, a intersubjetividade na expressão da evidencialidade em diferentes línguas.

6.3 Adequação da proposta na descrição da intersubjetividade em contexto evidencial

Evidenciamos, no capítulo 5, a codificação de distinções de intersubjetividade em sistemas evidenciais gramaticais. Pudemos constatar um reflexo sistemático de um aspecto da Formulação pragmática na expressão da evidencialidade, dada a existência, em várias línguas, de um paradigma de formas que contrastam valores de intersubjetividade no domínio de vários subtipos evidenciais ou da existência de formas especializadas em alguma dimensão intersubjetiva. Partindo dessa constatação, argumentamos nesta seção como podem ser adequadamente descritos na GDF os casos em que os evidenciais codificam, além da fonte da informação, dimensões da intersubjetividade.

No Capítulo 3 desta tese, apresentamos a tipologia evidencial da GDF, estabelecendo as devidas relações com diferentes camadas tanto do NI quanto do NR do Componente Gramatical do modelo. De forma bastante resumida, a GDF e seus desdobramentos (Hengeveld; Dall'aglio-Hattner, 2015; Hengeveld; Fischer, 2018) propõem os subtipos evidenciais *Citação*, *Reportatividade*, *Inferência*, *Dedução* e *Percepção de evento*, cada qual atuante em uma camada diferente dos níveis de *Formulação*. Há também a proposição de um sexto subtipo, o *Não testemunhado* (Silva, 2024) e consequente reformulação do subtipo *Percepção de evento* para a evidencialidade *Sensorial*.

A camada é um critério usado pela teoria da GDF para estabelecimento de subcategorias evidenciais. Se uma única língua - ou um conjunto delas -, detentora de evidenciais gramaticais, demonstrar a atuação de um marcador de evidencialidade em algumas das camadas da GDF, não podendo ser descrita usando a tipologia do modelo na forma em que se encontra, já é uma confirmação da relevância de se propor um novo subtipo evidencial, para que a teoria possa cobrir o tratamento da realidade gramatical dessa(s) língua(s) (cf. Hengeveld; Fischer, 2018; Silva, 2024).

Uma vez que, nos sistemas evidenciais das línguas aqui descritas, variados tipos de evidencialidade interagem com diferentes modos de distribuição do conhecimento entre

Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) e que a GDF segue o critério da camada, a tese começa defendendo que o melhor caminho para o tratamento da intersubjetividade evidencial segundo o modelo, tendo em vista a relevância gramatical de distinções intersubjetivas no domínio evidencial, não é a proposição de novas subcategorias evidenciais.

Notemos que, na evidencialidade de conhecimento mútuo, codificada por marcadores evidenciais específicos em línguas da família quíchua, Hintz e Hintz (2017) explicitam que o conhecimento é adquirido mediante experiências linguísticas e não linguísticas e não há uma limitação ou restrição em termos de fontes de informação²³⁸ e modos de conhecer. No nambiquara (Kroeker, 2001), os evidenciais são definidos como expressando, além de tempo, duas funções diferentes, uma que diz respeito aos modos de obtenção/fontes de informação e outra concernente ao tipo de acesso (se individual ou coletivo).

Com base na maneira como são discutidos os evidenciais que codificam para além de modos de obtenção, a proposição de novas subcategorias evidenciais para a tipologia da GDF - como feito em Hengeveld e Fischer (2018) e Silva (2024), para cobrir uma necessidade de algumas gramáticas - não é a solução mais simples para tornar a teoria apta a tratar da codificação de dimensões intersubjetivas nesse domínio categorial. Frisamos que propor subtipos evidenciais levando-se em consideração o critério da camada usado pela GDF aparentemente não é de todo incoerente, uma vez que não há uma relação de um para um entre camada e subtipo, em ambos os sentidos, isto é, uma subcategoria evidencial pode se relacionar a mais de uma camada, como ocorre com a Reportatividade (cf. Hengeveld; Fischer, 2018), e, uma única camada, a mais de um subtipo evidencial, como ocorre com a evidencialidade de Dedução e Não testemunhada (cf. Silva, 2024). Entretanto, isso romperia com o princípio da simplificação teórica, resultando em uma série de subtipos evidenciais em suas modalidades “intersubjetivas”.

Partindo da verificação de que a intersubjetividade atravessa os diferentes subtipos evidenciais conforme proposto pela GDF (Hengeveld; Dall’aglio-Hattner, 2015; Hengeveld; Fischer, 2018)²³⁹ e tendo descartado, como a solução mais coerente, que a GDF lide com essas distinções intersubjetivas que são gramaticalizadas em sistemas evidenciais, ou ocorrem de forma regular, mediante a proposição de novos subtipos evidenciais, cabe-nos posicionarmos quanto à forma como o modelo pode explicar o fenômeno.

²³⁸ O que estabelecemos como “base evidencial” na seção 2.1.

²³⁹ Esse entendimento é fundamentado pelas evidências presentes nas línguas aqui discutidas, com ênfase na observação de Hintz e Hintz (2017) e no modo como os evidenciais são apresentados em Kroeker (2001), como formas codificando três funções: tempo, orientação e verificação.

Parece-nos que a proposta apresentada na seção anterior pode adequadamente se aplicar à descrição de evidenciais gramaticais que expressam dimensões do domínio da intersubjetividade. Partindo dos evidenciais intersubjetivos das oito línguas descritas no capítulo 5, a expressão da intersubjetividade em interação com a evidencialidade é passível de descrição na GDF a partir do conjunto de operadores cuja função é indicar que o conteúdo da mensagem de natureza evidencial veiculada pelo Falante (P_1) em seu Conteúdo Comunicado (C) é assumido como (não) compartilhado. Essa é uma informação dada na Formulação pragmática. Quanto às informações relativas à evidencialidade, estas são fornecidas também no NI ou no NR, a depender da semântica do evidencial, a qual nos permitirá associar a um subtipo da tipologia do modelo. É uma via simples, mas coerente, uma vez que estamos diante de duas funções diferentes que se sobrepõem, podendo coincidir ou não no mesmo nível da Formulação do Componente Gramatical, a depender do subtipo evidencial que a forma codifique, se um do NI ou do NR, e que permite a GDF ampliar o poder explicativo de sistemas evidenciais, uma vez que a contemplação somente do valor evidencial pela tipologia do modelo fornece uma descrição incompleta da bifuncionalidade das formas.

À vista da relação entre diferentes distribuições de acesso à informação entre Falante (P_1) e Ouvinte (P_2) e tipos de evidencialidade, organizamos essa seção de acordo com os domínios evidenciais nos quais as línguas consideradas codificam distinções de intersubjetividade, seguindo a tipologia evidencial da GDF. Para tanto, buscamos atribuir a classificação da teoria aos evidenciais dessas línguas a partir da descrição proposta pelos autores acerca do valor evidencial das formas. Foi possível estabelecer relação com cinco subtipos evidenciais do modelo, a saber: *Reportatividade*, *Inferência*, *Dedução*, *Não testemunhado*²⁴⁰ e *Sensorial*.²⁴¹

²⁴⁰ O subtipo evidencial *Não testemunhado* foi recentemente proposto por Silva (2024) para integrar a tipologia evidencial da GDF. Sua função é indicar que o Estado de Coisas (e) não foi percebido pelos sentidos. Quanto à camada de atuação, segundo defende o autor, o *Não testemunhado* tem escopo sobre o Episódio (ep), em razão das propriedades temporais e espaciais dessa subcategoria. Verificamos a relevância desse subtipo na expressão de distinções de intersubjetividade em contexto evidencial no wola (Silitoe, 2016). O caso é discutido na seção 6.4, onde abordamos os marcadores que codificam a distribuição de acesso à evidência para a proposição evidencial.

²⁴¹ Lembrando que há também o subtipo *Citação*, que indica uma retransmissão literal de um dito (daí sua atuação na camada do Ato Discursivo (A)). Todavia, não verificamos, nos estudos que abarcados para tratar da interação entre evidencialidade e intersubjetividade, uma menção de que a língua sob análise codifica especificamente esse tipo de evidencialidade – ou algum exemplo de uso que pudesse ser adequadamente interpretado como de *Citação* – junto com a intersubjetividade, seja(m) qual(is) for(em) a(s) dimensão(ões).

6.3.1 Intersubjetividade na expressão da “Reportatividade”

A *Reportatividade* é uma subcategoria evidencial que indica que a informação veiculada é uma retransmissão de um conteúdo de outrem. A “fonte (criador)”, portanto, não é o Falante (P₁). Esse conteúdo pode constituir o Conteúdo Comunicado (C) em sua totalidade ou um Subato de Atribuição (T) evocado nele, ambas camadas pertencentes ao Nível Interpessoal. Na expressão dessa subcategoria, a “base evidencial”, que é enunciativa, acaba coincidindo com a “informação evidencial”, já que esta última nada mais é do que uma retransmissão do que foi enunciado por outro, ou seja, a base enunciativa retransmitida.

A interação entre *Reportatividade* e dimensões intersubjetivas está codificada na gramática das línguas tepehuano do Sudeste (Willet, 1991), nambiquara (Kroeker, 2001) e yurakaré (Gipper, 2014). Para o tepehuano do Sudeste (Willet, 1991) e o nambiquara (Kroeker, 2001), são relevantes os operadores interpessoais {+S+A, +S-A}, uma vez que se estabelece nessas línguas uma distinção entre informação reportada ‘+F, +O’ e informação reportada ‘+F, -O’. Na língua yurakaré, o evidencial indica, além desse subtipo, que a informação reportada é conhecida somente pelo Falante (P₁) (dimensão ‘+F, -O’). É-lhe relevante, portanto, apenas o operador ‘+S-A’. Doravante, referir-nos-emos a essas situações como *Reportatividade* ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’.

Centrando-nos no Conteúdo Comunicado (C) em (38a) e (39a), fornecemos a seguir uma descrição da *Reportatividade* ‘+F, +O’ nas línguas tepehuano do Sudeste (Willet, 1991) e nambiquara (Kroeker, 2001), de acordo com as propriedades relevantes do Componente Gramatical da GDF.

(38)

- a. *Va-jípir gu-m bí na-p sac tu-jugui-a’.*
 RLZ -get^cold ART-2S food SUB-2S REK EXT-eat-FUT
 “Your food is already cold. (You said) you were going to eat.”
 (Willet, 1991, p. 165).
 “Sua comida já está fria. (Você disse) você ia comer.”.

- b. (+S+A rep C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘jugui’ (“eat” - “comer”)
 (R₁) = ‘p’ (segunda pessoa do singular)

(39)

- a. *Wa³kon3-Ø-ta¹tēx¹ti²tur³-wa².*
 work-3SG-T/E.CN.P-IMPF
 ‘We were told that he worked’.

(Kroeker, 2001, 64).

“Disseram-nos que ele trabalhava.”

- b. (+S+A rep C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘Wa³kon³’ (“work” - “trabalhar”)
 (R₁) = ‘Ø’ (terceira pessoa do singular)

Em (40b) a (42b), descrevemos a *Reportatividade* ‘+F, -O’ conforme manifestado no yurakaré, no tepehuano do Sudeste (Willet, 1991) e no nambiquara (Kroeker, 2001).

(40)

- a. M: =atchiya
 ati=chi=ya
 DEM=DIR=REP
 ‘There (they say).’ (270807_conv)
 (Gipper, 2014, p. 793).
“Lá (eles dizem).”

- b. (+S-A rep C₁: [(T₁)] (C₁))

Lembremos que, segundo Gipper (2014), não se evidenciaram ocorrências de uso do evidencial reportativo =ya em situações em que o falante tinha expectativas de que seu ouvinte possuísse também acesso à informação. Esse dado (100% dos usos do evidencial com o falante não tendo expectativas quanto a um acesso do ouvinte ao conhecimento) aponta para a pertinência de sinalizar essa informação relativa à dimensão da intersubjetividade expressada nesse evidencial, mesmo que não esteja gramaticalizado, pois há uma relação clara e regular entre uma **forma** e uma **função intersubjetiva**. Tendo em vista o comportamento desse evidencial, uma descrição adequada de seus usos seria a apresentada em (40b).

(41)

- a. Oidya-’-ap gu-m tat jimi-a’ sap para
 go^with-FUT-2S ART-2S father, go-FUT REU to
 Vódamtam cavuimuc
 Mezquital tomorrow
 “(You should) accompany your father. He says he’s going to Mezquital tomorrow.”
 (Willet, 1991, p. 163).
“(Você deve) acompanhar o seu pai. Ele diz que vai a Mezquital amanhã.”
- b. (+S-A rep C₁: [(T₁) (T₂) (T₃) (R₁) (R₂) (R₃)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘Oidya’ (“go with” - “acompanhar”)
 (T₂) = ‘jimi’ (“go” - “ir”)

- (T₃) = ‘cavuimuc’ (“tomorrow” - “amanhã”)
 (R₁) = ‘ap’ (segunda pessoa do singular)
 (R₂) = ‘gum tat’ (“your father” - “o seu pai”)
 (R₃) = ‘Vódamtam’ = (“Mezquital”)

(42)

- a. *Wa³kon³Ø-ta¹hẽ²-la².*
 work-3SG-T/E.IN.REP-PF
 'I was told that he worked'.
 (Kroeker, 2001, 64).
 “Disseram-me que ele trabalhava.”.
- b. (+S-A rep C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘Wa³kon³’ (“work” - “trabalhar”)
 (R₁) = ‘Ø’ (terceira pessoa do singular)

Em (38)-(42), ocorre a interação entre a intersubjetividade e a subcategoria evidencial *Reportatividade*, indicando que o Conteúdo Comunicado (C) por outro é acessado por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) ou somente pelo Falante (P₁). Nas representações subjacentes, há a combinação de operadores de intersubjetividade e evidencialidade em uma mesma camada, tendo em vista os escopos coincidirem, com base na tipologia evidencial da GDF e em nossa proposta para o tratamento da *intersubjetividade gramaticalizada*.

A descrição em (38b)-(42b) fornece uma caracterização adequada dos evidenciais do tepehuano do Sudeste (Willet, 1991), do nambiquara (Kroeker, 2001) e do yurakaré (Gipper, 2014), por representar a atuação dos operadores de evidencialidade segundo a função evidencial codificada e contemplar a dimensão intersubjetiva que está gramaticalizada ou que se manifesta de maneira estatisticamente relevante no domínio da expressão da fonte da informação, mediante a utilização dos operadores de intersubjetividade propostos nessa tese, tendo em vista que os marcadores de *Reportatividade* dessas línguas não codificam exclusivamente função evidencial. Tais marcadores são cumulativos, codificando a função intersubjetiva e evidencial.

6.3.2 Intersubjetividade na expressão da “Inferência”

A *Inferência* indica que a informação veiculada é resultado de um cálculo mental baseado em um conhecimento existente na mente do falante. Dada a natureza dessa informação, o subtipo evidencial atua na camada do Conteúdo Propositional (p) do Nível Representacional. Aplicando as noções de “fonte (criador)”, “base evidencial” e “informação evidencial” a essa subcategoria, temos que a “fonte (criador)” será sempre o Falante (P₁), o

responsável por inferir o Conteúdo Proposicional (p). Diferentemente do que ocorre na *Reportatividade*, a “base evidencial”, que será de natureza cognitiva, e a “informação evidencial” não coincidirão, já que aquela corresponderá a esse conhecimento armazenado na mente do Falante (P₁) que fundamenta a conclusão veiculada na “informação evidencial”.

No domínio da evidencialidade de raciocínio, os marcadores das línguas yurakaré (Gipper, 2014), do quíchua conchucos do Sul (Hintz; Hintz, 2017) e do quíchua do Sihuas (Hintz; Hintz, 2017) codificam também dimensões intersubjetivas. Nas línguas quíchua conchucos do Sul e quíchua do Sihuas, os evidenciais cujos usos podem indicar o subtipo *Inferência* formam um paradigma que distingue informação conjetural ‘+F, +O’ e informação conjetural ‘+F, -O’. Com “evidenciais cujo usos podem indicar o subtipo *Inferência*” referimo-nos ao fato de que, partindo do contexto dos evidenciais que interagem com dimensões intersubjetivas, a distinção entre *Inferência* e *Dedução* não é relevante. Em suma, como já pontuamos no Capítulo 5, os conhecimentos veiculados podem se relacionar a diferentes bases evidenciais.

O evidencial de suposição do yurakaré indica, além desse subtipo evidencial,²⁴² que a informação sob o escopo do marcador é “desconhecida” tanto pelo Falante (P₁) quanto pelo Ouvinte (P₂). Parece estranho, mas com “desconhecidas” pelos Participantes, referimo-nos ao fato de que nenhum deles tem conhecimento sobre os eventos, tanto os contidos na base de conhecimento usada quanto os contidos na informação veiculada, para a qual os participantes carecem de evidência.

Em razão de essas línguas possuírem evidenciais que expressam *Inferência* e, com base nos argumentos que sinalizamos, de maneira concomitante, uma ou mais dimensões intersubjetivas, reportar-nos-emos a essas situações, de agora em diante, como *Inferência* ‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘-F, -O’.

Em (43), fornecemos uma descrição da expressão da *Inferência* ‘-F, -O’ na língua yurakaré, para a qual essa distinção intersubjetiva é relevante no domínio evidencial inferencial. Fazemo-lo abarcando ambos os níveis da Formulação, uma vez que o operador de intersubjetividade proposto nessa tese atua no NI e o evidencial no NR.

- (43) 1. P: *a:makki batajtënajayu* (0.7)
 amakki bata-ø=jtë=naja=yu
 when go.FUT-3SG.SBJ=ASSU=NSIT=RES.F
 ‘When is it finally going to pass?’

²⁴² Ou possivelmente de outro relacionado ao domínio do raciocínio, pois a autora não especifica o tipo de base evidencial ao qual se vincula esse evidencial, apenas que ele indica suposição.

- (...)
 (Gipper, 2014, p. 823).
 “Quando isso finalmente vai passar?”
 b. NI → (-S-A C₁: [(T₁) (R₁) (R₂)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘bata’ (“go” - “ir”)
 (R₁) = ‘ø’ (terceira pessoa do singular)
 (R₂) = ‘amakki’ (“when” - “quando”)
 NR → (inf p_i :[...] (p_i))

Segundo Gipper (2014), o evidencial =*jtë* do yurakaré é usado no corpus somente quando falante e ouvinte não possuem conhecimento tanto de uma evidência a ser usada na suposição quanto da situação em si descrita. Similarmente ao reportativo =*ya*, há uma relação quantitativamente relevante (100% dos usos atrelados à falta de acesso de ambos os Participantes) entre a **forma** =*jtë* e **função intersubjetiva** ‘-S-A’.

Como já pontuamos, os evidenciais de conjectura do quíchua conchucos do Sul não se relacionam somente a uma base evidencial, de modo que o par *chi* (conjectura individual) e *cher* (conjectura mútua), pode, em tese, veicular esse subtipo evidencial. É o que ocorre no exemplo (44).

- (44)
- a. L: *Obra:hi-man na-ski-r-qa* *may* *tantiya-ri-ya-sha-na-m.*
 Obraje-ALL empty.root-PFV-SS-TOP surely understand-PUNC-PL-PST-
 NOW-DIR
 ‘Surely when the cows came to Obraje they realized it.’
- F: *Tsay-pita-qa qoya:-mu-shqa defrenti-na-m.*
 that-ABL-TOP pass.day-CIS-PST straight-NOW-DIR
 ‘After that they came straight here.’
- Tsay ura-la:-pa-pis* *yaqa-rka-ya:-mu-n-na.*
 that down-SIDE-GEN-EVEN fork-PFV.M-PL-CIS-3-NOW
 ‘They came right down along that lower path.’
- L: A: *musya-ri-ya-n,* *tantiya-ri-ya-n.*
 yes know-PUNC-PL-3 understand-PUNC-PL-3
 ‘Yes, they know, they understand.’
- F: *Obra:hi-pita chip kay-pa tantiya-ya-n-mi.*
 Obraje-ABL total this-GEN understand-PL-3-DIR
 ‘From Obraje all the way here they understand.’
- E: ... *Obra:hi-pita-qa* *reqi-ya-n-na-cher.*
 Obraje-ABL-TOP be.familiar-PL-3-NOW-CNJ.A
 ‘From Obraje they are familiar it seems.’
 (...)

L: ...*Tsay-pa-cha: peru na-pa-qa pa:sa-mu-n hallqa-pita-qa.*
 that-GEN-MUT but empty.root-GEN-TOP pass-CIS-3 high.grassland-
 ABL-TOP
 ‘Of course, they pass along that route when they return from the high
 pastures.’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 8).
 “*Certamente, quando as vacas chegaram a Obraje, elas perceberam
 isso.*”
 “*Depois disso, elas vieram direto para cá.*”
 “*Elas descenderam por aquele caminho mais baixo.*”
 “*Sim, elas sabem, elas entendem.*”
 “*De Obraje até aqui, elas entendem.*”
 “*De Obraje elas estão familiarizadas, parece.*”
 “*É claro, elas passam por essa rota quando voltam das pastagens
 altas.*”

- b. NI → (+S+A C₁: [(T₁) (R₁: Obra:hi (R₁))_{top} (R₂)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘requi’ (“be familiar” - “ser familiar”/conhecido”)
 (R₁) = ‘Obra:hi’ (nome próprio de lugar)
 (R₂) = ‘yan’ (terceira pessoa do plural)
 NR → (inf p_i :[...] (p_i))

Em (44), temos um uso do marcador evidencial *cher*, do quíchua conchucos do Sul, responsável por expressar conjectura mútua. Classificamos o caso como a expressão de uma *Inferência*, uma vez que, com base no contexto da ocorrência, o Falante (P₁) se baseia em uma série de informações que são recebidas no momento interação, levando de modo coerente à conclusão veiculada.

Caso o conhecimento fosse assumido pelo falante que enuncia a informação evidencial como individual, a forma usada seria *-chi* em vez de *-cher*, mas claramente isso não ocorre, pois, na interação, foi-se estabelecendo um consenso, a partir dos conhecimentos que o interactantes possuíam, de que as vacas têm conhecimento da localidade, o que motivou o Falante (P₁) a enunciar que as vacas têm familiaridade com Obraje usando a forma de conjectura compartilhada *-cher*. Com base no uso de *-cha* (que indica fato compartilhado), logo após a ocorrência do conjetural mútuo *-cher*, usado como um apelo para validação ou desconfirmação daquele consenso que se vem estabelecendo na interação, firma que de fato uma conhecimento compartilhado foi estabelecido (Hintz; Hintz, 2017), o que realmente valida a suposição do falante do potencial intersubjetivo, refletida pela seleção de *-cher*, da conclusão que ele veicula.

Em síntese, distinções de intersubjetividade interagindo com a evidencialidade de *Inferência* são refletidas na gramática da língua yurakaré e quíchua conchucos do Sul, mesmo que de formas distintas, visto que o yurakaré não possui um par de formas que contraste duas

dimensões intersubjetivas. Uma vez que os marcadores evidenciais dessas línguas são cumulativos, uma descrição adequada seria aquela que especificasse a atuação do operador de intersubjetividade, no NI, e do de evidencialidade, no NR. Isso é crucial em línguas que têm um paradigma de formas contrastando dimensões intersubjetivas no domínio evidencial, tendo em vista que a seleção de uma ou outra forma desse paradigma obedecerá à especificação, no NI, de seu valor intersubjetivo (se ‘+F, +O’, se ‘+F, -O’, etc.).

Quanto ao quíchua do Sihuas, que codifica conhecimento mútuo (‘+F, +O’) e individual (‘+F, -O’), uma classificação a partir dos operadores propostos não parece refletir a real função que é codificada pelos marcadores *chri* (conjetura individual) e *chra* (conjetura compartilhada), posto que não é a informação veiculada que é ‘+F, +O’ ou ‘+F, -O’, mas a gênese de um processo cognitivo, conforme discutiremos em 6.4.

6.3.3 Intersubjetividade na expressão da “Dedução”

A *Dedução* é uma subcategoria evidencial que indica que a informação veiculada é resultado de um cálculo mental do falante feito a partir de evidência de natureza perceptual. Na GDF, ela atua na camada do Episódio (ep), pois implica a existência de mais de um Estado de Coisas (e), um correspondente ao evento deduzido e outro ao evento percebido. Similarmente ao que ocorre na expressão da *Inferência*, o Falante (P₁) será a “fonte (criador)” e a “base evidencial” também não coincidirá com a “informação evidencial”, pelas mesmas razões aplicadas a essa subcategoria, com uma pequena diferença na natureza da base da *Dedução*, que é sensorial (o Estado de Coisas (e) percebido que fundamenta a conclusão).

Das línguas consideradas, a interação entre esse subtipo evidencial e dimensões intersubjetivas está presente no nambiquara. Essa língua possui um paradigma de formas que contrasta as dimensões ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’. Referir-nos-emos à situação como *Dedução* ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’.

A *Dedução* é de fato um domínio evidencial relevante no nambiquara. Segundo Kroeker (2001), no que o autor define como orientação evidencial de dedução, o falante deduz que uma ação deve ter ocorrido a partir de algo que ele viu.²⁴³ Como demonstramos no capítulo anterior, no domínio da orientação de dedução, a verificação pode ser coletiva (‘+F, +O’), ou individual (‘+F, -O’). Nos exemplos (45)-(46), ilustramos e descrevemos, segundo as

²⁴³ Um posicionamento equivalente que correlaciona os evidenciais de dedução do nambiquara à *Dedução* da GDF é feita por Kapp-Barboza (2017) (cf. Quadro 5, p. 70, desse trabalho).

propriedades da GDF e os operadores intersubjetivos propostos na tese, a expressão da *Dedução* ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’.

(45)

- a. *Wa³kon³-Ø-te³nu¹ti²tu³-wa²*.
 work-3SG-T/E.CD.REP-IMPF
 'He worked'
 (Kroeker, 2001, 64).
 “*Ele trabalhou.*”.
- b. NI → (+S+A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘Wa³kon³’ (“work” - “trabalhar”)
 (R₁) = ‘Ø’ (terceira pessoa do singular)
 NR → (**ded epi** :[...]) (**e_{pi}**)

(46)

- a. *Wa³kon³-Ø-nĩn²ta²-wa²*.
 work-3SG-T/E.ID.PRES-IMPF
 'He must be working'
 (Kroeker, 2001, 63).
 “*Ele deve estar trabalhando.*”.
- b. NI → (+S-A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘Wa³kon³’ (“work” - “trabalhar”)
 (R₁) = ‘Ø’ (terceira pessoa do singular)
 NR → (**ded epi** :[...]) (**e_{pi}**)

Em (45), *te³nu¹ti²tu³* é a forma de tempo e evidencialidade responsável por expressar a *Dedução* ‘+F, +O’ no passado recente. A *Dedução* ‘+F, -O’, ilustrada em (46), ocorre mediante o uso da forma de tempo presente e evidencialidade *nĩn²ta²*.

No nambiquara (Kroeker, 2001), um contraste formal se estabelece no domínio evidencial da *Dedução*, com uma forma indicando informação deduzida ‘+F, +O’ e outra informação deduzida ‘+F, -O’. Diante disso, para que o NM possa selecionar uma forma dentre as possíveis do paradigma, essa distinção pragmática precisa ser sinalizada no NI segundo a representação fornecida em (45b)-(46b).

6.3.4 Intersubjetividade na expressão da evidencialidade “Sensorial”

A evidencialidade *Sensorial* corresponde ao testemunho do acontecimento de um Estado de coisas (e) mediante os sentidos. Seu escopo de atuação é a camada do Estado-coisas (e). Na GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Hengeveld; Dall’aglio-Hattner, 2015), essa

noção estava coberta pelo subtipo *Percepção de evento*, que indica que o Falante acessou (**ou não**) o evento por meio dos sentidos. Ao propor uma nova subcategoria evidencial, o *Não testemunhado*, Silva (2024) prescreve um ajuste na nomenclatura e definição desse subtipo, que, de *Percepção de evento*, passaria a denominar-se evidencialidade *Sensorial*, correspondendo, agora, ao testemunho sensorial de um Estado de Coisas (e). Aplicando as noções de “fonte criador”, “base evidencial” e “informação evidencial”, temos que a fonte será o Falante (P₁), o responsável por testemunhar o evento que foi relatado na “informação evidencial”. Similarmente ao que ocorre na expressão da *Reportatividade*, a “base evidencial”, que é de natureza sensorial, e a “informação evidencial” coincidirão já que o evento referido nesta é exatamente aquele que constitui a base.

Ao centrarmos na semântica dos evidenciais das línguas contempladas nesta tese, a relevância da interação do subtipo evidencial *Sensorial* com diferentes dimensões intersubjetivas foi verificada no quíchua conchucos do Sul, quíchua do Sihuas, foe (seção 6.1), nambiquara, wola e lakondê.

As formas *-cha* (*versus -mi*), do quíchua conchucos do Sul, e *-ma* (*versus -mi*), do quíchua do Sihuas, indicam fatos compartilhados (Hintz; Hintz, 2017). Em algumas ocorrências fornecidas no trabalho, os fatos constituem eventos testemunhados diretamente, ou seja, figuram a expressão da evidencialidade *Sensorial*. Nos exemplos (48)-(50), ilustramos a manifestação desse subtipo nas duas línguas, bem como a maneira em que esses usos podem ser adequadamente descritos na GDF, de modo a abarcar a função evidencial e intersubjetiva da forma.

(48)

- a. *May* *tamya* *tamya-ra-n-cha*.
 already rain rain-PST-3-MUT
 ‘It surely rained hard (as we all just experienced).’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 10).
 “Certamente choveu forte (como todos nós acabamos de experienciar).”
- b. NI → (+S+A C₁: [(T₁) (T₂) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘may’ (“already” - “já”)
 (T₂) = ‘tamya’ (“rain” - “chover”)
 (R₁) = ‘tamya’ (“rain” - “chuva”)
 NR → (sen e_i : [...] (e_i))

Segundo a descrição de Hintz e Hintz (2017) para a situação representada em (48), ambos os Participantes experienciaram a chuva forte. Ainda com base na explicação do

exemplo, se o Falante (P₁) acreditasse que o evento havia sido experienciado somente por ele, a forma selecionada para construir o enunciado na língua quíchua conchucos do Sul seria a *-mi*.

(49)

- a. *Shamu-ra-n-mi alkaldi Julio.*
 come-PST-3-DIR mayor Julio
 ‘Mayor Julio came.’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 12).
 “O prefeito Julio veio.”
- b. NI → (+S-A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘Shamu’ (“come” - “vir”)
 (R₁) = ‘alkaldi Julio’ (“Mayor Julio” - “o prefeito Julio”)
 NR → (sen ei :[...] (ei))

O uso de *-mi* em (49) também foi classificado como evidencialidade *Sensorial*, uma vez que, como esclarecido em Hintz e Hintz (2017), o falante testemunhou pessoalmente o evento. Contrastando-se com essa forma, temos, em (50), um uso de *-ma*, que também autoriza a interpretação *Sensorial*, mas, dessa vez, a experiência de ter testemunhado o evento acontecendo foi compartilhada com o ouvinte. Ao usar *-ma*, o falante confirma que o seu ouvinte estava dançando e estabelece o evento da noite da abertura do festival como uma experiência compartilhada por ambos (Hintz; Hintz, 2017).

(50)

- a. C: *Rumpi-chro: mana-ku tushu-yka:-ya-ra-: no:-kuna-pis.*
 opening.night-LOC no-Q.P dance-CONT-PL-PST-1 I-PL-EVEN
 ‘Didn’t we too (exclusive) dance on the opening night of the festival?’
- E: *Aw-ma chay-chro:-ma tushu-yka-q-ta rika-ski-ra-q no:-pis.*
 yes-DIR.C that-LOC-DIR.C dance-CONT-AG-OBJ see-PFV-PST-1=>2 I-EVEN
 ‘Yes, I saw you dancing there.’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 13).
 “Nós também não dançamos (exclusivos) na noite de abertura do festival?”
 “Sim, eu os vi dançando lá.”
- b. NI → (+S+A C₁: [(T₁) (T₂) (T₃) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘chay’ (algo equivalente e a um “lá”)
 (T₂) = ‘tushu’ (“dance” - “dançar”)
 (T₃) = ‘rika’ (“see” - “ver”)
 (R₁) = ‘no:’ (primeira pessoa do singular)
 NR → (sen ei :[...] (ei))

Nas duas línguas, estamos diante de um paradigma evidencial que pode expressar a evidencialidade *Sensorial*, como indicam os exemplos (48)-(50), situação em que, a depender da forma selecionada, o testemunho do acontecimento do Estado de coisas (e) pode ser descrito ou como um ato exclusivo do Falante (P₁) ou como um ato compartilhado com o Ouvinte (P₂). Haja vista que os prefixos formam um paradigma que distingue os valores ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’, para que o NM selecione uma ou outra forma, o NI precisa conter informações relativas à distribuição de acesso à informação entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂).

Do mesmo modo que a *Dedução*, a evidencialidade *Sensorial* é uma subcategoria relevante no nambiquara. Como demonstramos no Capítulo 5 a partir do estudo de Kroeker (2001), a língua também diferencia uma observação direta individual de um evento e uma coletiva. Em (51), a forma *na*³ de tempo presente e evidencialidade expressa a subcategoria evidencial *Sensorial* do tipo ‘+F, -O’, pois somente o Falante (P₁) testemunha o acontecimento do evento. Em (52), a expressão da evidencialidade *Sensorial* do tipo ‘+F, +O’, indicando que tanto o Falante (P₁) quanto o Ouvinte (P₂) veem o acontecimento, ocorre mediante a forma de tempo presente e evidencialidade *ti*²*tu*.

(51)

- a. *Wa*³*kon*³-Ø-*na*³-*wa*².
 work-3SG-T/E.IO.PRES-IMPF
 'He is working'
 (Kroeker, 2001, 63).
 “*Ele está trabalhando.*”
- b. NI → (+S-A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘*Wa*³*kon*³’ (“work” - “trabalhar”)
 (R₁) = ‘Ø’ (terceira pessoa do singular)
 NR → (sen e_i : [...] (e_i))

(52)

- a. *Wa*³*ko*³*n*-*a*¹-*ti*²*tu*³-*wa*².
 work-1SG-T/E.CO.PRES-IMPF
 'You and I see that I am working'
 (Kroeker, 2001, 64).
 “*Você e eu vemos que eu estou trabalhando.*”
- b. NI → (+S+A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘*Wa*³*kon*³’ (“work” - “trabalhar”)
 (R₁) = ‘*a*¹’ (primeira pessoa do singular)
 NR → (sen e_i : [...] (e_i))

No wola (Sillitoe, 2016), evidencialidade *Sensorial* interage com a dimensão intersubjetiva ‘+F, +O’. Apesar de na tradução aproximada do exemplo (53) a seguir o autor

mentonar a percepção visual somente do Falante (P₁), o evento foi experienciado pelos interlocutores. Como explicamos no Capítulo 5, trata-se de uma situação da qual Falante (F₁) e Ouvinte(s) (P₂) estão certos porque foi testemunhada ou realizada por eles.

(53)

- a. *ibiy bi-siybindis*
 2PL do-DIR
 ‘you two did [as I saw] some time ago’
 (Sillitoe, 2016, p.)
 “Vocês dois fizeram [como eu vi] há algum tempo”.
- b. NI → (+S+A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘bi’ (“do” - “fazer”)
 (R₁) = ‘ibiy’ (segunda pessoa do plural)
 NR → (sen e_i : [...]) (e_i)

Conforme expusemos no Capítulo 5, o lakondê (Telles; Wetzels, 2006) expressa o que estamos interpretando neste capítulo como a evidencialidade *Sensorial* ‘+F, +O’ mediante a forma *ng*, que, temporalmente, faz referência a uma ação no presente, e *-tân-ta* (junção do morfema de aspecto imperfectivo *-tân-* e de ‘passado anterior’ *-ta-*), que indica uma ação passada que continua no presente. Em (54b) e (55b), os evidenciais *Sensoriais* intersubjetivos *ng* e *tân-ta* são adequadamente descritos por contemplar a descrição, além do significado evidencial, mediante a especificação do operador de Estado de coisas (e), a função intersubjetiva de acesso simétrico à informação.

(54)

- a. *tq-Ø-ng*
 fall-3S-CUR.EV
 ‘He is falling.’ (we – speaker and listener – can see it)
 (Telles; Wetzels, 2006, p. 244)
 “Ele está caindo.” (nós – falante e ouvinte – podemos ver isso).
- c. NI → (+S+A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘tq’ (“fall” - “cair”)
 (R₁) = ‘Ø’ (terceira pessoa do plural)
 NR → (sen e_i : [...]) (e_i)

(55) a.

- gn-'naw 'ta-Ø-'tân-ta*
 man-LOC horizontal position-3S-IMPF-ANT
 He has been lying down.’ (I have seen it)
 (Telles; Wetzels, 2006, p. 244)
 “Ele tem estado deitado” (Eu vi isso).

- b. NI $\rightarrow$ (+S+A C₁: [(T₁) (R₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘*ta*’ (algo equivalente ao verbo “deitar”)
 (R₁) = ‘*en*’ (“man” - homem)
 NR $\rightarrow$ (sen e_i : [...] (e_i))

Especificamente sobre a combinação de morfemas ‘*tãn*’ e ‘*ta*’ do lakondê, ratificamos que estamos fixando-nos na definição evidencial apresentada pelo autor de que a construção indica que o evento ou ação foi testemunhado tanto pelo falante quanto pelo ouvinte, muito embora a descrição da tradução aproximada no exemplo que trazemos ocasione uma certa dubiedade acerca do acesso simétrico que lhe é associado (como já sinalizado no Capítulo 5), podendo enfraquecer, reconhecemos, a adequação da descrição proposta em (55b). Destacamos, todavia, que, ao redescreverem a função das formas combinadas, Telles e Wetzels (2006) pontuam que a coocorrência desses morfemas deriva uma construção em que a semântica de tempo/aspecto traz tal valor evidencial, aludindo a um evento iniciado no passado e continuando no presente, em que se projeta, no momento da fala, a progressão da ação. Dado esse traço tempo-aspectual, o status compartilhado desse testemunho visual parece estar relacionado a essa projeção na situação de fala dessa continuidade da ação.

Nos exemplos fornecidos nesta seção, interação intersubjetividades ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ e a subcategoria evidencial *Sensorial*. No nambiquara, como pontuamos, essas são de fato distinções intersubjetivas relevantes para o sistema evidencial da língua e ocorrem também no contexto de expressão da evidencialidade *Sensorial*. No que se refere ao wola (Sillitoe, 2016) e ao lakondê (Telles; Wetzels, 2006), ambas as línguas possuem evidenciais que indicam o testemunho do evento e a distribuição simétrica, entre os Participantes, desse acesso direto ao evento, de modo que uma descrição compatível, ao nível da Formulação gramatical, deve abranger a dupla função das formas. Interpretamos, nos exemplos reportados, os usos de *-cha*, do quíchua conchucos do Sul, e *-ma* e *-mi*, do quíchua do Sihas, como casos de expressão da evidencialidade *Sensorial* apoiando-nos nas traduções e glosas e na descrição fornecida por Hintz e Hintz (2017), em que consta que houve testemunho direto dos eventos. Haja vista que esses prefixos formam parte de um paradigma que distingue conhecimento mútuo e individual (*-cha versus -mi*, no quíchua conchucos do Sul; *-ma versus -mi*, no quíchua do Sihas), para que o NM possa selecionar uma forma, o NI precisa conter informações relativas à distribuição de acesso à informação entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂).

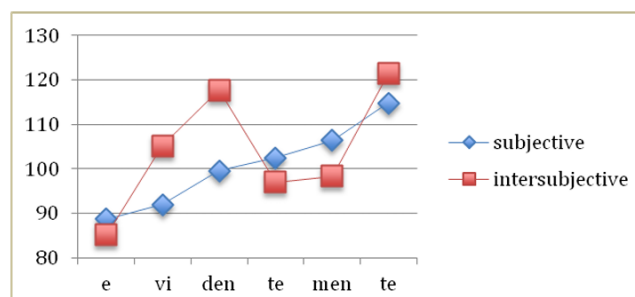
6.3.5 Reflexos no Nível Fonológico de distinções intersubjetivas na manifestação lexical da evidencialidade

Distinções intersubjetivas também são gramaticalizadas na manifestação lexical da evidencialidade. Nebot e Cornillie (2018) evidenciam um reflexo gramatical de natureza fonológica de funções análogas a duas dimensões do “engajamento” nos usos evidenciais/modais de advérbios espanhóis terminados em *-mente*.

O trabalho de Nebot e Cornillie (2018) atesta que, quando a informação veiculada pelos advérbios apresenta uma leitura subjetiva, isto é, quando não traz indícios de figurar um conhecimento compartilhado por falante e co-participante, exibe um comportamento prosódico diferente de quando a leitura é intersubjetiva, ou seja, quando é um conhecimento assumido como compartilhado e que envolve a intenção do falante de considerar os pontos de vista de seu interlocutor. À vista da correlação inquestionável entre o que os autores entendem por qualificação subjetiva e intersubjetiva no domínio evidencial e epistêmico e a noção de intersubjetividade assumida nesta tese, trataremos a função subjetiva como a indicação da dimensão ‘+F, -O’ e a função intersubjetiva como a indicação da dimensão ‘+F, +O’. Em virtude de nosso recorte evidencial, deter-nos-emos no comportamento gramatical dos advérbios “evidentemente” e “obviamente”.²⁴⁴

Como pontuam Nebot e Cornillie (2018), quando “evidentemente” é usado intersubjetivamente (‘+F, +O’), exibe um padrão melódico caracterizado pela descontinuidade e fortes quedas elevações. Em seu uso subjetivo (o que estamos considerando como ‘+F, -O’), o comportamento se caracteriza por uma inclinação melódica contínua e também por valores de altura inferiores aos dos usos intersubjetivos, conforme demonstra a Figura 8.

Figura 8 – Contornos melódicos padronizados de “evidentemente”



Fonte: Nebot e Cornillie (2018, p. 16).

²⁴⁴ No total, o estudo analisa os advérbios “obviamente”, “evidentemente”, “seguramente”, “posiblemente” e “indudablemente”. Nebot e Cornillie (2018, p. 4) concebem “obviamente”, “evidentemente” como evidenciais e “seguramente”, “posiblemente” e “indudablemente” como modais epistêmicos.

Os exemplos (56) e (57) ilustram esse contraste funcional no uso evidencial do advérbio “evidentemente”.

- (56) H2> O sea, que no publicaste /simultáneo>... No publicaste eso por humanidad...
 H3> No...
 H2> ... exclusivamente, ¿no? simultáneo> Aunque... aunque...
 H3> Sí, ininteligible> muy fuerte /simultáneo>
 H2> ... sabías que tenía **evidentemente** una buena noticia en la mano.
 H3> Claro, pero... pero imagínate,
 H2> fático=afirmación>
 H4> fático=afirmación>
 (Nebot; Cornillie, 2018, p. 14).
 “(...) ”
 H2> ... *sabias que eu tinha **evidentemente** uma boa notícia nas mãos.* ”
 “(...) ”.

Baseando-nos na explicação de Cornillie e Nebot (2018), tem-se, em (56), um uso intersubjetivo de “evidentemente” uma vez que, na interação comunicativa, dois jornalistas estão conversando sobre um assunto do âmbito de trabalho deles. Após o uso do evidencial, o ouvinte emite uma confirmação explícita acerca do que o falante acabava de comunicar.

- (57)(...)
 H2> Pero eh... ese mismo año, nosotros hemos recibido más de quinientas solicitudes de... familias dispuestas a adoptar un niño. Entonces, **evidentemente** no es posible satisfacer a quinientas familias si lo que venimos eh... teniendo como niños abandona(d)>os es un número de 121, y además, un número descendiente, porque el año anterior habían sido 127, y el anterior ciento treinta y... seis, creo recordar. Eh... El año que viene pues en vez de 121 serán 115 o 117 o 112.
 H1> <fático=afirmación>
 (Nebot; Cornillie, 2018, p. 15).²⁴⁵
 “(...) Então, **evidentemente**, não é possível satisfazer quinhentas famílias se o que viemos é... tendo como crianças abandonadas é um número de 121 (...). ”.

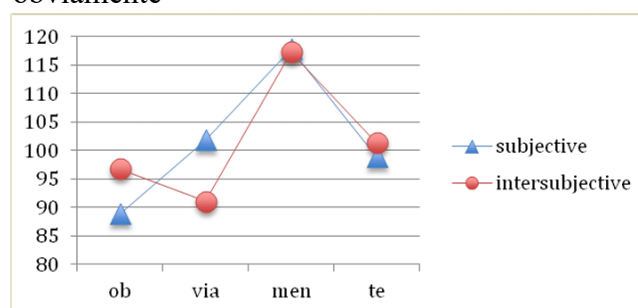
Em (57), apesar de H1 emitir uma confirmação em seu turno de fala, após o uso do advérbio evidencial por H2, Nebot e Cornillie (2018) frisam que esse comportamento comunicativo de H1 ocorre ao longo de toda a troca comunicativa e não parece constituir algo pautado em um conhecimento compartilhado. Com base nos autores, o que parece motivar o uso do advérbio na veiculação de uma informação acerca da impossibilidade de satisfazer a

²⁴⁵ ‘H’ de “hablante” (“falante”, em espanhol).

todos que desejam realizar uma adoção é próprio raciocínio do falante, que lida de maneira extensiva com a adoção no contexto da Espanha.

No que diz respeito ao advérbio “obviamente”, quando usado intersubjetivamente, seu comportamento se caracteriza por um padrão melódico marcado, com uma forte queda na sílaba “via”, imediatamente vizinha à primeira sílaba tônica do advérbio, e por um tom mais agudo do que nos usos subjetivos (Nebot; Cornillie, 2018). Quando esse evidencial veicular um conhecimento assumido pelo Falante (P₁) como ‘+F, -O’, apresentará um comportamento, segundo os autores, dentro da expectativa, com um tom ascendente consistente da primeira à última sílaba, quando ocorre uma nítida queda. A Figura 9, a seguir, mostra o comportamento prosódico dos usos ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ desse evidencial.

Figura 9 – Contornos melódicos padronizados de “obviamente”



Fonte: Nebot e Cornillie (2018, p. 9).

Os exemplos (58)-(59) ilustram, respectivamente, o uso intersubjetivo e subjetivo do advérbio “obviamente”.

(58) H2> Sí...

H1> ...eh.... hasta cierto punto también sorprendente porque... eh... el primer año en quinientos tampoco... Lo cierto es que nos hacía albergar grandes esperanzas de que se pueden limar esas diferencias... lo que ocurre es que la gente delante va ¡tan deprisa!...

H2> ...

H1> ...que... bueno, creo que es... ¡muy fácil!... **obviamente** dentro de las grandísimas dificultades, creo que es muy fácil limar un segundo, segundo y medio...

H2> Exacto...

H1> ...pero luego... limar las tres, cuatro, cinco, seis, siete décimas...

(Nebot; Cornillie, 2018, p. 7).

“(...) ”

H1> ...que... bem, acho que é... muito fácil!... **obviamente**, dentro das enormes dificuldades, acho que é muito fácil reduzir um segundo, um segundo e meio...

(...). ”.

De acordo com a explicação fornecida por Nebot e Cornillie (2018), em (58), os interlocutores conversam sobre um tema conhecido por ambos e o falante H1, quando usa o advérbio, introduz uma ideia que acredita estar na mente de seu ouvinte, pressuposição que se confirma pela reação afirmativa do interlocutor, como sugere o uso do advérbio “*exato*”.

No exemplo (59), o advérbio é usado subjetivamente, uma vez que desempenha uma função no âmbito da história que é contada pelo falante, sem que este sugira que se trate de um conhecimento compartilhado e solicite confirmação acerca de um status compartilhado da informação, como explicam os autores.

(59)H2> ... Ha sido el reportaje tal vez más extenso de mi vida, pues he tarda(d)>o dos años en... en contar lo que (()) no en contar lo que sabía, porque... yo he podido... los últimos datos es... los he sabido pues pocos días antes, no he podido publicarlo antes porque he estado... diez días internado en un hospital, ha sido lo único quee pero, vamos, yo he sabido, no es que lo supiera desde antes del juicio, como me han pregunta(d)>o algunas personas, no, yo sabía algunos datos... algunos datos pero que no tenía todavía contrastados. A mí me hacía falta que Dionisio saliera de la cárcel, ver, observar y escuchar algunos... datos y algunos elementos y (()) y bueno, entonces ahora ha sido el momento... también él... él creo que silencio> a él también le habría gustado contarlo, aunque ahora diga todo lo contrario **obviamente** porque de alguna manera vive un poco... pesaroso porque... sus cómplices no le quieren demasiado bien.

H1> Pues sus cómplices eh... con el... con el dinero que... que falta, ¿qué... qué ha hecho?, ¿qué ha pasado?

(Nebot; Cornillie, 2018, p. 8).

“(...) *embora agora diga exatamente o contrário, obviamente porque, de alguma forma, vive um pouco... pesaroso porque... seus cúmplices não gostam muito dele (...).*”.

Com base nos contextos de ocorrência, os usos evidenciais dos advérbios em língua espanhola reportados podem ser classificados como a expressão da subcategoria evidencial *Inferência*. Todavia, como discutido, as formas não desempenham unicamente essa função. Além de indicar que a informação veiculada foi acessada mediante um cálculo mental baseado em conhecimento de mundo, os advérbios “*evidentemente*” e “*obviamente*” assinalam que a situação comunicada é assumida como compartilhada por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) ou exclusiva do Falante (P₁). Esse contraste funcional não somente é algo perceptível, como assinalam as informações contextuais de seus usos, como é também refletido na gramática na forma de um comportamento prosódico diferenciado, consistindo em uma evidência a mais da relevância do conjunto de operadores propostos nesta tese. Quanto a possíveis reflexos no outro nível da Codificação, os autores não se voltam, no

estudo, ao comportamento morfossintático dos usos evidenciais e modais ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ dos advérbios analisados.

Argumentamos, ao longo deste capítulo, que um conjunto de operadores são requeridos na Formulação pragmática do Componente Gramatical do modelo para uma adequação descritiva, tipológica e pragmaticamente, da intersubjetividade, de acordo com as possibilidades de manifestação nas línguas, considerando os diferentes escopos ao Nível Interpessoal sobre os quais as marcas podem atuar, sejam elas reflexos gramaticais pertencentes ao Nível Morfossintático ou Fonológico. Todavia, para que a GDF possa se adequar plenamente, o ajuste não se limitaria ao Componente Gramatical. Em razão da própria natureza do fenômeno abordado e de fatores que extrapolam o âmbito dos operadores propostos, faz-se necessária a assunção de uma abordagem dialógica para o Modelo de Interação Verbal (MIV) do qual é parte a GDF. Na próxima seção, elaboramos esse argumento partir de evidências gramaticais da manifestação da intersubjetividade em contexto evidencial.

6.4 Adequação de um MIV dialógico para o tratamento da intersubjetividade

Como discutido no Capítulo 3, Mackenzie (2014, 2016) e Giomi (2014) propuseram abordagens dialógicas para o MIV. Nesse sentido, a tese não pretende nenhuma novidade. Almejamos, nesta seção, somar evidências a favor desse tipo de abordagem como definitiva à teoria, de acordo com o estabelecido em um de nossos objetivos.

Pensando a adequação do MIV dialógico em uma perspectiva mais geral, temos (i) a evidência incontestável da natureza interacional/dialógica do contexto em que se manifestam marcadores de intersubjetividade em diferentes línguas, a qual podemos depreender dos exemplos e de suas descrições, fornecidos no Capítulo 5, e da menção explícita ao contexto conversacional, feita por alguns autores; e (ii) a existência de uma pressuposição de um terreno compartilhado (ou não) entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) no processo de formulação de enunciados intersubjetivamente marcados, fato que se ajusta plenamente aos pressupostos de uma abordagem dialógica do MIV conforme sugerido por Mackenzie (2014, 2016) e Giomi (2014).

No tocante à interação entre o contexto e a gramática, que necessita ser concebida no quadro de uma abordagem dialógica do MIV, tendo em vista as características mais gerais da manifestação da intersubjetividade (evidencial) que acabamos de sinalizar, abordamos, nesta seção, duas situações que parecem se enquadrar na visão mais restrita de contexto da GDF, da qual não podemos fugir, de maneira a manter uma coerência teórico e metodológica

com o suporte que escolhemos para fundamentar a tese e, sobretudo, porque o presente trabalho consiste em perspectivas propositivas para aprimorar a teoria, sem desviar de seus princípios ou insistir em algo que está fora do seu escopo. Isto posto, discutimos fatores contextuais que condicionam a seleção de formas codificadoras da intersubjetividade.

Essa seção tem um caráter mais introdutório, já que não pudemos avançar muito na discussão, em razão das limitações que naturalmente caracterizarão uma pesquisa que parte de análises já propostas, principalmente quando o objetivo é analisar aspectos contextuais, o que requer um acesso ao *corpus*, a observação de uma série de informações dessa natureza e um domínio da língua analisada para a interpretação desses dados. Como deixamos claro na metodologia, propomos discutir a manifestação da intersubjetividade (evidencial) no quadro do MIV, com foco na interação entre contexto-gramática, na medida em que obtivéssemos informações, a partir dos trabalhos considerados, que apontassem para a relevância de fatores da situação comunicativa incidindo de modo sistemático em escolhas gramaticais. Não obstante ao caráter introdutório desta seção, o que fornecermos já traz considerações pertinentes sobre a necessidade de uma abordagem dialógica do MIV para tratar adequada e satisfatoriamente da manifestação da intersubjetividade (evidencial).

Para além do fator mais geral, que é o caráter dialógico da situação comunicativa e a pressuposição do Falante (P₁) de que um conhecimento integra ou não integra o Componente Contextual compartilhado com o Ouvinte (P₂), seja em sua porção situacional ou discursiva, verificamos uma propriedade referente ao Participante condicionando a emergência de um marcador de intersubjetividade. Esse tipo de informação integra o Estrato Interpessoal do Componente Contextual, ao qual pertencem as informações relativas à situação de fala, como seu tempo, lugar e Participantes (Hengeveld; Mackenzie, 2014). Informação contextual dessa natureza parece pertinente para a gramática do murrinhpatha (Mansfield, 2019) no contexto de expressão da intersubjetividade, como ilustra o exemplo (60), em que o *status* social do Falante (P₁) se reflete no marcador ‘+F, -O’.

- (60) 1. NT: *Kura dim-tha-gurdurduk*
 liquid sit.3SG.NFUT-DUAL-drink.PLRCT
 ‘The two of them are sitting drinking.’
 2. LT: *Kardu kay=yu ... kibim-ka-gurdurduk-nume awu*
 person PROX=CLS ... stand.3PL.AUTH-PC.SUBJ-DRINK.PLRCT-PC.M no
 ‘These people ... they’re drinking, oh no!’
 (Mansfield, 2019, p. 40).
 “Os dois estão sentados bebendo.”
 “Essas pessoas... estão bebendo, oh não!”.

Em (60), o Falante (P₁) marca em seu enunciado que o conhecimento veiculado é ‘+F, -O’. Entretanto, como descreve Mansfield (2019), o acesso ao conhecimento não é, na realidade, assimétrico, como indica o marcador, visto que na situação comunicativa Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) têm acesso à imagem que está sendo comentada. Trata-se de um caso em que a seleção do marcador ‘+F, -O’ se pauta em uma “autoridade epistêmica socialmente normativa” (Mansfield, 2019, p. 39), situação em que o Falante (P₁) sente que detém um *status* social que o possibilita assumir tal autoridade sobre o conhecimento veiculado, com base nas explicações do autor, o que o leva a selecionar o marcador de intersubjetividade ‘+F, -O’, mesmo o conhecimento integrando o Componente Contextual compartilhado. Como já descrevemos no Capítulo 5, na situação em que ocorre o enunciado (60),²⁴⁶ falantes seniores usam de modo recorrente o marcador ‘+F, -O’, enquanto falantes juniores o fazem escassamente.

Verificamos também uma pertinência de informação contextual pertencente ao Estrato Representacional do Componente Contextual para a gramática do ku waru (Rumsey, 2019) no contexto de expressão da intersubjetividade. Com base em Hengeveld e Mackenzie (2014), integram o Estrato Representacional informações atinentes ao mundo físico (entidades percebidas - eventos, indivíduos, propriedades). Na gramática do ku waru, o *status* imediatamente presente ou não imediatamente presente do evento (ou entidade) na situação comunicativa condiciona a seleção de uma forma em detrimento de outra na expressão da intersubjetividade ‘+F, +O’, como ilustram os exemplos (61) e (62).²⁴⁷

(61)(...)

el=ayl=nga kompensesen te-kir i=lyi
 arrow=DEF=GEN compensation do-PPR:1SG IP=DEF
 ‘You got wounded by that arrow and it’s for that arrow that I’m paying compensation.’
 (Rumsey, 2019, p. 62).
 “Você foi ferido por aquela flecha e é por isso que estou pagando a indenização.”

(62) (...)

wilyi kang=ma=n=a uj kes baim ti-ring kani=yl
 up.there boy=PL=ERG=VOC wood coffin buy do-RP:2/3PL ABK=DEF
 those fellows up there bought the coffin.’
 (Rumsey, 2019, p. 62, grifo sublinhado nosso).

²⁴⁶ O uso ocorreu em uma gravação de uma “Family Problems Picture Task” (Barth; Evans, 2017; San Roque *et al.*, 2012 *apud* Mansfield, 2019), situação que envolveu, em alguns casos, pares de falantes seniores e juniores (Mansfield, 2019).

²⁴⁷ Conferir exemplos (29) e (30), que ilustram a situação em relação a uma entidade.

“Quando meu filho mais velho estava morto, aqueles caras lá em cima compraram o caixão.”

i=lyi e *kani=yl* indicam que os eventos, respectivamente a compensação pela ferida e a compra do caixão, são conhecidos por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂), ou seja, desempenham a mesma função intersubjetiva ‘+F, +O’. A seleção de *i=lyi* está condicionada à presença imediata, na situação comunicativa, do evento referido. Na ocasião em que o evento não estiver imediatamente presente, não sendo perceptível pelos Participantes, a forma selecionada será *kani=yl*. É a presença ou não dos eventos, a cujo acesso simétrico se refere o marcador de intersubjetividade no *ku waru*, no Estrato Representacional - que concerne à “[...] informação sobre tudo que é percebido no entorno físico da situação de fala. Isto inclui propriedades, indivíduos, estados-de-coisas, etc. **que estão presentes na situação de fala [...]**” (Hengeveld; Mackenzie, 2014, p. 209) -, de um **Componente Contextual compartilhado por Falante (P1) e Ouvinte (P2)** o que determinará a forma a ser selecionada na Codificação linguística na expressão da intersubjetividade ‘+F, +O’.

Ao longo da observação do comportamento dos marcadores de intersubjetividade nas análises consideradas nesta tese, constatamos também que, em contexto evidencial, as formas codificam distinções intersubjetivas relativas a alguma informação pertencente ou não ao Componente Contextual compartilhado. Essa informação figura a “base evidencial” (Izquierdo Alegría, 2019) usada na geração de um conhecimento.

No Capítulo 5, evidenciamos que o evidencial inferencial *=tiba* da língua *yurakaré* expressa a dimensão intersubjetiva ‘+F, +O’. Devemos, no entanto, fazer uma importante ressalva sobre essa afirmação. Como descrito por Gipper (2014), o acesso simétrico é relativo ao conhecimento da evidência usada na inferência, e não à informação inferida. A esse respeito, para fins de reforço dessa função expressa pelo evidencial, a autora pontua que não houve ocorrências da forma no *corpus* quando a evidência externa estava disponível somente para o falante.

No Capítulo 2 desta tese, discutimos, com base em Izquierdo Alegría (2019), alguns conceitos fundamentais que conformam o domínio da categoria evidencialidade. Um deles é o conceito de “base evidencial”, que diz respeito ao tipo de informação (sensorial, cognitiva, enunciativa ou interna) com base na qual o falante adquire um novo conhecimento. Em Gipper (2014), a noção de “base evidencial”, quando referida discursivamente, recebe o nome de Proposição Fonte (“Source Proposition”), isto é, a proposição responsável por descrever o evento que figura a evidência para a Proposição Alvo, que é a informação

veiculada pelo evidencial (Gipper, 2014) – “informação evidencial”, nos termos da tese.²⁴⁸ Segundo a autora, esses dois tipos de proposição são relevantes para os evidenciais do yurakaré no que se refere ao seu papel de indicar também diferentes distribuições de conhecimento entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂).

Como demonstram os exemplos (63) e (64), o evento ao qual faz referência a “informação evidencial” do Falante (P₁) quando do uso do evidencial =*tiba* pode ser tanto ‘-F, -O’ quanto ‘-F, +O’. Em (63), os Participantes não atestam de fato a presença de pulgas na galinha. Em (64), o Falante (P₁) concebe o Ouvinte (P₂) como um conhecedor da pessoa referida no enunciado, o que de fato é confirmado nas repostas concedidas.

(63) A: *mjm isiñarutib mij na talpa*

mjm i-sinñaru-ø=**tiba** mija naa talipa
INTJ PV-flea-3SG.SBJ=INF my_daughter(SP) DEM chicken

‘Hm, that chicken must have fleas, my daughter.’

SP: The chicken is behaving like it has fleas. (S+/A+)

TP: The chicken has fleas. (S-/A-) (270807_conv)

(Gipper, 2014, p. 815).

“Hum, essa galinha deve ter pulgas, minha filha.”

“PF: A galinha está se comportando como se tivesse pulgas. (F+/O+)”

“PA: A galinha tem pulgas. (F-/O-)”

(64) 1. M: *tüj balien sawataya pëpë=*

tüj valiente sawata-ø=ya pëpë
IDEO tough(SP) work-3SG.SBJ=REP grandfather
‘That grandfather works toughly.’

2. A: =*balientejti*

baliente-jti-ø
tough(SP)-HAB-3SG.SBJ
‘So he is tough.’

3. *kaylejtitiba ((gaze to M)) pëpë? (0.5)*

ka-ile-jti=**tiba** pëpë
3SG.OBJ-know-HAB=INF grandfather
‘He must know?’

SP: He has been looking for work in a Yurakaré place. (S+/A+)

TP: He knows the Yurakaré way of life. (S-/A+)

4. M: *kayle ka-ile*

3SG.OBJ-know
‘He knows.’ (270807_conv)

(Gipper, 2014, p. 817).

“Aquele avô trabalha muito.”

“Ele deve conhecer?”

“PF: Ele tem procurado trabalho em um lugar de Yurakaré. (F+/O+)”

²⁴⁸ Mais concretamente, “[...] a proposição contendo a informação à qual se dirige o enunciado [...]” (Gipper, 2014, p. 800). Tradução nossa de: “[...] the proposition containing the information that is targeted by the utterance [...]” (Gipper, 2014, p. 800).

“PA: Ele conhece o modo de vida dos Yurakaré. (F-/O+)”
“Ele conhece.”

Dada essa variabilidade, uma explicação segundo os operadores que propusemos seria incoerente. O que é de fato ‘+F, +O’ é a “base evidencial”, um conhecimento que integra o Componente Contextual. Esse conhecimento pode resultar de uma observação de um evento, como o comportamento da galinha, ou consistir em um conhecimento prévio sobre a pessoa referida no enunciado, de acordo com a caracterização de Gipper (2014) para as evidências externas em jogo no uso de *=tiba*.

Apoiando-nos em Gipper (2014), salientamos que, nos usos do evidencial inferencial *=tiba*, o que é compartilhado por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) é apenas o que está contido na “base evidencial” (Proposição Fonte). No tocante aos outros evidenciais do yurakaré que também marcam dimensões intersubjetivas, nos usos do reportativo *=ya*, Gipper (2014) estabelece que o que é de conhecimento apenas do Falante (P₁), mas não do Ouvinte (P₂) é a “base evidencial” (Proposição Fonte), que, nos termos dessa tese, corresponde ao Conteúdo Comunicado (C). Essa é uma situação em que a “base evidencial” coincide com a “informação evidencial”. Quanto ao evento descrito na “informação evidencial” (Proposição Alvo), nem Falante (P₁) nem Ouvinte (P₂) tê-lo-iam acessado, uma vez que não testemunharam o evento que ela descreve. Nos usos do evidencial de suposição *=jtě*, a forma indica a ausência de conhecimento de Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) acerca do evento contido na “informação evidencial” (Proposição Alvo) e de uma evidência (uma “base evidencial”) para a realização do raciocínio, isto é, ambos não têm nem conhecimento de uma Proposição Fonte que leve a determinada conclusão, nem uma experiência direta, de modo que a Proposição Alvo é alcançada sem qualquer tipo de evidência (Gipper, 2014).

À vista do que acabamos de expor, enquanto nossa proposta permite explicar a função intersubjetiva dos evidenciais *=ya* e *=jtě*, uma vez que a distribuição de acesso expressada pelas formas diz respeito ao conhecimento que integra o Conteúdo Comunicado (C) (seja ele de natureza reportada ou do próprio Falante (P₁)), não dá conta do evidencial *=tiba*, uma vez que o foco do significado intersubjetivo não está no que consta na mensagem do Falante (P₁) na qual ocorre o evidencial, mas no caráter ‘+F, +O’ da “base evidencial”. O mesmo ocorre com marcadores evidenciais intersubjetivos do wola (Sillitoe, 2016) e do foe (Rule, 1977) quando o significado evidencial está associado a dimensão do não testemunho de eventos.

No domínio da evidencialidade *Não testemunhada*, o wola (Sillitoe, 2016) possui um evidencial que indica que tanto o Falante (P₁) quanto o Ouvinte (P₂) não testemunharam a ocorrência do evento, conforme ilustra o exemplo (65):

(65)

- a. *obuw bi-sesa*
 3SG do-NWIT²⁴⁹
 ‘she or he did [we are told] long ago’
 (Sillitoe, 2016, p. 140)
 “ela ou ele fez [nos foi dito] há muito tempo”.

- b. NR → (nwit epi :[...]) (epi)

Salientamos que a descrição fornecida por Sillitoe (2015) está alinhada ao que discute Silva (2024) sobre a evidencialidade não testemunhada estar associada à indicação de raciocínios e relatos, posição com a qual não está de acordo, pois este não seria o cerne do valor do evidencial e sim a sua função de índice dêitico (falante distante da ocorrência do Estado de Coisas (e) temporal e espacialmente). Ao explicar o exemplo (65), Sillitoe (2016) pontua que essa é a forma usada para contar mitos. Na tradução do exemplo dado para ilustrar outra dimensão relacionada também ao não testemunho dos eventos (“Falante não testemunhou”, sinalizada no Capítulo 5), o autor sugere uma interpretação de inferência (“*you all did recently [so I understand]*” – “vocês todos fizeram recentemente [assim eu entendo]”) (Sillitoe, 2016, 142). Estamos diante de possibilidades interpretativas de relato e raciocínio resultantes de situações de não testemunho dos Estados de Coisas (e).

Notemos que a distância temporal e espacialmente do Estado de Coisas (e) que caracteriza, segundo Silva (2024), a evidencialidade *Não testemunhada*, não diz respeito, no contexto da língua wola, somente ao Falante (P₁), conforme define Sillitoe (2016). Ao envolver também o Ouvinte (P₂), o evidencial carrega a função intersubjetiva de indicar acesso ‘-F, -O’ ao conhecimento, mas não em relação à informação evidencial que consta no Conteúdo Comunicado (C). O status de “-conhecimento” tanto do Falante (P₁) quanto do Ouvinte (P₂) não é referente à informação veiculada na mensagem do Falante (P₁), mas ao fato de nenhum dos Participantes ter testemunhado o evento referido, de forma análoga ao que sucede em um conjunto de prefixos do foe, com a diferença de que o não testemunho do evento é explicitado somente em relação ao Ouvinte (P₂).

²⁴⁹ Partindo da própria definição da dimensão, que especifica o não testemunho tanto pelo falante quanto pelo ouvinte, fundamentamo-nos na proposta de Silva (2024) sobre o evidencial *Não testemunhado* para realização da glosa e interpretação do valor evidencial.

O exemplo (66), a seguir, ilustra o uso do prefixo nominalizador *ira* da língua *foe*. Infelizmente, o autor não fornece explicação para os exemplos que usa para ilustrar os evidenciais, mas, com base na função descrita para o prefixo, o falante em (66) expressa um evento no passado distante que é concebido como um fato conhecido por ele e que ao mesmo tempo não foi visto pelo ouvinte.²⁵⁰ Trata-se de uma evidencialidade ‘+F, -O’, conforme assumimos no Capítulo 5.

- (66)
- a. *amena gahaye hü-ira bi hüyoga-bi’ae*
 ?men previously hit/strike-FP.KTS²⁵¹.NMZ ?here bury-FP.PTCY
 ‘The men who were killed a long time ago, we buried here.’
 (Rule, 1977, p. 97 *apud* Evans; Bergqvist; San Roque, 2018b, p. 152).
 “Os homens que foram mortos há muito tempo, nós enterramos aqui.”

Apesar de se relevar uma dimensão não testemunhada no uso do conjunto de prefixos correspondentes - com exceção daqueles de tempo futuro -,²⁵² ela está associada somente ao Ouvinte (P₂), uma vez que apenas se explicita o não acesso perceptual direto deste Participante no tocante ao evento descrito, mas nada se menciona sobre o Falante (P₁) não ter testemunhado o evento. Assim sendo, uma representação semântica com o operador de episódio (segundo a proposta de Silva (2024)) ‘*nwit*’ seria inadequada. Uma representação mediante o operador ‘+S-A’, por outro lado, parece possível, dada a distribuição assimétrica do acesso ao conhecimento (‘+F, -O’). Todavia, uma maneira de capturar mais adequadamente a nuance evidencial e ao mesmo tempo a função intersubjetiva das formas que codificam “fato conhecido pelo falante, mas não visto pela pessoa a quem se dirige a conversa” (Rule, 1977, p. 97)²⁵³ é fazê-lo no quadro de um MIV dialógico, em que o status “- conhecimento” do Ouvinte (P₂) se explica pela falta de um acesso perceptual a um conhecimento assumido como conhecido pelo Falante (P₁), ou seja, a um tipo de evidência que não integra o Componente Contextual compartilhado.

Línguas como o *yurakaré* e o *wola* possuem formas especializadas que indicam a distribuição do acesso entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) acerca da evidência usada para a proposição evidencial. Essas evidências fazem parte do Componente Contextual, que contém informações que podem ou não ser compartilhadas entre os Participantes, resultando em

²⁵⁰ Como esclarecemos no Capítulo 5, há mais de um prefixo com essa função porque eles diferem segundo o tempo.

²⁵¹ “Known to speaker”.

²⁵² Já que não se pode (não) testemunhar algo que ainda não ocorreu.

²⁵³ Tradução nossa de: “Fact known to speaker, but unseen by pers. spoken to” (Rule, 1977, p. 97).

evidências de natureza ‘+F, +O’, ‘+F, -O’, etc. Esse tipo de situação também se aplica ao *foe*, com a especificidade de que a relação entre acesso e informação contextual está centrada no Ouvinte (P₂). O caso do *jaminjung/ngaliwurru*, que abordaremos a seguir, é mais interessante e relevante que os que acabamos de mencionar exatamente pela existência, na gramática dessa língua, de um paradigma de formas contrastando os valores de intersubjetividade ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ em relação a uma “base evidencial”.

Marcadores evidenciais intersubjetivos indexando distribuição de acesso à informação contextual são também verificados no *jaminjung/ngaliwurru*, língua da família Mirndi falada na Austrália (Schultze-Berndt, 2017).²⁵⁴ O *jaminjung/ngaliwurru* possui dois clíticos não obrigatórios *ngarndi* e *mirndi*, assumidos como evidenciais no referido estudo, que se opõem paradigmaticamente em termos formais e funcionais, segundo a autora. Apesar de não obrigatórias, Schultze-Berndt (2017) defende o *status* claramente gramatical dessas formas, ao não apresentarem significado lexical.

Os clíticos *ngarndi* e *mirndi* indicam, respectivamente, um acesso exclusivo do Falante (P₁) (ou do Ouvinte (P₂), em perguntas) e um acesso compartilhado por Falante (P₁) e Ouvinte (P₁) acerca de um conhecimento.²⁵⁵ Entretanto, o conhecimento em questão pode consistir no que está na “informação evidencial” (exemplos (67) e (68)), situação que pode ser explicada adequadamente mediante os operadores de NI, ou figurar a evidência para a proposição evidencial (exemplos (69) e (70)). Apesar de considerá-los evidenciais, Schultze-Berndt (2017) deixa claro que as formas se diferenciam de evidenciais típicos em razão de não especificarem a relação entre a Situação Fonte e a Situação Alvo, podendo relacionar-se a uma evidência direta, baseada em inferência ou reportada, este último caso mencionado apenas no uso do marcador *ngarndi* (‘+F, -O’).

De acordo com a descrição de Schultze-Berndt (2017), em (67), a ocorrência do evento foi testemunhada pelo Falante (P₁) e em (68) por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂).

- (67) *barrajjung ganayarlm=ni gani-wa=ngarndi*
 again/further flying.fox=ERG 3SG>3SG-bite.PST=EGO
yina ngarrgina jayiny
 DIST 1SG:POSS daughter’s.child
 ‘also / another time a flying fox bit my granddaughter over there’ (from a narrative; speaker but not addressee [= researcher] had been present on the

²⁵⁴ *Aminjung* e *ngaliwurru* são duas variedades intimamente ligadas e mutualmente inteligíveis, com diferenças ocorrendo principalmente no léxico e sendo marginais na gramática (Schultze-Berndt, 2017). Essas variedades são apresentadas pela autora como constituindo um único idioma.

²⁵⁵ É pertinente mencionar que, no uso da forma *ngarndi*, Schultze-Berndt (2017) verifica a veiculação de efeitos pragmáticos, como acusação.

occasion) [IP, ES97_A03_02.126]

(Schultze-Berndt, 2017, p. 191).

“também / outra vez, uma raposa voadora mordeu minha neta ali” (de uma narrativa; o narrador, mas não o destinatário [= pesquisador], estava presente na ocasião)”

- (68) *janyungbari yina motika jid ga-ram=mindi*
 another DIST car go.down 3SG-come.PRS=EGO+TU
 ‘Another car is coming down there (as you and I can see)!’
 [DB, ES97_A01_03.088]
 (Schultze-Berndt, 2017, p. 200).
“Outro carro está descendo ali (como você e eu podemos ver)!”

Ambas as situações apresentadas em (67) e (68) são descritíveis pelos operadores {+S-A, +S+A}, uma vez que o acesso diz respeito ao que é informado no Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P₁) de natureza evidencial. Em (69) e (70), respectivamente, é a “base evidencial” que é marcada como exclusiva do Falante (P₁) e compartilhada por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂), com a particularidade de que, nos usos de *mind*i há uma sobreposição temporal da “base evidencial”, o que a autora chama de Situação Fonte, com o tempo do enunciado (Situação do Discurso). Nas palavras de Schultze-Berndt (2017, 180), “[...] para o clítico ser feliz ambos falante e ouvinte têm que ser capazes de acessarem a mesma evidência para a situação codificada no tempo do enunciado.”.²⁵⁶

- (69) *warnda=ma lubayi yanth-arra,*
 grass=SUBORD many/much HYP:2SG>3SG-put
thanthiya=mang.. wuthub yan-angu=ngarndi
 DEM=CTOP catch.fire HYP:3SG>3SG-get/handle=EGO
 ‘when you put a lot of grass (around a fire), that one ... might catch fire’
 (procedural text about the traditional way of making fire, to prevent a bush fire) [EH, ES03_A01_04.069-70]
 (Schultze-Berndt, 2017, p. 194).
“Quando você coloca muita grama (ao redor de uma fogueira), essa... pode pegar fogo (texto procedural sobre a maneira tradicional de fazer fogo, para evitar incêndios florestais)”

- (70) *digirrij=jung ga-rdba-ny=mindi*
 die=RESTR 3SG-fall-PST=EGO+TU
 ‘(The owl frightened the boy), and he fell down as if dead (or so it appears – you have access to the same evidence as me, so correct me if I am wrong)’
 [IP, ES97_A03_01.200]
 (Schultze-Berndt, 2017, p. 179).

“(A coruja assustou o menino), e ele caiu como se estivesse morto (ou assim

²⁵⁶ “[...] for the clitic to be felicitous, both speaker and addressee have to be able to access the same evidence for the encoded situation at the time of utterance.” (Schultze-Berndt, 2017, 180).

parece – você tem acesso às mesmas evidências que eu, então me corrija se eu estiver errado)”

Partindo das descrições fornecidas por Schultze-Berndt (2017), interpretamos os casos (69) e (70) como a expressão da *Inferência* e da *Dedução*, respectivamente. Com base na explicação que a autora atribui ao exemplo (69), o falante conclui, a partir de suas próprias experiências ou de informações que lhe foram ditas, a generalização de que quando se coloca muita grama ao redor de uma fogueira, ela pode pegar fogo. Por se tratar de um pesquisador estrangeiro, o Ouvinte (P₂) é assumido como não tendo acesso às evidências que levam a essa informação, as quais pertencem a um conhecimento cultural. Em (70), o Falante (P₁) deduz que o garoto caiu a partir de uma imagem na qual está representada o evento dele deitado no chão, evidência que está disponível tanto para o Falante (P₁) quanto para o Ouvinte (P₂).

Para o caso em que o par intersubjetivo indexa o status compartilhado *versus* exclusivo de uma “base evidencial”, informação armazenada no Componente Contextual, uma descrição mediante os operadores de NI não seria apropriada, já que não é o que está contido na “informação evidencial” sob o escopo do marcador o que é garantidamente assumido como ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ (ou ‘-F, +O’, em perguntas). Há além dessa situação, condições contextuais para o uso do clítico *mindî* (‘+F, -O’).

Uma caracterização para o uso *mindî* (‘+F, -O’), partindo das situações apresentadas em (68) e (70), segundo a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2014) para o Componente Contextual da GDF, situa a “base evidencial” (o evento da descida de um carro, em (68), a representação do evento de um garoto deitado no chão, em (70)) no Estrato Representacional de um Componente Contextual **compartilhado**, com o tempo dos eventos que figuram a “base evidencial” se sobrepondo ao tempo da situação de fala, que é um tipo de informação que integra o Estrato Interpessoal do componente. Como evidencia (68), pode ocorrer uma coincidência do tempo das situações referentes à “base”, à “informação evidencial” e à situação de fala, quando se tratar de um uso evidencial *Sensorial*, mas o tempo do evento contido na “informação evidencial” não é uma questão relevante no uso de *mindî*, apenas a relação entre os tempos da situação contida na base e da enunciação.

Vimos que uma língua pode especializar uma forma para expressar evidencialidade intersubjetiva de acesso ‘+F, -O’ (yurakaré) ou um paradigma de formas contrastando os acessos ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ (jaminjung/ngaliwurru) em relação à “base evidencial”, informação pertencente ao Componente Contextual.²⁵⁷ Ambas as situações põem

²⁵⁷ Parece-nos pertinente mencionar um aspecto da expressão da evidencialidade na língua maaka, falada no

em relevo a limitação dos operadores propostos nesta tese, que dão conta apenas do que consta no Conteúdo Comunicado (C) do (Falante (P₁)). Para explicar o fenômeno, principalmente quando da existência de um paradigma, caso do jaminjung/ngaliwurru, dois caminhos são sugeridos.

A partir de uma intenção comunicativa gerada no Componente Conceitual, o Falante (P₁) formula o seu enunciado, selecionando as informações pragmáticas e semânticas que reflitam de modo adequado essa intenção. Partindo dos enunciados evidenciais ‘+F, -O’ e ‘+F, +O’ do jaminjung/ngaliwurru, em linhas gerais, a Formulação pragmática refletirá exatamente a intenção do Falante (P₁) de, em um Movimento (M), enunciar um Ato Discursivo (A) com uma certa Ilocução (F) e uma mensagem (o Conteúdo Comunicado (C)), na qual referentes e propriedades são evocados. Dado que a classificação evidencial atribuída às situações (67) a (70) envolveu subtipos do NR, a especificação da natureza evidencial da mensagem consistirá em um aspecto da intenção a ser refletido na Formulação semântica, que é o que desencadeará, na codificação morfossintática, a seleção do clítico evidencial.

A indicação do acesso (as)simétrico, que consiste em uma informação pragmática, só entrará na Formulação quando se trate de uma evidencialidade *Sensorial*, em virtude da coincidência entre as situações da “base evidencial” com a da “informação evidencial” (exemplos (67) e (68)). Entendendo que a indicação do acesso (as)simétrico não participa da Formulação quando se trate de um valor evidencial de raciocínio,²⁵⁸ uma vez que, nessa língua, o acesso não diz respeito a um conhecimento referido na Expressão linguística (Le) do Falante (P₁) onde ocorre o evidencial, o que condiciona a escolha de uma forma ou outra do paradigma contrastando valores ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’ (*mindì* ou *ngarndì*) é a relação que se estabelece entre o Componente Contextual e os Participantes. Quando as informações integrarem o Componente Contextual compartilhado, devendo estar disponíveis na situação comunicativa, e forem ao mesmo tempo acessadas pelos Participantes, a forma evidencial a

Nordeste da Nigéria (Storch; Coly, 2014). De acordo com os referidos autores, o maaka possui muitos meios evidenciais, alguns dos quais centralizam a função de expressar propriedade e controle do conhecimento. Um deles é o complementizador *kóh*, que indica um conhecimento exclusivo do falante sobre um fato que consiste em uma transformação completa de uma situação ou um referente. Como explicam Storch e Coly (2014), acerca de um uso do marcador, embora os participantes da situação comunicativa saibam algo sobre o evento ou referente discutido, o conhecimento de que a informação referida está desatualizada é de acesso somente do falante (cf. exemplo (22) de Storch e Coly (2014, p. 200 e 201). De modo análogo a alguns marcadores discutidos nessa seção, *kóh* não marca a dimensão intersubjetiva ‘+F, -O’ em relação ao que está contido no Conteúdo Comunicado (C), mas a uma informação contextual não compartilhada com o Ouvinte (P₂), um conhecimento armazenado na mente do Falante (P₁) de que a situação referida na informação não corresponde mais à realidade. Optamos por comentar sobre o fenômeno apenas em nota uma vez que uma distinção entre Proposição Fonte e Proposição Alvo/Situação Fonte e Situação Alvo não é algo demarcado e assumido como primordial na caracterização da função intersubjetiva desse evidencial, ao contrário do que vemos nas análises propostas por Gipper (2014) e Schultze-Berndt (2017).

²⁵⁸ Seja uma *Inferência* ou uma *Dedução* (exemplos (67) e (68)).

ser selecionada será *mindi*. Quando as informações estiverem restritas ao território apenas do Falante (P₁), quem disporá de um acesso exclusivo, a gramática selecionará *ngarndi*.

Outra alternativa seria propor algum conjunto de operadores que sinalizasse a distribuição de acesso entre os Participantes à “base evidencial”, informação pragmática que seria refletida na Codificação mediante a seleção de uma forma em detrimento de outra, a depender de se o acesso fosse ou não especificado como compartilhado. Contudo, mesmo que esse conhecimento cuja distribuição de acesso sinalize o operador esteja conectado ao Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P₁) de natureza evidencial, por ambos estarem entrelaçados e representarem dois dos pilares que conformam a categoria evidencialidade, “base” e “informação evidencial” (respectivamente), parece-nos uma via forçada. Além disso, essa alternativa parece refletir muito pouco do que de fato está em jogo, que é a interação entre contexto e a gramática, descrita em termos de uma seleção de uma forma ou outra de um paradigma pela presença da evidência na situação de fala e o acesso pelos Participantes ou o pertencimento dessa evidência ao Componente Contextual individual do Falante (P₁).

As limitações do poder explicativo dos operadores propostos nesta tese e a necessidade de recorrer a um MIV dialógico que prevê um Componente Contextual Compartilhado (ou não) entre os Participantes também se manifestam quando nos deparamos com o par evidencial intersubjetivo *-chri* e *-chra* do quíchua do Sihuas (Hintz; Hintz, 2017). Os operadores que propusemos não são capazes de explicar de maneira satisfatória a função que essas formas carregam.

Apesar de Hintz e Hintz (2017) associarem o marcador *-chri* ao domínio do conhecimento individual de natureza ‘+F, -O’, é defensável a existência de um traço ‘+F, +O’ em sua semântica, se considerarmos as características de alguns marcadores que discutimos no capítulo anterior, os quais são defendidos como codificadores dessa dimensão uma vez que a autoridade epistêmica em relação ao conhecimento veiculado reside em ambos os participantes. Isso porque ao usar o marcador *-chri*, o falante realiza uma consulta com seu ouvinte acerca de uma conjectura individual sua, depositando nele uma autoridade epistêmica. Prova de que é acertado que o ouvinte detenha essa “autoridade” é que, como pontuado por Hintz e Hintz (2017), em cada uma das quatro ocorrências que ocorreram em conversação, há uma resposta do ouvinte confirmando a conjectura do falante. Os autores também mencionam em nota que um dos consultantes da língua informou que, quando o falante usa esse marcador em um contexto em que há mais de um ouvinte, o faz acreditando que pelo menos um deles será capaz de fornecer a confirmação requerida.

O valor intersubjetivo codificado pelo marcador *-chra* também poderia ser

questionado, dado que o que parece codificar a forma é a dimensão ‘-F, -O’, em razão da falta de conhecimento do Falante (P₁) e do Ouvinte (P₂) para resolver a conjectura, o que resultaria em um conhecimento conjecturado com baixíssimo grau de acesso por ambos os Participantes.

Vistos dessa maneira, a forma *-chri* poderia ser concebida como um marcador evidencial intersubjetivo ‘+F, +O’, e a forma *-chra* como codificadora da dimensão ‘-F, -O’. Contudo, entendemos que o contraste semântico que Hintz e Hintz (2017) estabelecem ao argumentarem que *-chri* está associado à dimensão do conhecimento individual e *-chra* à de conhecimento mútuo se pauta na gênese da conjectura.

O que defendem os autores é que esse par codifica conjecturas, que podem ser individuais (*-chri*), haja vista nascerem no Falante (P₁), ou intersubjetivas (*-chra*), quando é coconstruída pelos Participantes, uma vez que o Ouvinte (P₂) se mostra igualmente incerto e desmunido de conhecimento a respeito da informação conjecturada. Tal é o contraste semântico gramaticalizado nessas formas, conforme defendido no estudo de Hintz e Hintz (2017) acerca do sistema evidencial da língua quíchua do Sihuas.

Posto que não é o Conteúdo Comunicado (C) que é tido como um conhecimento individual (‘+F, -O’) ou mútuo (‘+F, +O’), uma representação segundo a GDF seria adequada apenas se partirmos da nossa reinterpretação, conforme argumentamos, das distinções intersubjetivas codificadas pelas formas, com base nas descrições de seus usos feitas em Hintz e Hintz (2017), como exibido em (71b)-(72b).

(71)

- a. C: *Sas-lla-chri*.
 quickly-DLM-CNJ
 ‘Quickly’. (It burned quickly.)
 E: Peru simpli-lla.
 but quickly-DLM
 ‘Very quickly.’
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 14)
 “*Rapidamente*”. (*queimou rapidamente.*)
 “*Muito rapidamente.*”
- b. NI → (+S+A C₁: [(T₁)] (C₁))
 onde: (T₁) = ‘sas’ (“quickly” - “rapidamente”)
 NR → (inf p_i : [...] (p_i))

(72)

- a. E: *Mayqan-chra gana-ra-n?*
 which-CNJ.D win-PST-3
 ‘I wonder which won.’

C: *Um, ...Wayllabamba-kush ima-sh.*
 Um Huayllabamba-ALT what-RPT
 ‘Um...Huayllabamba or someone else.’ (I’m not sure)

E: A: *Wayllabamba-pis shamu-ra-n no?*
 oh.yes Huayllabamba-EVEN come-PST-3 right
 ‘Oh yes. Huayllabamba came too, right?’

C: A: *Wayllabamba shamu-ra-n.*
 oh.yes Huayllabamba come-PST-3
 ‘Yes, Huayllabamba came.’

Siwas-pis shamu-ra-n.
 Sihuas-EVEN come-PST-3
 Sihuas came too.’

E: A: *Siwas-pis um*
 oh.yes Sihuas-EVEN hmm
 ‘Oh yes. Sihuas too. Hmm.’

C: *Aw. Siwas Ayhaderu,*
 yes Sihuas Aijadero
 ‘Yes. Sihuas, Aijadero.’ [They then mention additional teams.]
 (Hintz; Hintz, 2017, p. 15).

“Eu me pergunto quem ganhou.”
“Um... Huayllabamba ou outro.” (Não tenho certeza)
“Ah, sim. Huayllabamba também veio, certo?”
“Sim, Huayllabamba veio.”
“Sihuas veio também.”
“Ah, sim. Sihuas também. Hmm.”
“Sim, Sihuas, Aijadero.” [Eles então mencionam times adicionais]

b. $NI \rightarrow (-S-A C_1: [(T_1) (R_2)] (C_1))$
 onde: (T_1) = ‘mayqan’ (“which” – “qual”)
 (R_2) = ‘ganar’ (“ganhar”)
 $NR \rightarrow (\inf p_i : [...] (p_i))$

Não obstante, tais representações não condizem com o contraste funcional atribuído a esse par. Conforme explicado em Hintz e Hintz (2017), o evidencial conjectural é usado pelo Falante (P_1) com o objetivo de obter uma confirmação do Ouvinte (P_2), que é logo em seguida fornecida. Segundo os autores, “a cada ocorrência de *-chri* na conversa, o interlocutor faz uma pergunta conjectural e obtém uma resposta imediata e definitiva do interlocutor [...]. Em cada uma das quatro ocorrências na conversa, o interlocutor responde

confirmando o que o falante sugere.” (Hintz; Hintz, 2017, p. 13).²⁵⁹

Consideramos que esse uso poderia ser classificado adequadamente como uma *Inferência*, usando a tipologia evidencial da GDF, já que “[...] a pessoa que faz a pergunta presume que o que pensa está certo, com base em uma análise racional de fatos geralmente conhecidos [...]” (Hintz; Hintz, 2017, p. 13),²⁶⁰ mas não como uma *Inferência* ‘+F, -O’, pois, claramente, essa distribuição de acesso entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) das informações veiculadas não condiz com a função da forma, se atentarmos para a descrição dada por Hintz e Hintz (2017), que optamos por citar de forma direta para não dar margem a qualquer imprecisão interpretativa. O “individual”, nesse caso, refere-se ao fato de a conjectura surgir e permanecer no Falante (P₁).

Enquanto o uso de *-chri* está caracterizado pelo desejo do falante de uma confirmação do ouvinte, “[...] perguntas conjecturais marcadas por *-chra* ‘CNJ.D’ são convites para discussão. Quando duas ou mais pessoas conversam, às vezes chegam a uma conclusão, mas geralmente não conseguem por falta de conhecimento [...]” (Hintz; Hintz, 2017, p. 14).²⁶¹ A forma indica uma conjectura mútua, sendo usada “[...] para iniciar uma discussão sobre um assunto sobre o qual o falante está se perguntando. O falante e os interlocutores geralmente não são capazes de resolver a conjectura [...] porque ninguém realmente sabe [...]” (Hintz; Hintz, 2017, p. 15).²⁶² Os autores finalizam sinalizando que a informação conjecturada é alcançada com base nas crenças e suposições dos participantes e figura um conteúdo sobre o qual eles estão incertos. Dito isso, e com base no contexto da ocorrência (70), temos a expressão de uma *Inferência*, mas não se trata de uma *Inferência* ‘+F, +O’, dada a falta de conhecimento dos Participantes. O “mútuo” (+F, +O’), nesse caso, diz respeito à construção das suposições, que é um processo colaborativo entre Falante (P₁) e Ouvinte(s) (P₂), mesmo que ao final, falhem em sua resolução.

A particularidade dos evidenciais de raciocínio do quíchua do Sihtuas segundo a descrição fornecida por Hintz e Hintz (2017) traz implicações para a GDF, cujo único caminho possível de modo a dar conta dessa dimensão significativa das formas no que

²⁵⁹ Tradução nossa de: “With each instance of *-chri* in the conversation, the speaker poses a conjectural query and gets an immediate, definitive response from the interlocutor [...]. In each of the four occurrences in the conversation, the interlocutor responds by confirming what the speaker suggests.” (Hintz; Hintz, 2017, p. 13).

²⁶⁰ Tradução nossa de: “[...] the person posing the query assumes that what he thinks is right, based on a reasoned analysis of generally known facts [...]” (Hintz; Hintz, 2017, p. 13).

²⁶¹ Tradução nossa de: “[...] conjectural queries marked by *-chra* CNJ.D are invitations for discussion. As two or more people talk together, sometimes they come to a conclusion, but generally they cannot for lack of knowledge [...]” (Hintz; Hintz, 2017, p. 14).

²⁶² Tradução nossa de: “[...] to open discussion on a matter the speaker is wondering about. The speaker and interlocutors generally are not able to resolve the conjecture [...] because no one really knows [...]” (Hintz; Hintz, 2017, p. 15).

concerne à gênese da conjectura – e não a informação veiculada –, é a abordagem dialógica para o MIV, que integra em sua arquitetura os Componentes Conceituais subjetivos do Falante (P_1) e do Ouvinte (P_2) em atividade na interação comunicativa.

Partindo da discussão empreendida ao longo desta seção, julgamos que o que fundamenta as representações abstratas do MIV existentes (Silva, 2013; Mackenzie, 2014; Giomi, 2014), ao considerarem o MIV do Falante (P_1) e do Ouvinte (P_2) em interação, cada qual com seu Componente Conceitual, Gramatical e de Saída e a pressuposição de um Componente Contextual compartilhado, já nos possibilita, em linhas gerais, dar conta do fenômeno. À vista disso e do caráter introdutório da discussão, não forneceremos uma proposta de representação do MIV. Entretanto, estamos cientes de que uma análise mais aprofundada pode fornecer dados que evidenciem a necessidade de se proporem ajustes ou incorporações ao que já está previsto.²⁶³

Ao longo deste capítulo, propusemos uma descrição da intersubjetividade (evidencial) segundo a GDF mediante um conjunto de operadores atuando no Conteúdo Comunicado (C) e no Participante (P_1 – P_2). Especificamente nesta seção, abordamos introdutoriamente a expressão da intersubjetividade (evidencial) no quadro do MIV, com foco na interação entre os Componentes Contextual e Gramatical, evidenciando limitações dos operadores que propusemos. Apontamos, primeiramente, a relevância de fatores pertencentes aos Estratos Interpessoal e Representacional, como propriedades referente Participantes e a presença ou ausência do evento na situação comunicativa, para a gramática do murrinhpatha e do ku waru, respectivamente, e damos uma ênfase maior na discussão de perspectivas para o tratamento de enunciados intersubjetivamente marcados não descritíveis mediante os nossos operadores, quando línguas possuem um paradigma de formas (ou uma forma especializada) em indicar acesso compartilhado ou exclusivo de uma informação armazenada no Componente Contextual ou em refletir um processo colaborativo na construção de suposições.

A seguir, fornecemos uma síntese das propostas discutidas ao longo do Capítulo 6 para um tratamento adequado da intersubjetividade (evidencial) na GDF.

²⁶³ Dada a especificidade do fenômeno analisado por Silva (2013) (a contribuição intraturno), quando a autora propõe uma reelaboração da proposta de Giomi *no prelo*, que está centrada no processo de recepção do enunciado por parte do Ouvinte (P_2), o faz pela necessidade de incorporar uma dimensão que desse conta do papel do Ouvinte (P_2) de entrar com a contribuição.

6.5 Síntese das propostas

A intersubjetividade está gramaticalizada em um conjunto de línguas. Nem todas as dimensões são codificadas no contexto de uma língua. As línguas que gramaticalizam a intersubjetividade o fazem desde todas as dimensões a apenas uma delas. Apontamos também que o reflexo gramatical dessa função se manifesta nos dois níveis da operação de Codificação: no Nível Morfossintático, com a seleção de marcadores pertencentes a diferentes categorias, e no Nível Fonológico, com distinção no comportamento prosódico.

No que concerne à manifestação da intersubjetividade em contexto evidencial, mesmo com um refinamento da tipologia evidencial da GDF ao longo dos anos, a adequação tipológica da teoria relativamente ao tratamento da evidencialidade encontra limitações ao se deparar com evidenciais que codificam além do modo de obtenção da informação, distinções de intersubjetividade. Diante disso, a tese fornece meios de explicar de modo integral quando essa função está codificada em evidenciais.

A tese defende que as unidades Participante (P_1 e P_2) e Conteúdo Comunicado (C), na qual atuam os operados aqui propostos, são relevantes para as distinções de intersubjetividade, porém há aquelas que se explicam somente por um MIV dialógico, posto que a função intersubjetiva codificada no evidencial concerne à distribuição do acesso à evidência para a proposição.

As evidências para as proposições evidenciais são informações que integram o Componente Contextual, de modo que se uma dimensão intersubjetiva que está codificada em um evidencial não corresponde ao acesso a um conhecimento veiculado no Conteúdo Comunicado (C) do Falante (P_1), uma descrição segundo os operadores de intersubjetividade propostos nesta tese estaria equivocada. A solução para capturar a face intersubjetiva do evidencial é tratá-lo no quadro de um MIV dialógico. A relevância dessa abordagem parte da verificação de paradigmas de formas que contrastam valores de intersubjetividade (caso do jaminjung/ngaliwurru) ou de uma forma centrada em uma função intersubjetiva, sem fazer parte de um paradigma (como se evidencia no yurakaré, no wola e no foe), em relação ao acesso à evidência para a proposição e não à informação veiculada no Conteúdo Comunicado (C).

No Quadro 8, revisamos o tratamento da intersubjetividade (evidencial) gramaticalizada na GDF (o que consta em **negrito**) e esquematizamos nossas propostas.

Quadro 8 – Proposta para o tratamento da intersubjetividade (evidencial) gramaticalizada na GDF

Abordagem dialógica para o Modelo de Interação Verbal (MIV)					
Operadores de intersubjetividade					
Nível	Camada	Dimensões intersubjetivas			
		Acessível para Falante (P ₁) e Ouvinte (P ₂)	Acessível para Falante (P ₁) somente	Acessível para Ouvinte (P ₂) somente	Não acessível para Falante (P ₁) e Ouvinte (P ₂)
Nível Interpessoal (NI)	Participantes	‘EA’	-	-	-
Nível Interpessoal (NI)	Conteúdo Comunicado (C)	‘+S+A’	‘+S-A’	‘-S+A’	‘-S-A’
Nível Interpessoal (NI)	Subato de Referência (R)	{‘+id’, ‘+s’}	{‘-id’, ‘+s’}	{‘+id’, ‘-s’}	{‘-id’, ‘-s’}

Fonte: Elaborado pela autora.²⁶⁴

De maneira a figurar também uma contribuição aos estudos sobre a temática, pontuamos, na sequência, importantes considerações acerca da codificação da intersubjetividade (evidencial) nas gramáticas das línguas consideradas nesta tese, pondo em evidência as propriedades da marcação da categoria de forma independente ou amalgamada à evidencialidade, bem como a adequação teórica e metodológica do modelo tendo em vista nossas perspectivas propositivas.

²⁶⁴ Adotamos a nomenclatura em inglês *Speaker (S)* e *Addressee (A)* da GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

7 ELUCIDAÇÕES SOBRE A INTERSUBJETIVIDADE (EVIDENCIAL) GRAMATICALIZADA E SEU TRATAMENTO NA GDF

Uma primeira característica da manifestação da intersubjetividade (evidencial) é que nem todas as quatro dimensões da categoria elencadas na Figura 6 apresentada no Capítulo 3 seriam codificadas nas línguas para as quais se defende a existência de marcadores de intersubjetividade. Em um extremo, a codificação do total de dimensões do “engajamento” (‘+F, +O’, ‘+F, -O’, ‘+F, +O’ e ‘-F, -O’) ocorre apenas na língua andoke, até onde se pôde verificar. O kogi também tem exclusividade no tocante à codificação do conjunto “‘+F, +O’, ‘+F, -O’ e ‘+F, +O’”, com a complexidade de distinguir duas diferentes perspectivas em um paradigma de formas ‘+F, +O’. A língua ku waru codifica também um conjunto de três dimensões, duas delas com importantes ressalvas, de modo que o que é de fato firmado pelo autor, de maneira indiscutível, é a codificação da dimensão ‘+F, +O’. No total, cinco línguas gramaticalizam o conjunto de dimensões “‘+F, +O’, ‘+F, -O’”, a saber: o kakataibo, o murrinhpatha, o duna e o kurtöp. Em outro extremo, temos a codificação de apenas uma dimensão, a ‘+F, -O’, presente nas línguas marind costeiro e ungarinyin. Na sequência, apresentamos um quadro síntese dessas considerações.

Quadro 9 – Codificação da *intersubjetividade gramaticalizada* nas línguas

<i>Língua</i>	<i>Dimensões</i>			
	‘+Falante, +Ouvinte’	‘+Falante, -Ouvinte’	‘-Falante, +Ouvinte’	‘-Falante, -Ouvinte’
<i>andoke</i>	<i>b-</i>	<i>kẽ-</i>	<i>k-</i> (ou <i>d-</i>)	<i>bã-</i>
<i>kogi</i>	<i>ni-,shi-</i>	<i>na-</i>	<i>sha-</i>	-
<i>ku waru</i>	<i>i, kani, =yl</i>	<i>=ti</i> ²⁶⁵	-	<i>adi</i> ²⁶⁶
<i>kakataibo</i>	<i>ri=, -in</i>	<i>ka=, -a</i>	-	-
<i>murrinhpatha</i>	<i>não marcação</i>	<i>k</i>	-	-
<i>duna</i>	<i>-pa</i>	<i>-ra, -na</i>		
<i>kurtöp</i>	<i>=wu, -pala</i>	<i>=mi, -shang</i>	-	-
<i>marind costeiro</i>	-	<i>Vp-</i>	-	-
<i>ungarinyin</i>	-	<i>-yu</i>	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos trabalhos citados ao longo do Capítulos 5 e 6.

Em sistemas evidenciais, o fenômeno parece se repetir, sem equivalências exatas em termos de conjunto de dimensões. Duas é o máximo de dimensões codificadas. O par pode

²⁶⁵ Com ressalvas, conforme discutido.

²⁶⁶ Com ressalvas, conforme discutido.

variar segundo o grupo de línguas. O quíchua conchucos do Sul, o quíchuas Sihuas, o foe, o tepuano do sudeste e o nambiquara, por exemplo, codificam o conjunto de dimensões ‘+F, +O’, ‘+F, -O’. Há outros dois pares de dimensões que figuram a função de evidenciais: “‘+F, +O’, ‘-F, -O’”, codificado nos evidenciais da língua wola; e “‘+F, -O’, ‘-F, -O’”, verificado nos evidenciais do yurakaré. Das línguas consideradas, uma única, lakondê, codifica no domínio evidencial apenas uma dimensão, a ‘+F, +O’.

A partir da descrição de evidenciais gramaticais de natureza intersubjetiva apresentados no Capítulo 5 e retomados no 6, poder-se-ia afirmar que a intersubjetividade relativa à distribuição do acesso ou à atenção ao conhecimento entre os Participantes da situação comunicativa, traduzida em quatro dimensões possíveis, interage com diferentes modos de acesso evidenciais. No Quadro 10, esquematizamos o entrecruzamento dos domínios de evidencialidade e da intersubjetividade gramaticalizadas, conforme manifestado nas línguas descritas.

Quadro 10 - Interação entre intersubjetividade e evidencialidade

<i>Explicação evidencial fornecida nos estudos</i>	<i>Dimensões do “engajamento”</i>				<i>Língua</i>
	‘+ F, + O’	‘+ F, - O’	‘- F, + O’	‘- F, - O’	
Conhecimento mútuo (expressão de fato compartilhado)	<i>-cha</i>				quíchua conchucos do Sul
Direta (evidencial direto que expressa fato individual)		<i>-mi</i>			
Conhecimento mútuo (expressão de conjectura compartilhada)	<i>-cher</i>				
Conjectura (expressão de conjectura individual)		<i>-chi</i>			
Direta (evidencial direto que expressa fato individual)		<i>-mi</i>			quíchua do Sihuas
Conhecimento mútuo (evidencial direto que expressa fato compartilhado)	<i>-ma</i>				
Conhecimento mútuo (expressão de conjectura compartilhada)	<i>-chra</i>				

Conjetura (expressão de conjetura individual)		-chri			
Fato conhecido pelo falante e <u>não</u> <u>visto</u> pelo ouvinte.		-bora (contexto presente), -ra (contexto passado recente) -ira (contexto passado distante), - 'abora (contexto futuro)			foe
<u>Visto</u> pelo falante e pelo ouvinte	-boba (contexto presente), -ba'a (contexto passado recente), bo'owa contexto passado distante)				
Reportativa	sac	sap			tepehuano do Sudeste
Observação	-ti ² tu ³	-na ³			nambiquara 267
Dedução	-te ³ nu ¹ ti ² tu ³	-nīn ² ta ²			
Narração	-ta ¹ tēx ¹ ti ² tu ³	-ta ¹ hē ²			
Habitual		-te ² ju ² hē ³			
Testemunhado por falante e ouvinte	siybindis				wola
Não testemunhado por falante e ouvinte				sesa	
Reportativa		=ya			yurakará
De suposição				=jā	
Inferencial	=tiba				
Evidência atual compartilhada por falante e ouvinte	-tān-ta, -na				lakondê
evidência direta ou baseada em inferência	=mirndi	=ngarndi			jaminjung/n galiwurru

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos trabalhos citados ao longo dos Capítulos 5 e 6.

Outro fator, também relacionado à maneira diversificada com que a intersubjetividade está gramaticalizada nas línguas, concerne à variedade de formas que codificam a função. Evidenciamos, a partir dos estudos considerados, que a intersubjetividade é marcada por prefixos, sufixos, clíticos e palavra (caso do demonstrativo que codifica a intersubjetividade com escopo clausal na língua ku waru).

Em terceiro lugar, não há um padrão quanto à obrigatoriedade da marcação da intersubjetividade. Apesar de não termos a informação acerca de todas as línguas que foram descritas nesta tese, foi possível atestar esse fator característico da codificação deste domínio

²⁶⁷ Como salienta Krocker (2001, p. 62), os sufixos que marcam evidencialidade constituem o que é normalmente o sistema responsável por marcar tempo, de maneira que variam conforme o tempo em que ocorrem. Dito isso, inserimos no Quadro 10 somente os marcadores dos exemplos que trouxemos para a tese.

nocional com base no que foi explicitado por um ou outro autor. Em algumas línguas, a seleção entre uma das formas de um paradigma de funções intersubjetivas é obrigatória. É o caso do andoke e do kakataibo. Em línguas como o kogi e o murrinpatha, a marcação é opcional.²⁶⁸ Sendo ou não uma obrigatoriedade, o domínio está gramaticalizado, e um modelo de gramática com ambição tipológica deve fornecer ferramentas que expliquem o fenômeno quando de sua ocorrência em um enunciado linguístico.

Outro fator que caracteriza a marcação da intersubjetividade é a possibilidade de restrições gramaticais. Não deixamos de destacar na seção 5.1, quando mencionado nos estudos citados, os casos em que a ocorrência dos marcadores está restrita a certos contextos gramaticais. No kakataibo, os sufixos são usados apenas com verbos flexionados em terceira pessoa. No murrinpatha, a ocorrência é ainda mais restrita, uma vez que o marcador se realiza em bases verbais de terceira pessoa e tempo não futuro. A restrição temporal também é uma característica do marcador de intersubjetividade do marind costeiro, que ocorre somente no presente, sendo também incompatível com morfologia não declarativa. A discussão também sinalizou restrição de natureza contextual ao enfatizar que os evidenciais que codificam diferentes distribuições de acesso ao conhecimento entre falante e ouvinte das línguas quíchuas conchucos do Sul e quíchuas do Sihuas ocorrem **exclusivamente em conversações**.

Características relativas a restrições gramaticais, bem como à gramaticalização de formas passando a assumir função intersubjetiva, como salientado em alguns momentos desta tese, são importantes para entender melhor o domínio nocional da intersubjetividade e como as línguas se comportam no tocante a sua expressão. Como a discussão da intersubjetividade desde uma perspectiva centrada em seu *status* gramaticalizado é relativamente recente, pelo que entendemos, há muito a ser revelado acerca do comportamento gramatical de seus meios de expressão nas línguas nas quais está constatada a codificação ou em novos marcadores a serem desvelados em outras gramáticas. O que parece certo é que a sua marcação existe, conforme defendido por vários estudos, e é partindo de tal constatação que desenvolvemos essa tese, com um objetivo menos ambicioso ao não explorarmos, no quadro teórico da GDF, as especificidades da manifestação da categoria nas línguas que a codificam, com a justificativa central de que, por ser uma discussão relativamente recente e por dependermos dessas análises e de mais aprofundamento, parece mais consistente apenas limitarmos a

²⁶⁸ Sobre as motivações de uso de marcadores intersubjetivos não obrigatórios, mais concretamente os que constituem o sistema de engajamento da língua kogi, Evans, Bergqvist e San Roque (2018b) fazem algumas pontuações iniciais, mencionando razões interacionais e maior probabilidade de uso quando os eventos sejam diretamente relevantes para um dos participantes ou para ambos.

propor um lugar para o fenômeno na teoria.

A marcação da intersubjetividade se caracteriza pela expressão de diferentes efeitos de sentido resultantes dessa função primária, conforme evidenciado em várias das línguas descritas. A dimensão ‘+F, -O’ esteve associada a efeitos como discordância, alerta, nuance temporal de passado, impaciência do Falante (P₁) frente a uma falha na percepção do Ouvinte (P₂), contradição de uma crença do Ouvinte (P₂) ou indicação de informação que vai contra a expectativa desse participante e um efeito interpretativo, por parte do Ouvinte (P₂), de sarcasmo, quando um marcador de assimetria é usado para se referir a uma informação cujo acesso não é verdadeiramente exclusivo do Falante (P₁). Embora em menor medida, a dimensão ‘+F, +O’ também foi relacionada à expressão efeitos de sentido, como o de afetividade e apelo a uma concordância do Ouvinte (P₁).

A coerência interpretativa em termos de diversos efeitos discursivos nos usos de alguns marcadores de intersubjetividade discutidos nesta investigação, efeitos que são atestados em mais de uma língua que possui meios gramaticais para codificar a intersubjetividade, reforça a tese de que estamos de fato diante da marcação de um mesmo domínio nocional, cuja função é indicar a distribuição de acesso e/ou atenção ao conhecimento entre os Participantes.

Demonstramos, ao longo dos Capítulos 5 e 6, que a evidencialidade não se restringe à expressão da fonte e do modo de obtenção da informação. Evidenciais também podem marcar, de maneira sistemática, a distribuição de acesso ao conhecimento entre os Participantes da interação concomitantemente à indicação de como referido conhecimento foi obtido.

As quatro dimensões da intersubjetividade, que sinalizam (as)simetrias de (não) acesso à informação entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂), interagem de maneira produtiva e distinta com variados domínios evidenciais. Baseando-nos nas análises da expressão da evidencialidade nas línguas **quíchua conchucos do Sul** (Hintz; Hintz, 2017), **quíchua do Sihuas** (Hintz; Hintz, 2017), **foe** (Rule, 1977), **tepehuano do Sudeste** (Willet, 1991), **nambiquara** (Kroeker, 2001), **yurakaré** (Gipper, 2011, 2014), **wola** (Sillitoe, 2016), **lakondê** (Telles; Wetzels, 2006), **jaminjung/ngaliwurru** (Schultze-Berndt, 2017) e **espanhol** (Cornillie; Nebot, 2018), demonstramos que a intersubjetividade se manifesta na expressão das subcategorias evidenciais *Reportatividade*, *Inferência*, *Dedução*, *Não testemunhado* e *Sensorial*. De sua ocorrência no contexto de expressão de todas as subcategorias do NR, depreendemos que a noção conversa com diferentes camadas desse nível.

Consideramos importante frisar que a interação entre a intersubjetividade e a evidencialidade não ocorre de maneira uniforme somente pela variabilidade de combinações possíveis entre as línguas. A partir das análises das dez línguas consideradas, podemos firmar a existência de três padrões de interação entre as categorias. No que denominaremos “padrão 1”, as línguas gramaticalizam distinções intersubjetivas de maneira bastante sistemática, com um paradigma de formas ou de comportamento prosódico que opõem valores ‘+F, +O’ e ‘+F, -O’. Esse padrão se verifica no **tepehuano do Sudeste** (Willet, 1991), no **nambiquara** (Kroeker, 2001), no **quíchua conchucos do Sul** (Hintz; Hintz, 2017), no **quíchua do Sihuas** (Hintz; Hintz, 2017), no **jaminjung/ngaliwurru** (Schultze-Berndt, 2017) e no **espanhol**, na expressão lexical da evidencialidade por advérbios, conforme demonstrou a análise de Cornillie e Nebot (2018). No “padrão 2”, embora não haja um paradigma que contraste valores de intersubjetividade dentro de um domínio evidencial, as línguas especializam formas que marcam algum subtipo e alguma dimensão intersubjetiva, como ocorre na língua **foe** (Rule, 1977), no **wola** (Sillitoe (2016) e no **lakondê** (Telles; Wetzels, 2006). No “padrão 3”, dá-se a mesma situação que caracteriza o padrão 2, com a diferença de que o significado intersubjetivo não está gramaticalizado nas formas, mas é uma ‘condição de felicidade’ relevante estatisticamente. Esse último padrão se aplica à língua **yurakaré** (Gipper, 2011, 2014).

Gipper (2014) se baseia em dois argumentos fortes ao concluir que os evidenciais do yurakaré não têm o componente intersubjetivo em sua semântica (no sentido de distinções de intersubjetividade estarem gramaticalizadas). Um deles diz respeito ao que já mencionamos sobre a inexistência de paradigma que estabeleça um contraste de distribuição do conhecimento entre falante e ouvinte em um mesmo valor evidencial, como há em outros sistemas evidenciais como os descritos aqui. O outro fator é a baixa consciência dos falantes nativos acerca desses usos.

Apesar de o componente intersubjetivo não estar gramaticalizado nos evidenciais da língua, com base no comportamento das formas e em dados quantitativos, a autora bate o martelo em sua conclusão de que os evidenciais do yurakaré expressam intersubjetividade relativa a (as)simetrias de conhecimento. Portanto, propõe diferenciar duas situações em que um sistema evidencial interaja com o domínio da intersubjetividade: (i) quando os evidenciais gramaticalizam essas distinções constituindo um paradigma estabelecendo contrastes dentro

de um tipo evidencial;²⁶⁹ (ii) quando não há esse contraste e cada evidencial se relaciona diferentemente em relação ao domínio da intersubjetividade, como em yurakaré. Para Gipper (2014), ambos têm de ser abarcados por um modelo tipológico.

O que esta tese defende está alinhado às considerações da autora ao pontuar que um modelo tipológico também deve levar em conta essa maneira de indicar intersubjetividade. Apesar da língua yurakaré não possuir um paradigma para a expressão de dimensões intersubjetivas em um mesmo domínio evidencial ou ao menos uma das dimensões gramaticalizada em um marcador evidencial – como nas línguas que formam parte do padrão 2 (baseando-nos na definição que os autores das análises que consideramos apresentam ao caracterizar os evidenciais) –, os usos de seus marcadores de evidencialidade parecem estar restritos ou fortemente condicionados à existência de um conhecimento (não) compartilhamento por parte do Falante (P₁) e do Ouvinte (P₂).

É uma característica de uso do reportativo =*ya*, que apenas o Falante (P₁) possui o conhecimento da situação correspondente à base evidencial (Proposição Fonte). Outra característica de uso desse evidencial é que o evento descrito na informação que ele veicula, isto é, na Proposição Alvo, não foi acessado pelo Falante (P₁) e pelo Ouvinte (P₂). =*Tiba*, que apresentamos na seção 6.5, é usado quando Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) têm acesso à base evidencial, mas é indiferente, em seus usos, no que concerne à distribuição do conhecimento contido na Proposição Alvo, uma vez que pode ser usado quando é esperado que o Ouvinte (P₂) saiba ou quando não saiba sobre ele. O evidencial =*Jiã* tem como característica de uso a distribuição simétrica do não conhecimento tanto daquilo a que se refere a base evidencial quanto do evento descrito na informação veiculada. A GDF, enquanto um modelo funcionalista que almeja adequação tipológica, deve ser capaz de explicar o comportamento de evidenciais em seu uso efetivo, um comportamento caracterizado pela expressão regular da intersubjetividade, haja vista a relevância quantitativa frisada por Gipper (2014), mesmo o domínio não estando (totalmente) gramaticalizado. Nesse sentido, consideramos que a expressão da intersubjetividade em contexto evidencial na língua yurakaré, não obstante as diferenças em relação a outras línguas, figura um argumento a mais em prol da precisão do modelo da GDF no tocante ao tratamento do fenômeno.

A heterogeneidade que caracteriza a interação entre a intersubjetividade e a evidencialidade se explica também pela possibilidade de os marcadores evidenciais

²⁶⁹ Para esse caso de intersubjetividade em evidenciais, a autora se baseia em duas línguas, o quíchua conchucos do Sul, apoiando-se em Hintz (2007), e o tepehuano do Sudeste, com base em Willet (1991). Ambas as línguas abarcadas neste capítulo.

intersubjetivos indexarem distribuições de acesso à informação contextual. Nesse caso, o conhecimento acessado por Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) se mantém apenas no domínio do Componente Contextual compartilhado, de longo ou curto prazo, sem entrar no escopo do marcador intersubjetivo, extrapolando, assim, os limites de nossa proposta de operadores de NI e requerendo uma abordagem dialógica do MIV, que tem em sua base a pressuposição de um Componente Contextual dessa natureza.

O Quadro 11, a seguir, sintetiza as características evidenciadas nesta tese no que tange à interação entre a intersubjetividade e a evidencialidade e a explicação no quadro da GDF.

Quadro 11 – Entrecruzamento das propriedades da manifestação da intersubjetividade evidencial

Subtipo evidencial	Dimensões da intersubjetividade			Padrão	Explicação no quadro da GDF
	‘+F, +O’	‘+F, -O’	‘-F, -O’		
Reportatividade		yurakaré		3 – uma forma, um subtipo e uma dimensão (significado intersubjetivo não gramaticalizado)	NI
	nambiquara			1 – oposição formal	NI
	tepehuano do Sudeste				
Inferência			yurakaré	3 – uma forma, um subtipo e uma dimensão (significado intersubjetivo não gramaticalizado)	NI
		jaminjung/n galiwuru ²⁷⁰		1 – oposição formal	MIV dialógico
	espanhol			1 – oposição formal	NI
Dedução	nambiquara			oposição formal	NI
	yurakaré			3 – uma forma, um subtipo e uma dimensão (significado intersubjetivo não gramaticalizado)	MIV dialógico
	jaminjung/n galiwuru			1 – oposição formal	MIV dialógico
Não testemunhado			wola	2 – uma forma, um subtipo e uma dimensão	MIV dialógico
		foe		2 – uma forma, um subtipo e uma dimensão	MIV dialógico
Sensorial	lakondê			2 – uma forma, um subtipo e uma dimensão	NI
	nambiquara			1 – oposição formal	NI

²⁷⁰ Se o uso dos marcadores do jaminjung/ngaliwuru receber uma leitura de *Inferência* ou *Dedução*, o caso de alguns exemplos que fornecemos na seção 6.4, a explicação é pelo MIV dialógico, visto que a função codificada nos evidenciais da língua é a de indicar acesso exclusivo ou compartilhado referente à situação da “base evidencial”, que não coincide com a da informação veiculada, apenas fundamenta o raciocínio que é apresentado nela.

	wola			2 – uma forma, um subtipo e uma dimensão	NI
	quíchua conchucos do Sul			1 – oposição formal	NI
	quíchua do Sihuas				
	jaminjung/ngaliwurru			1 – oposição formal	NI

Fonte: elaborado pela autora.

Uma explicação segundo o NI sinaliza a relação entre intersubjetividade e “informação evidencial”, que é o conhecimento veiculado pelo marcador. Uma explicação viabilizada por uma abordagem dialógica do MIV, reflete, por outro lado, a relação entre intersubjetividade e “base evidencial”. Notamos que, na expressão de uma evidencialidade ‘+F, +O’ e ‘-F, -O’ com a fonte (criador) sendo o próprio Falante (P_1), nos casos em que este infere, deduz, percebe ou não testemunha um evento, produz-se um efeito de fonte (criador) evidencial intersubjetiva “Falante-Ouvinte”, consequência da suposição do Falante (P_1) de que o Ouvinte (P_1) compartilha de seus raciocínios ou percepções e de que estão de igual para igual no que se refere ao acesso a um conhecimento ou à falta dele. Diante do exposto, destacamos a importância dos conceitos basilares da evidencialidade “base evidencial” (Izquierdo Alegría, 2019), “informação evidencial” e “fonte (criador)” (Izquierdo Alegría, 2019) para um entendimento mais apurado, bem como um tratamento mais adequado segundo a GDF das funções dos marcadores da categoria quando expressam, além desse domínio, a distribuição de acesso à informação entre Falante (P_1) e Ouvinte (P_2), face funcional de um evidencial que pode focalizar ou o acesso à base para a informação evidencial ou o que está contido propriamente na informação evidencial.

As explicações em GDF em termos do NI e do MIV dialógico, que refletem respectivamente uma relação intersubjetiva quanto à informação evidencial e quanto à base evidencial - ou quanto ao processo (colaborativo) da construção dos raciocínios), parecem manifestar-se no domínio de vários modos de acesso, conforme apontam a relação com alguns subtipos evidenciais do modelo e são aplicáveis a mais de um padrão, a depender da língua.

8 CONCLUSÕES

A tese objetivou aprimorar a GDF no tocante aos seus três pilares de adequação no âmbito da expressão da intersubjetividade (evidencial), impulsionada pela hipótese central que defendia limitações na capacidade descritiva do modelo. A fim de manter uma coerência com os princípios teórico-metodológicos da teoria a qual objetivávamos refinar, mais precisamente o da *Codificação Formal*, com vistas a desenvolver uma proposta partindo de um fenômeno linguístico que estivesse de fato dentro do escopo da teoria, restringimos à expressão da *intersubjetividade gramaticalizada*, definida como “a expressão gramatical de (as)simetrias entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) no que se refere à distribuição do acesso e/ou atenção ao conhecimento sobre um evento ou uma entidade, a qual pode ser caracterizada como ‘+Falante, + Ouvinte’ (+F, +O’), ‘+Falante, - Ouvinte’ (+F, -O’), ‘-Falante, + Ouvinte’ (-F, +O’) e ‘-Falante, - Ouvinte’ (-F, -O’)”.

A partir de um conjunto de trabalhos de orientação tipológica, a descrição de dezenove línguas que empreendemos nesta tese evidenciou que a intersubjetividade (evidencial) está aparentemente gramaticalizada em algumas línguas do mundo. A codificação desse domínio se dá de formas diversas, desde sistemas com graus variados de complexidade, que podem codificar (quase) todas as dimensões da intersubjetividade, a marcadores que codificam uma ou outra dimensão.

Ao discutirmos a *intersubjetividade gramaticalizada* no quadro da GDF, corroboramos nossa hipótese de pesquisa demonstrando que esse modelo teórico, no estágio de desenvolvimento em que se encontra, não consegue explicar o fenômeno em sua completude. A partir disso, desenvolvemos uma proposta de análise que intercede pela incorporação de operadores de intersubjetividade em unidades do Nível Interpessoal (NI). Sinalizamos, também, a partir de estudos sobre “engajamento”, a possibilidade de demonstrativos constituírem unidades gramaticais que refletem também funções desse nível.

A análise também defendeu que a amalgama entre a intersubjetividade e a evidencialidade em sua expressão gramatical, quando da presença de um paradigma (ou formas especializadas), que traz distinções relativas à distribuição de acesso à informação entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂), ou de algum comportamento regular referente a esses significados pragmáticos, explica-se adequadamente na GDF a partir da proposta de tratamento da *intersubjetividade gramaticalizada* no NI do modelo e da assunção de um MIV dialógico.

Uma perspectiva individualista do MIV não refletiria o que subjaz ao processo de

formulação de enunciados intersubjetivamente marcados, principalmente porque o Falante (P₁) leva em consideração o que o seu Ouvinte (P₂) possui e não possui em termos de informação pragmática. Ao assumirmos a abordagem para o MIV, que integra os Componentes do Falante (P₁) e do Ouvinte (P₂), também abrimos espaço para discutir os casos em que os marcadores codificam uma intersubjetividade relativa a algum aspecto da esfera da interação comunicativa, seja ele uma informação contextual ou uma construção colaborativa de um raciocínio evidencial. Não obstante, a discussão foi realizada de maneira introdutória, de modo que mais pesquisas que explorem aspectos contextuais na expressão da intersubjetividade em contexto evidencial são realmente necessárias, pois certamente viabilizarão uma compreensão mais acurada do fenômeno.

Evidenciamos que a intersubjetividade também estaria refletida na gramática no Nível Fonológico (NF). Isso ocorre quando esse domínio interage com a evidencialidade, como demonstra Cornillie e Nebot (2018) para a expressão da categoria mediante advérbios da língua espanhola terminados em *-mente*. Os autores verificam um comportamento prosódico associado aos usos ‘+F, +O’ desses evidenciais, o qual difere daquele em que o uso de tais formas possui uma leitura ‘+F, -O’.

Em suma, demonstramos o reflexo gramatical da intersubjetividade de maneira independente e em contexto evidencial, tanto em sistemas evidenciais gramaticalizados quanto na manifestação léxica da categoria, configurando evidências de que o NI, enquanto o nível apto para abarcar a intersubjetividade, conforme assumido nesta tese, deve conter instruções dessa natureza que expliquem as formas selecionadas na operação de Codificação. Tais instruções, segundo a nossa proposta, consiste, primeiramente, em um conjunto de quatro operadores {+S+A, +S-A, -S+A, -S-A} - cada qual referindo-se a uma dimensão da intersubjetividade - com atuação na camada do Conteúdo Comunicado (C). À vista da relevância gramatical, para o kogi, da indicação da perspectiva/autoridade epistêmica, se do Falante (P₁) ou do Ouvinte (P₂), em relação ao conhecimento veiculado na expressão da intersubjetividade ‘+F, +O’, como evidenciamos na descrição da língua com base no estudo de Bergqvist (2016), a tese também propõe o operador ‘EA’, com atuação sobre a unidade Participantes. A função desse operador é especificar justamente qual dos Participantes detém a autoridade na expressão de um conhecimento cujo acesso é assumido como compartilhado.

A tese cumpre o objetivo de aprimorar a adequação da GDF no tocante aos seus objetivos teórico-metodológicos ao elaborar a intersubjetividade no NI do Componente Gramatical e discutir fatores relativos ao MIV no processo de formulação de enunciados intersubjetivamente marcados, alcançáveis unicamente no quadro de uma abordagem

dialógica sua, em que se parte da consideração de um Componente Contextual compartilhado (ou não) entre os Participantes e de seus Componentes Conceituais individuais.

Quanto às contribuições à temática, a tese, partindo do que é pontuado nos trabalhos, põe em relevo a complexidade que caracteriza a expressão da intersubjetividade (evidencial), que pode apresentar restrições ao nível gramatical e contextual, e evidencia a relação da intersubjetividade com as noções de “fonte (criador)” (Izquierdo Alegria, 2019), “base evidencial” (Izquierdo Alegria, 2019), “informação evidencial” e diferentes subtipos evidenciais segundo a tipologia da GDF, todas elas pilares que constroem a categoria.

A pertinência de separar os domínios da “base” e da “informação evidencial” para uma melhor compreensão da manifestação da intersubjetividade em contexto evidencial já se evidencia nos trabalhos de Gipper (2014), com suas noções de Proposição Fonte e Proposição Alvo, e Schultze-Berndt (2017) (Situação Fonte-Situação Alvo), ambas análogas ao que concebemos como “base” e “informação evidencial”. Entretanto, aqui a discussão se amplia pela relação que estabelecemos com diferentes subtipos evidenciais, em alguns dos quais há uma coincidência entre as informações que integram os domínios “base” e “informação evidencial” (caso da *Reportatividade* e da evidencialidade *Sensorial*) e pela explicação que fornecemos no quadro de uma teoria de gramática que se insere dentro de um MIV. Essa explicação é sintetizada da seguinte maneira: quando o foco do evidencial for a sinalização da distribuição de acesso entre os Participantes ao que consta na “base evidencial”, nos casos de não coincidência entre o que consta na “base” e na “informação evidencial”, a explicação ocorre no quadro do MIV dialógico; quando o foco é o acesso ao que consta na “informação evidencial” ou havendo uma coincidência entre o que consta na “base” e o que consta na “informação evidencial”, um conjunto de operadores que sinalizam diferentes distribuições de acesso entre Falante (P₁) e Ouvinte (P₂) serão a alternativa explicativa para a seleção gramatical de um marcador evidencial intersubjetivo.

As discussões aqui propostas fornecem um quadro teórico e metodológico aplicável à descrição de evidenciais de natureza lexical, em línguas como o português e o espanhol, que podem expressar intersubjetividade, mesmo que não se enquadrem em uma *intersubjetividade gramaticalizada*, como ocorre nos usos evidenciais de verbos - como demonstra Vidal (2021) para os verbos cognitivos -, situação em que evidencialidade interage com a categoria de pessoa, possibilitando, assim, uma descrição mais precisa e adequada das funções das formas.

Como explicamos, a intersubjetividade nos estudos linguísticos pode dividir-se em dois grandes grupos, aquele que leva em consideração a dimensão dos participantes do

discurso, indicando ou que o falante e ouvinte compartilham ou não um determinado conhecimento ou um foco de atenção orientado a ele ou que o falante deseja exercer influência sobre o ouvinte ou está atento à sua “face” e aos impactos que o seu enunciado pode causar nele (Nebot; Cornillie, 2018; Ghesquière; Brems; Van de Velde, 2012; Verhagen, 2005, 2008; Traugott; Dasher, 2002; Traugott, 2003, 2010, Tantucci, 2021²⁷¹) e aquele que cobre a esfera do compartilhamento amplo de informações, extrapolando a dimensão Falante-Ouvinte (Nuyts, 2012, 2017; Tantucci, 2021²⁷²). Dito isso, reconhecemos que o nosso recorte centrado apenas na intersubjetividade (evidencial) gramaticalizada acaba deixando de fora outras manifestações de intersubjetividade, sobretudo no contexto da manifestação lexical da evidencialidade, como *extensões pragmáticas e discursivas de significados evidenciais* (Nebot; Bates, 2018, p. 1), que estão ancoradas em diferentes tipos de intersubjetividade, conforme pincelado em alguns momentos desta tese.

Como sugestão para desdobramentos futuros da temática, de modo a somar aos estudos já desenvolvidos sobre evidencialidade em perspectiva discursiva, como os citados na Introdução e Capítulo 2 desta tese, tais propriedades intersubjetivas no contexto dessa categoria atitudinal em sua manifestação léxica podem ser abarcadas em uma abordagem ampla da intersubjetividade, que reuniria as visões discutidas no capítulo dois acerca da noção, alcançando tanto aquele conhecimento - ou atenção - que é compartilhado ou não pelos interlocutores quanto informações amplamente compartilhadas, bem como questões relativas à consciência do falante acerca das consequências do seu enunciado para o ouvinte.

Frisamos que línguas de manifestação lexical da evidencialidade são tão aptas para o rastreio da intersubjetividade quanto uma língua de sistema evidencial gramaticalizado. Segundo Grzech e Bergqvist (2020), não há uma equivalência entre a não obrigatoriedade morfológica de uma forma e a não obrigatoriedade comunicativa no tocante à expressão de valores epistêmicos no discurso; longe disso, enfatiza-se a natureza discursivamente motivada da marcação epistêmica mediante dispositivos lexicais (cf. Grzech; Bergqvist, 2020, p. 289). Haja vista que a pragmática subjacente da evidencialidade não muda, independente de se o sistema é ou não gramatical (Mushin, 2013), a descrição de evidenciais lexicais contribuirá, como o mesmo grau de importância em relação à marcação gramatical, para o entendimento macro do domínio, com aportes que se aplicariam, em tese, à expressão da categoria entre as línguas naturais, não importando a maneira como é codificada na gramática.

Em suma, estudos centrados em línguas de expressão evidencial lexical,

²⁷¹ Referimo-nos à “Intersubjetividade Imediata (I-I)”.

²⁷² A noção de intersubjetividade estendida (I-E) parece se encaixar nesse grupo.

orientados à análise da interação entre intersubjetividade e evidencialidade permitem compreender o fenômeno mais a fundo, o que traz contribuições no que se refere às línguas que gramaticalizam a intersubjetividade em âmbito evidencial, também, uma vez que a pragmática não vai mudar, o que difere é a maneira como as línguas refletem-na. Uma o fazem de modo sistemático em sua gramática, outras não.

Como pontuamos no Capítulo 7, há uma grande complexidade subjacente ao fenômeno aqui tratado, de modo que um entendimento mais aprofundado requer uma atenção a como as línguas se comportam no contexto de manifestação da intersubjetividade. Como dimensões promissoras de investigação sinalizadas por Evans, Bergqvist e San Roque (2018b), destaco a interação entre engajamento e tempo e o tipo de disposição mental envolvida (como, por exemplo, crenças e expectativas, para além de conhecimento e atenção). Partindo de significativas provocações feitas pela banca de defesa, acrescento a essas sugestões propostas pelos autores do “engajamento” investigações que focalizem a interação de marcadores de intersubjetividade com marcadores de (in)definitude e com marcadores de funções pragmáticas como “foco” e “tópico”, a fim de verificar se há correlações e implicações.

Por fim, ao interagir com diferentes subtipos evidenciais, mais precisamente com a *Reportatividade* e com todos os subtipos do NR, relacionando, portanto, a variadas camadas semânticas do modelo, notadamente o Conteúdo Proposicional (p), o Episódio (ep) e Estado de Coisas (e), a tese revela uma desvinculação entre intersubjetividade e camada no âmbito da expressão de uma categoria atitudinal. Esse achado gera o questionamento de se a mesma ideia não se aplicaria a sua contraparte subjetividade ou até mesmo à objetividade. Assim sendo, cabe indagar se é cabível usar como critério a atribuição de noções de objetividade e subjetividade a camadas para a diferenciação de subtipos no domínio de uma categoria atitudinal, como feito em Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) no que se refere à modalidade deôntica, considerada subjetiva quando o escopo de atuação é o Episódio.

Diante do exposto, a presente tese se soma à pesquisa de Batista (2019), que, ao verificar efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade na expressão da modalidade deôntica, motivados por fatores tais como a fonte modal e aspectos contextuais, e mais especificamente por verificar uma relação não categórica entre modalidade deôntica de escopo episódico e efeito subjetivo, já apontava para a necessidade de uma revisão nesse tipo de vinculação. Parece-nos, no entanto, que mais estudos que explorem esses domínios em interação com diferentes categorias atitudinais são necessários.

REFERÊNCIAS

- ARRESE, Juana Isabel Marín. Commitment and subjectivity in the discourse of opinion columns and leading Articles: A corpus study. **Rael-Revista Electrónica de Lingüística Aplicada**, [Palma de Mallorca], v. 6, n. 1, p. 82-98, dez. 2007. Disponível em: <https://rael.aesla.org.es/index.php/RAEL/article/view/271>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- ARRESE, Juana Isabel Marín. Subjectivity and Intersubjectivity in Discourses. *In*: GÓMEZ, M^a Luisa Blanco; ARRESE, Juana Isabel Marín (org.). **Discourse and communication: cognitive and functional perspectives**. Madrid: Dykinson, 2010. p. 11-40.
- ARRESE, Juana Isabel Marín. Effective vs. epistemic stance and subjectivity in political discourse: legitimising strategies and mystification of responsibility. *In*: HART, Christopher (org.). **Critical Discourse Studies in Context and Cognition**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 193-224.
- ARRESE, Juana Isabel Marín. Epistemic Legitimation and Inter/Subjectivity in the Discourse of Parliamentary and Public Inquiries: a contrastive case study. **Critical Discourse Studies**, [s.l.], v. 12, n. 3, p. 261-278, 11 mar. 2015. DOI 10.1080/17405904.2015.1013484. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17405904.2015.1013484>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- BATES, Carolina Figueras; NEBOT, Adrián Cabedo. (org.). **Perspectives on Evidentiality in Spanish: explorations across genres**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018.
- BATISTA, Vitória Glenda Lopes. **Modalidade deôntica e efeitos de sentido em língua espanhola**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49116>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale I**. [Paris]: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale II**. [Paris]: Gallimard, 1974.
- BERGQVIST, Henrik. Complex perspectives in Arwako languages: comparing epistemic marking in kogi and ika. *In*: PETER, K; AUSTIN, Oliver Bond; MARTEN, Lutz; NATHAN, David. **Proceedings of Conference on Language Documentation and Linguistic Theory 3**. Londres: Soas, 2011. p. 49-57.
- BERGQVIST, Henrik. Epistemic marking in Ika (Arwako). **Studies In Language. International Journal Sponsored By The Foundation "Foundations Of Language"**, [s.l.], v. 36, n. 1, p. 154-181, 2012. DOI 10.1075/sl.36.1.05ber. Disponível em: https://www.academia.edu/62436694/Epistemic_marking_in_Ika_Arwako_. Acesso em: 27 abr. 2024.
- BERGQVIST, Henrik. Complex epistemic perspective in kogi (arwako). **International Journal of American Linguistics**, [s.l.], v. 82, n. 1, p. 1-34, jan. 2016. DOI 10.1086/684422.

Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/684422>. Acesso em: 1 maio 2024.

BERGQVIST, Henrik. The role of ‘perspective’ in epistemic marking. *Lingua*, [s.l.], v. 186-187, p. 5-20, jan./fev. 2017. DOI 10.1016/j.lingua.2015.02.008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0024384115000431>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BERGQVIST, Henrik. Intersubjectification revisited: a cross-categorical perspective. In: GUENTCHÉVA, Zlatka. **Epistemic Modalities and Evidentiality in Cross-Linguistic Perspective**, Berlin: De Gruyter Mouton, 2018. p. 319-345. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/9783110572261/html#contents>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BERGQVIST, Henrik. Swedish modal particles as markers of engagement: evidence from distribution and frequency. *Folia Linguistica*, [s.l.], v. 54, n. 2, p. 469-496, 24 set. 2020. DOI 10.1515/flin-2020-2047. Disponível em: https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/flin-2020-2047/html?srsId=AfmBOooptRGPa9LVxh7Zgub9TyGj6l39niSLJYGsR-j_PK-hupcRCfli. Acesso em: 11 abr. 2024.

BERGQVIST, Henrik; GRZECH, Karolina. The role of pragmatics in the definition of evidentiality. *Stuf - Language Typology And Universals*, [s.l.], v. 76, n. 1, p. 1-30, 3 abr. 2023. DOI 10.1515/stuf-2023-2004. Disponível em: https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/stuf-2023-2004/html?srsId=AfmBOooSFYKaaHdmKg7yx0fExj6dsWrsetIag7AXeTY4LAjrH_oNzzEV. Acesso em: 20 maio 2024.

BERGQVIST, Henrik; KITTLÄ, Seppo. Epistemic perspectives: Evidentiality, egophoricity, and engagement. In: BERGQVIST, Henrik; KITTLÄ, Seppo. **Evidentiality, egophoricity, and engagement (Studies in Diversity Linguistics 30)**. Berlin: Language Science Press, 2020. p. 1-23.

BERGQVIST, Henrik; KNUCHEL, Dominique. Explorations of Engagement: introduction. *Open Linguistics*, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 650-665, 31 dez. 2019. DOI 10.1515/opli-2019-0036. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/de/document/doi/10.1515/opli-2019-0036/html?srsId=AfmBOooMFqJ2mGLotQyYNeuiVsXMkCRyhHqs3rDKmfdgLCgb0e3pWPh>. Acesso em: 13 maio 2024.

BERMÚDEZ, Fernando Wachtmeister. **Evidencialidad**: La codificación lingüística del punto de vista. 2005. Tese (Doutorado) - Department Of Spanish, Portuguese And Latin American Studies, Stockholms Universitet, Estocolmo, 2005. Disponível em: <http://su.diva-portal.org/smash/get/diva2:199511/FULLTEXT01>. Acesso em: 21 set. 2021.

BRIZ, Antonio. Evidencialidad, significados pragmáticos y partículas discursivas en español: sobre la intensificación tácticamente evidencial. In: GONZÁLEZ RUIZ, Ramón; IZQUIERDO ALEGRÍA, Dámaso; LAMAS, Óscar Loureda (org.). **La evidencialidad en español: teoría y descripción**. Madrid: Iberoamericana; Vervuert: Frankfurt Am Main, 2016. p. 103-127.

CALDAS, Jane Eyre Martins. **Evidencialidade e gramaticalização**: uma análise discursivo-funcional de verbos de percepção em espanhol. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,

2021.

CAMACHO, Roberto Gomes; OLIVEIRA, Pedro Henrique Truzzi de. Advérbios fóricos como expressão de intersubjetividade. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 24-47, 21 abr. 2024. DOI 10.31513/linguistica.2024.v20n1a63028. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/63028/41372>. Acesso em: 13 set. 2024.

CARRETERO, Marta; MARÍN-ARRESE, Juana I.; LAVID-LÓPEZ, Julia. Adverbs as evidentials: an english-spanish contrastive analysis of twelve adverbs in spoken and newspaper discourse. **Kalbotyra**, [Vilnius], v. 70, p. 32-59, 28 dez. 2017. DOI 10.15388/Klbt.2017.11185. Disponível em: <https://shre.ink/rfn0>. Acesso em: 02 mar. 2022.

CLARK, Herbert, H. **Using Language**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CONNOLLY, John H. Context In Functional Discourse Grammar. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 11-33, 2007a. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1435/1137>. Acesso em: 10 jan. 2023

CONNOLLY, John H. Mental context and the expression of terms within the English clause: an approach based on functional discourse grammar. In: HANNAY, Mike; STEEN, Gerard J. (org.). **Structural-Functional Studies in English Grammar**: in honour of Lachlan Mackenzie. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007b. p. 193-208. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1075/slcs.83.12con/html?srsId=AfmBOordn3SGnPcZzBfuEIFzrHfjopEt-CqcuzfU3xAMg2fhJskmL0v6>. Acesso em: 9 jan. 2023.

CONNOLLY, John H. Conceptual representation and formulation: A computationally oriented approach. In: MACKENZIE, J. Lachlan; OLBERTZ, Hella (org.). **Casebook in Functional Discourse Grammar**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013, p. 125-154. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/slcs.137.06con?srsId=AfmBOopN4prjgw5i2g4dt0DFkLu0z4jzWngZnvhyh6hSN6Wn9bkHh7pC>. Acesso em: 7 jan. 2023.

CONNOLLY, John H. The contextual component within a dynamic implementation of the FDG model: structure and interaction. **Pragmatics**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 229-248, jan. 2014. DOI 10.1075/prag.24.2.03con. Disponível em: <https://shre.ink/rfUF>. Acesso em: 02 jan. 2023.

CONNOLLY, John H. Conceptualisation and Formulation in the Generation of the Verb Phrase in English and Welsh within Functional Discourse Grammar. **Web Papers in Functional Discourse Grammar**, [s.l.], v. 88, p. 1-26, mai. 2015. Disponível em: https://fdg.humanities.uva.nl/working_papers/WP-FDG-88.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

CONNOLLY, John H. On the Conceptual Component of Functional Discourse Grammar. **Web Papers in Functional Discourse Grammar**, [s.l.], v. 89, p. 1-49, ago. 2017. Disponível em: https://fdg.humanities.uva.nl/working_papers/WPFDG89.pdf. Acesso em: 02 jan. 2023.

CONNOLLY, John H. Construal and the Conceptual Component of Functional Discourse Grammar. **Web Papers in Functional Discourse Grammar**, [s.l.], v. 91, p. 1-35, jan. 2018. Disponível em: https://fdg.humanities.uva.nl/working_papers/WP-FDG-91.pdf. Acesso em: 02 jan. 2023.

CORNILLIE, Bert. **Evidentiality and Epistemic Modality in Spanish (Semi-)Auxiliaries: A Cognitive-Functional Approach**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2007. Disponível em: https://www.degruyterbrill.com/de/document/doi/10.1515/9783110204483/html?srsId=AfmBOorEstzOx5gBLHZx-kbVaGU_7itSQLIW3TW8weQDAp9L2Fw03xex. Acesso em: 21 abr. 2022.

CORNILLIE, Bert. Evidentiality and epistemic modality: on the close relationship between two different categories. **Functions of Language**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 44-62, jan. 2009. DOI 10.1075/fol.16.1.04cor. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/fol.16.1.04cor>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CORNILLIE, Bert. Otra vez sobre la relación de la evidencialidad con las otras categorías calificativas. In: HENNEMANN, Anja; BÖHM, Verónica. **La interconexión de las categorías semántico-funcionales en algunas variedades del español: estudios sobre la interacción de la temporalidad, aspectualidad, modalidad y evidencialidad**. Berlim: Peter Lang, 2021. p. 36-49. Disponível em: https://kuleuven.limo.libis.be/discovery/fulldisplay?docid=lirias3367653&context=SearchWebhook&vid=32KUL_KUL:Lirias&lang=en&search_scope=lirias_profile&adaptor=SearchWebhook&tab=LIRIAS&query=any,contains,LIRIAS3367653&offset=0. Acesso em: 27 maio 2024.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos.; HENGVELD, Kees. The Grammaticalization of Modal Verbs in Brazilian Portuguese: a synchronic approach. **Journal Of Portuguese Linguistics**, [Lisboa], v. 15, n. 1, p. 11-14, 12 jan. 2016. DOI 10.5334/jpl.1. Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/10.5334/jpl.1/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DIK, Simon C. **The Theory of Functional Grammar**. Part 1: The Structure of the Clause. 2. ed. Berlim: Mouton de Gruyter, 1997a. Editado por Kees Hengeveld.

DIK, Simon C. **The Theory of Functional Grammar**. Part 2 Complex and Derived Constructions. Berlim: Mouton de Gruyter, 1997b. Editado por Kees Hengeveld.

ESTELLÉS, Maria; ALBELDA, Marta. On the dynamicity of evidential scales: Pragmatic indirectness in evidentiality as a rhetorical strategy in academic and political discourse. In: BATES, Carolina Figueras; NEBOT, Adrián Cabedo. (org.). **Perspectives on Evidentiality in Spanish: explorations across genres**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 25-48. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/books/9789027263971>. Acesso em: 5 set. 2022.

EVANS, Nicholas; BERGQVIST, Henrik; ROQUE, Lila San. The grammar of engagement I: framework and initial exemplification. **Language And Cognition**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 110-140, 2018a. DOI 10.1017/langcog.2017.21. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/language-and-cognition/article/grammar-of-engagement-i-framework-and-initial-exemplification/6D48FD1C8609438490C3DD4C00212DC1>. Acesso em: 29 jun. 2024.

EVANS, Nicholas; BERGQVIST, Henrik; ROQUE, Lila San. The grammar of engagement II: typology and diachrony. **Language And Cognition**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 141-170, 2018b. DOI 10.1017/langcog.2017.22. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/language-and-cognition/article/grammar-of-engagement-ii-typology-and-diachrony/9B1FC777500066861F243236ACE9D291>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FOX, Barbara A. Evidentiality: authority, responsibility, and entitlement in english conversation. **Journal Of Linguistic Anthropology**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 167-192, dez. 2001. DOI 10.1525/jlin.2001.11.2.167. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227931082_Evidentiality_Authority_Responsibility_and_Entitlement_in_English_Conversation. Acesso em: 24 jun. 2024.

GIOMI, Riccardo. Grammar, context and the hearer: a proposal for an addressee-oriented model of functional discourse grammar. **Pragmatics**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 275-296, jan. 2014. DOI 10.1075/prag.24.2.05gio. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/prag.24.2.05gio>. Acesso em: 2 jan. 2023.

GIPPER, Sonja. **Evidentiality and intersubjectivity in Yurakaré**: an interactional account. Nijmegen: Ipskamp Drukkers, 2011. Disponível em: <https://repository.ubn.ru.nl/handle/2066/94408>. Acesso em: 2 jan. 2024.

GIPPER, Sonja. Intersubjective evidentials in Yurakaré: evidence from conversational data and a first step toward a comparative perspective. **Studies In Language**, [s.l.], v. 38, n. 4, p. 792-835, 8 dez. 2014. DOI 10.1075/sl.38.4.05gip. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/sl.38.4.05gip?srsId=AfmBOopsymoY7HiBH6wAzzbTL9lTrK76kUZoVcl4Eq9HhFuiC-FGFVLz>. Acesso em: 02 de jan. 2024.

GONZÁLEZ, Montserrat. Evidentiality, intersubjectivity and salience in Spanish and Catalan markers claro/clar and la verdad/veritat. **Intercultural Pragmatics**, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 409-434, 23 jul. 2014. DOI 10.1515/ip-2014-0019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269615494_Evidentiality_intersubjectivity_and_salience_in_Spanish_and_Catalan_markers_claroclar_and_la_verdadveritat. Acesso em: 10 mar. 2022.

GRZECH, Karolina; SCHULTZE-BERNDT, Eva; BERGQVIST, Henrik. Knowing in interaction: an introduction. **Folia Linguistica**, [s.l.], v. 54, n. 2, p. 281-315, 24 set. 2020. DOI 10.1515/flin-2020-2041. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/flin-2020-2041/html?srsId=AfmBOoq9O2k1WR9WbAYBAxHIPSv9oHx9wA01K2xne3WhwaQLTSWxczk>. Acesso em: 22 abr. 2024.

HENGVELD, Kees; DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, [Jena], v. 53, n. 3, p. 479-524, 29 abr. 2015. DOI 10.1515/ling-2015-0010. Disponível em: https://keeshengeveld.nl/wp-content/uploads/2024/01/2015_hengevelldhattner.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

HENGVELD, Kees; FISCHER, Rafael. A'ingae (Cofán/Kofán) Operators. **Open Linguistics**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 328-355, 10 nov. 2018. DOI 10.1515/opli-2018-0018. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/opli-2018-0018/html>. Acesso em: 04 jan. 2022.

HENGVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press Inc., 2008.

HENGVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. Grammar and context in functional discourse grammar. **Pragmatics**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 203-227, jan. 2014. DOI 10.1075/prag.24.2.02hen. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/prag.24.2.02hen>.

24.2.02hen. Acesso em: 24 fev. 2022.

HENGVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. Reflections on the lexicon in Functional Discourse Grammar. **Linguistics**, [Jena], v. 54, n. 5, p. 1135–1161, 2016. DOI 10.1515/ling-2016-0025. Disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/67546278/10.1515_ling_2016_0025.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

HENNEMANN, Anja. Evidentiality and (Inter-) Subjectivity as (Non-) Competing Dimensions: examples from Portuguese, Spanish and English orality. **Institutional Repository of the University of Potsdam**, Potsdam, p. 1-19, 2018. Disponível em: https://publishup.uni-potsdam.de/opus4-ubp/frontdoor/deliver/index/docId/41499/file/hennemann_evidentiality_subjectivity.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

HENNEMANN, Anja. Tiene aspecto de carne masticada. Las construcciones esp. Tener aspecto (de) y portug. Ter aspecto (de): entre evidencialidad, modalidad e (inter)subjetividad. In: ROSIQUE, Susana Rodríguez; HONRUBIA, José Luis Cifuentes (ed.). **Configuración informativa y estructuración lingüística**: evidencialidad, intersubjetividad y miratividad. Madrid: Iberoamericana; Vervuert: Frankfurt Am Main, 2022. p. 53-71.

HERITAGE, John. Epistemics in Action: action formation and territories of knowledge. **Research On Language And Social Interaction**, [s.l.], v. 45, n. 1, p. 1-29, 17 fev. 2012. DOI 10.1080/08351813.2012.646684. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239797201_Epistemics_in_Action_Action_Formation_and_Territories_of_Knowledge. Acesso em: 12 abr. 2024.

HINTZ, Daniel J.; HINTZ, Diane M. The evidential category of mutual knowledge in Quechua. **Lingua**, [s.l.], v. 186-187, p. 88-109, jan./fev. 2017. DOI 10.1016/j.lingua.2014.07.014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0024384114001685>. Acesso em: 07 maio 2024.

HYSLOP, Gwendolyn. On the Category of Speaker Expectation of Interlocutor Knowledge in Kurtöp. In: Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, 40., 2014, Berkeley. **Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 2014. p. 201-214. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/69q0643n>. Acesso em: 25 mai. 2025.

IBÁÑEZ, Cristina Villalba; KOTWICA, Dorota. ‘Tell Us Only What You Know’: evidentiality in the discourse of participants in spanish trials. **Corpus Pragmatics**, [s.l.], v. 4, p. 133-153, mar. 2020. DOI 10.1007/s41701-019-00070-z. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41701-019-00070-z>. Acesso em: 17 fev. 2022.

IZQUIERDO ALEGRÍA, D. ¿Qué tipo de información codifica realmente un evidencial? Propuesta de una distinción conceptual entre fuente, base y modo de acceso para el reconocimiento de unidades evidenciales. **Estudios filológicos**, [s.l.], n. 63, p. 211-236, 2019. DOI 10.4067/S0071-17132019000100211. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132019000100211. Acesso em: 20 jul. 2023.

KAPP-BARBOZA, Aline Maria Miguel. **Uso do verbo saber e a expressão da evidencialidade no português brasileiro**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José

do Rio Preto, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151978/kappbarboza_amm_dr_sjrp.pdf?s_equence=3. Acesso em: 21 ago. 2019.

KEIZER, Mathilde Evelien. Context and cognition in functional discourse grammar: what, where and why?. **Pragmatics**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 399-423, jan. 2014. DOI 10.1017/prag.24.2.10kei. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/docserver/fulltext/prag.24.2.10kei.pdf?expires=1623850898&id=id&accname=guest&checksum=629BE624220C94C5070276BC8ADFC2EB>. Acesso em: 15 jan. 2020.

KEIZER, Mathilde Evelien. **A Functional Discourse Grammar for English**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KEIZER, Mathilde Evelien. Inter-level mismatches in English coordinated partitives. In: CONTRERAS-GARCÍA, Lucía; VELASCO, Daniel García. **Interfaces in Functional Discourse Grammar: Theory and applications**. Berlim: Walter de Gruyter GmbH, 2021. p. 337-368. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/9783110711592/html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

KNUCHEL, Dominique Liza. **An Introduction to Kogi Grammar**. 2022. Tese (Doutorado) - Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Universidade de Berna, Berna, 2022. Disponível em: <https://boristheses.unibe.ch/4900/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

KOTWICA, Dorota. Exploring evidentiality in Spanish Biology articles (1850–1920): intersubjectivity and accessibility of evidences. In: BATES, Carolina Figueras; NEBOT, Adrián Cabedo (ed.). **Perspectives on Evidentiality in Spanish: explorations across genres**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018a. p. 49-72.

KOTWICA, Dorota. Propuesta metodológica para el análisis de la evidencialidad en el discurso científico. In: RAMÓN, Amparo García; BONAFONT, María Amparo Soler (org.). **ELUA: Estudios de atenuación en el discurso Anexo IV: estudios de atenuación en el discurso**. Alicante: Universitat D'Alacant, 2018b. p. 197-212. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/76045/1/ELUA-Anexo-IV.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

KOTWICA, Dorota. Evidencialidad, conocimientos compartidos y atenuación: el caso de ‘[o] eso dicen’. **Revista Signos. Estudios de Lingüística**, [Viña del Mar], v. 53, n. 104, p. 765-789, dez. 2020a. DOI 10.4067/S0718-09342020000300765. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/signos/v53n104/0718-0934-signos-53-104-765.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

KOTWICA, Dorota. Mitigation and reinforcement in general knowledge expressions. **Journal of Pragmatics**, [s.l.], v. 169, p. 219-230, nov. 2020b. DOI 10.1016/j.pragma.2020.09.016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378216620302265>. Acesso em: 29 fev. 2022.

KRATOCHVÍL, František. Discourse-structuring functions of Abui demonstratives*. In: YAP, Foong Ha; GRUNOW-HÅRSTA, Karen; WRONA, Janick. **Nominalization in Asian Languages: diachronic and typological perspectives**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 757-788. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/tsl.96>. Acesso em: 25 jul. 2024.

KROEKER, Menno. A descriptive grammar of Nambikuara. **International Journal of American Linguistics**, [s. l.], v. 67, n. 1, p. 1-87, jan. 2001. DOI 10.1086/466446. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/466446>. Acesso em: 27 jul. 2024.

LANDABURU, Jon. Expresión gramatical de lo Epistemico en Algunas Lenguas del Norte de Suramerica. In: CILLA II, 2005, Texas. **Proceedings of the conference on indigenous languages of Latin American II**. Texas: University Of Texas At Austin, 2005. p. 1-13. Disponível em: <https://repositories.lib.utexas.edu/server/api/core/bitstreams/4029deaf-7615-4161-8c59-c65e19ce902d/content>. Acesso em: 27 mai. 2024.

LANDABURU, Jon. Lamodalisation du savoir en langue andoke (Amazonie colombienne). In: GUENTCHÉVA, Zlatka; LANDABURU, Jon (ed.), **L'énonciation médiatisée II**. Le traitement épistémologique de l'information: Illustrations amérindiennes et caucasiennes. Leuven: Peeters, 2007. p. 23-47. Disponível em: <https://www.sudoc.abes.fr/cbs/DB=2.1/SRCH?IKT=12&TRM=11529595X>. Acesso em: 28 mai. 2024.

LOWE, Ivan. Nambiquara. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). **The amazonian languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 269-291. Disponível em: https://ribeiro.wdfiles.com/local--files/temp%3A1/The_Amazonian_Languages__Cambridge_Language_Surveys.pdf. Acesso em: 1 ago. 2024.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACKENZIE, J. Lachlan. The contextual component in a dialogic FDG. **Pragmatics**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 249-273, jan. 2014. DOI 10.1075/prag.24.2.04mac. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/prag.24.2.04mac>. Acesso em: 2 jan. 2023.

MACKENZIE, J. Lachlan. Dynamicity and dialogue: perspectives from functional discourse grammar. **English Text Construction**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 56-76, 20 jan. 2016. DOI 10.1075/etc.9.1.04mac. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/J-Lachlan-Mackenzie/publication/304186515_Dynamicity_and_dialogue_Perspectives_from_Functional_Discourse_Grammar/links/5a5cb33a0f7e9b4f78376bc2/Dynamicity-and-dialogue-Perspectives-from-Functional-Discourse-Grammar.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

MACKENZIE, J. Lachlan. Objetividade, Subjetividade e Intersubjetividade na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. In: OLIVEIRA, Mariangela R. de; CEZARIO, Maria M. (org.). **Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes**. Niterói: Eduff, 2017. p. 47-66. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321716086_Objatividade_subjetividade_e_intersubjetividade_na_perspectiva_da_Gramatica_Discursivo-Funcional. Acesso em: 10 jul. 2020.

MANSFIELD, John. Epistemic authority and sociolinguistic stance in an Australian Aboriginal language. **Open Linguistics**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 25-48, jan. 2019. DOI 10.1515/opli-2019-0002. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/opli-2019-0002/html>. Acesso em: 15 maio 2024.

MITHUN, Marianne. Context and consciousness: documenting evidentials. **Folia Linguistica**, [s. l.], v. 54, n. 2, p. 317-342, 25 set. 2020. DOI 10.1515/flin-2020-2045. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347006916_Context_and_consciousness_Documenting_evidentials. Acesso em: 12 jun. 2024.

MOYA, I. H.; PRATA, Nadja Paulino Pessoa; CASANELLAS, A. M. G. ; CASANA, T. U. La evidencialidad citativa o reportativa en reportajes escritos en español. **Revista Kanina**, [San José], v. 47, n. 3, p. 199-225, 2023. DOI 10.15517/rk.v47i3.57923. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/kanina/article/view/57923> Acesso em: 29 dez. 2023.

MUSHIN, Ilana. Making knowledge visible in discourse: Implications for the study of linguistic evidentiality. **Discourse Studies**, [s.l.], v. 15, n. 5, p. 627-645, 4 set. 2013. DOI: 10.1177/1461445613501447. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461445613501447>. Acesso em: 1 mai. 2024.

NAGAMURA, George Henrique. **A expressão da Subjetividade na Gramática Discursivo Funcional**. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143816>. Acesso em: 19 nov. 2020.

NEBOT, Adrián Cabedo; BATES, Carolina Figueras. Evidentiality in discourse. In: BATES, Carolina Figueras; NEBOT, Adrián Cabedo (org.). **Perspectives on Evidentiality in Spanish: explorations across genres**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 1-24.

NEBOT, Adrián Cabedo; CORNILLIE, Bert. A prosody account of (inter)subjective modal adverbs in Spanish. In: GUENTCHÉVA, Zlatka (org.). **Epistemic Modalities and Evidentiality in Cross-Linguistic Perspective**. Berlim: De Gruyter Mouton, 2018. p. 157-178.

NUYTS, Jan. Subjective vs. Objective Modality: What Is the Difference? In: FORTESCUE, Michael; HARDER, Peter; KRISTOFFERSEN, Lars (org.). **Layered structure and reference in a functional perspective: papers from the Functional Grammar Conference in Copenhagen, 1990**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1992. p. 73-97.

NUYTS, Jan. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, [s.l.], v. 31, n. 5, p. 933-970, 1993. DOI 10.1515/ling.1993.31.5.933. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/ling.1993.31.5.933/html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

NUYTS, Jan. **Epistemic Modality, Language, and Conceptualization: A Cognitive-Pragmatic Perspective**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001a. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/hcp.5?srsltid=AfmBOoq2JPI-nbUnhnhezxGWw12XGsY62UylYSy6gwc9gCeNpkEt8eSP>. Acesso em: 9 jun. 2022.

NUYTS, Jan. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, [s.l.], v. 33, n. 3, p. 383-400, mar. 2001b. DOI 10.1016/S0378-2166(00)00009-6. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378216600000096>. Acesso em: 9 jun. 2022.

NUYTS, Jan. The “one-commitment-per-clause” principle and the cognitive status of qualificational categories. **Linguistics**, [s.l.], v. 47, n. 1, p. 141-171, 2009. DOI 10.1515/ling.2009.005. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1515/ling.2009.005>. Acesso em: 9 jun. 2022.

NUYTS, Jan. Notions of (inter)subjectivity. **English Text Construction**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 53-76, jan. 2012. DOI 10.1075/etc.5.1.04nuy. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/>

content/journals/10.1075/etc.5.1.04nuy. Acesso em: 9 jun. 2022.

NUYTS, Jan. Subjectivity in modality, and beyond. In: ZUCZKOWSKI, Andrzej et; BONGELLI, Ramona; RICCIONI, Ilaria; CANESTRARI, Carla. **Communicating Certainty and Uncertainty in Medical, Supportive and Scientific Contexts**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2014, p. 13-30. Disponível em: <https://repository.uantwerpen.be/docman/irua/f57c8a/f0238e4c.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2022.

NUYTS, Jan. Subjectivity: between discourse and conceptualization. **Journal Of Pragmatics**, [s.l.], v. 86, p. 106-110, set. 2015. DOI 10.1016/j.pragma.2015.05.015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S037821661500168X>. Acesso em: 9 jun. 2022.

NUYTS, Jan. Evidentiality reconsidered. In: ARRESE, Juana Isabel Marín; HABLER, Gerda; CARRETERO, Marta (org.). **Evidentiality Revisited: Cognitive grammar, functional and discourse-pragmatic perspectives**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2017, p. 57-83. Disponível em: https://benjamins.com/catalog/pbns.271.03nuy?srsId=AfmBOoq6EA NsmHw8CwqGdE71C_SniSsD4QEM6NB5Q2ae9GSuOFcyBkES. Acesso em: 9 jun. 2022.

NUYTS, Jan; BYLOO, Pieter. Competing modals Beyond (inter)subjectification. **Diachronica**, [s.l.], v. 32, n. 1, p. 34-68, jan. 2015. DOI 10.1075/dia.32.1.02nuy. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/dia.32.1.02nuy>. Acesso em: 9 jun. 2022.

OLBERTZ, H.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Objective and subjective deontic modal necessity in FDG – evidence from Spanish auxiliary expressions. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.) **Casebook in Functional Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2013, p. 277-300. Disponível em: https://benjamins.com/catalog/slcs.137.11olb?srsId=AfmBOoD8cojoSAU_yNc1Yi6hhxv1kZ44pucquHarv5ZX8X3AbsjaUwy. Acesso em: 2 dez. 2025.

OLSSON, Bruno. **The coastal marind language**. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Humanidades, Universidade Tecnológica de Nanyang, Singapura, 2017. Disponível em: <https://dr.ntu.edu.sg/server/api/core/bitstreams/7967904d-c4fd-4b47-a548-28941f9c942d/content>. Acesso em: 14 dez. 2024.

OLSSON, Bruno. The Absconditive revealed: attention alignment in the grammar of coastal marind. **Open Linguistics**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 136-155, 1 jan. 2019. DOI 10.1515/opli-2019-0009. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/opli-2019-0009/html>. Acesso em: 15 maio 2024.

PESSOA, Paulino Prata. **Modalidade deôntica e discurso midiático: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6097>. Acesso em: 7 abr. 2025.

PRATA, Nadja Paulino Pessoa; VIDAL, Renata Pereira. Usos evidenciais de saber em espanhol à luz da Gramática Discursivo-Funcional. **Confluência**, Rio de Janeiro, p. 392-423, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/531>. Acesso em: 12 abr. 2022.

RULE, W. M. **A comparative study of the Foe, Huli and Pole languages of Papua New Guinea**. Sydney: University of Sydney, 1977. (Oceania Linguistic Monographs, n. 20.)

RUMSEY, Alan. Intersubjectivity and engagement in Ku Waru. **Open Linguistics**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 49-68, 1 jan. 2019. DOI 10.1515/opli-2019-0003. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/opli-2019-0003/html>. Acesso em: 11 maio 2024.

SAINZ, Eugenia. La expresión evidencial con *así que*: significado evidencial y función discursiva en la interacción. **Círculo de Lingüística Aplicada A La Comunicación**, [Madrid], v. 73, p. 243-266, 22 fev. 2018. DOI 10.5209/CLAC.59068. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CLAC/article/view/59068>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SAINZ, Eugenia. Evidentiality, intersubjectivity and ownership of the information: the evidential utterances with *así que* and *que* in spanish. In: BELLO, Iria; BERNALES, Carolina; CALVI, Maria Vittoria; LANDONE, Elena (org.). **Cognitive Insights into Discourse Markers and Second Language Acquisition**. Oxford: Peter Lang, 2019. p. 13-38.

SAN ROQUE, Lila. **An introduction to Duna grammar**. 2008. 500 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, Australian National University, Cambera, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329142046_An_introduction_to_Duna_grammar. Acesso em: 12 jun. 2024.

SAN ROQUE, Lila. Using you to get to me: addressee perspective and speaker stance in duna evidential marking. **Stuf - Language Typology And Universals**, [s.l.], v. 68, n. 2, p. 187-210, 17 jun. 2015. DOI 10.1515/stuf-2015-0010. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/stuf-2015-0010/html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SCHULTZE-BERNDT, Eva. Shared vs. Primary Epistemic Authority in Jaminjung/Ngaliwurru. **Open Linguistics**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 178-218, jan. 2017. DOI 10.1515/opli-2017-0010. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/opli-2017-0010/html>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SILLITOE, Paul. Trust in development: some implications of knowing in indigenous knowledge. **Journal Of The Royal Anthropological Institute**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 12-30, mar. 2010. DOI 10.1111/j.1467-9655.2009.01594.x. Disponível em: <https://rai.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9655.2009.01594.x>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILLITOE, Paul. The Knowing in Indigenous Knowledge: Alternative Ways to View Development, Largely from a New Guinea Highlands' Perspective. In: MEUSBURGER, Peter; FREYTAG, Tim; Laura, Suarsana. **Ethnic and Cultural Dimensions of Knowledge**. Cham: Springer International Publishing, 2016. p. 129-163. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-21900-4>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, Klébia Enislaine do Nascimento e. 2013. **Colaboração intraturno na construção dos enunciados da norma oral do português popular da cidade de Fortaleza**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8245>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SILVA, Vitor Henrique Santos da. **A expressão lexical da dedução e da inferência em língua portuguesa: uma análise discursivo-funcional**. 2020. Dissertação (Mestrado em

Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2020.

SILVA, Vitor Henrique Santos da. **Evidencialidade não testemunhada: conceito e funcionamento temporal**. 2024. 123 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/291d14dd-9257-4993-8747cce8f439e449/content>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SPRONCK, Stef. Grammar and levels of addressivity. **Open Linguistics**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1-18, jan. 2020. DOI 10.1515/opli-2020-0001. Disponível em: https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/opli-2020-0001/html?utm_source=researchgate.net&utm_medium=article. Acesso em: 20 abr. 2025.

STORCH, Anne; COLY, Jules Jacques. The grammar of knowledge in Maaka (Western Chadic, Nigeria). In: AIKHENVALD, Alexandra Y; DIXON, R. M.W. **The Grammar of Knowledge** A Cross-Linguistic Typology. Nova York: Oxford University Press, 2014. p. 190-208. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/11481>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SUN, Jackson T.-S. Evidentials and Person. In: AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). **The Oxford Handbook Of Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 47-64. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/38177/chapter-abstract/333045687?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TANTUCCI, Vittorio. **Language and Social Minds**: the semantics and pragmatics of intersubjectivity. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/language-and-social-minds/8B521ECEF82CF6E2881BA879142B769B>. Acesso em: 25 ago. 2023.

TELLES, Stella; WETZELS, Leo. The system of evidentiality in Lakondê. In: ROWICKA, Grazyna J.; CARLIN, Eithne B. (ed.). **What's in a verb?** Studies in the verbal morphology of the languages of the Americas. Utrecht: LOT, 2006. p. 235-252. Disponível em: https://pure.mpg.de/rest/items/item_378509/component/file_378508/content. Acesso em: 2 dez. 2025.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, Raymond (ed.). **Motives for Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 124-139.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, Kristin; VANDELANOTTE, Lieven; CUYCKENS, Hubert (ed.). **Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization**. Berlim: De Gruyter Mouton, 2010. p. 29-71.

UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva. La intersubjetividad en la semántica de algunos marcadores de evidencia. **D.E.L.T.A**, [São Paulo], v. 39, n. 2, p. 179-202, 1 jun. 2013. DOI 10.1590/S0102-44502013000200001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/NLb695pFByfrMrxG6qbbc9F/?lang=es>. Acesso em: 11 ago. 2021.

VENDRAME, V. **Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/100108>. Acesso em: 14 mai. 2019.

VERHAGEN, Arie. **Constructions of Intersubjectivity: Discourse, Syntax, and Cognition**. Nova York: Oxford University Press Inc., 2005.

VERHAGEN, Arie. Construal and perspectivization. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (ed.). **The oxford handbook of cognitive linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 48-81. Disponível em: <https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/access/item%3A2883802/view>. Acesso em: 12 dez. 2022.

VERHAGEN, Arie. Intersubjectivity and the architecture of the language system. In: ZLATEV, Jordan; RACINE, Timothy P.; SINHA, Chris; ITKONEN, Esa (org.). **The Shared Mind: Perspectives on intersubjectivity**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 307-331. Disponível em: https://benjamins.com/catalog/celcr.12?srsId=AfmBOop3ZbQBPxaYL_3_9OMb_my-5S4utodl1ivd2lrGHRHCWliPB3i6. Acesso em: 12 dez. 2022.

VIDAL, Renata Pereira. **Usos evidenciais dos verbos de cognição em língua espanhola: uma análise discursivo-funcional**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/59154>. Acesso em: 3 set. 2021.

VIDAL, Renata Pereira; PRATA, Nadja Paulino Pessoa. Usos evidenciais de pensar no espanhol peninsular. **Signo y Señal**, [Buenos Aires], v. 43, p. 139-164, 16 nov. 2023. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/12502/11959>. Acesso em: 14 fev. 2024.

WILLET, Thomas L. **A Reference Grammar of Southeastern Tepehuan**. Dallas: Summer Institute Of Linguistics, 1991. Disponível em: <https://www.theswissbay.ch/pdf/Books/Linguistics/Mega%20linguistics%20pack/North%20American/UtoAztecan/Tepehuan%2C%20A%20Reference%20Grammar%20of%20Southeastern%20%28Willett%29.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

XU, Zhongyi. Pragmatic functions of evidentiality in diplomatic discourse: toward a new analytical framework. **Frontiers In Psychology**, [s.l.], v. 13, p. 1-14, 1 dez. 2022. DOI 10.3389/fpsyg.2022.1019359. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2022.1019359/full>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ZARIQUIEY, Roberto. The encoding of addressee's perspective in Kakataibo (Panoan, Peru). **Stuf - Language Typology And Universals**, [s.l.], v. 68, n. 2, p. 143-164, 17 jun. 2015. DOI 10.1515/stuf-2015-0008. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/stuf-2015-0008/html>. Acesso em: 15 maio 2024.